MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO

1966

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

ÍNDICE

Págs.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Ao apresentar o Relatório das Atividades do Ministério das Relações Exteriores em 1966, estou certo, sem falsa modéstia, de que quanto nêle se registra não desmerece da ação total e renovadora do Govêrno Revolucionário.

A projeção do Brasil no continente americano, definida no discurso do Senhor Presidente da República, a 31 de julho de 1964, no Palácio Itamaraty, como um dos objetivos primordiais da política exterior brasileira, constitui grande motivação de nossa diplomacia. A obediência a essa orientação levou o Ministério das Relações Exteriores, durante o ano passado, a reiterado esfôrço no sentido do estreitamento dos laços de amizade com as nações vizinhas, inscrevendo-se no largo programa de nossa política hemisférica as viagens que empreendi a sete capitais sul-americanas, além do encontro que tive, na área de nossa fronteira comum, com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai.

Nesses contatos com países e pessoas, busquei sempre reafirmar os princípios norteadores da atuação diplomática brasileira e promover a integração da América Latina, numa diligência consciente que entendo ter sido premiada por dois acontecimentos de particular realce: a solução da diferença relativa ao Salto das Sete Quedas, com a recuperação na "Ata das Cataratas", do clima de boa vontade e colaboração já tradicional entre o Brasil e o Paraguai e, quase no apagar das luzes de 1966, o restabelecimento de nossas relações com a Venezuela, por iniciativa de Caracas, que, sôbre ser auspicioso fato, veio consagrar a correta posição do Govêrno brasileiro.

Merece também ser citado o excelente nível atingido pelas relações do Brasil com os Estados Unidos da América, em conseqüência da política exterior restaurada pela Revolução de março de 1964.

A Europa Ocidental foi outra área a que dedicou o Itamaraty especial atenção. No curso de 1966, visitei Lisboa, Roma e o Vaticano. Proveitosas conversações mantive no Rio de Janeiro e Brasília com altas personalidades européias que nos honraram com sua visita. A impressão que me ficou dessas freqüentações, quer no Brasil quer fora dêle, foi a de que desapareceram certos equívocos de nossas relações com alguns países europeus.

Na expansão das relações com os demais países, na participação ativa em organismos internacionais, na tarefa de difundir a cultura brasileira, deu o Ministério das Relações Exteriores o melhor de si, pondo marcado empenho na propaganda e defesa de nossos produtos nos mercados internacionais e no incremento da cooperação econômico-financeira, imperativo do desenvolvimento nacional. A notável eleição do Brasil para o Conselho de Segurança da ONU e o progresso de nossas trocas internacionais testemunham nosso prestígio político e nossa vitalidade.

Sua exata compreensão da ação diplomática no mundo moderno e das exigências internacionais do Brasil conduziu o Govêrno a fazer, através do Decreto-lei nº 69, de 21 de novembro de 1966, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a reforma que deu origem ao Serviço Exterior Brasileiro. Por ela, o instrumento da política externa, assumindo caráter definido no plano do formalismo jurídico, incorporou-se ao acervo das instituições nacionais, conferindo às atividades do Itamaraty regime e tratamento excepcionais, aconselhados pelas imposições da Segurança Nacional e pelos altos interêsses do país.

Graças ao constante apoio e inestimável inspiração do Senhor Presidente da República, bem como à dedicação de seu pessoal, julgo ter o Itamaraty direito, mais por seus méritos próprios que pela ação de seu eventual titular, a olhar para o ano de 1966 com a consciência do dever bem cumprido e sentir-se à altura dos crescentes deveres e responsabilidades do Brasil no cenário internacional.

Juracy Magalhães

Rio de Janeiro, 13-II-1967.

ASSUNTOS AMERICANOS

AMÉRICA SETENTRIONAL

Relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América

Em 1966 as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América mantiveram bàsicamente o excelente nível atingido após a Revolução de março de 1964. A estabilização das finanças brasileiras contribuiu para a manutenção do esquema de colaboração econômico-financeira com o Brasil, por agências oficiais e bancos particulares estadunidenses, cuja confiança no Govêrno brasileiro serve de incentivo ao incremento do ingresso de capital.

Troca de correspondência entre os Presidentes Castello Branco e Johnson

Exemplo de cordialidade e confiança mútuas existentes entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América é a troca de cartas entre ambos os Presidentes.

O Presidente Johnson enviou várias missivas ao Presidente Castello Branco sôbre assuntos tão diversos quanto os aspectos militares e políticos da guerra do Vietname, a Aliança para o Progresso, o Programa Espacial, cooperação técnica e científica e a próxima reunião de cúpula.

Um desenvolvimento da troca de cartas sôbre o Programa Espacial e Cooperação Técnica e Científica foi a Missão Presidencial de Boa Vontade dos astronautas Gordon e Armstrong, a qual permaneceu uma semana no Brasil, tendo

mantido estreito contato com nossas autoridades científicas e técnicas.

Aliança Para o Progresso, Auxílio para o Estrangeiro. Investimentos privados

Os recursos assistenciais americanos dirigiram-se para o Brasil em nível muito razoável somando US$ 234 milhões líquidos. Essa soma é ainda inferior ao nível ótimo que se havia previsto para entrada de capitais públicos. As perspectivas para 1967 são bem melhores apesar da incerteza que há com relação ao nôvo Congresso e à campanha movida pelos Senadores liberais e pela imprensa contra o armamentismo e o militarismo na América Latina.

Assim, os recursos da Lei de Auxílio Econômico para o Estrangeiro sofreram, para o ano fiscal de julho de 1967 a junho de 1968, cortes nas apropriações militares. Só na época das autorizações das despesas é que se poderá ter certeza dos montantes exatos a serem facultados no Brasil, mas o total do Programa de Auxílio Econômico para o Exterior é o mais baixo na sua história.

Na área privada, os recursos americanos aplicados ao Brasil foram bem abaixo do que se podia esperar, embora em novembro tenha havido um investimento maciço no campo da petroquímica.

O retraimento dos investidores particulares americanos deveu-se sobretudo à cautela normal das companhias e ao *deficit* da balança de pagamentos dos Estados Unidos da América. Dessa forma houve uma marcada preferência dos investidores americanos pela Europa, em cujas principais praças financeiras levantaram os recursos necessários para ampliações e investimentos novos, medida que, ao mesmo tempo que poupa a balança de pagamentos americana, assegura a ampliação de suas operações na Europa.

Intercâmbio comercial

A balança comercial, entre os dois países, acusou aumento das exportações brasileiras e retração das importações oriundas dos Estados Unidos da América, sendo provável que haja saldo favorável ao Brasil. Os produtos tradicionais brasileiros mantiveram sua posição anterior, mas houve pequenos problemas quanto à exportação de tecidos e de fios de algodão, e de manufaturados com destino ao Vietname do Sul.

Os exportadores de tecidos e fios de algodão, tendo-se visto a braços com uma queda na procura do mercado interno, recorreram à exportação para colocar seus excedentes. Essa corrida ao mercado importador americano fêz com que as quotas de tecidos e fios de algodão alocadas ao Brasil fôssem ràpidamente ultrapassadas, o que provocou uma situação delicada para a Embaixada em Washington. De um lado a Alfândega e os Departamentos de Comércio e o Tesouro dos Estados Unidos da América, recusando-se a liberar partidas de fio e tecido brasileiros que já se encontravam em portos americanos que estavam ainda em alto-mar ou que já haviam sido contratadas; de outro lado os exportadores brasileiros que pressionavam a Embaixada, particular e coletivamente, no sentido de obter as liberações por parte das autoridades americanas.

Reunião de Coordenação e Promoção Comercial do Brasil nos Estados Unidos

À semelhança do que a Secretaria de Estado promoveu na Europa, em Roma e Bonn, realizou-se na chancelaria da Embaixada em Washington uma reunião de Coordenação e Promoção Comercial da qual participaram titulares dos 10 Consulados de Carreira do Brasil nos Estados Unidos da América e representantes da Secretaria de Estado nos Estados Unidos, com vistas a incrementar a nossa pauta de ex-

portações e, paralelamente, divulgar naquele país, de forma regular e sistemática, informações que propiciem um conhecimento mais preciso da realidade brasileira contemporânea.

Atividades culturais

Na área cultural estêve o Embaixador Leitão da Cunha especialmente ativo, tendo-se desdobrado nas viagens e conferências que realizou com o fito de aprimorar, junto à opinião pública americana, a imagem do Brasil.

Dentro dêsse objetivo pronunciou uma série de conferências, palestras e discursos a convite de universidades, associações de classe e clubes recreativos tanto locais como nacionais. Procurou sempre mostrar as verdadeiras metas da Revolução de 1964, o esfôrço que fêz o atual Govêrno para recuperar e estabilizar as finanças externas e internas, dando relêvo, outrossim, ao clima de tranqüilidade que reina no país, como incentivo a investimentos estrangeiros.

Passo importante para a consolidação da divulgação da cultura brasileira nos Estados Unidos da América foi a reformulação do Instituto Cultural Brasil-América (BACI). A reforma de seus estatutos, bem como a ampliação de suas instalações e de seus quadros sociais, deram nôvo impulso àquele organismo, permitindo-lhe maior flexibilidade de ação.

Além de suas atividades normais, de ensino de português e de assuntos brasileiros, o BACI foi ativo em vários empreendimentos, como mostras de arte, recitais musicais e conferências. O BACI realizou também um concurso de redação sôbre o Brasil, ao qual concorreram escolares da cidade de Brazil, Estado de Indiana. Por outro lado, o BACI tomou a decisão de estreitar sua colaboração com outras instituições e grupos interessados no Brasil. Um resultado muito promissor foi a criação de sua primeira sucursal na Universidade de Miami, em Oxford, Ohio.

Atos Internacionais

Foram assinados os seguintes atos e acôrdos com os Estados Unidos da América :

1. Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas, nos têrmos do título IV da Lei de Fomento e Assistência ao Comércio de Produtos Agrícolas, em 23 de abril de 1966, no Rio de Janeiro, pelo Chanceler Juracy Magalhães e pelo Secretário Orville Freeman.
2. Acôrdo sôbre Empréstimo, entre o Banco Central da República do Brasil e a AID, firmado em setembro de 1966 (financiamento no valor de US$ 20 milhões).
3. Acôrdo para Financiamento de Atividades Educacionais, no Rio de Janeiro, por troca de notas de 5 e 19 de outubro de 1966.
4. Acôrdo sôbre Bitributação, rubricado em dezembro de 1966, não assinado ainda.

Relações Brasil-Canadá
Aspectos gerais

As relações entre o Brasil e o Canadá prosseguiram em clima de tradicional cortesia, embora conservassem a feição tímida e cerimoniosa que as caracteriza. Isso se deve à forma como se processou històricamente a evolução política e econômica do Canadá, dividido entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, sem jamais ter mantido relações estreitas, de comércio ou de cultura, com os demais países do Hemisfério, enquanto sua experiência política foi sempre orientada para Washington e Londres e outras capitais do "Commonwealth".

Nessas condições, não é de estranhar que nem comercial nem política ou culturalmente tenha havido um intercâmbio ativo entre o Brasil e o Canadá, inclusive porque nunca sur-

giu, entre ambos os países, necessidade ou falta a ser superada.

No entanto, a conjuntura atual exige que o Brasil promova uma aproximação com países industrializados que possam, supletivamente, contribuir para incentivar o seu desenvolvimento econômico, seja através de capitais públicos, seja mediante investimentos privados ou ainda por meio da assistência técnica.

Atividades Econômicas e Comerciais

Em 1966, a Embaixada do Brasil em Ottawa procurou interessar homens de negócios canadenses na economia brasileira. Dessa atividade decorreram visitas ao Brasil de importadores de máquinas pesadas à VI Feira de Mecânica Pesada, de importadores de tecidos e de diretores de grandes lojas de Toronto e Montreal.

No campo público, a visita que fêz a Ottawa o Ministro Francisco Grieco serviu para esclarecer muitos pontos dúbios e para dar aos diretores do Escritório de Auxílio Externo uma visão exata das metas financeiras governamentais e da situação econômica e política do Brasil. Avistou-se também aquêle diplomata com o Presidente da "Export Credits Insurance Corporation", organismo imprescindível a qualquer expansão dos investimentos canadenses no Brasil.

Atividades Culturais e Científicas

No campo cultural e científico as perspectivas de colaboração entre o Brasil e o Canadá são promissoras e não exigem condições específicas ou preparo prévio a fim de tornarem-se realidade.

Um exemplo disso foi o convite feito pelo Conselho Nacional de Pesquisas ao Presidente e ao Vice-Presidente para concessão de auxílios do "National Research Council" cana-

dense, que vieram ao Brasil com vistas a fomentar um intercâmbio mais ativo no domínio científico. O Instituto Internacional de Mulheres Jornalistas, por outro lado, já formulou convite a duas jornalistas brasileiras para que participem de seu próximo congresso, em 1967.

O cinema e as artes plásticas do Brasil, além da música erudita e popular brasileiras, têm boa aceitação no Canadá, como o evidencia o interêsse de exibidores, empresários e "marchands d'art" de Montreal, Toronto e Ottawa.

AMÉRICA CENTRAL

Os países da América Central e do Mar das Caraíbas, no ano de 1966, apresentaram significativa evolução em suas estruturas políticas e sociais de sentido positivo.

A realização de eleições democráticas na República Dominicana, país de história contorcida por movimentos ilegais, e a retirada das fôrças da Organização dos Estados Americanos, sem que daí adviesse qualquer incidente, demonstram o grau de maturidade política a que chegou aquêle país. As eleições em dois países centro-americanos, um de conhecida tradição democrática, Costa Rica, outro, perturbado por atividades de guerrilhas, como a Guatemala, apresentaram resultados de alta expressão cívica. A independência da pequena ilha de Barbados e as negociações em Londres para a autonomia completa das ilhas Sotavento e Barlavento — todos êstes fatos representaram aspectos positivos no balanço dos acontecimentos. O México conseguiu, depois de longos anos, sobrepujar de maneira definitiva os problemas fronteiriços com os Estados Unidos da América, enquanto que seu Presidente Diaz iniciava nova época no intercâmbio com os países centro-americanos, atravessando por vez primeira um mandatário mexicano a fronteira mexicano-guatemalteca.

O aspecto negativo dos acontecimentos político-sociais da área deve-se, acima de tudo, às atividades de caráter subversivo distribuídas e subvencionadas, ou mesmo sòmente inspiradas, da capital cubana.

De um lado, Cuba concorreu de maneira incomensurável para a subversão no continente americano com a realização, de 3 a 15 de janeiro, da III Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, a chamada Conferência Tricontinental de Havana, convidando ao conclave dirigentes de movimentos subversivos e de guerrilhas da América Latina; de outro, pelo fornecimento de armas a grupos rebeldes na Guatemala.

Durante o ano de 1966, profícuas foram as relações entre o Brasil e o México, marcadas por amistoso empenho de colaboração política entre os dois países, bem como por frutíferas gestões de caráter comercial que contêm em si mesmas o potencial de amplo e promissor campo de transações entre os dois países, em fase de expansão econômica e, por conseguinte, naturalmente desejosos de promover e concluir contratos comerciais de produtos industriais.

Exemplo expressivo dêsse interêsse foram os entendimentos havidos entre a indústria de construção naval nacional e entidades mexicanas interessadas na compra de navios brasileiros, assim como os da indústria pesqueira mexicana, no sentido de formalizar ponderável transação com aspectos proveitosos para ambos os países. Tais entendimentos ainda evoluem, dando margem ao prognóstico de positivas conclusões.

Ainda, na faixa dos negócios, o interêsse de firmas mexicanas na aquisição de minério de ferro do Brasil foi tão eloqüente que motivou a vinda de dois técnicos, para conversações preliminares com a Cia. Vale do Rio Doce. Tal interêsse persiste, bem espelhando o substantivo embasamento que se pode dar ao comércio entre os dois países, em campo estritamente bilateral, além dos interêsses afins que aproxi-

mam os dois países em organismos de comércio multilateral, especìficamente no que concerne aos produtos de base.

No que tange aos acontecimentos políticos do ano de 1966 nos países centro-americanos, ocorre afirmar que as tensões políticas existentes, algumas crônicas na região, não foram de molde a toldar a tendência mais forte e natural para a evolução e consolidação das instituições naqueles países. Há que assinalar os esforços desenvolvidos, com êxito, por cada uma das unidades políticas, no sentido de, conjugadas em entidade internacional multilateral, coordenarem a mobilização de fôrças e interêsses, a fim de promoverem não sòmente um Mercado Comum Centro-Americano, mas erigirem êsse Organismo em principal elemento propulsor do desenvolvimento da região e, quiçá, em estágio mais avançado, em fator de mais efetiva coesão política entre seus associados. Tais esforços se têm desenvolvido por etapas e se têm feito harmônicos, sendo que a conexão da Organização dos Estados Centro-Americanos com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio já está sendo mesmo objeto de consideração pelas partes interessadas, nas duas Organizações.

Fato digno de especial registro foi a IIª Conferência Ordinária dos Chanceleres Centro-Americanos, em São José, que se realizou, de 21 a 25 de novembro, e, em cuja agenda, sobressai o item relativo à admissão do Panamá, dentro do esquema de integração centro-americana.

O problema da infiltração comunista foi discutido prioritàriamente na IIª Reunião do Conselho de Defesa Centro-Americana, que se realizou em São Salvador, em junho, havendo sido apresentado, na oportunidade, plano de criação de uma "Fôrça Armada Centro-Americana", de caráter supranacional, que agiria em qualquer membro da Organiação dos Estados Centro-Americanos, para dar combate a guerrilheiros e grupos terroristas. Manobras conjuntas das Fôrças Armadas dos participantes foram então combinadas, bem

como ajustes para o estabelecimento de uma base centro-americana em ponto estratégico do Istmo.

Os problemas e tensões entre Panamá e Estados Unidos, sôbre a Zona do Canal e sua utilização, foram substancialmente amainados e reduzidos em suas proporções. Novas perspectivas poderão ocorrer ante a eventual preocupação com a abertura, talvez em outro país e local, de nôvo canal interoceânico, mais moderno e que permita mais amplo tráfego de navios de maior tonelagem e calado.

É de mencionar a eleição e posse do Presidente de Costa Rica, Professor José Joaquín Trejos Fernandes, a 8 de maio; à cerimônia de posse o Govêrno brasileiro se fêz representar, por Missão Especial chefiada pelo Almirante Luiz Teixeira Martini; na Guatemala, a eleição e posse, a 1º de julho, de seu nôvo Presidente, Advogado Julio Cesar Mendez Montenegro; por Missão Especial chefiada pelo Tenente-Brigadeiro João Adil de Oliveira, o Brasil também se fêz representar à cerimônia. Na Nicarágua, faleceu, a 3 de agôsto, o Presidente René Schick Gutierre, sendo naquele mesmo dia eleito Chefe da Nação o Vice-Presidente Doutor Lorenzo Guerrero.

O empenho do Brasil em ver a paz interna restaurada na República Dominicana rendeu substanciais dividendos: tanto na esfera das gestões bilaterais como no âmbito dos organismos internacionais, positiva e esclarecedora se mostrou a atuação do Brasil em benefício dêsse país amigo, e decisiva para a sua reintegração na normalidade democrática foi a nossa contribuição à Fôrça Interamericana de Paz. Os felizes resultados que se fizeram anunciar já na gestão do Presidente Provisório, Hector Garcia Godoy, tornaram-se realidade com a eleição, em clima de ordem, do Presidente Joaquín Balaguer, que obteve vitória sôbre o seu principal competidor, Juan Bosch. O Presidente Joaquín Balaguer tomou posse em 1º de julho; à cerimônia representou o Govêrno brasileiro, em Missão Especial, o Embaixador Geraldo Eulálio do Nas-

cimento e Silva. A 1º de setembro, retornavam daquele país os primeiros contingentes brasileiros. A 28 de novembro, já era festivamente proclamada a nova Constituição do país.

No dia 30 de novembro, a pequena ilha de Barbados, possessão inglêsa, tornou-se independente, mantendo, entretanto, os laços que a unem ao "Commonwealth". À cerimônia da independência da nova nação representou o Brasil, em Missão Especial, o Embaixador Frank de Mendonça Moscoso.

No quadro da América Central, vários estudos foram realizadas pelo setor competente do Itamaraty, notadamente sôbre:

1. O Mercado Comum Centro-Americano;
2. eventuais ligações entre a Secretaria de Tratado de Integração Econômica Centro-Americana e a Comunidade Econômica Européia;
3. movimentos de guerrilhas centro-americanos, tendo como principal núcleo a Guatemala;
4. territórios não-autônomos e seus movimentos de independência;
5. possibilidade de estabelecimento de fluxo bilateral de comércio entre o Brasil e os países da área;
6. credenciamento de Adidos Militares cumulativos com outras Missões.

AMÉRICA MERIDIONAL

A projeção do Brasil no continente americano é um dos objetivos primordiais da política exterior do Govêrno, nos têrmos em que a definiu o Senhor Presidente da República, no discurso pronunciado, em 31 de julho de 1964, no Palácio Itamaraty.

Obediente a essa orientação, o Itamaraty desenvolveu, no decorrer de 1966, continuado esfôrço no sentido de estreitar os laços de amizade que unem o Brasil às nações irmãs da América do Sul.

A ação da diplomacia brasileira, realizada dentro do esquema planificado, procurou atender a todos os problemas decorrentes das relações com os países da área e, ao mesmo tempo, coadjuvou a atuação de outros órgãos do Govêrno federal visando o desenvolvimento das zonas fronteiriças, pressuposto básico de uma política de integração econômica e de aumento do intercâmbio comercial. Êsse trabalho foi combinado com o estudo, em profundidade, dos problemas de transporte, de tôda ordem, de modo a superar, a longo prazo, as ingentes dificuldades existentes, neste setor, para o estreitamento das relações entre os países da América do Sul.

Dentro dêsse programa de política continental, o Senhor Juracy Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, empreendeu viagem à Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai, além do encontro que teve, na área da fronteira, com o titular das Relações Exteriores do Paraguai.

Argentina

Ao ensejo da visita oficial do Senhor Juracy Magalhães à Argentina, as relações brasileiro-argentinas foram examinadas de forma global e completa. Entre os dias 15 e 20 de outubro, os Chanceleres, além de trocarem idéias sôbre as políticas de seus países com relação à III CIE, Reunião dos Presidentes do Hemisfério, subversão e a Conferência Tricontinental de Havana, e a formação de blocos no Continente, impulsionaram definitivamente a reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Bacia do Prata (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai). O setor de transportes foi igualmente alvo das atenções daquelas autoridades, que concordaram em completar no mais breve prazo possível a pavi-

mentação da rodovia que une as cidades de Paraná (Província de Entre Rios) e Pôrto Alegre. Concluída a obra, ficará facilitado o transporte terrestre entre o Atlântico e o Pacífico, já que a Argentina e o Chile prosseguem com os trabalhos na rodovia que unirá Mendonza a Valparaiso.

Examinaram ainda as várias formas de colaboração multilateral com vista à ALALC e à Aliança para o Progresso e, na área bilateral, adotaram medidas tendentes a aperfeiçoar o funcionamento da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação. As decisões foram no sentido de institucionalizar os Comitês Permanentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, criados na II reunião da CEBAC, conferindo-lhes tarefas específicas.

Decidiram os Chanceleres determinar as providências necessárias à troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Extradição, subscrito pelos dois países em 15 de novembro de 1961.

No campo das relações culturais, adotaram várias medidas destinadas a incrementar a colaboração entre o Brasil e a Argentina, centralizada na Comissão Mista do Convênio Cultural em vigor.

A Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação reuniu-se duas vêzes em 1966, entre 31 de janeiro e 2 de fevereiro, no Rio de Janeiro e de 6 a 8 de junho em Buenos Aires. A primeira reunião girou em tôrno dos seguintes temas: análise do intercâmbio: tendência e problemas; complementação industrial: identificação de setores e mecanismos; acôrdo entre Bancos Centrais, financiamento de exportações e linhas de crédito entre bancos comerciais; integração econômica: ALALC e coordenação de políticas e atitudes em nível regional: GATT, CNUCD e CIAP.

A segunda reunião, em Buenos Aires, deu seqüência ao temário já enunciado, acrescido de «problemas de transporte sôbre água", em tôrno de que se iniciaram entendimentos

para uma reunião, a realizar-se em data ainda não fixada, destinada a abordar tôdas as questões pertinentes, de interêsse mútuo.

Os Comitês Permanentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires estiveram reunidos, nas duas capitais, para a elaboração dos relatórios respectivos, a que se referiram os Chanceleres do Brasil e da Argentina, nos entendimentos de outubro. A Comissão do Rio de Janeiro, que funcionou constituída de um diplomata, um representante da CACEX e elementos do setor econômico da Embaixada da Argentina, já concluiu o seu trabalho, do qual consta o andamento dado no Brasil às soluções de problemas surgidos para as importações brasileiras na Argentina. A terceira reunião da CEBAC, programada para o último trimestre de 1966, foi adiada para março próximo, a pedido das autoridades argentinas.

Finalmente, ainda durante a visita do Senhor Ministro de Estado à Argentina, foi assinado o Convênio de Transportes Terrestres Brasil-Argentina-Uruguai, que muito facilitará o transporte de passageiros e carga entre os três países. Êste instrumento está aberto a todos os países membros da ALALC.

Bolívia

As relações com a Bolívia desenvolveram-se de forma auspiciosa, no sentido de dar aplicação imediata àquelas diretrizes de cooperação econômica e técnica consubstanciadas nos Acôrdos de Roboré.

A visita do Senhor Ministro de Estado a La Paz, nos dias 13 e 14 de outubro último, coroou êste esfôrço. Em La Paz, os Chanceleres do Brasil e da Bolívia realizaram igualmente o trabalho preparatório das conversações de alto nível, que pouco depois teriam lugar com a visita do Presidente Barrientos ao Brasil.

Medida essencial ao andamento da cooperação estabelecida em Roboré, decidiu-se concluir, em curto prazo, o processo de ratificação de todos os Acôrdos de 1958.

As conversações dos Chanceleres giraram em tôrno dos seguintes temas: substituição da estrada de ferro Madeira-Mamoré por uma rodovia; melhoramento das condições de navegabilidade dos rios da Bacia Amazônica e facilidades para o acesso da Bolívia à Bacia do Prata através do sistema fluvial brasileiro; construção de uma usina siderúrgica em Mato Grosso; possibilidades de utilização dos excedentes da produção boliviana de gás; situação política do hemisfério; III CIE e reunião dos Chefes de Estado do Hemisfério; conclusão da ferrovia Santos-Arica; comércio bilateral, tráfego de fronteira e convênios ferroviários.

Durante a visita do Presidente René Barrientos Ortuño, em ratificação aos entendimentos dos Chanceleres em La Paz, foi assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 1903, determinando a substituição da estrada de ferro Madeira-Mamoré por uma rodovia pavimentada.

Da mesma forma decidiram os Presidentes do Brasil e da Bolívia iniciar estudos tendentes a obter o financiamento necessário à conclusão da estrada de ferro Cochabamba-Santa Cruz, completando assim a transcontinental Santos-Arica, como também dar nôvo impulso às conversações sôbre a concessão de crédito para a aquisição de equipamento ferroviário para a ferrovia Santa Cruz-Corumbá.

Na ocasião foram também assinadas notas reversais que simplificam a tramitação aduaneira nos sistemas ferroviários que unem os dois países.

Resolveram ainda os dois Presidentes determinar à Comissão Mista de que trata o Protocolo Preliminar sôbre Navegação Permanente dos Rios Bolivianos e Brasileiros do Sistema Fluvial do Amazonas, de 1958, que recomende, no mais breve prazo possível, a formulação de uma solicitação conjunta de assistência técnica e econômica aos organismos

internacionais, isto com o objetivo de desenvolver a região sudoeste da Bacia do Amazonas.

Chile

Para estimular o comércio bilateral, analisar as possibiildades de complementação industrial e outros assuntos de caráter econômico, foi criada em 8 de junho, por troca de notas, a Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena. Sua primeira reunião realizou-se no Rio de Janeiro, entre 25 e 27 de julho, para o exame dos seguintes assuntos: análise da marcha da ALALC; possibilidades de complementação e integração da indústria automobilística; sistema multilateral sôbre tratamento das inversões estrangeiras; convênio de créditos recíprocos; análise do intercâmbio comercial.

As conversações dos Chanceleres do Brasil e do Chile, em Santiago, entre os dias 9 e 12 de outubro, vieram confirmar a cordialidade das relações com o país vizinho, além de proporcionar amplo diálogo sôbre assuntos da ordem do dia no campo da cooperação interamericana, tais como, a fôrça interamericana de paz, reforma da Carta da OEA e III CIE, reunião dos Presidentes do Hemisfério e Conferência Tricontinental.

Ressaltou em importância a determinação manifestada pelos dois Chanceleres de atualizar o sistema de consultas e troca de informações, isto com vistas à coordenação das posições do Brasil e do Chile nos âmbitos regional e mundial. Igualmente expressivo foi o repúdio manifestado à formação de blocos ou eixos no Continente.

Na oportunidade verificou-se a identidade de pensamento dos dois Governos no tocante à necessidade de resolver com urgência a crise por que passa o sistema de negociações na ALALC. Decidiram, outrossim, incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países mediante decidido apoio aos trabalhos da Comissão Especial Brasileiro-Chilena de Coordenação.

Colômbia

Há a assinalar a posse, em 7 de agôsto de 1966, do Presidente Carlos Lleras Restrepo, que sucedeu ao Senhor Guilhermo León Valencia. O Brasil fêz-se representar na solenidade de posse pelo Deputado José Henrique Turner, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

De 24 a 27 de novembro de 1966, o Chanceler Juracy Magalhães, a convite do Chanceler Germán Zéa Hernândez, visitou oficialmente a Colômbia, onde foi recebido pelo Presidente Carlos Lleras Restrepo, tendo a oportunidade de ventilar os vários assuntos de interêsse comum, dos âmbitos bilateral ao multilateral, expedindo-se, por fim, um Comunicado Conjunto, o qual resume as conversações havidas e o consenso atingido. No Comunicado Conjunto, os dois Chanceleres reafirmaram a adesão de seus países aos princípios fundamentais do Sistema Interamericano, repudiaram as ameaças de subversão emanadas da Conferência Tricontinental de Havana, renovaram seu apoio à projetada Reunião dos Presidentes Americanos, reafirmaram seu repúdio ao estabelecimento de blocos ou eixos no Continente, reiteraram a intenção de prosseguir colaborando no processo de reforma da Carta da OEA, e concordaram na conveniência de que se realize uma reunião de Chanceleres dos Estados amazônicos, a fim de estudar medidas suscetíveis de contribuir ao desenvolvimento dos mesmos. Outrossim, no tocante a assuntos econômicos, o Comunicado Conjunto aborda os problemas de transporte, a necessidade de se fazer reunir a Comissão Mista estabelecida pelo Convênio Sôbre Bases Para a Cooperação Econômica e Técnica, de 28 de maio de 1958, a defesa dos preços dos produtos de base, a aceleração do processo de integração econômica da América Latina, a colaboração entre os dois países dentro da ALALC, a reformulação dos objetivos da Aliança Para o Progresso, a fim de, entre outros

fins, orientá-la no sentido da integração econômica da América Latina.

Equador

Um dos pontos principais das relações bilaterais entre o Equador e o Brasil centra-se na Subcomissão Técnica de Transportes da Comissão Mista Brasil-Equador, Subcomissão que se ocupa dos estudos relativos à Via Interoceânica San Lorenzo-Manaus.

A Subcomissão Técnica de Transportes prosseguiu no correr de 1966, em seus estudos relativos à rodovia Quito-Papallacta-Baeza-Puerto Putumayo, os quais, previstos para terminarem no ano mencionado, prosseguirão, durante 1967, por não haver podido contar a Subcomissão com a totalidade das contribuições que lhe eram devidas pelo Govêrno equatoriano, devido à crise financeira por que passou o país.

Em março de 1966, o Embaixador do Brasil em Quito fêz a entrega oficial ao Ministro das Relações Exteriores equatoriano dos estudos relativos à navegabilidade do rio Putumayo, ou Içá, efetuados por uma equipe do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no contexto da referida Subcomissão Técnica. A 22 de setembro de 1966, inaugurou-se um radiofarol instalado com fundos e com pessoal técnico brasileiro em Francisco de Orellana (ex-Coca).

De 27 a 29 de novembro de 1966, realizou-se a visita oficial ao Equador do Chanceler Juracy Magalhães, sendo o mesmo recebido pelo Presidente Constitucional Interino, Otto Arosemena Gómez, e pelo Ministro Interino das Relações Exteriores, José Rumazo González, ocasião em que, em ambiente de grande cordialidade, foram repassados todos os assuntos do interêsse de ambos os países, cobrindo todos os planos. Como resultado das conversações mantidas, foi expedido, pelos dois Chanceleres, um Comunicado Conjunto,

abordando os pontos seguintes: reafirmaram a fidelidade de ambas as nações ao princípio da não-intervenção e repudiaram as recomendações emanadas da Conferência Tricontinental de Havana; renovaram seu apoio à projetada Reunião dos Presidentes das Repúblicas Americanas; reafirmaram-se contrários à formação de blocos ou eixos no Continente; reiteraram o propósito de prosseguir com a reforma da Carta da OEA; concordaram em levar a cabo uma ativa cooperação tendente ao melhor aproveitamento da Bacia Amazônica, num esfôrço que constitui um imperativo para os países integrantes daquele conjunto hidrográfico, que lhes é comum, e afirmaram que prestarão o seu mais decidido apoio à realização de uma Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia Amazônica; acordaram em esforços no sentido de impedir uma corrida armamentista entre os povos da América; decidiram dar amplo apoio à dinamização dos trabalhos da Subcomissão Técnica de Transportes da Comissão Mista Brasil-Equador, e reunir as Subcomissões de Comércio e de Cooperação Técnica, também da referida Comissão Mista, criadas as duas últimas por troca de notas efetuada no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1965; acordaram em fortalecer a ação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, no sentido do aceleramento da integração da América Latina; no tocante à Aliança para o Progresso, concordaram em que os princípios que regem suas atividades devem orientar-se, sem prejuízo dos fundos destinados às operações normais de desenvolvimento econômico e social de cada país, no sentido de estimular e promover o processo de integração econômica da América Latina.

Guiana

Foi enviada Missão Especial a Georgetown, para as comemorações da independência da Guiana, em 26 de maio, com instruções inclusive de manifestar ao Govêrno que se

instalava a conveniência do estabelecimento de relações diplomáticas.

Participou da Missão, chefiada pelo Embaixador Maury Gurgel Valente, diplomata da Divisão da América Meridional que viajou a Georgetown, uma semana antes das festividades, para estudar as medidas necessárias à eventual instalação da representação brasileira naquela capital, de que resultou circunstanciado relatório sôbre a Guiana, que concluiu por sugerir estabelecesse o Brasil uma Missão em Georgetown, tendo à testa um Encarregado de Negócios a.i., por encontrar-se a nova nação impossibilitada, por motivos financeiros, de instalar uma Embaixada em futuro próximo. Mencionada igualmente a necessidade de desenvolver um sistema de transporte com a Guiana e estimular o progresso econômico do território brasileiro fronteiriço.

Paraguai

As relações entre o Brasil e o Paraguai, no início de 1966, apresentavam problemas em vista da decisão, daquele país, de considerar não concluídos e homologados os trabalhos de demarcação da fronteira, em pequena área na região de Sete Quedas.

A polêmica que se desencadeou, no Paraguai, a respeito do assunto, e o clima emocional que em conseqüência se criou, constituíram os motivos da conjuntura então existente.

A 25 de março de 1966, pela nota nº 92, da Embaixada em Assunção, o Govêrno brasileiro, em resposta a comunicações da Chancelaria paraguaia, reiterou sua posição no sentido de que "não admite a existência de qualquer pendência de limites", "uma vez que a fronteira entre os dois países ficou integralmente definida nos Tratados de 1872 e 1927 e perfeitamente demarcada, outrossim, no que se refere ao disposto no primeiro daqueles documentos, pela

Comissão Mista Demarcadora, reunida entre 1872 e 1874". A nota nº 92, em que o ponto-de-vista brasileiro é manifestado com serena e firme clareza, constitui um verdadeiro estudo sôbre a fixação e a demarcação da linha fronteiriça.

Posteriormente, o Ministro das Relações Exteriores combinou com o titular das Relações Exteriores do Paraguai, Senhor Sapena Pastor, um encontro para reexame, em profundidade, das relações entre os dois países e consideração atenta das possibilidades de cooperação no domínio do aproveitamento dos recursos hidrelétricos, no desenvolvimento da faixa fronteiriça e no melhoramento das vias de comunicação.

A reunião se celebrou, alternadamente, em Foz do Iguaçu e Pôrto Presidente Stroessner, nos dias 21 e 22 de junho de 1966, e o documento então assinado — a "Ata das Cataratas" — constitui uma base extraordinária para o entendimento entre ambos os países e a realização de um vasto trabalho em comum em todos os pontos de interêsses recíproco.

Pela "Ata das Cataratas", então assinada, estabeleceu-se a disposição dos dois Governos de proceder, de comum acôrdo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas e em particular dos recursos hidráulicos pertencentes, em condomínio, aos dois países, no Salto de Sete Quedas ou Salto de Guaíra; formalizou-se a aceitação, pelo Paraguai, do convite para a reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados ribeirinhos da Bacia do Prata, destinado a proceder o planejamento global daquela área; adotaram-se medidas para a melhoria da navegação internacional ns águs do rio Paraguai e reafirmou-se o "vivo" desejo de superar, dentro de um espírito de boa vontade e de concórdia, qualquer dificuldade ou problema, achando-lhes solução compatível com os interêsses de ambas as nações.

Dentro dessa orientação, a Ata assinala que, nas conversações havidas, prevaleceu o espírito construtivo que caracteriza a "sempre crescente e fraternal união entre o Brasil e o Paraguai".

A partir da reunião de Foz do Iguaçu, as relações entre os dois países se vêm desenrolando dentro de um clima de cooperação profícua. Os pontos de diferença cederam o passo ao desejo de uma aproximação maior, no interêsse do desenvolvimento e da integração.

A Comissão Mista para estudo e aproveitamento dos cursos hidráulicos está sendo constituída e o Paraguai se prepara para tomar parte na reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata.

Por outro lado, a Comissão Mista Paraguaio-Brasileira trabalha na construção da rodovia Concepción-Pedro Juan Caballero, com o que rica e extensa área do país vizinho terá comunicações fáceis com Mato Grosso e São Paulo. Da mesma forma, com as obras de pavimentação da estrada de Foz do Iguaçu a Curitiba, Assunção ficará ligada, por estrada asfaltada, ao Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo e as exportações paraguaias poderão ter saída pelos nossos portos de Paranaguá e São Paulo, com as facilidades que lhes são asseguradas pelos convênios vigentes.

Peru

Entre 29 de novembro e 1º de dezembro de 1966 realizou-se, a convite do Chanceler Jorge Vásquez Salas, a visita oficial ao Peru do Chanceler Juracy Magalhães, o qual foi recebido pelo Presidente Fernando Belaunde Terry, e manteve, com o Primeiro Mandatário e o Ministro das Relações Exteriores peruanos, proveitosas conversações que abrangeram todos os campos de interêsse dos dois países.

Como resultado das conversações, emitiram os dois Chanceleres um Comunicado Conjunto, no qual, *inter alia*: confirmaram a adesão de seus países aos princípios fundamentais do sistema interamericano, em particular ao da não-intervenção, e reiteraram seu repúdio às ameaças e atos de subversão; renovaram seu apoio à projetada reunião dos Presidentes ame-

ricanos; reafirmaram sua oposição à formação de blocos ou eixos no Continente; reafirmaram sua vontade de prosseguir colaborando no processo de reforma da Carta da OEA; coincidiram em que o desenvolvimento integral e a valorização da Bacia Amazônica constituem imperativo para os países que a ela pertencem e concordaram na conveniência da realização de uma Reunião dos Chanceleres dos Estados que integram essa região; recomendaram o estudo dos meios de interligação rodoviária, a realização da I Reunião do Subcomitê Lima-Brasília, do Comitê Diretor Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem, e a integração dos sistemas de transportes de ambos os países e sua interconexão com a Rodovia Boliviana Marginal da Selva; reafirmaram a necessidade de reunir-se a Comissão Mista, estabelecida pelo Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, de 29 de novembro de 1957; propuseram-se a fortalecer a Associação Latino-Americana de Livre Comércio como órgão básico do processo de integração latino-americana, e emitiram uma série de recomendações sôbre os trabalhos da citada ALALC; o mesmo fazendo no tocante à Aliança para o Progresso, conclamando por uma revisão e reformulação de suas estruturas e organismos institucionais de modo a criar condições de exercício mais amplo das formas de ação multilateral.

Outrossim, durante a mencionada visita, os dois Chanceleres firmaram um Acôrdo Sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assim como concordaram em aperfeiçoar as disposições do Convênio Cultural Brasileiro-Peruano, de 28 de julho de 1945, complementado pelas Notas Reversais de 25 de março de 1958.

Em suma, a tônica da visita do Chanceler Juracy Magalhães à Colômbia, ao Equador e ao Peru pode ser encontrada em dois elementos primordiais: o desenvolvimento conjunto da Amazônia e o processo de integração da América Latina.

Uruguai

Nas relações com o Uruguai sobressaiu o esfôrço dedicado à solução dos problemas de comércio entre os dois países. Nesse sentido conduziram-se em Montevidéu negociações para o reescalonamento da dívida uruguaia e a conclusão de acôrdo de reserva de mercado para o trigo uruguaio, a vigorar por três anos, a partir de 1967.

Essas negociações seguiram-se às conversações mantidas em Montevidéu pelo Senhor Ministro de Estado, em sua visita oficial, de 20 a 21 de outubro. Nessa oportunidade os Chanceleres criaram a Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Uruguaia, que se ocupará do incremento do comércio nos dois sentidos e de formas de estimular a cooperação econômica entre o Brasil e o Uruguai, tanto no âmbito bilateral como multilateral. A Comissão, que se reunirá no próximo ano, deverá preparar oportunamente um estudo da integração fronteiriça, pavimentação de rodovias, melhoramento e construção de pontes e incremento da interconexão elétrica entre os dois países.

A ponte Quaraí-Artigas, que vinha sendo objeto de estudos desde 1947, chegou finalmente à fase de início de construção, com a assinatura do contrato da obra, que coube a uma firma brasileira.

A Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia de Melhoramento da Bacia da Lagoa Mirim, instituída por Notas Reversais de 26 de abril de 1963, continuou a preparação de seu plano de trabalhos, que cobrirá uma área de 66.260 km2, dos quais 33.260 km2, com seiscentos mil habitantes, em território nacional. A Comissão Mista recebeu, para seu cometido, substancial ajuda das Nações Unidas. Os estudos, que terão uma duração de quatro anos, compreendem o desenvolvimento integrado da área, o contrôle das enchentes e da salinização, a recuperação de terras, regularização e melhoramento da navegação na lagoa e sua conexão com o mar,

irrigação, drenagem, abastecimento de águas e desenvolvimento econômico e social em geral.

Outro ponto de importância, no campo das relações Brasil-Uruguai, e com perspectivas de atingir ainda maior relêvo, é o da interconexão das respectivas rêdes elétricas, objeto dos estudos da Comissão de Interconexão Elétrica Regional. Cabe considerar que, nessa parte do hemisfério, os dois países são pioneiros no particular. As interligações entre Santana do Livramento e Rivera, Quaraí e Artigas, Rio-Branco e Jaguarão funcionam a contento. A área de ação é extremamente ampla e o que se fêz, até agora, constitui, quase certamente, apenas o início de nôvo capítulo na história das relações brasileiro-uruguaias.

Na fronteira com o Uruguai tomam-se medidas para a unificação das respectivas rêdes de transportes: o Brasil pavimenta a BR-471, entre Pelotas e o Chuí e concedeu prioridade à BR-116, entre Pelotas e Jaguarão. O Uruguai faz o mesmo com a "Ruta 18", entre Rio Branco e Treinta y Tres. Também são importantes, e requerem medidas análogas, a BR-153 — Aceguá-Bagé e a BR-377 — Quaraí-Alegrete.

Plano Itamaraty — I

Para o Desenvolvimento da Fronteira Sul

Com instruções do Senhor Secretário-Geral de Política Exterior, rumou para a região da fronteira sul do país, no mês de agôsto, Missão constituída de elementos do Itamaraty, do Banco do Brasil, do FINEP, do Ministério do Planejamento, da Superintendência do Plano de Valorizaçãço Econômica da Fronteira Sudoeste e de um assessor da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul. Nos contactos mantidos com as autoridades municipais e entidades classistas privadas, a Missão pôde colhêr uma série

de informações sôbre os problemas que afetam a economia da região, em geral, e, em particular, tomou conhecimento de aspirações específicas dos municípios. Estas observações foram expostas na capital gaúcha, em reunião no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul da qual participaram o Secretário da Economia do Govêrno do Estado, o Presidente do BNDE e o Presidente da Associação Comercial de Pôrto Alegre. Nessa reunião, a Missão recolheu novos subsídios e esclarecimentos para o seu trabalho. Ainda em Pôrto Alegre, seguiu-se outra reunião promovida pelo Presidente do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, com a presença de representantes do FIERGS, FARSUL, FECOLA e Associação Comercial. A Missão, concluídos os seus trabalhos *in loco*, elaborou circunstanciado relatório que serviu de base para uma série de medidas a serem providenciadas pelo Itamaraty, para atender às reivindicações da região sul, medidas estas no campo da assistência técnica e financeira internacionais e no âmbito da cooperação técnica e econômica bilaterais. Com vistas ao levantamento de prioridades, em bases técnicas, para a ação do Plano Itamaraty-I, o FINEP propôs ao Senhor Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Manoel Pio Corrêa Junior, e êste aprovou, a criação de uma grupo de trabalho constituído de representantes do Itamaraty, BNDE e FINEP.

Restabelecimento de relações diplomáticas com a Venezuela

O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, em telegrama ao Senhor Juracy Magalhães, manifestou, a 30 de dezembro último, o propósito de seu Govêrno de restabelecer relações diplomáticas com o Govêrno brasileiro.

O Itamaraty assentiu à proposição venezuelana.

Conferência de Chanceleres dos Países da Bacia Amazônica. Reunião de Manaus

Encontravam-se quase concluídos, no final de 1966, os estudos para a realização de uma reunião, em Manaus, dos Embaixadores do Brasil nos países da Bacia Amazônica.

A Reunião de Manaus seria desdobrada em duas partes. Na primeira, os Chefes de Missão exporiam os projetos, na região amazônica, dos Governos junto aos quais estão acreditados. Enfocariam, sob todos os ângulos, os problemas das respectivas Amazônias e ouviriam, das autoridades brasileiras competentes, informações sôbre o planejamento nacional. A segunda parte da reunião seria semelhante ao tipo, já consagrado, dêsses encontros.

Os Governos do Peru, Colômbia, Bolívia e Equador, convidados pelo Senhor Ministro de Estado, aceitaram participar de uma Conferência para exame em comum dos problemas amazônicos.

A instalação da Reunião de Manaus foi fixada para 11 de janeiro de 1967.

Conferência dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata

O Ministro das Relações Exteriores do ex-Presidente Illia, Dr. Miguel Angelo Zavala Ortiz, convidou os países da área do Prata — Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia — para uma conferência destinada a examinar a possibilidade de um planejamento global dos problemas da Bacia do Prata. O Govêrno brasileiro aceitou o convite, confirmado pelas novas autoridades argentinas.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Xª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores

A Xª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores continuou seus trabalhos, em intenso ritmo, durante todo o ano de 1966, havendo contribuído, de maneira positiva e eficaz, para a restauração da paz e da tranqüilidade na República Dominicana.

O Presidente Provisório, Hector Garcia Godoy, trabalhou incansàvelmente ao lado da Comissão *ad hoc* da Xª Reunião de Consulta e teve de enfrentar sérios problemas decorrentes de agudas crises internas nos campos político, econômico e social. Os elementos "extremistas", passíveis de perturbar, ainda mais, o difícil entendimento entre os diversos grupos antagonistas, foram hàbilmente enviados para o exterior, designados para ocuparem cargos de "adidos" junto às Embaixadas no estrangeiro.

Por outro lado, iniciou-se, já nos primeiros meses de 1966, a intensa e turbulenta atividade eleitoral, cujos trabalhos foram facilitados pela assessoria de uma "Junta Eleitoral", criada pelo Presidente da República, de uma "Comissão Eleitoral de Assistência ao Govêrno Provisório" (integrada pelos Senhores: Richard Scammon, dos Estados Unidos da América, Eduardo Arroio Lameda, da Venezuela e Juan Pedro Zeballos, do Uruguai), além da colaboração, sempre operante, da Comissão *ad hoc* da Xª Reunião de Consulta.

Preliminarmente, esboçaram-se três candidaturas, apoiadas pelos diferentes partidos políticos do país: Joaquín Balaguer (Partido Reformista), Rafael Bonneli (Partido Liberal Evolucionista) e Juan Bosch (Partido Revolucionário Dominicano). O Partido Comunista declarou a sua solidariedade à candidatura de Juan Bosch que, não obstante, rechaçou tal apoio, através de uma declaração. Ainda com relação a

Bosch, deve-se salientar que o líder revolucionário dos constitucionalistas dominicanos reiterou, por várias vêzes, a opinião contrária à realização de eleições, de vez que, segundo Bosch, não havia clima para a celebração de eleições honestas.

Posteriormente, Joaquín Balaguer recebeu o apoio do Partido Democrata Cristão e dos Partidos Liberal Evolucionista e de Ação Revolucionária que, algum tempo antes, haviam cerrado fileiras ao lado de Rafael Bonneli.

A campanha de Bosch se caracterizou pelo seu cunho de um profundo "antiamericanismo" e pela apregoação da necessidade de se realizarem as reformas econômicas e sociais. Os outros dois candidatos — Bonneli e Balaguer — mais moderados, também preconizaram a necessidade das reformas que viessem favorecer o soerguimento da economia dominicana. Não obstante, com mais ou menos intensidade, os três candidatos salientaram a conveniência da retirada da Fôrça Interamericana de Paz (FIP) do território dominicano, tão logo fôsse possível.

Em junho de 1966, foram realizadas as eleições na República Dominicana, que se processaram em ambiente de relativa calma e que consagraram a vitória de Joaquín Balaguer para a Presidência e de Francisco Augusto Lora para a Vice-Presidência. Em seguida, Balaguer recebeu o apoio de Bonneli, embora o mesmo não tenha ocorrido com relação a Juan Bosch. O entendimento «Balaguer-Bosch» foi conseguido graças ao árduo trabalho desenvolvido pela Comissão *ad hoc* da Xª Reunião de Consulta, ficando, destarte, resolvido o problema do antagonismo entre os dois líderes dominicanos.

O Secretário de Estado das Relações Exteriores da República Dominicana, Doutor Carlos Federico Pérez y Pérez, apresentou formalmente à XXVI Sessão Plenária da Xª Reunião de Consulta, realizada em 24 de junho de 1966, o pedido de retirada da FIP do solo dominicano, havendo acrescentado que tal medida deveria ser iniciada antes de 1º de julho e concluída até 30 de setembro de 1966. Nessa oportunidade,

o Representante do Brasil e Presidente do Conselho da OEA afirmou o seu apoio à proposta dominicana e apresentou um projeto de resolução sôbre a retirada da FIP, no qual constam, entre outros, os seguintes pontos principais:

1. A retirada da FIP seria iniciada antes de 1º de julho de 1966 e concluída dentro do prazo de 90 dias a contar da data do início da retirada;
2. Encomendou à Comissão "ad-hoc" que, de acôrdo com o Govêrno da República Dominicana, expedisse instruções aos contingentes da FIP sôbre a data e a forma de retirada;
3. Solicitou o encaminhamento do teor da aludida resolução ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O projeto de resolução acima mencionado foi aprovado, durante a XXVI Sessão Plenária, por 18 votos a favor e 1 abstenção.

I Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina — "Conferência Tricontinental"

Reuninu-se em Havana, de 3 a 15 de janeiro de 1966, a "I Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina", chamada "Tricontinental", a qual estabeleceu uma "Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina", cujos principais objetivos são:

> "Unir, coordenar e impulsionar a luta dos povos da África, Ásia e América Latina contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, encabeçados pelo imperialismo norte-americano.

"Prestar efetivo apoio aos movimentos de libe-ração nacional nos três continentes, utilizando todos os meios ao seu alcance.

"Sustentar a luta revolucionária como um direito imprescritível e inalienável dos povos contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo.

"Organizar a solidariedade dos povos dos três continentes e servir de ligação permanente entre os vários movimentos vinculados a esta Organização.

"Encarregar-se do cumprimento das medidas adotadas pela Iª Conferência Tricontinental".

Em 2 de fevereiro, o Conselho da OEA resolveu encarregar a Comissão Especial para Estudar as Resoluções II, numeral 1, e VIII da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores ("Comissão Lavalle") de fazer um estudo urgente sôbre as deliberações, conclusões e projeções da citada Conferência e apresentar as suas recomendações ao Conselho.

No dia 2 de novembro, a Comissão Especial apresentou o seu relatório, com as respectivas recomendações.

Quanto ao "Relatório Lavalle", já enviado aos Governos dos países-membros, deverão êstes examinar as providências recomendadas e, na medida em que o permitam as respectivas Constituições e legislações internas, aplicá-las em seus territórios.

Comissão Especial do Panamá

A Reunião da Comissão Especial do Panamá foi etapa decisiva no encaminhamento da Reforma da Carta da OEA. Procurou-se cristalizar, em definitivo, o equilíbrio de vontades conseguido na IIª CIE, chegando-se a um acôrdo, con-

substanciado na Ata do Panamá, que deverá ser submetida à apreciação da IIIª CIE.

A Comissão Especial procurou, sempre, nos seus trabalhos, preservar o consenso do Rio de Janeiro, e onde não foi possível chegar-se a um entendimento satisfatório, como na matéria econômico-social, a Reunião do Panamá serviu para delimitar com clareza as áreas de negociação, o que facilitou o trabalho da IV Reunião Extraordinária do CIES, e aproveitará, com tôda certeza, as deliberações da IIIª CIE.

Das disposições emanadas da Ata do Panamá, vários artigos mereceram observações de diferentes países, encaminhadas ao Conselho da OEA, observações essas que serão, também, submetidas à apreciação da IIIª CIE, juntamente com a Ata do Panamá.

Assim, enquanto a Comissão Especial pôde deliberar com segurança sôbre vários assuntos, dando-lhes, em forma articulada, feição que parece ser definitiva, como na elaboração das normas referentes aos Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados, requisitos para os Membros, Princípios e Propósitos que devem orientar a Organização, em outros não conseguiu obter um consenso, como na parte referente às Normas Econômicas e Sociais, vetadas pelo representante dos Estados Unidos da América, e que foram objeto da IV Reunião Extraordinária do CIES.

Por outro lado, o acôrdo a que se havia chegado em Panamá, em alguns itens, viu-se contrariado pelas mencionadas observações de alguns países, encaminhadas ao Conselho da Organização, referentes principalmente às normas estruturais que presidirão a futura Organização, tais como as concernentes à Assembléia Geral, aos Órgãos, à Reunião de Consulta, aos Conselhos, à Secretaria-Geral, à Comissão Jurídica Interamericana etc..

IV Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), em nível técnico e nível ministerial

Buenos Aires, 15 de março a 1º de abril de 1966.

A IV Reunião Anual do CIES teve como objetivos principais :

1. examinar as realizações do 1º Qüinqüênio da Aliança Para o Progresso;
2. traçar o programa de ação para o futuro próximo;
3. dar cumprimento a mandatos decorrentes da Ata do Rio de Janeiro e de Resoluções aprovadas na IIª CIE;
4. aprovar o programa de trabalho, a proposta orçamentária e outras tarefas de caráter administrativo.

1. *Realizações do 1º Qüinqüênio da Aliança Para o Progresso*

São as seguintes as conclusões da análise levada a efeito em nível técnico:

a) não foi atingido o índice mínimo de aumento da renda *per capita* na América Latina (2,5%), previsto na Carta de Punta del Este;

b) o comércio exterior, embora aumentasse ligeiramente, não apresentou índices de expansão comparáveis aos de outras áreas, não havendo, por isso, a América Latina recuperado, sequer, a participação percentual que já teve no comércio mundial;

c) os preços dos produtos primários continuaram a cair, salvo casos isolados como o do café, graças ao acôrdo internacional;

d) os mecanismos de financiamentos compensatórios das perdas de divisas por causas exógenas continuam insatisfatórios;

e) agravou-se o problema de tratamento preferencial não discriminatório das exportações de países em desenvolvimento, a despeito dos princípios aprovados pela CNUCD, e as expectativas criadas pelo Kennedy Round e "waver" australiano;

f) a diversificação de exportações, prejudicada pela inexistência de maiores facilidades de acesso aos mercados mundiais, continuou padecendo da falta de organização dos países e das distorsões internas: as primeiras criam obstáculos burocráticos às exportações; as segundas impedem a produção a preços competitivos. São exceções notáveis nesse particular o Brasil, o México e, até certo ponto, a Argentina, que já adotaram providências corretivas;

g) as reformas de base, principalmente a reforma agrária e as reformas fiscais, monetária, educacional, continuam na fase de declarações líricas, muito mais do que de realizações positivas. Ainda aqui, a exceção única é o Brasil, cujo vigoroso esfôrço de reformas institucionais apenas se iniciou efetivamente com o advento do atual Govêrno.

Além dêsses aspectos negativos, ocorreram os seguintes fatos positivos:

a) criação de uma consciência continental de que os problemas do subdesenvolvimento não podem ser resolvidos sòmente com a ajuda externa: esta é simplesmente complementar ao vigoroso e indispensável esfôrço interno, a uma *verdadeira mobilização para o desenvolvimento;*

b) amplos progressos na técnica de elaboração de programas nacionais de desenvolvimento e de preparação de projetos;

c) a discussão em foros internacionais dos problemas básicos do subdesenvolvimento permitiu identificação dos

diagnósticos e formulação dos princípios doutrinários para a sua solução;

d) constituíram-se e se aperfeiçoaram instituições nacionais de coordenação do desenvolvimento e de aproveitamento de recursos da Aliança;

e) as agências financiadoras: AID, BID e o próprio BIRD mostram tendências menos rígidas e melhor compreensão dos problemas dos países subdesenvolvidos;

f) o Govêrno dos Estados Unidos da América decidiu prolongar o limite de duração da Aliança além dos 10 anos inicialmente previstos.

2. *Programa de ação*

Foi adotado um programa prático de ação, concentrado em alguns objetivos, cuja realização pudesse ser verificada em cada reunião anual do CIES, e que compreende:

1. *Esfôrço interno*:

a) mobilização de poupanças;
b) política orçamentária e fiscal;
c) desenvolvimento agropecuário;
d) desenvolvimento industrial;
e) coordenação institucional entre as repartições encarregadas de programar o desenvolvimento e as autoridades superiores políticas e administrativas.

2. *Comércio exterior*:

a) aplicação de convênios sôbre produtos básicos;
b) coordenação da posição interamericana na CNUCD, no GATT, etc.;
c) promoção e diversificação de exportações;

d) criação de uma agência interamericana de exportações;
e) intercâmbio de produtos alimentícios entre os países da América Latina;

Financiamento externo:

a) financiamentos para custos locais;
b) financiamentos compensatórios;
c) revisão de requisitos para contratação de empréstimos;
d) centralização numa autoridade nacional da coordenação da obtenção de empréstimos externos;

4. *Integração econômica*:

a) criação de um fundo de pré-inversão para projetos multinacionais;
b) políticas e programas de inversões regionais;
c) aspectos financeiros da integração;
d) medidas em favor dos países relativamente menos desenvolvidos;

5. *Educação e Tecnologia*:

a) alfabetização e educação técnica;
b) adoção de inovações tecnológicas para o desenvolvimento integrado, nos campos da energia, telecomunicações e usos múltiplos de recursos hidráulicos;

6. *Desenvolvimento Social*:

a) saneamento;
b) previdência social.

3. *Cumprimento de mandatos decorrentes de Resoluções da II CIE*

a) Resolução VIII da II CIE, relativa à criação de um Fundo Interamericano para Situações de Emergência.

Foi aprovado o estatuto do Fundo, que se destinará a prestar auxílio, sem considerações de ordem política, sob a forma de alimentos, equipamentos médicos e medicamentos, ou sob outra forma de assistência econômica e técnica, a qualquer país que se achar ameaçado de uma situação de emergência, seja qual fôr a origem da mesma, ou que houver atravessado ou estiver atravessando tal situação.

b) Resolução VII da II CIE sôbre Mecanismos Dependentes do CIES.

b.1) Comissões Especiais do CIES. Aprovou-se uma Resolução pela qual as Comissões do CIES deixam de ser permanentes, sòmente se reunindo por convocação do CIAP, ou dos países, por intermédio do CIAP.

b.2) Grupo dos Nove Técnicos. Foi reduzido o Grupo de nove para cinco técnicos, os quais, por sua vez, passaram à condição de assessôres do CIAP.

c) Ata Econômico-Social do Rio de Janeiro (Resolução II da II CIE).

Reafirmaram-se os princípios contidos na Ata Econômico-Social do Rio de Janeiro, como orientadora da reforma da Carta da OEA.

4. *Aspectos administrativos e orçamentários*

Aprovou-se o programa-orçamento da União Pan-Americana na esfera de competência do CIES, para o período 1966-67. Foi também aprovado o programa-orçamento do Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento (FEAD), para 1966.

Fizeram-se os oferecimentos de contribuições ao FEAD, tendo o Brasil oferecido a quantia de US$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares).

Declaração Especial

A Reunião em Nível Ministerial aprovou uma Declaração Especial (1-M/66), pela qual se encarregou o Secretário-Geral da OEA de efetuar consultas com os Governos dos Estados-membros sôbre a conveniência de que se realize uma Reunião de Chefes de Estado dos países do Sistema Interamericano, para dar impulso político mais eficaz à Aliança para o Progresso.

IV Reunião Extraordinária do CIES

A Reunião Extraordinária do CIES foi convocada após os contactos travados com as principais Chancelarias latino-americanas pelo Senhor David Bronheim e pelo Embaixador Lincoln Gordon, em tôrno de um nôvo texto de normas econômico-sociais. O Govêrno norte-americano julgou possível encontrar bases para um entendimento que lhe permitiria retirar a reserva que opôs ao capítulo VII da Ata Final do Panamá. Essa, a razão precípua da convocação extraordinária do CIES.

As conclusões do CIES conservam o caráter de uma simples base de entendimentos.

Em resumo, os principais pontos de discussão quanto às Normas Econômicas, na IV Reunião Extraordinária do CIES, foram os seguintes:

1. Quanto ao *esfôrço interno* que cada país deve desenvolver, ficou consignado ser êle uma das condições fundamentais de progresso econômico e social eficazes;

2. No que diz respeito à *modernização da vida rural* ficou estabelecida a necessidade de reformas que conduzam a regimes equitativos e eficazes de propriedade da terra e a maior produtividade agrícola:
3. Ficou consignada, também, a *promoção da iniciativa privada* e da *inversão* em harmonia com a ação do *setor público*. A *expansão* e a *diversificação* de exportações é também recomendada;
4. Os Estados membros procurarão evitar medidas que possam *prejudicar* o *desenvolvimento econômico* e *social* de outros Estados membros.
5. Quanto à *interdependência* entre *comércio exterior* e *desenvolvimento,* todos deverão realizar esforços coletivos, no sentido da eliminação, por parte dos países, de *barreiras alfandegárias* ou não, que afetam as exportações dos aíses do sistema. Segue-se, entretanto, uma cláusula de salvaguarda americana.
6. *Diversificação das exportações* e ampliação das oportunidades de exportar produtos manufaturados e semimanufaturados dos países em desenvolvimento;
7. Os Estados-membros reafirmam, além disso, o princípio de que os países mais desenvolvidos não devem esperar, quando efetuarem concessões em matéria de redução ou eliminação de tarifas ou outras barreiras ao comércio exterior, concessões recíprocas dos países menos desenvolvidos, que sejam incompatíveis com seu desenvolvimento econômico e suas necessidades financeiras e comerciais.
8. Quanto às Normas Sociais, foi aprovado um Projeto de Ampliação ao Anteprojeto do Panamá, capítulo VIII, com modificações propostas por várias Delegações. Entretanto, o objetivo da harmonização das diferentes legislações dos países americanos

está, também, consignado nos objetivos do projeto aprovado, e isso constitui passo fundamental rumo à integração latino-americana.

Eleição no Conselho da Organização dos Estados Americanos

Em 16 de novembro de 1966, foram realizadas eleições para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho da OEA, havendo sido eleitos, respectivamente, o Embaixador Eduardo Ritter Aislan, Representante do Panamá, e o Embaixador Raul Diez de Medina, Representante da Bolívia.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

Principais temas

O ano de 1966 consolidou definitivamente a tendência de avançar num esquema de integração econômica continental. Com êste objetivo, prosseguiram, na Organização dos Estados Americanos, os trabalhos de preparação da agenda para a Reunião de Presidentes, cuja realização responde a um arraigado e amplo anseio de todos os países americanos. Verificaram-se ainda esforços por parte do Banco Interamericano, Comissão Econômica para América Latina, Aliança para o Progresso e da própria Associação Latino-Americana de Livre Comércio, no sentido de reorientarem seus respectivos programas em função da idéia de integração, que empolga a imaginação dos povos americanos e desafia a capacidade de seus técnicos. No plano sub-regional, vários entendimentos foram celebrados, notadamente um acôrdo sôbre tráfego rodoviário e uma reunião de Chefes de Estado em Bogotá, por ocasião da posse do Presidente Carlos Lleras Restrepo.

No âmbito da ALALC novos esforços foram despendidos na grande tarefa de incrementar, em bases multilaterais, o comércio entre os países do continente. Em particular, no que se refere ao comércio do Brasil com a ALALC, as importações da Zona não acompanharam a tendência declinante que se verifica no nosso comércio global, mas têm aumentado substancial e firmemente, de tal maneira que, tomando como base o ano de 1961, registrou-se, até 1965, um acréscimo de cêrca de 322%, ou seja, de US$ 45 milhões passou-se a US$ 190,4 milhões.

Por outro lado, no mesmo período, as exportações brasileiras aumentaram em 107%, ou seja, passaram de US$ 95,2 para US$ 197,4. Enquanto isso a participação na totalidade de nosso comércio exterior do intercâmbio com os países da Zona progredia de 4,9% para 14,4%. No ano de 1965, pela primeira vez, uma conjuntura favorável ao Brasil propiciara um saldo positivo nas trocas com a Zona, situação que voltou a se repetir em 1966. Os dados estatísticos para 1966 registram, entretanto, cifras ligeiramente inferiores às do ano anterior, em virtude de certas variações na composição de nosso comércio, entre as quais seria interessante salientar a diminuição das exportações argentinas e chilenas de trigo e cobre, respectivamente, e o decréscimo das compras argentinas de produtos siderúrgicos brasileiros. Outrossim, o grau de diversificação alcançado em nossa pauta de exportação para a ALALC é bem ilustrativo da importância de que a Zona de Livre Comércio se reveste para os interêsses do comércio exterior brasileiro no continente.

No caso do Brasil, o êxito comercial registrado, se bem que auxiliado em grande medida pelas preferências obtidas nos mercados dos demais países, deve-se, fundamentalmente, ao esfôrço de penetração desenvolvido pelos empresários brasileiros e às medidas adotadas pelo Govêrno no sentido de modernizar e adequar às realidades atuais o nosso sistema de comércio exterior, especialmente no que se refere à exportação.

Assistiu-se, ainda, em 1966, na ALALC, à auspiciosa incorporação de dois novos membros, Venezuela e Bolívia, com o que, excetuadas as Guianas, todos os países da América do Sul passam a participar do organismo. Se de um lado o aumento da área geográfica constitui um fator que demonstra o acêrto das soluções até aqui encontradas, do outro, a diversidade das situações internas, dos instrumentos legais e das políticas dos diversos países contribui para limitar relativamente, no tempo, o progresso de certas etapas do caminho que conduz à integração econômica regional.

O principal problema que impediu que o comércio intrazonal superasse os 125% de crescimento a partir de 1961 foi, sem dúvida, o sistema de negociações empregado — seleção casuística de produtos — e que tem merecido atenção especial do Govêrno brasileiro que, nos últimos anos, preocupou-se em apresentar vários projetos de resolução visando a obviar seus inconvenientes quer através de um mecanismo automático de negociações, em função de um adequado programa de compromissos, quer através de proposta para que as Partes Contratantes adotassem, coletivamente, uma política de amplos acôrdos de complementação industrial prevendo um mecanismo de desgravação automática.

Até o momento não se pôde chegar a um compromisso preciso que substitua o referido sistema, razão pela qual o Brasil, sem desconhecer as dificuldades internas por que atravessam certos países e que os impedem de responder nosso chamado para ampliar a faixa de liberação comercial, insistirá, no corrente ano, em suas propostas que objetivam conferir maior automaticidade e profundidade ao programa de desgravação da ALALC, ao mesmo tempo que manterá o seu interêsse no sistema seletivo atualmente em vigor, até que se criem condições para ampliar os compromissos do Tratado de Montevidéu, o que se espera possa ser um dos frutos da politização que sofrerá a ALALC com a institucionalização de seu Conselho de Ministros.

Aliás, êste é outro ponto positivo na evolução da ALALC no ano de 1966: a realização da II Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, durante a qual importantes temas foram discutidos e significativos instrumentos subscritos. Além da própria institucionalização do Conselho, foram subscritos, entre outros, um protocolo que facilita a circulação de pessoas nos territórios dos países da ALALC e uma resolução que estabelece um mecanismo provisório para a solução de controvérsias entre as Partes Contratantes e efetuou-se uma recomendação para que o programa de desgravação automática seja devidamente estudado e apresentado sob a forma de um projeto que será examinado na próxima reunião de Ministros.

Outros assuntos

Aplicação da Resolução 71 (III): O Comitê Executivo Permanente criou um Grupo Especial de Estudos, a fim de investigar as atividades industriais e quaisquer outras atividades produtivas, que se possam desenvolver nos territórios dos países a que se refere a Resolução 71 (III), isto é, os chamados países de menor desenvolvimento econômico relativo. O Grupo iniciou seus trabalhos visitando, a pedidos, o Peru e a Colômbia.

Financiamento das exportações agrícolas zonais: O tema foi incluído na Agenda da III Reunião da Comissão Assessôra de Assuntos Agropecuários que, considerando sua importância e estreita vinculação com diversos aspectos da política financeira das Partes Contratantes entendeu por bem fôsse o assunto tratado pelos órgãos pertinentes da Associação.

Difusão e Promoção da ALALC: Dando cumprimento à Resolução nº 14 da I Reunião do Conselho de Ministros

da ALALC, o Comitê Executivo Permanente recomendou a tôdas as Partes Contratantes a inclusão do tema "ALALC e Integração Econômica" nos currículos dos estabelecimentos de ensino de todos os países membros. Com relação ao programa de difusão e promoção dos objetivos e meios de ação da ALALC o Comitê, ao fazer a revisão do regulamento orgânico da Secretaria, criou um serviço de promoção e difusão que, a partir de 1967, terá a tarefa de promover e popularizar na América Latina os ideais da Associação e da própria integração econômica.

Estudo dos Recursos e Possibilidades de Produção de Fertilizantes: O tema está sendo examinado no seio do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso com a colaboração de outros organismos internacionais e da Secretaria da Associação, encarregada de fornecer tôdas as informações necessárias acêrca dos níveis de gravames aplicados pelas Partes às importações de fertilizantes. O assunto será também objeto das atenções da Comissão Assessôra de Desenvolvimento Industrial, que se deverá reunir de 20 a 25 de fevereiro do corrente ano.

Constituição de um Fundo Regional de Pré-Inversão: Em julho de 1966, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atendendo à recomendação da I Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos países da ALALC, criou o "Fundo de Pré-Inversão para Integração da América Latina". A Secretaria da Associação iniciou imediatamente gestões com o representante do BID a fim de formalizar acôrdos de cooperação técnica que permitam estabelecer programas conjuntos de trabalho. Para o exame do assunto, a Divisão da ALALC tem-se valido dos conhecimentos técnicos da Divisão de Estudos Setoriais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do próprio Ministério do Planejamento.

Cláusulas de Salvaguarda: A Conferência das Partes Contratantes delegara ao Comitê a faculdade de conhecer e decidir sôbre a aplicação das medidas previstas nos artigos 23, 24 e 25 do Tradado de Montevidéu — referentes à aplicação das cláusulas de salvaguarda — a fim de regulamentar suas disposições. O tema encontra-se ainda na dependência de um pronunciamento do Comitê.

Concessões estacionais: A Conferência das Partes Contratantes delegara também ao Comitê Executivo Permanente a faculdade de adotar normas e procedimentos que permitissem a outorga de concessões estacionais sôbre produtos agropecuários. Com base nas recomendações da Comissão Assessôra de Assuntos Agropecuários encomendou-se à Secretaria a preparação dos estudos correspondentes, que resultaram num projeto de resolução encaminhado à Conferência e que não logrou obter os votos necessários para sua aprovação.

Calendário para o programa de ação da Resolução 100 (VI): Dando cumprimento ao disposto nas Resoluções 142 (V) e 16 (da I Reunião de Ministros), foi adotada uma Resolução estabelecendo um calendário preciso para o cumprimento do programa de ação da Resolução 100 (VI), de 1964, que, como se recorda, representou o primeiro passo decisivo da ALALC no caminho da integração econômica regional.

Assuntos Industriais: Os grupos de estudos criados pela Resolução 50 do Comitê prosseguiram seus trabalhos nos campos da siderurgia, petroquímica, papel e celulose. Os dois primeiros concluíram seus estudos e apresentaram possíveis esquemas de integração para os respectivos setores, que serão considerados na próxima reunião da Comissão Assessôra de Desenvolvimento Industrial. No Grupo de Siderurgia o Brasil fêz-se representar por funcionários do Instituto

Brasileiro de Siderurgia e da Companhia Siderúrgica Nacional; no Grupo da Petroquímica, por funcionários do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobrás.

Política Comercial: Durante o ano de 1966 prosseguiram os estudos relativos à harmonização dos tratamentos externos aplicados à importação de mercadorias e à elaboração, progressiva, de um projeto de tarifa externa comum. Procede-se no momento à elaboração dos quadros comparativos de níveis de gravames e restrições aplicados à importação de mercadorias provenientes de terceiros países, e que deverão estar concluídos no primeiro semestre do corrente ano, com base nas informações apresentadas pelas Partes Contratantes. No exame dos temas de política comercial a Divisão da ALALC tem trabalhado em estreita colaboração com o Conselho de Política Aduaneira, do Ministério da Fazenda.

Nomenclatura: Prosseguiram os trabalhos de elaboração de um projeto de nomenclatura aduaneira comum; dispôs a Resolução 98 do Comitê que o trabalho deverá estar concluído até 30 de setembro do corrente ano. A Divisão da ALALC,em cooperação com os técnicos do Conselho de Política Aduaneira, tem examinado diversos pedidos de industriais brasileiros para o desdobramento ou revisão de itens da atual nomenclatura — NABALALC.

Assuntos Monetários: Durante 1966 entrou em funcionamento o sistema de compensação multilateral de saldos e acôrdos de crédito recíproco entre os Bancos Centrais dos países da Zona. O Banco Central de Reserva do Peru, como "Banco Agente" do sistema, organizou as primeiras compensações bimestrais, com resultados satisfatórios. Infelizmente, até o momento, não foi possível a nosso país concluir qualquer acôrdo dêsse tipo com seus parceiros da ALALC: uma posição, diríamos, de princípio tem-nos impedido de concluir acôrdos que não permitam aos usuários optar por que tipo de conta preferem fazer seus pagamentos. Um

sistema de utilização obrigatória, do ponto-de-vista brasileiro, seria de utilidade duvidosa, pois não teria condições de testar sua própria eficiência. Prevê-se, todavia, que para o ano de 1967 lograr-se-á encontrar uma fórmula conciliatória entre os sistemas de uso obrigatório, adotado pela maioria dos países, e a posição brasileira.

Atividade Seguradora: A primeira reunião de Seguradores dos países da ALALC realizou um exame dos mercados de seguros e resseguros da Zona, analisou as possibilidades de desenvolver o mercado regional de resseguros e de seguro de crédito à exportação e examinou as normas que regem a contratação dos seguros de transporte. Resolveu-se ainda criar um grupo de trabalho com a tarefa de preparar as bases para uma metodologia que permita sistematizar os principais dados sôbre a estrutura e o desenvolvimento da atividade seguradora regional. O Brasil fêz-se representar através de funcionários do Instituto de Resseguros do Brasil.

Reuniões Setoriais: Os resultados logrados pelo programa de reuniões setoriais para 1966 foram da maior utilidade para a implementação dos objetivos de liberação comercial da ALALC. Às vinte reuniões realizadas compareceram cêrca de 880 empresários que formularam um total de 568 recomendações de desgravações para as diversas Listas Nacionais e 416 recomendações referentes a projetos de acôrdos de complementação industrial. O Brasil estêve presente a quase tôdas as reuniões, através de representantes de vários Sindicatos e Associações de classe, devendo-se destacar que as recomendações da indústria constituíram o cerne de nossas negociações na VI Conferência, principalmente no que se refere aos entendimentos com Argentina e México.

Acôrdos de Complementação Brasil-Uruguai

No mês de junho próximo passado foram assinados em Montevidéu dois acôrdos de complementação, entre o Brasil e o Uruguai, sôbre produtos da indústria de aparelhos elétri-

cos, mecânicos e térmicos, de uso doméstico e sôbre produtos da indústria eletrônica e de comunicações elétricas. Ambos os ajustes, embora do maior interêsse para a indústria nacional, visaram a atender, especìficamente, a situação de emergência da indústria uruguaia, pelo que tiveram que se restringir a um total de 25 posições da NABALALC, prevendo-se, para futuro próximo, a celebração de compromissos mais amplos e entre um maior número de países.

EUROPA OCIDENTAL, ÁFRICA
E
ORIENTE PRÓXIMO

EUROPA OCIDENTAL

Houve intensa atividade diplomática do Brasil na área da Europa Ocidental no decorrer do ano de 1966. Numerosas visitas oficiais ao Brasil de altas personalidades dos mais importantes países da área se sucederam, algumas com caráter de negociação, outras como meras visitas de cortesia. Nessas visitas, que serão comentadas mais pormenorizadamente a seguir, ficou comprovada a crescente prioridade que os países da Europa Ocidental estão concedendo aos assuntos brasileiros e, em especial, ao desenvolvimento econômico do Brasil. Êsse movimento parece resultar da excelente repercussão da política financeira do Govêrno no exterior, o que tem levado alguns dos países europeus mais avançados tecnològicamente a oferecerem maior assistência técnica e financeira ao Brasil.

No campo financeiro, foi resolvido em definitivo o processo relativo à Companhia "Port of Pará", o último item importante do contencioso francês, e terminada a alocação das duas últimas parcelas do Protocolo de Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha, por ocasião da visita do Ministro da Economia daquele país. Igualmente, foi possível alcançar um acôrdo satisfatório com a Companhia Mannesmann, graças à Missão Edmundo Barbosa da Silva. Revestiu-se também da maior significação a assinatura, em Lisboa, pelo Senhor Ministro de Estado, de três acôrdos com o Govêrno português, respectivamente, de Comércio, de Assistência Técnica e Cultural, além de uma importante Declaração de Cooperação Econômica entre os dois países.

O Brasil manteve, em 1966, o regime bilateral de comércio e pagamentos com a Islândia, Dinamarca e Grécia. O acôrdo com Portugal de 9 de novembro de 1949, modificado em 1954, foi denunciado a 7 de setembro, passando o comércio com aquêle país para a área multilateral.

Como nos anos anteriores, o Brasil protegeu os interêsses portuguêses na Índia, o que deu motivo à tramitação, através da Embaixada do Brasil em Nova Delhi, de volumoso expediente, relativo sobretudo à situação dos naturais dos antigos enclaves portuguêses de Damão, Diu e Goa, anexados em 1961 à União Indiana.

O Brasil recebeu, em 1966, a visita do Pirmeiro Ministro da Bélgica, Senhor Van Boyenants e do Ministro do Exterior da Dinamarca, Per Haekkerup. Estiveram também em nosso país, atendendo a convites oficiais do Govêrno brasileiro, um gruupo de seis Senadores franceses, os Ministros da Economia e da Agricultura da República Federal da Alemanha, o Ministro do Comércio da Grã-Bretanha, o Ministro do Planejamento da Espanha, o Ministro para a Reforma Administrativa do Govêrno francês, o Grão-Mestre da Ordem de Malta, o Secretário de Comércio Exterior da França, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da Republica Federal Alemã e o Secretário-Geral do Ministério da Agricultura do mesmo país.

Quatro missões comerciais (finlandesa, dinamarquesa, espanhola e portuguêsa) vieram estudar as possibilidades de incrementar o intercâmbio econômico entre o Brasil e os seus respectivos países, tendo em vista as possibilidades existentes no campo dos investimentos e os resultados obtidos pela política financeira do atual Govêrno.

A missão finlandesa, chefiada pelo Minitsro Reino Honkaranta, Chefe do Departamento Comercial do Ministério das Relações Exteriores, compunha-se de 10 membros, entre os quais o Diretor-Gerente do Banco de Crédito para a Exportação e o Diretor da Carteira de "Clearing" do Banco da

Finlândia, além de diretores de associações relacionadas às indústrias de celulose, papelão e metalurgia. A delegação finlandesa foi recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, que lhe ofereceu um almôço no Itamaraty, e manteve contactos com os Ministros do Planejamento, da Indústria e Comércio e com os Presidentes do Banco Central e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

O Senhor Per Haekkerup, Ministro do Exterior da Dinamarca, durante a sua visita assinou um Acôrdo de Empréstimo de 14 milhões de coroas dinamarquesas, que se destinará, de preferência, à aquisição de equipamento para a indústria açucareira, maquinaria agrícola, máquinas para a indústria de cimento, gado e navios. Manteve o Ministro Haekkerup conversações com as autoridades brasileiras sôbre o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre a Dinamarca e o Brasil e sua provável extinção em futuro próximo.

Em junho, visitou o Brasil o Ministro da Economia da República Federal da Alemanha, Senhor Kurt Schmuecker, a convite da Câmara Teuto-Brasileira de Comércio. No âmbito da visita, realizaram-se contactos com os Ministros do Planejamento, da Fazenda, e da Indústria e Comércio, tendo sido debatidos os principais temas das relações econômicas entre os dois países, especialmente a possibilidade de negociações sôbre um acôrdo de garantia de investimentos. Na ocasião, foram, igualmente, assinados entre o representante do "Kreditanstalt für Wiederaufbau" e os respectivos mutuários brasileiros os últimos convênios relativos à aplicação do montante de 200 milhões de marcos postos à disposição do Govêrno brasileiro pelo Govêrno alemão, através do Protocolo de Cooperação Financeira, firmado em Bonn, em 30 de novembro de 1963.

Em julho estêve no Brasil, a convite do Govêrno, o Secretário do Comércio Exterior da França, Senhor Charles de Chambrun. Em São Paulo, o Secretário de Estado com-

pareceu à Câmara de Comércio Francesa e à FIESP, entidades com as quais realizou ampla troca de pontos-de-vista. Visitou também o importante complexo siderúrgico da COSIPA. Durante sua estada no Rio de Janeiro, o Senhor Charles de Chambrun foi recebido pelo Presidente da República e visitou os Ministros das Relações Exteriores, do Planejamento, da Agricultura, da Indústria e Comércio, da Guerra e da Aeronáutica, bem como o Governador do Estado da Guanabara, o Chefe do Estado-Maior da Armada e o Presidente do Banco Central. Manteve, por igual, contato com a Câmara Francesa de Comércio e com os meios industriais da Guanabara.

Por ocasião dêsses diversos contactos, que se desenrolaram sôbre bases concretas, analisou-se em profundidade o desequilíbrio do intercâmbio comercial entre o Brasil e a França, e os meios de reajustamento tanto pelo aumento em volume de trocas, como pela diversificação dos produtos, foram objeto de amplos e positivos debates. Entre outras modalidades, encarou-se a criação, a breve prazo, de uma Comissão Mista que reuniria representantes governamentais dos dois países, em sessões anuais, para tratar de problemas concretos, em alto nível, alternadamente no Brasil e na França. A visita permitiu que se abordasse com a maior franqueza, em atmosfera muito cordial, o problema do intercâmbio comercial entre os dois países.

O Ministro do Planejamento da Espanha, Doutor Lopez Rodó demorou-se uma semana no país, visitando São Paulo e Brasília. No Rio de Janeiro, foi recebido em audiência pelo Presidente da República o Governador da Guanabara, os Ministros do Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Fazenda e os Presidentes do Banco Central e do BNDE. Em São Paulo, manteve entrevistas com o Governador, o Prefeito Faria Lima e o Secretário de Finanças do Estado. Em todos os encontros com as autoridades brasileiras, o Ministro Rodó esforçou-se em chamar a atenção para

os resultados do Plano de Desenvolvimento espanhol e as perspectivas que se abrem para um intercâmbio mais intenso entre os dois países. Salientou que a Espanha está em condições de oferecer equipamento para a indústria pesada, assessoria técnica em obras de grande vulto e prazos satisfatórios de financiamento para projetos de desenvolvimento. Finda a visita foi dado a público um Comunicado Conjunto em que se destacavam os seguintes pontos: estudo de medidas tendentes a possibilitar o incremento das relações comerciais entre os dois países e a concessão de financiamentos governamentais; criação de programas de intercâmbio cultural e fornecimento pela Espanha de assistência técnica no campo do Turismo; criação de um Grupo Misto de Trabalho visando a estudar as possibilidades de cooperação industrial e de estímulo às relações econômicas entre os dois países.

Em agôsto, o Senhor Roy Mason, Secretário de Comércio da Grã-Bretanha visitou oficialmente o Brasil, entrevistando-se com o Ministro do Planejamento, da Indústria e Comércio e da Fazenda. O Ministro Mason demorou-se pouco no Rio de Janeiro, mas, em almôço que lhe foi oferecido no Itamaraty, declarou-se altamente impressionado com o que pôde observar em sua curta estada e manifestou o desejo de que a Grã-Bretanha e o Brasil possam, em breve, recuperar os mesmos níveis de intercâmbio comercial e financeiro que caracterizaram as relações entre os dois países no passado.

As visitas das missões comerciais da Espanha e de Portugal se revestiram de menor significação, mas certamente contribuirão para a intensificação e diversificação dos fluxos de comércio entre aquêles países e o Brasil.

Dentre as visitas de caráter político e de cortesia, cumpre salientar a presença do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha, Senhor Carstens, que passou em revista com as altas autoridades da Casa os temas mais palpitantes do cenário político

mundial e, em especial, as relações teuto-brasileiras. Duas personalidades do Ministério da Agricultura daquele país, o titular da pasta e o seu Secretário-Geral, também estiveram no Brasil, em épocas diferentes, trocando impressões com as autoridades brasileiras competentes com vistas a uma maior cooperação técnica e financeira no setor agropecuário. Projetos específicos ser-lhes-ão apresentados em futuro próximo para pleitear financiamentos de entidades especializadas alemãs.

No setor político cultural teve o Brasil ocasião de receber visita de uma delegação de seis senadores franceses da Comissão de Cultura e do Ministro Louis Joxe, que ocupa a pasta da Reforma Administrativa da França. Os Senadores tiveram reunião de serviço no Itamaraty e, entre outros assuntos, foi enfatizada a urgência que o Govêrno brasileiro atribui ao estatuto de agregação, o que muito contribuirá para a ativação no ensino do português em França. A negociação de um Acôrdo básico de Assistência Técnica ficou assentada nessa altura, a ser implementado na reunião da nova Comissão Mista Franco-Brasileira. O Ministro Joxe recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade do Brasil e pronunciou uma conferência na Biblioteca do Itamaraty sôbre assuntos da reforma administrativa em seu país.

A visita oficial ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta teve também considerável significação, havendo Sua Excelência recebido as homenagens que lhe são devidas como Chefe de Estado. Em conseqüência de sua visita, as Representações Diplomáticas foram elevadas à categoria de Embaixada.

O Primeiro Ministro da Bélgica, Senhor Paul Vanden Boyenants, visitou oficialmente o Brasil, acompanhado do Ministro de Relações Camerciais, Senhor August de Winter. O Ministro Boyenants foi recebido pelo Presidente da República e pelos Ministros do Planejamento e da Fazenda, com os quais teve ampla troca de impressões sôbre a situação

econômica brasileira e sôbre as possibilidades de ser aumentado o intercâmbio comercial e a cooperação técnica e financeira entre os dois países, em futuro próximo. O Ministro belga, que também estêve em Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Ouro Prêto, mostrou-se muito bem impressionado com o progresso industrial brasileiro, sobretudo pelo que pôde observar em São Paulo, ao visitar o complexo industrial de São Bernardo do Campo, onde está situada a fábrica "Elclor", de produtos químicos, que constitui um dos maiores investimentos belgas no Brasil.

No setor das questões específicas, merece especial relêvo a liquidação do contencioso francês. A 1º de julho o Ministro da Fazenda assinou o Protocolo final que pôs têrmo às questões relacionadas com a "Port of Pará" e mediante o qual o Govêrno brasileiro se obriga a pagar, a título de indenização, US$ 9.285.750,00 em três parcelas iguais, sendo que a primeira vencerá trinta dias após a abertura do crédito pelo Congresso Nacional e as subseqüentes a 30 de março de 1967 e 30 de março de 1968. Sôbre o saldo devedor serão computados juros, a partir de 1º de outubro de 1966, à taxa de 6% ao ano, contabilizados semestralmente e cuja liquidação se fará no pagamento da segunda e terceira parcelas.

No que toca à incidência de aflatoxina nas castanhas do Pará exportadas para a Grã-Bretanha, o Itamaraty, alertado pelo Consulado Geral em Londres, tomou providências imediatas junto às autoridades do Ministério da Agricultura. Promoveu-se uma reunião com representantes do Ministério da Agricultura, da CACEX e dos exportadores, durante a qual concertaram-se as medidas a serem tomadas pelo Departamento de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e o assunto foi resolvido, na prática, mediante nova modalidade de seguro dos embarques a ser feito pelos exportadores. Desde então não se registraram mais reclamações dos importadores.

Finalmente, o setor competente do Itamaraty desempenhou papel de relêvo na organização, secretariado e processamento das recomendações da Reunião dos Embaixadores do Brasil nessa área, na elaboração de um nôvo Acôrdo Comercial com Portugal, na orientação dos trabalhos preparatórios para as reuniões das Comissões Mistas Brasil-Portugal e Brasil-França, seja pela adoção de medidas ou iniciativas apropriadas, seja pela coordenação das providências cabíveis de outras repartições.

ÁFRICA

Durante o ano de 1966, tornaram-se independentes mais dois Estados africanos: a Botswana (antiga Bechuanalândia) e Lesotho (antiga Basutolândia), elevando assim para 34 o número de Estados soberanos na África subsaárica e diminuindo para 10 o número de Estados não independentes, ou seja, 5 províncias ultramarinas portuguêsas, 4 territórios auto-governados (self-governing — Espanha, Grã-Bretanha e França) e um território sob mandato (Sudoeste Africano).

No ano em pauta, há que assinalar as atividades desenvolvidas no plano político através do levantamento de informações permitindo a fixação de diretrizes face aos diversos problemas da área e, no campo econômico, através do exame das possibildades de comércio com os países da África Austral, bem como através do aproveitamento, junto aos exportadores brasileiros, dos dados de natureza comercial já colhidos pela Missão que visitou, em 1965, países da África Ocidental.

Além disso, foi dada a devida atenção à evolução política dos países componentes da África subsaárica tanto pelo seu crescente número, que tende, cada vez mais, com a formação do bloco afro-asiático, a exercer maior influência e mais forte pressão nas decisões de política internacional e nas Nações

Unidas, quanto pelas várias fontes de atrito e grandes problemas que a cada instante surgem no continente africano (Sudoeste Africano, Aparteísmo, Rodésia, Províncias ultramarinas portuguêsas, Nigéria e recentemente entre a Guiné e Gana).

Entre outros, foram os seguintes os principais assuntos tratados:

Exportação de laranjas para o Senegal

A importação de laranjas brasileiras está proibida pelo Govêrno do Senegal, com base no parecer da Comissão Fitossanitária Interafricana, sediada em Londres, a qual afirma a existência de cancro cítrico na área produtora de São Paulo.

Em vista dos prejuízos decorrentes dessa interdição, o Ministério das Relações Exteriores, em permanente consulta com o Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, instruiu a Embaixada do Brasil em Londres no sentido de gestionar junto à Comissão para demonstrar a improcedência e a desatualização dos dados sôbre os quais se funda o seu parecer. A fim de comprovar o ponto-de-vista brasileiro foi convidado para visitar a área produtora de laranjas para exportação um técnico de confiança da Comissão, a fim de verificar *in loco* as condições fitossanitárias brasileiras.

Apesar dos esforços empreendidos pelo representante do Brasil em Londres e pelo representante do Ministério da Agricultura, na recente visita a Londres, a vinda ao Brasil do representante da CFIA só poderá ser concretizada quando completado o programa de erradicação total do cancro cítrico, que apesar de não afetar a área de exportação, ainda atinge um pequeno núcleo de produção no Estado de São Paulo.

Os técnicos do Ministério da Agricultura afirmam que o programa de erradicação acima referido será seguramente completado até o fim do corrente ano, o que possìvelmente

permitirá, no próximo ano, a derrogação da atual legislação fitossanitária, relativa a frutas cítricas provenientes do Brasil.

Exportação de sementes de coqueiro-anão para a África portuguêsa

Apesar das demonstrações de interêsse por parte de plantadores de Angola e Moçambique, a importação dêsse produto brasileiro não se tem podido realizar devido à proibição das autoridades, que alegam a existência de perigo de contaminação. Com base nos esclarecimentos prestados pelo Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores tem orientado gestões do Consulado Geral em Moçambique no sentido de persuadir aquelas autoridades a reverem seus informes científicos sôbre o referido produto brasileiro, possibilitando a entrada do mesmo, com os conseqüentes benefícios para as relações de comércio entre Moçambique e o Brasil.

Visitas

Visitaram o Brasil, em caráter oficial: em maio, o General-de-Brigada B. Ogundipe, Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas da Nigéria; em julho, o Doutor H. Müller, Ministro das Relações Exteriores da República da África do Sul e o Senhor H. Kotzemberg, Secretário da Indústria e e Comércio do Ministério de Assuntos Econômicos daquele país.

Conferências

Em atendimento a um convite do Ministério das Relações Exteriores, o Professor Vernon McCay, especialista em assuntos africanos da Universidade "John Hopkins" e consultor do Departamento de Estado Norte-Americano, realizou,

no Itamaraty, uma série de conferências sôbre a África ao Sul do Saara.

Publicação de volume informativo sôbre a África ao Sul do Saara

A fim de atender às inúmeras consultas e pedidos de informações vindos de tôda sorte de organizações, educandários, imprensa, etc., foi dado à publicidade o trabalho «Dados Factuais sôbre a África ao Sul do Saara", em que se contêm informações atualizadas, até outubro de 1966, relativamente aos aspectos físicos, cartográficos, econômicos, humanos, composição de Govêrno, Representações diplomáticas etc., relativos aos países da área. Suscitou grande interêsse e procura a referida publicação, que se encontra em sua terceira tiragem.

Instalação de novas Representações diplomáticas

Foi instalada no Rio de Janeiro a sede da Embaixada da Nigéria no Brasil.

Foi criado, no período em pauta, um Consulado Honorário do Brasil em Abidijã (costa do Marfim), tendo sido nomeado para titular o Senhor Pierre Y. Brochand.

Missões Especiais

O Brasil enviou representantes em Missão Especial às festas de comemoração da independência dos novos Estados africanos: Botswana, em setembro, e Lesotho, em outubro passado.

Acôrdos

Foram ratificados, pelos Governos da Libéria e Camarões, os acôrdos comerciais assinados por aquêles países com o Brasil, em 13 de maio e 3 de junho de 1965, respectivamente.

Missão Comercial Brasileira

Em maio de 1966, foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de examinar as possibilidades de expansão do intercâmbio comercial com os países e territórios que compõem a África Austral, inclusive a República Malgaxe. Dêsse grupo fizeram parte elementos da Carteira de Comércio Exterior, do Banco Central da República, da Comissão de Marinha Mercante, do Ministério da Indústria e Comércio, do Conselho de Política Aduaneira, da Carteira de Câmbio e do Lóide Brasileiro. Os estudos preliminares do Grupo permitiram organizar uma pauta de conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Secretário da Economia da África do Sul, que nos visitaram durante o mês de julho. Da mesma forma, serviram como contribuição à missão que foi a Lisboa negociar os têrmos do nôvo Acôrdo de Comércio Luso-brasileiro. De um modo geral, o Grupo opinou pela existência de condições propícias ao incremento do comércio com aquela região africana, notadamente com a África do Sul, que já representa uma percentagem de 90% das trocas com a área subsaárica.

Com base nessas conclusões, o Grupo passou a entrevistar-se com personalidades da iniciativa privada ligadas à exportação e eventualmente interessadas nas possibilidades entrevistas no mercado de procura sul-africano. Diversas firmas que já exportam, bem como muitas outras com capacidade para exportar, foram contactadas pelo Gruoo.

Finalmente, havendo sido decidido o envio de uma missão de averiguação e sondagem comercial a países da África, foram devidamente criticados e relacionados os dados assim reunidos, permitindo um planejamento eficiente dos contactos a serem realizados *in loco* com autoridades, entidades de classe e homens de negócios africanos.

A missão em aprêço partiu em 23 de setembro, regressando a 21 de outubro, após visitar as cidades do Cabo e

Joanesburgo (África do Sul); Lourenço Marques e Beira (Moçambique); Luanda (Angola); Acra e Tema (Gana); Abidjã (Costa do Marfim). A fim de relatar à Embaixada em Lisboa as impressões colhidas na África portuguêsa, a missão estêve também na referida cidade.

De modo geral, a missão pôde verificar o vasto campo que se oferece à colocação de manufaturas brasileiras na África do Sul, para o que concorrem vários fatôres conjunturais favoráveis à expansão do intercâmbio com aquêle país. Tendo em vista o caráter associativo do mercado dos vários países da região meridional, a absorção dos produtos brasileiros poderia verificar-se igualmente em Moçambique, Angola, Rodésia, Zâmbia e Malauí, para não mencionar os novos países encravados no território da África do Sul e ainda totalmente satelizados à sua economia. No tocante aos países da África Negra, Gana e Costa do Marfim, as perspectivas são, de momento, bem mais modestas, não só pela diferença do poder aquisitivo como por pertencerem a áreas de comércio internacional sob influência decisiva dos consórcios europeus.

A par das observações de natureza econômica, vale ainda salientar o apreciável interêsse demonstrado, quer nas regiões sob a soberania do homem branco, quer naquelas onde já se afirmou em definitivo o nacionalismo africano, pela intensificação das relações de amizade com o Brasil.

ORIENTE PRÓXIMO

As relações do Brasil com o mundo árabe ganharam, no decorrer de 1966, nova dimensão. De 1 a 15 de junho visitou o Líbano, a República Árabe Unida, a Jordânia e a Síria, Missão Econômica Brasileira que, sob a chefia do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Deputado Jessé Pinto Freire, e reunindo cinqüenta representantes

do empresariado nacional, examinou *in loco* as possibilidades do mercado do Oriente Próximo, com vistas à incrementação das exportações brasileiras. A referida Missão se constituiu sob os auspícios da Associação Nacional dos Exportadores de Produtos Industraiis (ANEPI) e contou com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores na assistência que lhe prestaram, nos países visitados, os Chefes das Missões diplomáticas brasileiras e no assessoramento que lhe deu, durante a viagem, o Chefe da Divisão do Oriente Próximo, integrante da comitiva.

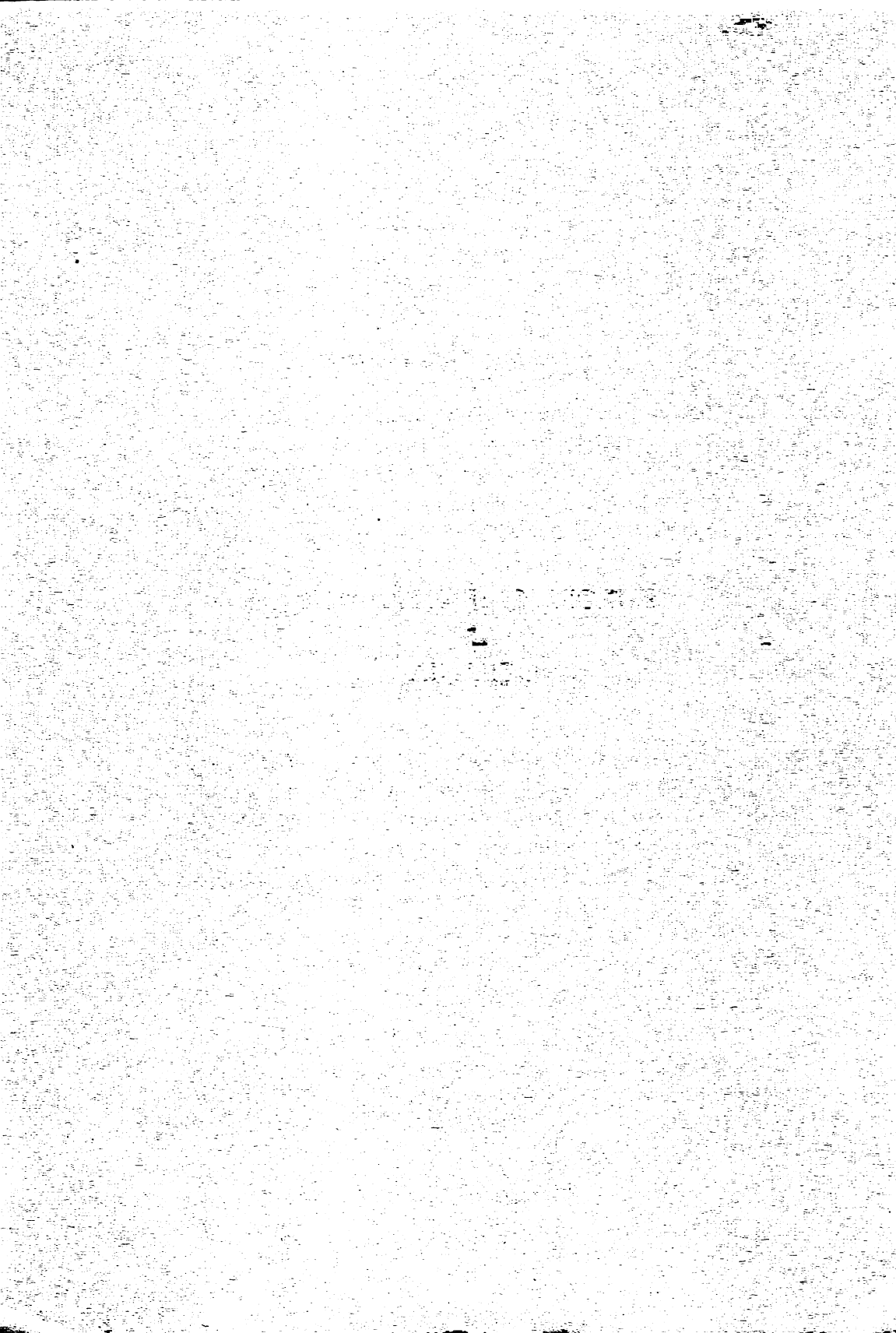
Em novembro, em retribuição, o Brasil recebeu a visita de importante Missão dos Países Árabes, composta de representantes de entidades estatais e privadas, do mundo econômico e financeiro, provenientes do Líbano, da República Árabe Unida e do Coveite, que, na sua permanência de quinze dias, visitaram São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Visitou o Líbano em janeiro do corrente ano, na qualidade de Ministro da Guerra, o General Arthur da Costa e Silva. No âmbito das boas relações com a República Árabe Unida se inscreve a visita que fêz a nosso país, em setembro, a convite do Ministro da Guerra do Brasil, o General Ibrahim Sharkawi, Oficial de Ligação do Exército egípcio junto à Fôrça de Emergência das Nações Unidas na Faixa de Gaza.

Brasil e Israel estreitaram seus laços por ocasião da visita oficial, de 18 a 25 de julho, que fêz o Presidente Zalman Shazar, a primeira realizada ao nosso país por um Chefe de Estado israelense. A oportunidade se prestou, como expresso no comunicado conjunto sôbre a visita, a que os Presidentes de ambos os países passassem em revista a situação internacional e em particular os assuntos de interêsse mútuo. Concordaram em que medidas práticas fôssem tomadas, pelos canais normais, com a finalidade de encontrar métodos adequados para o fomento do intercâmbio comercial

entre os dois países; que fôsse dada plena aplicação ao Convênio de Intercâmbio Cultural assinado a 24 de junho de 1959, e que tem possibilitado frutuosa troca de visitas e informações nos campos das artes e das ciências; prosseguissem na implementação e no desdobramento do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países, assinado a 12 de março de 1962 no quadro do qual técnicos israelenses têm contribuído para a melhoria do tratamento das terras semi-áridas do Nordeste brasileiro.

É de registrar, por último, a Reunião havida em Roma, em abril do corrente ano, dos Embaixadores do Brasil na área e o papel que desempenhou o setor competente do Itamaraty na organização e secretariado dêsse conclave e no processamento das recomendações resultantes.

EUROPA ORIENTAL, ÁSIA
E
OCEÂNIA

EUROPA ORIENTAL

As relações com os países do Leste europeu continuaram, durante o ano de 1966, a experimentar o efeito do interêsse recíproco que as anima. Tem-se uma demonstração dêsse interêsse pelo intercâmbio de pessoas que não mais se limita estritamente aos círculos oficiais e inclui agora personalidades da indústria, do comércio, das atividades artísticas, esportivas etc. As perspectivas a curto e a médio prazo são satisfatórias; espera-se que as relações do Brasil com a área beneficiem-se da atmosfera de maior tranqüilidade que se vem impondo, dada a política menos rígida que o bloco de países socialistas adotou.

Continuado e desenvolvido o trabalho de observação e interpretação política: no ano findo, a tarefa teve a motivação especial nas alterações ocorridas no alinhamento dos países do Leste, e não menos na disputa ideológica com a China continental que degenerou em hostilidade aberta. Igualmente importante foram os passos dados pela União Soviética e Estados Unidos da América num sentido amplo de distensão política, com vistas a uma composição de interêsses, possível a longo prazo.

A evolução sofrida pela sociedade socialista pôde ser acompanhada satisfatòriamente, graças ao aparelhamento das Missões da área, hoje melhor dotadas, quer de pessoal, quer de condições de trabalho e confôrto.

Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental

As relações comerciais com os países socialistas do Leste europeu desenvolveram-se satisfatòriamente no ano de 1966.

Estatísticas oficiais brasileiras, referentes ao primeiro semestre do corrente ano, apontam apreciável aumento no volume das trocas, em comparação com os índices do ano anterior. O total geral de importações e exportações nesse período (janeiro a junho) atinge a 114.035 mil dólares. Continua a existir, no entanto, considerável desequilíbrio nas trocas, com vultoso saldo favorável ao Brasil, saldo êsse resultante, quase inteiramente, de exportações brasileiras de café, autorizadas acima dos limites dos créditos técnicos das contas, num esfôrço para diminuir a deteriorização da nossa posição no mercado socialista do café.

Como tentativa para atenuar essa tendência ao desequilíbrio, que se tem verificado ao longo de nosso intercâmbio com o Leste, decidiu o Govêrno promover a participação da indústria brasileira na *Feira de Leipzig*, na Alemanha Oriental.

A despeito de a decisão definitiva da participação só se ter verificado na primeira quinzena de janeiro, foi conseguida a adesão de 62 grandes firmas brasileiras, produtoras de aparelhos eletrodomésticos, porcelana, tornos, peças automobilísticas, tecidos, chapas acústicas, móveis etc.

Um dos acontecimentos de maior relêvo para as relações comerciais com o Leste europeu se verificou em agôsto, durante a visita ao Brasil do Senhor Nicolai S. Patolitchev, Ministro do Comércio Exterior da URSS: a assinatura de um Protocolo sôbre fornecimento de maquinaria e equipamentos da União Soviética ao Brasil, no período de 1966 a 1969. O valor total do financiamento é de US$ 100 milhões, com o prazo de 8 anos e juros de 4% a.a. É importante ressaltar a cláusula que obriga a URSS a adquirir 25% do total dos US$ 100 milhões em manufaturados brasileiros.

O Ministro Patolitchev veio ao Brasil acompanhado de numerosa comitiva, da qual faziam parte o Chefe do Departamento de Comércio com os Países Ocidentais, do Ministério do Comércio Exterior, o Chefe da Seção dos Países Latino-Americanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Vice-Presidente do Banco do Estado para o Comércio Exterior, além de diversos peritos do Ministério do Comércio Exterior.

O Protoclo firmado, se vier a ser efetivamente executado, desempenhará um papel altamente relevante nas relações comerciais entre os dois países.

Outro importante evento ocorrido em 1966, no âmbito do COLESTE, foi a realização da Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, na segunda quinzena do mês de outubro, em Budapeste.

A Seção brasileira, presidida pelo Embaixador J. O. de Meira Penna, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, do Ministério das Relações Exteriores, contou com a participação de representantes da CACEX, BNDE, Banco Central, Banco do Brasil, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e do Comércio, Rêde Ferroviária Federal e COLESTE. A Seção húngara foi chefiada pelo Senhor Gyula Karádi Vice-Ministro do Comércio Exterior.

Durante as conversações, que decorreram em ambiente de cordial entendimento e construtivo debate, abordaram-se questões de interêsse objetivo para o incremento das relações comerciais brasleiro-húngaras. Assuntos referentes ao fornecimento da Hungria ao Brasil de trigo, alumínio, equipamentos agrícolas etc., bem como propostas de crédito às indústrias brasileiras e viabilidade de um projeto de cooperação industrial foram exaustivamente analisados e debatidos ao longo de 12 dias de negociações. Ao se encerrarem os trabalhos, foi assinada uma Ata Final, onde se fixaram os entendimentos e conclusões a que chegaram as Partes.

Aproveitando a ida ao Leste europeu, a Delegação brasileira manteve ainda alguns contactos breves com autoridades do Ministério do Comércio Exterior da Tcheco-Eslováquia e da Polônia.

Em Varsóvia foi assinado um Anteprojeto de agenda para a próxima reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia, cuja realização está prevista, neste mesmo documento, para o período compreendido entre janeiro e junho de 1967.

ÁSIA E OCEÂNIA

Missão do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia

Em 3 de janeiro de 1966, o então Secretário-Geral-Adjunto para os Assuntos da Europa Oriental e Ásia, Ministro Luiz de Almeida Nogueira Pôrto, acompanhado do Chefe da Divisão da Ásia e Oceânia, iniciou visita a diversos países da Ásia, visitando tôdas as Missões brasileiras na área (com exceção de Camberra), com as finalidades, entre outras:

a) de estabelecer contactos e colhêr elementos para a elaboração de uma política brasileira para a Ásia, sobretudo tendo em vista os conflitos asiáticos em face do interêsse nacional;

b) de renovar o interêsse das Missões brasileiras, criando nelas o estímulo e a confiança, mediante assistência moral e material de que carecem e o restabelecimento de um maior diálogo entre as mesmas e a Secretaria de Estado.

Dentre as sugestões mais importantes feitas no relatório que apresentou ao Senhor Ministro de Estado, e aceitas, cumpre assinalar a instalação da Embaiada do Brasil em Saigon, cumulativa com a de Bangkok e a designação de um Encarregado de Negócios *sur pied*.

Extinção da Legação do Brasil junto ao Reino do Camboja e transformação da Embaixada do Brasil no Ceilão

Em meados de 1966, foi assinado decreto que extinguiu a Legação do Brasil junto ao Reino do Camboja, tendo em vista o pouco interêsse demonstrado por aquêle país em dar reciprocidade ao ato pelo qual o Govêrno brasileiro não só manifestava o desejo de aumentar a sua presença na Ásia, como também prestigiava uma nova nação surgida do desenvolvimento da antiga colônia francesa da Indochina.

Também em meados de 1966 e em vista do relativo interêsse de Colombo como centro de observação política internacional, o pequeno e irregular comércio entre o Ceilão e o Brasil e face à orientação da contenção de despesas e dificuldades de pessoal diplomático e administrativo para a lotação da Embaixada, a nossa Representação em Colombo foi extinta e tornada cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nova Delhi, havendo o Govêrno do Ceilão concedido, em 11 de outubro, *agrément* ao Embaixador Renato Firmino Maia de Mendonça.

Apresentação de Credenciais de novos Embaixadores Brasileiros na Ásia.

Em 12 de outubro, apresentou credenciais ao Governador Geral da Austrália a Senhora Margarida Guedes Nogueira, nova Embaixadora do Brasil em Camberra, exercendo, também, cumulativamente, a Chefia da Representação diplomática do Brasil em Wellington, Nova Zelândia.

Em 12 de dezembro de 1966, o Embaixador do Brasil em Tóquio, Senhor Álvaro Teixeira Soares, apresentou suas credenciais ao Presidente das Filipinas, Senhor Ferdinand E. Marcos, sendo esta a primeira oportunidade em que um representante diplomático brasileiro apresenta credenciais a um Chefe de Estado nas Filipinas.

Paralelamente, foi também em 1966 que se concretizou a instalação da Embaixada filipina no Brasil, com a apresentação de credenciais do Senhor Carlos S. Tan, instalada em 1966 pelo atual Embaixador Senhor Octavio L. Maloles.

JAPÃO

Projeto de Criação de uma Comissão Mista de Comércio Brasil-Japão

Foi aprovado, em agôsto de 1966, projeto referente à criação de uma Comissão Permanente Brasil-Japão com a finalidade de estudar e planejar as correntes de comércio entre os dois países, pela recomendação às autoridades competentes em cada país de medidas práticas relacionadas com a eliminação de obstáculos de qualquer natureza que possam entravar as boas relações entre os dois países.

Usiminas

Obteve-se, em 1966, a conclusão de nôvo Acôrdo Intergovernamental Brasil-Japão, bem como de um Acôrdo Interbancário, entre o Banco do Brasil S.A. e o «Export-Import Bank" do Japão, visando ambos o reescalonamento das dívidas, para com aquêle país, da emprêsa brasileira USIMINAS, o que veio permitir à mesma, além de refinamento de suas obrigações para 1966, prosseguir na consecução da expansão de seu programa de produção de aço.

Visitantes ilustres do Japão

O Senhor Etsusaburo Shiina, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, estêve em visita oficial ao Brasil, em setembro último, com a finalidade de proporcionar

o maior estreitamento das relações entre os dois países e manter uma série de contactos com autoridades brasileiras. Sua visita foi precedida pela do Embaixador Shimoda, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, em agôsto.

Devolução de bens japonêses

Ainda com relação ao Japão, foi aprovada, em dezembro de 1966, lei que autoriza a abertura de um crédito especial para restituição ao Banco de Tóquio (sucessor do "The Yokohama Specie Bank Ltd.") da quantia confiscada pelo Govêrno brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial e correspondente aos depósitos de súditos japonêses no referido Banco e recolhidos aos cofres do Banco do Brasil em 31 de dezembro de 1941.

Visita de Missão Comercial Coreana

Em 16 de novembro de 1966, visitou o Brasil uma Missão Comercial coreana, composta de representantes das principais firmas daquele país, assessorada por representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio e das Relações Exteriores, com o objetivo de aumentar o fluxo de comércio entre os dois países, tendo sido dada especial ênfase à possibilidade da regularização das importações coreanas, sobretudo açúcar, bem como ao estudo de novos itens brasileiros de exportação para a República da Coréia.

Relações do Brasil com a República do Vietname. Apresentação de Credenciais.

Em Saigon: designado para chefiar a Missão do Brasil em Bangkok, foi o Embaixador Leonardo Eulálio do Nascmiento e Silva igualmente acreditado, em caráter cumulativo, como Embaixador do Brasil na República do Vietname, onde apresentou credenciais em 24 de agôsto de 1966.

Em Brasília: numa atitude de reconhecimento e reciprocidade ao ato brasileiro que criou uma Representação diplomática no Vietname, resolveu o Govêrno daquele país designar o Senhor Vu Van Thai, atual Embaixador da República do Vietname em Washington, para exercer também, cumulativamente, suas funções no Brasil, apresentando o Embaixador Vu Van Thai suas credenciais ao Senhor Presidente da República em 14 de novembro de 1966.

Auxílio brasileiro

A Secretarial-Geral-Adjunta para os Assuntos da Europa Oriental e Ásia, já sob a chefia do Embaixador J. O. de Meira Penna, efetivou o programa de ajuda material do Brasil à República do Vietname, numa demonstração de integral simpatia e apoio moral do Govêrno brasileiro ao Govêrno vietnamita, em face da agressão armada que aquêle país vem sofrendo por parte dos regimes comunistas que ameaçam a paz e a segurança do mundo livre.

Dentro dêsse espírito, foi entregue com a presença do Embaixador Leonardo Eulálio Nascimento e Silva, em 12 de setembro, a doação de 5 toneladas de produtos médicos e farmacêuticos, transportados graças à cooperação prestada pela FAB, que para tanto destacou um avião para efetuar a entrega da primeira etapa do auxílio brasileiro, que prosseguirá de variada forma, inclusive com a remessa parcelada de 5 mil sacas de café do Entreposto do IBC em Hong Kong.

Ao regressar dessa missão de solidariedade ao povo vietnamita e concomitantemente de apoio ao contingente brasileiro em Gaza, a FAB realizou também a sua primeira viagem através do mundo, nessa rota.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

O expressivo aumento do número de membros das Nações Unidas — 51 em 1945, 122 em 1966 — dá bem medida da crescente importância da Organização no panorama político internacional.

Na tarefa máxima de manter a paz e a segurança internacionais, a ONU desenvolve suas atividades através de diversos órgãos e organismos, dos quais o Brasil, durante o ano de 1966, participou:

I — *Órgãos Políticos*

1. Comitê do Desarmamento;
2. Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico;
3. Comitê sôbre a Questão das Operações de Paz (Comitê dos Trinta e Três).

II — *Órgãos Econômicos e de Assistência Técnica*

1. Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL);
2. Comitê Consultivo sôbre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento;
3. Junta de Comércio e Desenvolvimento;
4. Grupo de Trabalho *ad hoc* sôbre a Questão de uma Declaração sôbre Cooperação Econômica Internacional;
5. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas;

6. Comitê de Fretes (CNUCD);
7. Comitê de Invisíveis e Financiamento Relativo ao Comércio (CNUCD);
8. Comitê de Manufaturas (CNUCD);
9. Grupo sôbre Preferências (CNUCD);
10. Comitê de Produtos de Base (CNUCD);
11. Comitê para o Estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas;
12. Comitê Intergovernamental Nações Unidas/FAO sôbre o Programa Mundial de Alimentos;
13. Grupo Permanente sôbre Sintéticos e Substitutivos;
14. Comitê sôbre Tungstênio.

III — *Òrgãos Técnicos*

1. Comitê Consultivo sôbre Administração e Orçamento;
2. Comitê Consultivo Científico;
3. Comitê de Contribuições;
4. Comissão de Direito Internacional;
5. Órgão Supervisor de Drogas;
6. Comissão de Estatística;
7. Comitê *ad hoc* de Peritos para o Exame das Finanças das Nações Unidas e Agências Especializadas;
8. Junta Central Permanente do Ópio;
9. Comitê Científico sôbre os Efeitos das Radiações Atômicas.

IV — *Diversos*

1. Comitê Preparatório do Ano Internacional dos Direitos Humanos;
2. Comitê Executivo do Programa do Alto-Comissário das Nações Unidas para Refugiados;

3. Junta Executiva do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI);
4. Comitê de Programas (FISI);
5. Comitê do Orçamento Administrativo (FISI).

Assembléia Geral da ONU

Os trabalhos da Assembléia Geral desenvolveram-se de 20 de setembro a 20 de dezembro de 1966 sob a Presidência do Embaixador Abdul Rahman Pazwhak do Afeganistão.

A Delegação brasileira à XXI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas foi assim constituída: Chefe, Embaixador Juracy Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Delegados: Embaixador José Sette Câmara Filho, Embaixador Gilberto Amado, Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa e Professor Nehemias Gueiros; Delegados Suplentes: Ministro Geraldo de Carvalho Silos, Ministro Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, Ministro Miguel do Rio Branco, Ministro Celso Antônio de Souza e Silva e Senhora Rachel de Queiroz; Assessôres: Conselheiro Quintino Deseta, Conselheiro Oscar Lorenzo Fernandez, Secretários Cláudio Garcia de Souza, Ovídio de Andrade Mello, David Silveira da Mota, Adhamar Soares de Carvalho, Enaldo Camaz de Magalhães, Paulo Pires do Rio, Carlos Antônio de Bettencourt Bueno, Marcos Castrioto de Azambuja, Ítalo Miguel Mastrogiovanni, Orlando Soares Carbonar, Sérgio Damasceno Vieira, Carlos José Prazeres Campelo, Luiz Felipe Palmeira Lampreia e Igor Torres-Carrilho.

Como Assessor Militar, colaborou com a Delegação brasileira o Coronel Lauro Roca Dieguez, Adjunto do Adido Militar à Embaixada em Washington.

Na qualidade de Observadores Parlamentares, acompanharam os trabalhos da Assembléia Geral, além do Senador

Benedito Valladares, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, os Deputados Flávio Marcílio, Ivan Luz e Epílogo de Campos, indicados pela ARENA, e Afonso Arinos Filho, Ozíris Pontes e Paulo Macarini, indicados pelo MDB.

Como tradicionalmente ocorre, coube à Delegação brasileira, na pessoa do Chanceler Juracy Magalhães, abrir o Debate Geral da XXI Sessão da Assembléia Geral com discurso em que fixou a posição do Brasil com respeito aos principais problemas mundiais.

A Delegação do Brasil teve marcada atuação nos trabalhos de tôdas as Comissões, destacando-se, na Primeira Comissão — assuntos políticos e de segurança — nossa participação nas decisões relativas aos problemas do desarmamento e quanto ao item que tratou do *status* da implementação da resolução 2.131 (XX) da Assembléia Geral, sôbre a não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e a proteção da sua independência e soberania. No que se refere ao desarmamento, a Assembléia aprovou projeto de resolução apresentado pelo Brasil e os demais países do chamado "Grupo dos Oito" da Conferência do Desarmamento, de Genebra, traçando diretrizes para a elaboração do tratado mundial sôbre a não-proliferação de armas nucleares. Aprovou-se ainda Tratado que regula as atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico da Lua e dos Demais Corpos Celestes. O Tratado, unânimemente considerado o ato político-diplomático mais importante depois da assinatura do Tratado de Moscou de 1963, constituiu notável progresso nas negociações no campo do desarmamento, já que proscreve a colocação no espaço, por qualquer nação, de armas nucleares. Deu, além disso, ganho de causa à tese brasileira de igualdade de participação das potências espaciais e não-espaciais nos benefícios da exploração do espaço cósmico.

Outra iniciativa vitoriosa do Brasil foi a resolução originária da V Comissão (Questões Administrativas e Financeiras), pela qual a Assembléia Geral decidiu harmonizar as escalas de contribuições das agências especializadas com a escala das Nações Unidas. Tal harmonização ensejará agora a correção de certas anomalias que ainda perduram no rateio dos encargos financeiros dos Estados-Membros de uma ou outra agência especializada (notadamente a OIT), em prejuízo do Brasil e da grande maioria dos países em desenvolvimento.

No campo econômico a XXI Assembléia Geral assinalou progressos consideráveis em duas áreas do maior interêsse para o Brasil. A XX Assembléia Geral consagrou antiga iniciativa do Brasil, qual a da criação de uma agência das Nações Unidas para desenvolvimento industrial. Coube agora à XXI Assembléia Geral aprovar os estatutos da nova Organização e eleger os membros de seu principal órgão, a Junta de Desenvolvimento Industrial. O Brasil elegeu-se para um dos assentos atribuídos à América Latina, na Junta. Na XXI Assembléia Geral criou-se também, finalmente, o Fundo das Nações Unidas de Capital para Desenvolvimento, por cujo estabelecimento de há muito vinha-se batendo o Brasil.

O Brasil obteve ainda na XXI Assembléia Geral duas importantes vitórias eleitorais. Para o Conselho de Segurança, recebendo 114 votos de 119 votantes, foi o Brasil o candidato mais votado. Eleito pela quinta vez para o Conselho de Segurança, é o país que mais vêzes recebeu mandato de membro não-permanente daquele Conselho. Para a Comissão de Direito Internacional, o Embaixador Gilberto Amado, que é o decano da mesma, foi o candidato mais votado, com 113 votos.

Por aclamação, a Assembléia Geral reelegeu U Thant para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, conferindo-lhe mandato até 31 de dezembro de 1967.

Conferência do Comitê das Dezoito Nações sôbre o Desarmamento

A Conferência do Comitê das Dezoito Nações sôbre o Desarmamento realizou, em 1966, duas sessões. A primeira teve lugar de 29 de janeiro a 10 de maio e a segunda, de 14 de junho a 25 de agôsto.

Primeiro Período de Sessões

Quatro documentos básicos motivaram a primeira sessão, reunida um mês após o encerramento da XX Assembléia Geral das Nações Unidas. São êstes:

1. o *memorandum* conjunto do Grupo dos Oito (Grupo mediador composto pela Birmânia, Brasil, Índia, Etiópia, Nigéria, México, RAU e Suécia), assinado ao encerrar-se a reunião de Genebra de 1965;

2. a Resolução 2028 da XX Assembléia Geral;

3. e 4. os projetos de tratado dos Estados Unidos e União Soviética sôbre a não-proliferação.

Foram os seguintes os principais temas do debate:

1. *Contrôle e Inspeção:*

Os soviéticos, seguindo linha tradicional, preconizaram a imediata cessação das experiências nucleares subterrâneas sem admitir a necessidade de contrôle internacional.

Os norte-americanos, apoiados pelo Canadá, apesar de reconhecerem o aperfeiçoamento da técnica de detecção, insistiram na necessidade de inspeção, pois "existe um grande número de movimentos sísmicos que não poderiam ser definidos com segurança e precisão como movimentos naturais, ou explosões atômicas». Concordaram em que seja sòmente realizado o menor número possível de inspeções internacionais, três inspeções anuais, por exemplo.

2. *O Problema da OTAN*:

Os soviéticos alegaram que o projeto americano, tal como apresentado em sua última versão, "regulamenta a proliferação em favor de certos países", vale dizer, que o nôvo texto americano, além de não impedir a proliferação, a legaliza. Afirmaram que o fato de os Estados Unidos conservarem o direito de veto, dentro da OTAN, a respeito da decisão política de usar as armas nucleares, não suprime a proliferação das mesmas e está em contradição com os princípios estabelecidos pela resolução 2.028 da XX Assembléia Geral, para reger o Tratado sôbre a Matéria.

O Brasil, bem como os demais membros do Grupo dos Oito, considera a questão da Fôrça Multilateral da exclusiva competência dos países interessados.

3. *Medidas Colaterais*:

Os Estados Unidos formularam a mais concreta proposta, no caminho da reconversão para fins pacíficos dos recursos empregados na corrida armamentista: *a transferência para fins pacíficos, sob salvaguardas internacionais, de grandes quantidades de material físsil,* proveniente da destruição comprovada de milhares de armas nucleares, pelos Estados Unidos e pela URSS. Os Estados Unidos estariam dispostos a transferir 60 toneladas de urânio-235, para fins pacíficos, desde que a URSS transfira da mesma forma 40 toneladas dêsse material; somadas, essas duas quantidades seriam, por exemplo, suficientes para produzir a energia equivalente às atuais necessidades energéticas das oito nações mediadoras, durante sete anos.

Os socialistas continuaram a insistir em antigas teses: eliminação das bases militares, retirada de tropas de territórios estrangeiros, redução dos orçamentos militares, proibição

de sobrevôo de territórios estrangeiros por aviões que transportam armas nucleares, o compromisso das potências nucleares de não usarem as armas atômicas, em primeiro lugar. Exortaram os países da OTAN a que celebrassem um tratado de não-agressão com os países membros do Pacto de Varsóvia e insistiram na criação de uma zona desnuclearizada na Europa Central.

Uma das peculiaridades da Conferência foi o papel ativo desempenhado pelas potências não-nucleares, que apresentaram grande número de propostas, de modo geral bem aceitas por ambos os blocos, ocidental e socialista.

Segundo Período de Sessões

1. *Desarmamento Geral e Completo*:

Durante a segunda sessão, realizada entre 14 de julho e 25 de agôsto de 1966 não houve qualquer progresso substantivo em matéria de desarmamento geral e completo.

O Grupo dos Oito chegou a considerar, em uma de suas reuniões, a possibilidade sugerida pela Delegação da República Árabe Unida, de elaborar um *memorandum* relativo ao desarmamento geral e completo, a exemplo do que se ia fazer quanto à cessação de testes e à não-proliferação. O Brasil manifestou sua oposição a que a idéia fôsse levada a efeito ainda durante a atual Sessão, argumentando que, dada a amplidão do tema, o documento forçosamente teria de revestir um caráter demasiadamente genérico, o que lhe tiraria o cunho de contribuição operativa que tem sido sempre a preocupação dos países negociadores em suas manifestações conjuntas. Além disso, o exame apressado e parcial de assunto tão vasto poderia ocasionar um «approach» unilateral em contraste com a função negociadora dos Oito. Com essa orientação concordou o plenário do Grupo dos Oito.

2. *Não-Proliferação de Armas Nucleares*:

O Segundo Período de Sessões apresentou alguns elementos promissores no contexto das negociações sôbre não-proliferação. A polêmica inconclusiva foi freqüentemente substituída pela troca de argumentos objetivos. Ainda que destinados, em princípio, a caracterizar a falta de disposição de um ou outro bloco para chegar a acôrdo sôbre a matéria, os debates serviram para esclarecer quais são os pontos nevrálgicos das divergências e quais as áreas de acôrdo.

Além disso, os oito países mediadores tornaram bem claras as exigências dos países não-nucleares e acentuaram os legítimos interêsses do chamado "terceiro mundo" na questão da não-proliferação. A crescente consciência de que o ato de renúncia ao armamento atômico envolve adequada contrapartida — o prosseguimento do desarmamento mediante medidas concretas — mostra que um eventual acêrto entre as duas superpotências teria de levar em conta essas considerações, e que os países que hoje se encontram à beira da "opção nuclear" ou que a ela se julgam com direito poderiam ser levados a buscar a concretização dessa opção.

Por essa razão, o Brasil, que sempre defendeu a tese de que a não-proliferação não constitui um fim em si mesma, mas um caminho para o desarmamento geral e completo — objetivo final que não se deve perder de vista — prosseguiu reivindicando a adoção, *juntamente com o tratado ou em seguida à sua assinatura, de medidas concretas de desarmamento nuclear*, além de incremento do auxílio a países não-nucleares para acelerar seus programas de utilização da tecnologia atômica para fins pacíficos e a canalização das poupanças decorrentes da implementação daquelas medidas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento.

3. *Proibição dos Testes Nucleares Subterrâneos*:

A inspeção internacional apareceu ainda como obstáculo técnico à conclusão de um acôrdo para proscrição dos ensaios nucleares subterrâneos; mas é preciso salientar que a anuência da URSS e dos Estados Unidos a fórmulas de conciliação será sempre expressão do interêsse que encontrarem, do ponto-de-vista nacional de cada um, em se obrigarem a suspender totalmente a realização de testes nucleares.

A posição do Brasil no Grupo, no que diz respeito à questão da suspensão dos ensaios nucleares, não tem oferecido margem a dificuldades; de uma forma geral os oito países tendem a apresentar, como uma frente única, as suas reivindicações de origem geral — necessidade de cessação de todos os testes para evitar a proliferação vertical e horizontal, necessidade de adesão universal ao Tratado de Moscou — pontos a respeito dos quais o interêsse do Brasil é coincidente com os dos demais.

A Delegação do Brasil tem pautado sua atuação na matéria pelo critério de que nos cabe formular sugestões operacionais e evitar posições meramente declaratórias. Sempre preconizamos a idéia de que a informação científica é um dos requisitos de um acôrdo cuja substância se prende ao problema tecnológico da detecção e identificação de movimentos sísmicos e, por isso, temos propugnado por uma troca útil de dados que esclareçam qual o verdadeiro alcance das teses em confronto. A declaração feita pela Delegação brasileira no dia 26 de julho de 1966 propôs solução que obedece a essa linha de pensamento.

A tese defendida então — sôbre a constituição de um grupo de técnicos para opinar sôbre a questão da detecção por meios nacionais ou necessidade de realização de inspeção *in loco* — tem suas bases na posição tradicional do Brasil na matéria e encontra apoio em duas teses amplamente aceitas no "Grupo dos Oito": a própria tese inicial brasileira

de suspensão com um sistema adequado de verificação, além do intercâmbio de informações científicas e a tese sueca para cooperação internacional no campo da detecção.

Desnuclearização da América Latina
III Sessão da Copredal

A Delegação brasileira à III Sessão da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (COPREDAL) pautou a sua ação pelas diretrizes fixadas nas reuniões internas, de alto nível do Govêrno, realizadas em 15 de setembro de 1965 e 2 de abril de 1966, aprovadas e subscritas pelo Senhor Presidente da República.

A III Sessão iniciou-se a 19 de abril de 1966, na Cidade do México e visava a discutir, e eventualmente aprovar, o anteprojeto de Tratado, elaborado pelo Comitê Coordenador.

O Brasil apresentou um projeto substitutivo, que, além de aceitar as cláusulas declaratórias e gerais, que não são motivo de controvérsia, e figuram no anteprojeto do Comitê Coordenador, tem o propósito claro e definido de:

a) resguardar nossa plena liberdade de ação no campo da pesquisa nuclear até que todos os pré-requisitos brasileiros venham a ser integralmente atendidos;

b) assegurar a participação de *tôdas* as repúblicas latino-americanas, sem exceção, Cuba inclusive;

c) obter garantias prévias e formais de *tôdas* as potências nucleares e, a seu turno, das que venham a sê-lo; de que respeitarão estritamente o estatuto de desnuclearização da América Latina;

d) obter o mesmo compromisso formal de tôdas as potências que, *de jure* ou *de facto,* detêm responsabilidade por territórios neste Hemisfério;

e) adotar formas de contrôle, fiscalização e salvaguarda verdadeiramente eficazes e adequadas;

f) melhor delimitar a área em que se deva aplicar o tratado.

Neste conjunto de requisitos do projeto brasileiro reside a diferença essencial com o anteprojeto da COPREDAL. Enquanto êste admite a possibilidade de vigência do Tratado e a existência do seu organismo especializado com a simples ratificação de cinco países, o texto brasileiro impõe como condição *sine qua non* a participação de todos os países da área e a obtenção de garantias formais por parte de *tôdas* as potências nucleares bem como dos Estados responsáveis por territórios neste Hemisfério.

Outro ponto em que o nosso texto se aparta fundamentalmente do proposto pela COPREDAL é o que diz respeito às salvaguardas. Enquanto o Comitê pretende que deleguemos a um organismo especializado regional podêres para negociar, em nome da coletividade latino-americana, com a AIEA, o anteprojeto brasileiro repele êsse mandato e exige que cada país negocie os acôrdos de garantia diretamente com a Agência de Viena.

Com a finalidade de evidenciar as lacunas e deficiências do anteprojeto da COPREDAL, buscamos o mais amplo apoio possível à nossa posição, por parte de outras Chancelarias do Continente transmitindo-lhes as preocupações que nos suscitava o texto aprovado pelo Comitê. Foi assim que obtivemos o co-patrocínio da Colômbia para a apresentação do substitutivo brasileiro, e logramos obter para nossas reservas a simpatia de países tais como a Argentina, Bolívia, Chile, Peru e alguns outros da América Central.

Encerrou-se o III Período de Sessões sem que se houvesse chegado a um consenso sôbre o acôrdo a ser aprovado. O resultado dos trabalhos da III COPREDAL e entendimentos diplomáticos posteriores indicaram que há uma tendência para a conciliação das posições divergentes no seio da Comissão Preparatória, com o predomínio das teses brasileiras. Verificou-se que a área de controvérsias

estava confinada aos artigos que configuram as condições que o Govêrno brasileiro considera essenciais à vigência do Tratado, e sôbre os quais nenhuma transigência seria possível da parte do Brasil.

O IV Período de Sessões reuniu-se a 30 de agôsto de 1966, limitando-se a aprovar a resolução 19 (IV) que adia para 31 de janeiro a continuação da discussão sôbre a matéria, e solicita aos Estados-Membros que dêem prioridade, durante o intervalo entre as duas reuniões, ao estudo dos pontos do Tratado de Desnuclearização da América Latina que ainda são objeto de dissenção. A resolução 19 foi apresentada pelas Delegações da Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Haiti, Panamá, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Espaço Cósmico

O trabalho do Comitê das Nações Unidas sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico desenvolveu-se, durante o ano de 1966, através de seus dois Subcomitês, o Científico e Técnico, e o Jurídico, bem como do Grupo de Trabalho Pleno, criado para examinar a conveniência, organização e objetivos de uma Conferência Internacional sôbre a exploração e usos pacíficos do espaço cósmico, a ser realizada em 1967.

1. *Subcomitê Científico e Técnico*:

O Subcomitê Científico e Técnico realizou sua quarta sessão em Genebra, de 18 a 28 de abril, sob a presidência do Dr. D. F. Martyn (Austrália).

Os principais itens considerados pelo Subcomitê, nessa reunião, versaram a respeito da ampliação do sistema de troca de informações sôbre o espaço cósmico, favorecimento dos programas de pesquisa espacial internacional, navegação de satélites, colaboração internacional em atividades

espaciais relacionadas com a meteorologia e as comunicações, facilidades de lançamento de foguetes-sonda, e, finalmente, sôbre programas de educação e treinamento em atividades espaciais.

2. *Subcomitê Jurídico*:

O Subcomitê Jurídico realizou dois períodos de sessões, em 1966, o primeiro em Genebra, de 12 de julho a 4 de agôsto, e o segundo em Nova York, de 12 a 16 de setembro.

2.1 *I Período de Sessões :*

Nessa ocasião, o Subcomitê decidiu, por proposta de seu Presidente Embaixador Manfred Lachs (Polônia), examinar, simultâneamente, os dois Projetos de Tratado apresentados, o primeiro sôbre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, da Lua e Demais Corpos Celestes, proposto pela União Soviética, e o segundo intitulado Projeto de Tratado Regulador da Exploração da Lua e Demais Corpos Celestes, apresentado pelos Estados Unidos, bem como tôdas as propostas apresentadas pelos membros com respeito a determinados artigos.

Na discussão dos Projetos em questão, a posição soviética girou em tôrno, entre outros pontos, da não-inclusão das Organizações Internacionais como partes do Tratado, e da não-aplicação do princípio da utilização pacífica ao espaço cósmico, restringindo-a aos corpos celestes. A Delegação norte-americana, que de início se dispunha apenas a discutir a aplicação do tratado aos corpos celestes, evoluiu mais tarde para uma solução de compromisso, aceitando a extensão do âmbito de aplicação do Tratado também ao espaço cósmico.

A Delegação brasileira adotou posição no sentido de que se impunha a conclusão de um Tratado estabelecendo

que os benefícios da exploração espacial deveriam ser partilhados por todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento econômico e de sua participação ou não naquela exploração. O futuro Tratado, além de estipular que os fins pacíficos da exploração espacial deveriam aplicar-se tanto aos corpos celestes como ao espaço cósmico, deveria também conter regras submetendo a contrôle internacional a transmissão de programas por satélites e incorporar os princípios contidos na Resolução 1884 (XVIII) da Assembléia Geral, com exceção de regra que impõe que o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas devam aplicar-se automàticamente ao espaço cósmico e aos corpos celestes.

Após intensas negociações, conseguiu-se chegar a acôrdo a respeito de nove artigos do futuro Tratado, tendo-se incorporado ao Projeto os princípios contidos na Resolução 1884 (XVIII), pela qual é proibida a colocação de armas de destruição maciça no espaço cósmico e nos corpos celestes. O acôrdo obtido deu também vitória à tese brasileira através da inclusão, no artigo 1º do futuro Tratado, do princípio da igualdade da participação das potências espaciais e não-espaciais nos benefícios da exploração do espaço cósmico.

Outros pontos sôbre os quais se logrou acôrdo foram os seguintes:

a) reconhecimento da responsabilidade internacional dos Estados por danos causados a pessoas físicas ou jurídicas em decorrência do lançamento de objetos em direção ao espaço;

b) reconhecimento da responsabilidade dos Estados pelas atividades espaciais de iniciativa governamental ou privada;

c) responsabilidade conjunta das organizações internacionais e da totalidade dos Estados competentes que sejam parte do Tratado;

d) reconhecimento da permanência da jurisdição, contrôle e posse do Estado lançador sôbre o objeto lançado ao espaço.

Contudo, diante da impossibilidade de chegar-se a conclusões nos debates a respeito da liberdade de acesso às instalações espaciais (plena, segundo os americanos, sujeita a acôrdos bilaterais, segundo os soviéticos), uso de equipamento militar para fins pacíficos (aceito pelos americanos e rejeitado pelos soviéticos), transmissão de informações ao Secretário-Geral da ONU (voluntária para os soviéticos, compulsória para os americanos e as potências não-espaciais), e igualdade de condições para a concessão de «tracking facilities», o Subcomitê resolveu interromper seus trabalhos até 12 de setembro. Decidiu também adiar, para outra ocasião, a discussão a respeito do Projeto de Convenção sôbre Assistência e Devolução de astronautas e veículos espaciais, bem como do Projeto de Convênio sôbre a responsabilidade nos danos causados por objetos lançados no espaço cósmico.

2.2 *II Período de Sessões*

Sem ter conseguido obter acôrdo sôbre os pontos controvertidos do Projeto de Tratado, o assunto foi submetido à consideração do Comitê Pleno (vide item 4). Na discussão dêsses pontos, a Delegação brasileira firmou posição contrária à tese soviética da concessão de "tracking facilities" em igualdade de condições, através da qual um país que concedesse a outro facilidades de observação de veículos espaciais, ver-se-ia subordinado, no campo das atividades espaciais, a algo semelhante ao princípio da cláusula de nação mais favorecida.

3. *Grupo de Trabalho Pleno*:

O Grupo de Trabalho Pleno realizou dois períodos de sessões em 1966, ambos em Nova York, o primeiro de 18 a 25 de janeiro e o segundo em 9 de setembro.

A posição defendida por nossa Delegação foi a de que a convocação da Conferência Internacional deveria subordinar-se à especificação dos seus objetivos, entre os quais se incluía o estudo dos métodos de extensão dos benefícios da pesquisa espacial aos países em desenvolvimento.

Ao final do primeiro período de sessões, o Grupo de Trabalho aprovou uma série de recomendações, opinando pela conveniência da realização de uma Conferência Internacional na segunda metade de 1967, e estabelecendo as bases para a apresentação dos temas a serem discutidos. O segundo período de sessões elaborou um Projeto de Agenda a ser submetido ao Comitê do Espaço Cósmico e determinou que a Conferência Internacional realizar-se-á na primeira quinzena de setembro de 1967, em Paris ou Viena (a ser decidido pelo Comitê).

4. *Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico:*

O Comitê reuniu-se duas vêzes em 1966, em Nova York, em 12 de abril e em 19 de setembro, sob a Presidência do Senhor Kurt Waldheim (Áustria). A primeira reunião do Comitê teve por finalidade endossar as deliberações do primeiro período de sessões do Grupo de Trabalho Pleno.

A segunda reunião visou ao exame dos relatórios apresentados pelos Subcomitês Científico e Técnico, e Jurídico, pelo Grupo de Trabalho Pleno, União Internacional de Telecomunicações e Organização Meteorológica Mundial.

Com respeito à realização da Conferência Internacional, o Comitê concordou em recomendar à Assembléia Geral sua realização em Viena, na primeira quinzena de setembro de 1967, e adotou a recomendação do Grupo de Trabalho no sentido de ser criado um Grupo de Peritos para preparar a Conferência, composto de representantes dos seguintes países: Austrália, Brasil, Bulgária, Tcheco-Eslováquia, Estados Unidos da América, França, Índia, Itália, Japão, Romênia, República Árabe Unida, Suécia e União Soviética.

O Comitê não examinou os pontos controvertidos do Projeto de Tratado até então em discussão no Subcomitê Jurídico. O assunto viria a ser decidido, apenas, durante os trabalhos da XXI Assembléia Geral, quando finalmente se logrou obter acôrdo sôbre a matéria.

Seminário Internacional das Nações Unidas sôbre o «Apartheid»

De acôrdo com a Resolução 2060 (XX), de 16 de dezembro de 1965, a Assembléia Geral solicitou ao Secretário-Geral que organizasse, em 1966, conforme a Resolução 925 (X) e em consulta com o Comitê Especial sôbre a Política do "Apartheid" do Govêrno da República da África do Sul e a Comissão de Direitos Humanos, um Seminário Internacional sôbre o «Apartheid».

O Govêrno brasileiro, consultado a respeito, acedeu em que o Brasil fôsse sede do Seminário, o qual se realizou em Brasília, no Hotel Nacional, de 23 de agôsto a 4 de setembro.

A Comissão de Direitos Humanos e o Comitê Especial sôbre o "Apartheid", em consulta com o Govêrno brasileiro, decidiram sôbre os países que participariam do Seminário e a agenda que seria adotada.

Cada país convidado enviaria um representante, e no máximo três substitutos: o Brasil, como país-sede, poderia designar até cinco representantes, e cinco substitutos. Os representantes seriam designados pelos respectivos Governos e convidados oficialmente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Segundo a praxe adotada pela ONU, a escolha dos países participantes foi feita dentro do critério geográfico. Os representantes dos países eram convidados em caráter pessoal, ficando entendido que as idéias expressas pelos mesmos não refletiriam a posição de seus respectivos Governos com relação ao assunto.

De acôrdo com entendimentos havidos, os Governos dos seguintes países foram convidados a enviar representantes ao Seminário: Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Daomé, Dinamarca, Estados Unidos da América, Filipinas, Guiné, Hungria, Índia, Iraque, Itália, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Reino Unido, República Árabe Unida, República Unida da Tanzânia, Suécia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Zâmbia.

O Govêrno da África do Sul, convidado, recusou-se a indicar um representante.

Participaram ainda do Seminário sete peritos em «Apartheid».

Os seguintes países enviaram observadores: Canadá, Gana, Senegal e Tcheco-Eslováquia.

Organismos Intergovernamentais, Agências especializadas e Organizações não-governamentais em *status* consultivo com o Conselho Econômico e Social enviaram representantes.

O Secretário-Geral das Nações Unidas estêve representado pelo Senhor Marc Schreiber, Diretor da Divisão de Direitos Humanos.

Foi a seguinte a Delegação Brasileira ao Seminário: Principal Representante: Embaixador Roberto Mendes Gonçalves; Representantes: Professôres Laerte Ramos de Carvalho, Carlos Alberto Dunshee de Abranches e Arthur H. Neiva.

Foi eleito Presidente do Seminário o Senhor Kaj Björk, Representante da Suécia.

A *Agenda* do Seminário foi a seguinte:

1. Exame do "Apartheid";
2. Efeitos do "Apartheid" sôbre as relações internacionais, tais como o perigo de conflito racial e ameaça à paz e à segurança;

3. Medidas a serem adotadas para eliminar o «Apartheid» e estabelecer uma sociedade livre de discriminação racial;

   a) medidas nacionais;

   b) medidas internacionais;

      i) pelos Governos;

      ii) pelas Organizações Intergovernamentais;

      iii) pelas Organizações e grupos não-governamentais.

4. Medidas tendentes a despertar a consciência pública sôbre os perigos do "Apartheid" e a apoiar os esforços das Nações Unidas neste assunto.

Item 1. *Exame do «Apartheid»* :

Ao ser examinado o item 1 da Agenda — exame do "Apartheid" — observou-se um *consenso geral* no sentido de se condenar a política racial da República da África do Sul.

Alguns oradores classificaram o "Apartheid" como crime contra a humanidade, outros de política incompatível com os princípios da Carta, comparando-o com o nazismo clássico, e outros ainda equiparando-o a uma forma de colonialismo, apenas investido de autoridade constitucional.

A política do "Apartheid" foi analisada sob todos seus aspectos, sendo dada particular ênfase à legislação sul-africana reguladora da matéria, e que fornece bases legais ao chamado "desenvolvimento separado", o qual priva oitenta por cento da população da União Sul-Africana de seus direitos políticos, econômicos, sociais e civis, e de tôdas as liberdades fundamentais. Em outras palavras o "Apartheid" era a consagração da supremacia de uma minoria de três milhões de pessoas de origem européia sôbre uma maioria de quatorze milhões de indivíduos de origem africana, asiá-

tica e mestiça, a qual era mantida numa situação pràticamente de escravidão.

Os senões e incongruências básicas dêsse desenvolvimento separado foram claramente sintetizados, em seus aspectos econômicos e sociais, no Relatório do Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho,em 1965.

Para manter o «Apartheid», a África do Sul vive, internamente, num permanente estado de emergência, externamente, numa posição de crescente isolamento.

Muitos participantes relembraram que o «Apartheid», em seus vários aspectos, vem sendo objeto de *consideração* por parte das Nações Unidas, há quase vinte anos. Todavia as numerosas Resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança haviam falhado em pôr têrmo à prática daquela política contra a qual se revolta a consciência humana. A não-implementação das referidas resoluções permitiu que a economia da África do Sul continuasse a florescer, fato que por sua vez animava o Govêrno de Pretória na sua política de discriminação. Diversos oradores fizeram críticas abertas às potências ocidentais, sobretudo ao Reino Unido, aos Estados Unidos da América, à França e à República Federal da Alemanha, por continuarem a aumentar seu comércio com a África do Sul.

Finalmente, muitos oradores frisaram a necessidade de se passar do mero debate acadêmico à busca de medidas concretas visando à extinção do "Apartheid".

Item 2. *Efeitos do «Apartheid» sôbre as Relações Internacionais tais como o Perigo de Conflito Racial e a Ameaça à Paz e à Segurança :*

No exame do item em aprêço, a maioria dos participantes expressou a opinião de que o "Apartheid" da África do Sul constituía realmente ameaça à paz e à segurança internacionais.

A fim de confirmarem as opiniões expressas, foram citadas Resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança referentes ao perigo que representava a política racial da África do Sul para a comunidade internacional. A Assembléia Geral, pela Resolução 2059A (XX), chamou a atenção do Conselho de Segurança para o fato de que a situação na República da África do Sul constituía ameaça à paz e à segurança internacionais. O Conselho de Segurança, por outro lado, reconheceu, mais uma vez, que, caso continuasse, a situação existente na África do Sul poderia pôr em perigo a paz e a segurança internacionais. Da mesma forma citaram-se declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas e de Primeiros Ministros britânicos, no sentido de que a política da África do Sul poderia gerar um sério conflito racial, capaz de perturbar a ordem internacional.

Muitos oradores classificaram o "Apartheid" como uma situação explosiva latente, sendo que qualquer outro "incidente" poderia desencadear uma conflagração de conseqüências desastrosas, tanto na África do Sul quanto no mundo. Outros oradores, entretanto, expressaram o ponto de vista de que a situação na África do Sul, embora moralmente condenável, não podia ser considerada como constituindo uma ameaça imediata à paz e à segurança internacionais, segundo os têrmos do art. 39 da Carta das Nações Unidas.

Item 3. *Medidas a serem adotadas para a eliminação do «Apartheid» e a consecução de uma sociedade isenta de discriminação racial:*

Item 4. *Medidas tendentes a despertar a consciência pública sôbre os perigos do «Apartheid» e a apoiar os esforços das Nações Unidas nesse sentido:*

Os dois itens em aprêço foram examinados em conjunto, havendo os participantes sido unânimes em atribuir a maior

importância ao pedido das Nações Unidas para que fôssem elaboradas recomendações efetivas, suscetíveis de implementação prática, visando à eliminação do "Apartheid".

Houve também consenso geral no sentido de que as medidas contra o regime da África do Sul, a fim de serem plenamente eficazes, deveriam ser adotadas em três níveis diferentes: pelas Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, pelos Governos, e por organizações não-governamentais e grupos privados. As divergências de opiniões se verificaram com relação à extensão e à natureza das medidas a serem tomadas.

Das medidas propostas, duas foram discutidas isoladamente, dada a importância da natureza de ambas:

Uso da fôrça armada — muitos oradores se manifestaram partidários do emprêgo de métodos militares a fim de eliminar o "Apartheid" com a ressalva, entretanto, de que caberia ao povo da África do Sul decidir quanto à necessidade e a oportunidade de uma ação dessa natureza. Outros participantes, porém, achavam que a situação atual na África do Sul não justificava ainda o emprêgo da fôrça e que deveriam ainda ser adotadas medidas pacíficas eficazes, de acôrdo com o espírito da Carta das Nações Unidas.

Sanções econômicas — a maioria dos oradores externou a opinião de que a imposição de sanções, sobretudo as econômicas, constituía a única possibilidade de se alcançarem os fins desejados sem o recurso à fôrça. Assim, foram propostas medidas coercitivas, totais e imediatas contra a economia sul-africana. Outras opiniões manifestadas, porém, eram mais favoráveis à aplicação de sanções graduais, seletivas, visando apenas a alvos específicos. Alguns oradores, finalmente, expressaram dúvidas quanto à conveniência e eficácia provável de tais medidas. Alegavam êstes que a economia da África do Sul era suficientemente forte para suportar o impacto de sanções, mesmo totais, por um período considerável. Seu efeito poderia apenas fortalecer o desafio

do regime de Pretória à opinião mundial e colocar assim a maioria africana da população em perigo ainda maior.

Medidas internacionais específicas que poderiam ser adotadas pelas Nações Unidas ou por outras organizações intergovernamentais.

Dentre muitas propostas para serem adotadas no âmbito das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, merecem maior destaque, pela atenção que despertaram e pelos debates que provocaram, as enumeradas a seguir:

a) conciliação, pela Assembléia Geral, de tôdas as resoluções sôbre «Apartheid» e sua implementação pelos Estados-membros;

b) adoção pelo Conselho de Segurança das declarações da Assembléia Geral e o reconhecimento de que uma ameaça à paz e à segurança era um fato;

c) expulsão da África do Sul tanto das Nações Unidas, quanto das Agências especializadas;

d) apêlo ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento para que interrompesse qualquer assistência à África do Sul;

e) apêlo aos países dotados de recursos financeiros suficientes para que contribuam para o Fundo das Nações Unidas para as vítimas do "Apartheid" e para o Programa Especial das Nações Unidas para a Educação e Treinamento dos Sul-Africanos;

f) estabelecimento de um centro internacional de informações, cuja função seria de divulgar dados sôbre o significado e perigos do "Apartheid";

g) criação de um tribunal internacional para tratar dos atos do "Apartheid" como um crime contra a humanidade;

h) adoção pelas Nações Unidas de tôdas as medidas necessárias para paralisar qualquer extensão da política do "Apartheid".

Medidas específicas recomendadas aos Governos:

a) necessidade de um apêlo urgente ao Reino Unido, Estados Unidos da América, França, Alemanha Ocidental e Japão, e outros Estados, no sentido de adotarem uma política que vise terminar com as relações econômicas e financeiras com a África do Sul;

b) a adoção por parte de todos os Estados, como condição mínima, de medidas econômicas parciais com o objetivo de paralisar o crescimento econômico da África do Sul;

c) rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul;

d) ajuda militar ao movimento de resistência na África do Sul, sendo que alguns participantes eram de opinião que a mesma dependeria de autorização prévia das Nações Unidas;

e) observância, por parte dos Governos, das decisões de todos os órgãos das Nações Unidas relativas ao «Aparheid».

Medidas convenientes por parte das organizações e grupos não-governamentais :

Ao examinarem as medidas que poderiam ser adotadas por organizações e grupos não-governamentais, foi louvado especialmente o trabalho realizado pelo Fundo Internacional de Defesa e de Ajuda, tido como única entidade dêsse gênero que assiste direta e materialmnte às vítimas do "Apartheid". Assim, a fim de permitir ao referido Fundo que desenvolva ainda mais suas atividades, fêz-se apêlo a outras organizações e grupos não-governamentais no sentido de lhe proporcionarem o maior apoio financeiro possível.

Diversas organizações e grupos não-governamentais foram citados como capazes de trazer preciosas colaborações na luta contra o "Apartheid": as igrejas e outras entidades religiosas, as agremiações sindicais, as organizações educa-

cionais, fundações e sociedades culturais, a imprensa, as organizações de consumidores, etc.

Encerrados os debates, foram elaboradas as conclusões sôbre os trabalhos realizados e as recomendações a serem encaminhadas à XXI Assembléia Geral, as quais foram incluídas no relatório final do Seminário.

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

No ano de 1966, o Brasil participou de trinta e sete (37) congressos e conferências:

1) OMS. 37º Sessão do Conselho Executivo. Genebra, 18 a 31 de janeiro.
2) OIT. 164ª Sessão do Conselho de Administração. Genebra, 28 de fevereiro a 4 de março.
3) OMM. IVª Reunião da Comissão de Meteorologia Sinótica. Wiesbaden, 8 de março a 2 de abril.
4) FAO. IIIª Sessão da Comissão Executiva Regional de Pesca para o Sudoeste do Atlântico e do Grupo de Trabalho de Estatística. Montevidéu, 20 a 29 de abril.
5) OIT. IIIª Comissão Técnica do Centro Interamericano de Documentação e Pesquisa em Matéria de Formação Profissional. Buenos Aires, 25 a 27 de abril.
6) INTERPOL. Reunião do Comitê Executivo. Paris, maio.
7) OMS. XIX Assembléia Mundial de Saúde. Genebra, 3 e 21 de maio.
8) FAO. Conferência de Plenipotenciário para o Estabelecimento da Comissão de Preservação do Atum e Espécies Afins no Atlântico. Rio de Janeiro, 2 a 14 de maio.

9) OIT. Vª Sessão da Comissão do Trabalho nas Plantações. Genebra, 2 a 16 de maio.

10) OIT. 165ª Sessão do Conselho de Administração. Genebra, 20 a 28 de maio.

11) Repartição Internacional de Epizootias. XXXIVª Sessão Geral. Paris, 23 a 28 de maio.

12) FAO. VI Congresso Mundial de Florestas. Madrid, 4 a 19 de junho.

13) OMM. I Simpósio Internacional sôbre Métodos em Agroclimatologia. Readiny, Inglaterra, 23 a 30 de junho.

14) OIT. 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 1º a 23 de junho.

15) FAO. Conferência Mundial sôbre Reforma Agrária. Roma, 20 de junho a 2 de julho.

16) FAO. Reunião de três Grupos de Estudo da Comissão Internacional do Arroz e Sessão Inaugural do Comitê do Arroz para as Américas. Lake Charles (EUA), 18 a 30 de julho.

17) INTERPOL. XXXV Assembléia Geral. Berna, 31 de agôsto a 7 de setembro.

18) Repartição Internacional de Epizootias. II Conferência Americana. Caracas, 12 a 16 de setembro.

19) OMM. Seminário sôbre Hidrometeorologia. Campinas, 12 a 20 de setembro.

20) OPAS. XVII Conferência Sanitária Panamericana. Washington, 26 de setembro a 14 de outubro.

21) OMM. XVIII Reunião do Comitê Regional para as Américas. Washington, 26 de setembro.

22) OIT. VII Conferência dos Estados Americanos Membros da OIT. Ottawa, 12 a 23 de setembro.

23) II Conferência do Programa da Rêde Experimental Interamericana de Foguetes Meteorológicos.

Chamical e Ascochica (Argentina), 17 de setembro.

24. AIEA. Xª Sessão Regular da Assembléia Geral. Viena, 21 a 27 de setembro.

25) OIT. VIIª Sessão da Comissão de Petróleo, Genebra, 3 a 14 de outubro.

26) FAO. IVª Conferência Internacional de Virologista de Citrus. Roma, 3 a 13 de outubro.

27) OMM. Grupo de Trabalho de Telecomunicações da Comissão de Meteorologia Sinótica. Genebra, 31 de outubro a 4 de novembro.

28) OIT. XI Conferência Internacional de Estatística do Trabalho. Genebra, 18 a 28 de outubro.

29) II Reunião da Subcomissão Permanente de Produtos Zooterápicos. Buenos Aires, 25 a 30 de outubro.

30) FAO. 47ª Sessão do Conselho. Roma, 17 a 28 de outubro.

31) FAO. Conferência sôbre Administração e Serviços Pesqueiros. Roma, 21 a 25 de novembro.

32) FAO. 10ª Sessão do Conselho do PMA. Roma, 31 de outubro a 9 de novembro.

33) OMM. IV Sessão da Associação Regional para a América do Sul. (AR-III). Quito, 7 a 19 de novembro.

34) OIT. VII Sessão da Comissão de Transportes Internos. Genebra, 21 de novembro a 2 de dezembro.

35) OIT. IV Sessão da Comissão Técnica do CINTERFOR. Viña del Mar, 1º a 3 de dezembro.

36) FAO. Comitê de Produtos Derivados da Madeira. Roma, 12 a 14 de dezembro.

37) FAO. IX Conferência Regional da FAO para a América Latina. Punta del Este, 5 a 17 de dezembro.

Além dêsses Congressos e Conferências acima arrolados, o Ministério das Relações Exteriores processou expedientes relacionados com mais de oitenta e dois (82) certames internacionais.

Contribuições Financeiras do Brasil

Em atendimento à estrita política de contenção de despesas, estatuída pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, e a exemplo do ano de 1965, foram eliminadas do orçamento do Ministério das Relações Exteriores tôdas aquelas contribuições a organismos internacionais de caráter não-governamental, cujas atividades se vinham revelando de pouca ou nenhuma utilidade para o Brasil.

Nas Instruções às Delegações brasileiras, figurou sempre o princípio de que as contribuições não devem ultrapassar os índices percentuais estabelecidos pelas Nações Unidas.

Nesse particular, é importante assinalar que a XXI Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou recomendação às Agências especializadas, no sentido de que tomem as providências para harmonizar, o mais cedo possível, as suas escalas de contribuição com a escala da ONU. A referida resolução originou-se de projeto de autoria do Brasil, copatrocinado por 19 países. Os resultados dos estudos do Comitê *ad hoc* de peritos para o exame das finanças da ONU e das Agências Especializadas, cujo relatório foi igualmente aprovado pela XXI Assembléia Geral, ao lado da recomendação acima relacionada reforçam, pois, a pressão exercida sôbre a OIT, particularmente, onde as diferenças entre as duas escalas são enormes, no sentido de que aquêle organismo se disponha finalmente a adotar uma decisão com relação à revisão da sua escala de contribuições. E um primeiro resultado positivo parece ter-se já anunciado, através da resolução adotada pela 167ª Sessão do Conselho de Administração da OIT, em que se recomendou o envio aos Estados-Membros de um relatório do Diretor-Geral sôbre o

assunto, acompanhado de quadros comparativos da escala de contribuições da OIT com a escala das Nações Unidas, inclusive, da indicação de como se apresentaria a escala da OIT à base da escala das Nações Unidas para 1967, respeitadas as diferenças de composição entre as duas organizações.

Agência Internacional de Energia Atômica

O ano de 1966, no que se refere à Agência Internacional de Energia Atômica, marcou-se pelo desenvolvimento do nôvo sistema de Salvaguardas, aprovado na reunião de setembro de 1965 da Junta de Governadores, a qual, em junho de 1966, estendeu-se às Usinas de Reprocessamento, criando, para tanto, um anexo ao sistema original. No período de vigência dêste, o número de acôrdos de salvaguardas aprovados pela Junta de Governadores aumentou de 24 para 29.

Outro assunto de relevância no ano de 1966 foi o significativo progresso verificado nas usinas nucleares ligadas à dessalgação das águas marinhas ou salobras, bem como nas variadas e importantes aplicações dos isótopos, radioativos ou estáveis, das ciências biológicas, na agricultura e na indústria.

Várias reuniões e simpósios se realizaram, em 1966, sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica, tendo o Brasil tomado parte em grande número dêsses certames, dentre os quais cumpre ressaltar:

1. Conferência sôbre Dados Nucleares — Sessão de Choques Microscópicos e outros dados básicos para Reatores. Paris, de 17 a 21-10-66.
2. Simpósio sôbre Padronização de Radionuclídeos. Viena, de 10 a 14-10-66.
3. Simpósio sôbre o Emprêgo de Isótopos em Hidrologia. Viena, de 14 a 18-11-66.
4. Reunião do Grupo de Estudos sôbre a Coordenação das Pesquisas a Respeito do Uso de Neutrons

em Irradiação de Sementes. Viena, de 25 a 29 de julho de 1966. (FAO.IAEA).

5. Comitê Internacional para Dados Nucleares. Viena, de 25 a 28-10-66.
6. Reunião acêrca de Radiofísica Sanitária. Buenos Aires, de 14 a 18-11-66.
7. Reunião de um Grupo de Trabalho sôbre Utilização de Tório. Viena, de 12 a 14-11-66.

O Brasil foi designado para o Comitê de Credenciais, e eleito, com um dos dois representantes latino-americanos, para a Junta de Governadores, para o período de 1966/1968 terminando seu mandato por ocasião da XII Sessão Regular da AIEA.

A contribuição brasileira para o orçamento regular da Agência Internacional de Energia Atômica, em 1966, corresponde a 0,86% de US$ 8.437.455.00, ou seja, US$ 72.468.00. Sua contribuição voluntária, destinada ao Fundo Geral, calculada na base do mesmo percentual aplicado ao total de tais contribuições, a saber US$ 1.161.667, corresponde a US$ 17.200.

No que se refere à Energia Atômica em geral, o setor competente do Itamaraty ocupou-se de vários acôrdos nucleares. Em 11 de janeiro foi assinado o Acôrdo de Cooperação entre o Brasil e a Bolívia nos usos pacíficos de energia atômica, que obteve a aprovação do Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 68/66, publicado no "Diário Oficial" de 2 de dezembro de 1966. O acôrdo Brasil-Suíça, assinado em maio de 1965, foi submetido ao Congresso Nacional pela Mensagem Presidencial nº 4/66. Em 10 de junho o Govêrno brasileiro, em atendimento às formalidades indispensáveis para a entrada em vigor do Acôrdo de Imunidades e Privilégios da AIEA, adotado pela Junta de Governadores em julho de 1959, fêz o depósito do respectivo Instrumento de Ratificação. O Presidente da República promulgou o refe-

rido acôrdo pelo Decreto nº 59.309, de 23 de setembro de 1966. O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 48/66, o Acôrdo Brasil-Estados Unidos da América de Cooperação no campo dos usos civis da energia atômica, assinado, em consolidação ao primitivo texto adotado em 1955, em 8 de julho de 1965. O acôrdo trilateral de transferência para a AIEA da responsabilidade pela aplicação de salvaguardas aos materiais cedidos ao Brasil nos têrmos daquele mesmo Acôrdo de Cooperação, detidamente estudado por um Grupo de Trabalho composto de representantes da Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Estado-Maior das Fôrças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional e do Itamaraty (Chefe da DOA) no início de 1966. Em 30 de novembro foi assinado o Acôrdo Brasil-Peru de Cooperação nos usos pacíficos de energia atômica, em Lima, pelo Ministro das Relações Exteriores. Ainda no correr de dezembro, foi submetido texto semelhante, preparado pela CNEN, ao Govêrno do Equador, visando à sua assinatura no correr de 1967.

Curso Sôbre Assuntos de Energia Nuclear

Por iniciativa da Secretaria-Geral-Adjunta para Organismos Internacionais, realizou-se no Itamaraty, em maio-junho de 1966 um Curso de Divulgação sôbre questões relativas ao uso da energia nuclear, destinado a preparar os diplomatas brasileiros para o trato dessa matéria que abre inéditas perspectivas ao mundo e que cria necessidade premente de que estejam êles habilitados a apreciar devidamente os múltiplos fatôres políticos, militares, econômicos, jurídicos, que decorrem dessa nova fonte de energia.

O Curso Sôbre Assuntos de Energia Nuclear destinou-se, assim, a preencher lacunas, a sistematizar conhecimentos básicos, a complementar e diversificar cultura, mas orientou-se, sempre, num sentido pragmático, adotando as formas de exposição mais acessíveis. Quatorze aulas-conferências foram dadas por especialistas da Comissão Nacional de Energia

Nuclear da Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas do Exército e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, tendo as palestras iniciais visado à fixação de noções básicas de física atômica e física nuclear e as seguintes, à divulgação dos diferentes aspectos pacíficos ou militares, da utilização da referida energia.

O Curso iniciou-se em 17 de maio, tendo o Ministro de Estado das Relações Exteriores pronunciado o discurso de abertura, seguido da instalação do mesmo pelo Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais. A aula inaugural estêve a cargo do Professor Luiz Cintra do Prado, então Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Setenta e nove alunos inscreveram-se no Curso, tendo 33 alcançado diploma de freqüência integral e 16, diploma de freqüência parcial.

O Ministério das Relações Exteriores incumbe-se, no momento, da encadernação das apostilas que reproduzem as aulas do curso.

OMS e OPAS

A Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde operam no Brasil, em colaboração, constituindo o Escritório da OPAS o Escritório Regional da OMS para as Américas.

A Organização Mundial da Saúde co-patrocina vários projetos de assistência de interêsse regional e nacional, mobilizando recursos que deverão montar, no biênio 1967/1968, a US$ 1.819.014.00. O Itamaraty desempenha função primordial, estabelecendo a coordenação de ambas as entidades com o Govêrno brasileiro através da Comissão de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde. O crescimento demográfico brasileiro é que estabelece o índice de expansão da assistência prestada pela OPAS e pela OMS ao Brasil, bem como o planejamento em matéria de Saúde Pública.

A lista que se segue arrola os projetos existentes em aplicação no país.

1. *Paludismo*

   a) Programa de erradicação (orçamento ordinário e fundo especial do paludismo da OPAS). Crédito previsto: US$ 443.509.

   b) Centro de Preparação para a Erradicação do Paludismo (OPAS) e Fundo Especial do Paludismo da OPAS. Crédito previsto: US$ 62.887.

2. *Doenças bacterianas*

   Pesquisas sôbre a peste (orçamento ordinário e OPAS). Crédito previsto: US$ 23.400.

3. *Doenças parasitárias*

   Bilharsiose (OPAS). Crédito: US$ 11.600.

4. *Doenças e vírus*

   Laboratório da Febre Amarela (OPAS). Crédito previsto: US$ 8.000.

5. *Varíola*

   Erradicação da varíola. Crédito previsto: US$ 377.412.

6. *Saúde Pública Veterinária*

   a) Luta contra a raiva. Crédito previsto: US$ 10.200.
   b*)* Ensino da Medicina Veterinária. Crédito previsto: US$ 7.400.

7. *Doenças contagiosas. Atividades gerais*

   Epidemiologia (OPAS). Crédito previsto: US$ .... 24.923.

8. *Higiene do Ambiente*

a) Engenharia Sanitária (OPAS). Crédito previsto: US$ 37.233.
b) Luta contra a poluição do ar e da água (PNUD/AT). Crédito previsto: US$ 20.000.
c) Abastecimento público de água (Fundo da OPAS para o Abastecimento de Água). Crédito previsto: US$ 10.200.
d) Instituto de Engenharia Sanitária (TNUD/FS). Crédito previsto: US$ 82.650.
e) Ensino de Engenharia Sanitária (OPAS). Crédito previsto: US$ 30.000.

9. *Administração da Saúde Pública*

a) Planejamento Sanitário Nacional (OPAS). Crédito previsto: US$ 35.836.
b) Serviços de Saúde Pública, Estados do Nordeste (Orçamento ordinário, PNUD/AT e OPAS). Crédito previsto: US$ 165.115.
c) Serviços de Cuidados Médicos (OPAS). Crédito previsto: US$ 20.727.

10. *Cuidados de Enfermagem*

a) Cuidados de enfermagem (OPAS). Crédito previsto: US$ 34.969.
b) Formação de Enfermeiras Auxiliares (OPAS). Crédito previsto: US$ 21.779.

11. *Higiene Dentária*

Ensino Dentário (OPAS). Crédito previsto: US$ ... 14.400.

12. *Saúde Mental*

Saúde Mental (OPAS). Crédito previsto: US$ 6.800.

13. *Nutrição*

a) Nutrição. Crédito previsto: US$ 32.847.
b) Cursos de nutrição. (OPAS). Crédito previsto: US$ 14.900.
c) Cursos de nutrição, São Paulo (OPAS). Crédito previsto: US$ 8.000.
d) Instituto de Nutrição, Recife (OPAS). Crédito previsto: US$ 25.823.

14. *Ensino e Formação Profissional*

a) Escola de Saúde Pública, Rio de Janeiro (OPAS). Crédito previsto: US$ 30.000.
b) Escola de Saúde Pública, São Paulo. Crédito previsto: US$ 28.396.
c) Ensino da medicina (Orçamento ordinário e OPAS). Crédito previsto: US$ 104.198.
d) Bôlsas-de-estudo. Crédito previsto: US$ 14.700.

15. *Estatísticas demográficas e sanitárias*

a) Estatísticas sanitárias. Crédito previsto: US$ ... 60.010.
b) Ensino da Bio-estatística e dinâmica das populações. Crédito previsto: US$ 51.100.

Os totais parciais indicados por itens referem-se a subvenções, fornecimento de equipamento e material, assistência de pessoal especializado e técnicos, concessão de bôlsas-de-estudo e diversos.

Em 1966, o Brasil participou das seguintes reuniões da OPAS e OMS:

XVII Conferência Sanitária Pan-americana e XVII Reunião do Comitê Regional da OMS para as Américas, Washington, 26 de setembro a 7 de outubro.

A Sessão Inaugural foi aberta pelo Doutor Raymundo de Britto, Presidente Provisório da XVII Conferência Sanitária Pan-americana e Ministro da Saúde do Brasil.

O Brasil fêz parte, na qualidade de Membro, da Comissão Geral e dos Grupos de Trabalho sôbre Inspeção de Qualidade das Preparações Farmacêuticas, sôbre o Programa de Livros de Texto para Estudantes de Medicina e sôbre Seleção de Temas para as Discussões Técnicas de 1967; como relator do Grupo de Trabalho sôbre Relações da OPAS com outros Organismos Interamericanos e como Presidente da Comissão II.

A Conferência aprovou um total de quarenta (40) Resoluções das quais cumpre ressaltar, por interessarem mais diretamente ao Brasil, as seguintes:

nº 2 — que aprova o Relatório anual do Presidente do Comitê Executivo da OPAS, Doutor Manoel José Ferreira, Delegado brasileiro;

nº 10 — que aprova os programas regionais propostos para 67/68 e solicita aos Governos que aumentem a proporção dos programas de saúde solicitados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas;

nº 13 — relativa ao estado de erradicação da malária nas Américas, recomendando à OPAS que continue as investigações em colaboração com os países para obter soluções para os problemas biológicos e operacionais e acelere a coordenação com os serviços locais de saúde e programas de erradicação da malária;

nº 14 — também relativa à erradicação da malária, fazendo levantamento do necessário para tal fim e insistindo na necessidade de manter-se o Fundo Especial da Malária da OPAS, mediante contribuições voluntárias;

nº 16 — referente à política e ao programa de investigações da OPAS, agradecendo a oferta do Brasil, Argentina e Uruguai, de fundos adicionais para o desenvolvimento do citado programa e instituindo oficialmente um Fundo especial para tal fim;

nº 18 — referente ao estado de erradicação da varíola nas Américas e ao cálculo do necessário para lográ-la.

nº 21 — referente ao estado dos planos nacionais de saúde;

nº 22 — referente aos aspectos da saúde relacionados com a dinâmica da população, estabelecendo centros de educação e investigações sôbre êsses assuntos e criando uma Unidade de Saúde e Dinâmica da População.

O Brasil foi, até a reunião que antecedeu a XIX Assembléia Mundial de Saúde, Membro do Conselho Executivo da OMS, ali representada pelo Doutor Theobaldo Vianna.

XIX Assembléia Mundial de Saúde

Por ocasião dos trabalhos da XIX Assembléia da OMS, inaugurou-se o nôvo edifício-sede da Organização, ao qual o Brasil ofereceu um mural pintado pelo artista brasileiro Iberê Camargo.

Dentre as Resoluções aprovadas pela XIX Assembléia Mundial da Saúde, cabe salientar:

Resolução WHA/15

Estabelece um orçamento de US$ 51.515.000 para o exercício de 1967, superando em 15,8% o de 1966. Êsse acréscimo permitirá à OMS levar a cabo os 1.400 projetos programados para 1967.

Resolução WHA/19/18

Solicita ao Diretor-Geral da Organização que, em colaboração com os países membros, elabore programa mundial de erradicação da varíola, a realizar-se em dez anos, a partir de 1967.

Resolução WHA/19/13

Insiste junto aos países que ainda não possuem programas de erradicação de malária, ou que ainda não os começaram a executar, que intensifiquem tal atividade; solicita aos países que tenham programas em andamento que façam avaliação anual, para possibilitar modificações impostas por novas situações; solicita aos países que ainda não possuem organização dos serviços sanitários básicos, que a levem a cabo ràpidamente. O Diretor-Geral deverá atender aos pedidos de assistência técnica e assessoramento para atingir êsses objetivos, principalmente os de caráter imunológico, entomológico e quimioterápico.

Resolução WHA/19/58

Confirma ser função da OMS dar assessoramento técnico aos membros que o solicitem para a execução de programas relacionados com o planejamento familiar e integrados na ação de serviços sanitários estabelecidos sem prejuízo das atividades preventivas e curativas dêsses serviços.

Resolução 19/50

Providencia medidas para a melhoria dos serviços de abastecimento de água, inclusive levantamento das necessidades locais e a colocação de tais encargos a cargo de organismos regionais ou nacionais de planificação, construção e administração de sistemas de abastecimento; cria nova conta especial a ser composta de donativos voluntários.

Resolução 19/47

Recomenda continuidade na assistência na melhoria da qualidade e das preparações farmacêuticas e no estabelecimento de laboratórios de contrôle. Recomenda o estabelecimento de princípios gerais para a qualidade das mencionadas preparações e para o contrôle da qualidade dos produtos que ingressam no mercado internacional.

Resolução WHA/19/68

Revê a classificação internacional de doenças (oitava revisão).

Decidiu-se que a XX Assembléia Mundial de Saúde será realizada na Suíça e aceitou-se o convite do Govêrno norte-americano para que a XXII Assembléia seja realizada em Boston, Massachussets.

Contribuição Financeira

A contribuição financeira do Brasil à OMS e à OPAS, em 1966, de acôrdo com o sistema de quotas em vigor, montou, respectivamente a US$ 369.920 e US$ 605.852.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura — FAO

Tendo-se realizado, no período novembro/dezembro de 1965 a 13ª Sessão da Conferência, a próxima reunião daquele órgão máximo da FAO, de caráter bienal, será em fins de 1967 sòmente.

As principais reuniões internacionais da FAO em 1966 que, por sua natureza, foram submetidas à consideração do MRE, foram as seguintes:

47ª Sessão do Conselho

De 17 a 28 de outubro de 1966 realizou-se em Roma a 47ª Sessão do Conselho, na qual o Brasil se fêz representar pelo seu Representante-Residente junto à FAO, Ministro Jorge A. de Seixas Corrêa, na qualidade de Delegado e pelo Secretário Carlos Henrique Paulino Prates, como Delegado Suplente. A 47ª Sessão do Conselho passou em revista os principais trabalhos da Organização, entre outros, relatório sôbre a situação mundial de alimentos, onde foram frisados: a escassês de produtos agrícolas em face do aumento das populações, particularmente nos países em desenvolvimento; o plano indicativo mundial, que deverá ser apresentado pela FAO até 1968 e no qual o Brasil tem particular interêsse; os relatórios da 40ª Sessão do Comitê de Produtos de Base (CCP), da 10ª Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos (PMA); a ajuda multilateral em alimentos; o fundo a ser constituído para o aumento de recursos destinados à produção de alimentos, proposta essa cujos estudos foram confiados a um Comitê *ad hoc* do qual faz parte o Brasil e cuja 1ª Sessão se deverá realizar nos dias 12 e 13 de janeiro de 1967.

O Conselho, entre outras medidas, resolveu recomendar à Conferência o aumento do próprio número de membros, de 31 para 34. O mandato do Brasil no referido órgão deverá terminar em 31 de dezembro de 1968.

A realização da próxima sessão foi fixada para o período de 12 a 23 de junho de 1967, em Roma.

10ª Sessão do Comitê Intergovernamental do PMA (Programa Mundial de Alimentos)

Foi promovida em Roma, de 31 de outubro a 9 de novembro de 1966. Foi Delegado do Brasil o Representante-Residente junto à FAO. Nos trabalhos realizados, foi dada ênfase especial à avaliação e seleção de projetos apresenta-

dos ao PMA. Segundo recomendação adotada, os próximos relatórios do Diretor-Executivo deverão conter informação adicional sôbre o impacto dos projetos sôbre a economia do país recipiente. Considera o Govêrno brasileiro que deverá ser dada prioridade aos projetos governamentais. A ajuda concedida pelo PMA tende, cada vez mais, por seu lado, a integrar-se em projetos nacionais de desenvolvimento, o que corresponde melhor ao interêsse brasileiro.

Alguns aspectos sôbre a participação brasileira no PMA:

Na qualidade de Membro do Comitê Intergovernamental (CIG) do PMA, cumprindo mandato eletivo que expirará em 31 de dezembro de 1968, o Brasil participa com vivo interêsse dêsse Programa da FAO, em sua dupla finalidade:

a) atender a situações em emergência e b) projetos de desenvolvimento que visam a aumentar a capacidade de produção de alimentos no mundo e atender em melhores condições às exigências de consumo.

Contribuindo como país doador, o Brasil colocou à disposição do PMA, em 1965, uma doação, sob a forma de arroz, em valor de US$ 250.000 a ser fornecida parceladamente, de acôrdo com as exigências dos projetos prioritários do Programa. A primeira parcela dessa contribuição foi destinada à Jordânia (105 toneladas) e ao Togo (30 toneladas) e embarcada pelo Govêrno brasileiro no mês de novembro de 1966, através do Itamaraty e da COBAL. Pròximamente deverão ser coordenados novos embarques.

Tanto no CIG do PMA como no Conselho da FAO, defendemos com empenho a necessidade de se incentivarem os critérios de obtenção de novos recursos para o PMA (cujas estimativas de fundos a fim de atender os próprios objetivos somam 25 milhões de dólares ainda não alcançados), através de maiores contribuições, principalmente e por parte dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que

se ponham em prática políticas realísticas e bem orientadas, de aumento da produção de alimentos nos países em desenvolvimento.

Como país recipiente, estamos sendo beneficiados por dois acôrdos (Brasil 12 e Brasil 339), o primeiro, de Bom Jesus da Lapa, já em andamento, e o segundo, referente a uma área bem mais ampla, também no Médio São Francisco, que deverá ser pôsto em execução em abril de 1967. Ambos os acôrdos foram confiados à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, como órgão executor. Através dêsses dois acôrdos, serão fornecidos alimentos, sob a forma de merenda escolar, às crianças que freqüentam as escolas de 134 municípios, na mencionada Região do Médio São Francisco. Acha-se já prevista a prorrogação do prazo de duração do projeto de Bom Jesus da Lapa, a fim de permitir o seu funcionamento concomitantemente com o do projeto nº 339, cuja execução deverá iniciar-se em março de 1967.

O mandato do Brasil no Comitê Intergovernamental do PMA se estende até 31 de dezembro de 1968. É prevista a possibilidade de reeleição.

Primeira Sessão do Comitê de Pesca

Foi realizada em Roma, de 13 a 18 de junho de 1966, dela participando representantes de 29 países-membros do Comitê, 18 observadores e seis organizações internacionais. O Brasil se fêz representar na qualidade de país-membro. O Comitê tem como objetivo rever os programas de trabalho da FAO e a cooperação internacional, em matéria de pesca. Os países participantes são os especialmente interessados na pesca e nas diferentes partes dos oceanos e águas interiores. Coube-lhe, em sua 1ª Sessão, examinar principalmente os objetivos e métodos de trabalho que passará a empregar, de maneira a evitar duplicação de tarefas, dentro

da FAO e, no campo da cooperação internacional, complementar, em vez de sobrepor-se às atividades de outras organizações que exercem eficazmente a sua atividade, no campo da pesca. Entre outros assuntos, examinou a utilização racional dos recursos pesqueiros no Oceano Índico, de cujo Comitê o Brasil foi convidado a participar, a poluição da água do mar e outros problemas de pesca de caráter internacional. A segunda sessão do Comitê de Pesca será realizada em Roma, no primeiro semestre de 1967.

Conferência de Plenipotenciário para a Conservação do Atum Atlântico

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 2 a 14 de maio de 1966, dela participando representantes dos países-membros da Comissão Internacional homônima: Argentina, Brasil, Canadá, Cuba, República Democrática do Congo, França, Japão, Portugal, República da Coréia, África do Sul, Senegal, Espanha, URSS, Reino Unido, EUA, Uruguai, Venezuela. Como observadores, participaram representantes da Alemanha Ocidental, Itália e Polônia. A Conferência de Plenipotenciário elaborou a Convenção Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico, aberta à assinatura dos países-membros das Nações Unidas e de qualquer das suas agências especializadas. A referida convenção entrará em vigor quando ratificada por sete Governos. Em dezembro de 1966 contava com a assinatura do Brasil, Espanha, Estados Unidos da América, República da Coréia e Japão.

Na 47ª Sessão do Conselho alguns Delegados comunicaram estar tomando providências com vistas à assinatura ou à ratificação da Convenção. A mencionada sessão do Conselho recomendou também fôssem apressadas as medidas para a adesão à Convenção por parte dos países-membros. O Govêrno do Estado de São Paulo ofereceu um local em Santos para a instalação da sede da Comissão.

3ª Sessão da Comissão Consultiva Regional de Pesca para o Sudoeste do Atlântico (CARPAS) e do Grupo de Trabalho de Estatística

Realizou-se em Montevidéu, de 20 a 29 de abril de 1966, com a presença de três membros, Brasil, Argentina e Uruguai. Os EUA e a Noruega enviaram observadores.

Entre outras resoluções, por proposta da delegação argentina, foi adotada recomendação no sentido de que sejam revistos os estatutos da Comissão, a fim de facilitar a incorporação da Bolívia e do Paraguai como membros da CARPAS, dada a importância dos seus recursos pesqueiros de água doce. A recomendação em pauta foi submetida à 47ª sessão do Conselho que decidiu, de acôrdo com proposta do Diretor-Geral, aguardar esclarecimentos sôbre os princípios envolvidos no caso, pelo Comitê de Pesca; reconheceu, entretanto, que a recomendação da CARPAS é coerente com os pontos-de-vista do próprio Conselho, com relação à participação de órgãos de pesca regionais. A próxima reunião de CARPAS será na cidade do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1968. Haverá uma reunião do Grupo de Trabalho de Estatística em Santos, São Paulo, em fins do primeiro semestre de 1967. Ao Dr. Emílio Varoli, do Brasil, coube a 1ª Vice-Presidência de CARPAS para o biênio 1966-68, atribuindo-se a Presidência ao Uruguai e a 2ª Vice-Presidência à Argentina.

1ª Sessão do Comitê de Arroz para as Américas

Foi realizada concomitantemente com a reunião de três grupos técnicos de trabalho da Comissão Internacional de Arroz em Lake Charles, La. EUA, de 18 a 30 de julho de 1966. O Brasil se fêz representar. Foi constatado, na reunião, que, embora a América Latina se coloque em seguida ao Extremo Oriente como produtor de arroz, o aumento anual contínuo de 5% verificado nesta região é o maior existente. Com relação à produção de arroz no Brasil e às

políticas de melhoramento tomadas em consideração foi fornecida informação em que se ressalta: a posição do país como o maior produtor da América Latina; a situação da produção nacional nas diferentes regiões do país; a necessidade de se aumentarem as áreas irrigadas, a fim de estabilizar a produção anual; a necessidade da melhoria das técnicas empregadas e da produção bem como da distribuição de sementes de melhor qualidade. Paralelamente, foi posta em evidência a programação do Govêrno a fim de aumentar a área total de produção e a produção por unidade, de modo a satisfazer, em melhores condições, às necessidades de consumo. Do ponto-de-vista geral, a Comissão examinou as propostas para o programa de atividades do Comitê Internacional do Arroz, as práticas utilizadas com relação aos solos; problemas de água e fertilizantes, entre outros fatôres. A 2ª Sessão do Comitê será realizada, a convite do Govêrno brasileiro, na cidade de Pôrto Alegre, em fevereiro de 1968.

9ª Conferência Regional para a América Latina

Realizou-se em Punta del Este, de 5 a 17 de dezembro de 1966. A agenda dos trabalhos foi elaborada tendo em vista principalmente os problemas financeiros e correlatos, ligados ao desenvolvimento agrícola. Visou ainda a reunião a política e medidas de caráter regional.

A documentação de trabalho da delegação bràsileira incluiu projetos de recomendação sôbre alguns dos itens da agenda de maior interêsse para o país, entre outros, sôbre reforma agrária, centros de treinamento e planos diretores de ensino agrícola, assistência técnica e financiamento de projetos.

Foi ainda providenciada pelo Ministério das Relações Exteriores a designação de delegações às seguintes reuniões internacionais promovidas pela FAO em 1966:

a) VI Congresso Mundial de Florestas. Madrid, 4 a 19 de junho.

b) Conferência Mundial sôbre Reforma Agrária. Roma, 20 de junho a 2 de julho.

c) Conferência sôbre Administração e Serviços Pesqueiros. Roma, 21 a 25 de novembro.

d) Comitê de Produtos Derivados da Madeira. Roma, 12 a 14 de dezembro.

e) 10ª Sessão da Comissão Internacional do Arroz. Nova Delhi, 3 a 8 de outubro.

Para os seguintes seminários promovidos pela FAO em 1966 tomou o MRE as necessárias providências a fim de assegurar a participação brasileira:

a) Seminário sôbre Política Estatal de Comercialização na América Latina. Bogotá, 21 de novembro a 2 de dezembro.

b) Seminário sôbre Programa de Nutrição, Popayan. Colômbia, 10 a 17 de novembro.

c) Seminário Regional para a América Latina sôbre Educação e Desenvolvimento da Juventude Rural. Lima, Perú, 21 a 26 de novembro.

Participação em novos Comitês

O Govêrno brasileiro aceitou convite da FAO para participar do Comitê de Desenvolvimento Florestal nos Trópicos, dada a sua condição de um dos países mais diretamente interessados no assunto.

Contribuição Financeira

A contribuição financeira do Brasil à FAO montou em US$ 294.855.

Organização Internacional do Trabalho — OIT

As principais reuniões da Organização Internacional do Trabalho que contaram com a participação brasileira em 1966 foram as seguintes:

164ª e 165ª Sessões do Conselho de Administração

Realizadas nos períodos de 28 de fevereiro a 4 de de março e 20 a 28 de maio. As duas reuniões precederam a 50ª Conferência Internacional do Trabalho e coincidiram com o final do mandato brasileiro no Conselho. As sessões tiveram seus trabalhos distribuídos entre o plenário e os seguintes comitês: Comitê de Repartição das Contribuições, Comitê das Comissões de Indústria, Subcomitê da sede da OIT, Comitê de Liberdade Sindical, Comitê de Organizações Internacionais, Comitê Orçamentário e Administrativo. No que se refere ao orçamento e à repartição de contribuições, a posição brasileira tem sido de desacôrdo com ambos, em vista da discrepância verificada na escala de contribuições aplicadas aos países-membros da OIT, com relação à escala da ONU. A questão da harmonização entre as duas escalas foi objeto de recomendação específica da 49ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, recomendação essa insatisfatòriamente tomada em consideração pelo Secretariado na Repartição Internacional do Trabalho que preferia adiar os estudos recomendados ou apresentar soluções provisórias e de pouco ou nenhum efeito. Conseqüentemente o Delegado brasileiro se absteve de votar na aprovação da escala de contribuições, além de manifestar o seu desagrado diante de tal situação e de sugerir fôssem tomados em consideração os estudos empreendidos pelo Comitê *ad hoc* das Nações Unidas incumbido de estudar a harmonização entre as escalas das Nações Unidas e as das agências especializadas. O Comitê de Liberdade Sindical ao examinar o caso 385, referente ao Brasil, tomou conhecimento das informações fornecidas pelo Govêrno brasileiro, que representaram, na 165ª sessão, notável progresso em direção do arquivamento definitivo da questão. De grande interêsse na 165ª sessão foram as discussões em tôrno da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI ou ONUOID), organismo autônomo criado pela Resolução

nº 2089 da XX Assembléia Geral da ONU, para atender à expansão industrial dos países em desenvolvimento. O projeto de estatutos elaborado em Nova York por um Comitê *ad hoc* conferiu à nova entidade, entre outras atribuições, competência para prestar assistência aos países menos desenvolvidos no campo da formação profissional; entendeu a direção da OIT que tal competência invadia a sua própria esfera de atribuições, concorrendo para um conflito de jurisdição e duplicação de atividades, com desperdício de recursos. Sendo o Brasil um dos países que mais pugnaram pela criação da NOID em defesa do ponto-de-vista brasileiro de que a coordenação entre os dois organismos, a fim de evitar tais inconvenientes, estava plenamente assegurada pelos parágrafos 2A (ix), 33 e 34 dos estatutos da UNOID, o Delegado brasileiro teve atuação ativa em plenário e junto aos membros do Comitê de Organismos Internacionais — do qual fazia parte — no sentido de anular as medidas sugeridas pela direção administrativa da RIT no sentido de garantir a capacidade exclusiva da OIT, em detrimento das possíveis atribuições da UNOID, no campo da formação profissional. A ação iniciada pelo Representante brasileiro na 165ª sessão desenvolver-se-ia com o apoio irrestrito do bloco dos países em desenvolvimento, na 50ª Sessão da Conferência e nas sessões subseqüentes do Conselho de Administração, participando o Brasil dessas últimas na qualidade de observador, em vista do término do seu mandato no Conselho no mês de junho. No que se refere à construção da nova sede da OIT, o Delegado brasileiro, assim como outros representantes, consideraram a medida prematura e inoportuna. O Contrato com a Fundação de Imóveis para Organizações Internacionais obteve, no entanto, a aprovação do Conselho de Administração, em sua 165ª sessão, competindo à Conferência apenas a decisão sôbre a autorização ao Diretor-Geral para negociar empréstimos para o financiamento da construção.

50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho

Realizou-se em Genebra, de 1º a 23 de junho, com a participação de Representantes de 115 Governos, do Brasil inclusive, e das classes dos empregadores e dos trabalhadores de 106 países.

Foi eleito Presidente da Conferência o Delegado polonês, Ministro Leon Chajn, que derrotou o candidato dos Países Baixos, Senhor G. M. Y. Veldkamp, Ministro dos Assuntos Sociais e da Saúde, por um voto (184 contra 183). Foram os seguintes os resultados das eleições para a renovação dos mandatos eletivos do grupo governamental no Conselho de Administração, para o triênio 1966/69: Membros-titulares: Argentina, Chile, Camarões, Etiópia, Venezuela, Serra Leoa, Senegal, Colômbia, Filipinas, Malásia, Iugoslávia, RAU, Iraque, Hungria; Membros Adjuntos: Uruguai, México, Quênia, Tchad, Marrocos, Suécia, Paquistão, Austrália. No Grupo Empregador, o Delegado brasileiro Diego Gonzalez Blanco elegeu-se como Membro-Adjunto. No grupo dos trabalhadores, o Senhor Rui Britto Pedrosa, do Brasil, elegeu-se como Membro-Adjunto Suplente.

O Brasil na sua qualidade de membro governamental do Conselho de Administração (até as eleições para a renovação do mencionado órgão) fêz parte da Comissão de Proposições.

O relatório do Diretor-Geral versou na 50ª Conferência, sôbre o tema "Industrialização e Trabalho"; ressaltou, de modo particular, a função da OIT na promoção e aceleração do processo de desenvolvimento industrial paralelamente à obtenção de níveis de vida mais elevados e progresso com justiça social no mundo. Os discursos das diferentes delegações em plenário ativeram-se na maioria ao tema tratado, manifestando vários delegados, inclusive o do Brasil, Ministro Peracchi Barcellos, a sua satisfação pela

criação da UNOID e a contribuição que o nôvo organismo da ONU deverá trazer ao processo de desenvolvimento industrial nos países em desenvolvimento. No seu discurso o Ministro do Trabalho fêz alusão aos principais aspectos da legislação social e à proteção do trabalhador do Brasil.

Na 50ª Conferência a Guiana foi admitida como membro da OIT, que passou a contar com 115 estados-membros.

Na Comissão de Resoluções os trabalhos se concentraram a maior parte do tempo no estudo de projeto de resolução sôbre a UNOID, originado de dois projetos iniciais (da RAU e Índia e da Hungria) refundidos pelo grupo latino-americano, no sentido de que o documento a ser submetido à aprovação não contivesse em seu texto cláusulas que pudessem vir a afetar as atribuições da UNOID, tais como estabelecidas no projeto aprovado pelo Comitê *ad hoc* das Nações Unidas. O trabalho produzido pelos latino-americanos foi apresentado com pequenas alterações em conjunto, pelo grupo dos países em desenvolvimento, e obteve aprovação unânime, sendo-lhe acrescentadas, por outras delegações, na reunião plenária do Comitê, modificações apenas de caráter adjetivo. Além da adoção da resolução sôbre a UNOID os principais resultados alcançados na 50ª Conferência Internacional do Trabalho foram os seguintes:

— adoção de três instrumentos internacionais relativos aos problemas dos pescadores: uma Convenção sôbre cadernetas de qualificação dos pescadores, uma convenção sôbre a acomodação a bordo de barcos de pesca, uma recomendação sôbre a formação profissional dos pescadores;
— adoção de recomendação sôbre a função das cooperativas no desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos, uma resolução relativa à função das cooperativas no desenvolvimento econômico e social de todos os países-membros da OIT, e uma resolução relativa à função das cooperativas no de-

senvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento (apresentada pelo Brasil);

— adoção de anteprojeto de convenção e de um anteprojeto de recomendação relativos à revisão das convenções nºs. 35 a 40 sôbre pensões de velhice, de invalidez e concedida a sobreviventes;

— adoção de anteprojeto de recomendação sôbre o exame das reclamações nas emprêsas e de um anteprojeto de recomendação sôbre as comunicações nas emprêsas;

— adoção do orçamento da OIT para o ano de 1967 (com o voto contrário do Brasil, em vista da situação em que permanece a escala de contribuições da Organização);

— exame de um relatório sôbre aplicação das normas da OIT pelos países-membros.

A Conferência tomou nota do relatório especial do Diretor-Geral da RIT sôbre a aplicação da Declaração sôbre a política do "Apartheid" na África do Sul.

O Brasil participou ainda das seguintes reuniões promovidas pela OIT em 1966:

— *III Comissão Técnica do Centro Interamericano de Documentação e Pesquisa em Matéria de Formação Profissional (CINTERFOR)*
Realizada em Buenos Aires, de 25 a 27 de abril.

— *V Sessão da Comissão do Trabalho nas Plantações*
Realizada em Genebra, de 2 a 16 de maio.

— *VIII Conferência dos Estados Americanos Membros da OIT*
Realizou-se de 12 a 23 de setembro, em Ottawa.

A Conferência teve como tema principal a inter-relação entre o desenvolvimento econômico e as políticas de emprêgo, mão-de-obra e previdência social.

Dessa Conferência regional emergiram três resoluções, uma sôbre a planificação de mão-de-obra como parte fundamental no planejamento global para a aceleração do progresso, outra que recomenda sejam comunicados, entre os países americanos em desenvolvimento, os resultados das políticas nacionais de mão-de-obra, como elementos norteadores de revisões de procedimento e, finalmente, uma terceira, sôbre previdência social.

— *VII Sessão da Comissão de Petróleo*

Realizou-se em Genebra, de 3 a 14 de outubro.

— *XI Conferência Internacional de Estatística do Trabalho*

Realizou-se em Genebra, de 18 a 28 de outubro.

— *VIII Sessão da Comissão de Transportes Internos*

Realizou-se em Genebra, de 21 de novembro a 2 de dezembro.

— *IV Sessão da Comissão Técnica do CINTERFOR*

Realizou-se em Viña del Mar, de 1º a 3 de dezembro.

— *Convenções da OIT*

As Convenções assinadas pelo Brasil, que não tinham sido ainda ratificadas, tiveram a seguinte tramitação em 1966:

Nº 117. Exposição de Motivos em 5 de maio e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 240, de 1966.

Nº 118. Exposição de Motivos em 14 de abril e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 199, de 1966.

Nº 119. Exposição de Motivos em 24 de maio e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 372, de 1966.

Nº 120. Exposição de Motivos em 24 de maio e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 350-66.

Nº 121. Exposição de Motivos em 27 de maio e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 373-66.

Nº 122. Exposição de Motivos em 26 de janeiro e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 128-66. Foi aprovada pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 61-66.

Nº 123. Exposição de Motivos em 7 de maio e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 371-66.

Nº 124. Exposição de Motivos em 7 de maio e encaminhamento ao Congresso pela Mensagem Presidencial nº 351-66.

Nº 94. Promulgada pelo Decreto nº 58.818, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 19 do mesmo mês.

Nº 97. Promulgada pelo Decreto nº 58.819, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 19 do mesmo mês.

Nº 103. Promulgada pelo Decreto nº 58.820, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 19 do mesmo mês.

Nº 104. Promulgada pelo Decreto nº 58.821, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 20 do mesmo mês.

Nº 105. Promulgada pelo Decreto nº 58.822, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 20 do mesmo mês.

Nº 106. Promulgada pelo Decreto nº 58.823, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 20 do mesmo mês.

Nº 107. Promulgada pelo Decreto nº 58.824, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 20 do mesmo mês.

Nº 108. Promulgada pelo Decreto nº 58.825, de 14 de julho e publicada no "D O." de 20 do mesmo mês.

Nº 110. Promulgada pelo Decreto nº 58.826, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 20 do mesmo mês.

Nº 113. Promulgada pelo Decreto nº 58.827, de 14 de julho e publicada no "D. O." de 20 do mesmo mês.

Nªs 115 e 116. Depósito do Instrumento de Ratificação conjunto do Govêrno brasileiro, junto à Repartição Internacional do Trabalho, em 5 de setembro de 1966.

Reuniões da Organização Meteorológica Mundial em que o Brasil participou, em 1966

1. Em julho reuniu-se em Reading, na Inglaterra, o *Simpósio sôbre Climatologia Agrícola* onde 15 técnicos de renome internacional apresentaram trabalhos relativos às últimas técnicas de aplicação da climatologia e meteorologia à agricultura.

   Resultou numa maior compreensão da organização do ensino e das práticas e pesquisas no campo da climatologia agrícola.

2. Por iniciativa do secretariado da Organização Meteorológica Mundial, com o fim de esclarecer vários aspectos da Vigília Meteorológica Mundial, realizaram-se duas reuniões informais de peritos, para as quais o Brasil foi convidado.

   a) A primeira reunião tratou do *Sistema de Processamento Geral dos Dados Meteorológicos* (julho 1966 — Genebra).

   Êsse processamento deverá realizar-se nos Centros Meteorológicos Regionais, entre os quais está incluída Brasília. Foi estabelecida uma lista de cartas de análise e previsão em vários níveis da atmosfera. Estas cartas uma vez elaboradas deverão ser transmitidas por *fac simile* para os vários Centros Nacionais que as utilizarão para as suas previsões diárias.

   Por outro lado êstes Centros receberão dos Centros Meteorológicos Mundiais as cartas de aná-

lise e previsão em escala mundial que deverão ser adaptadas em várias Regiões. O centro de Brasília se encarregará da Região Sul-Americana.

b) A segunda reunião tratou da *Previsão de Área para a Aviação* (setembro de 1966 — Genebra).

Tratou-se nesta reunião dos problemas criados com o desenvolvimento da Vigília Meteorológica Mundial em sua relação com as previsões de áreas destinadas à aviação. Tentou-se analisar a compatibilidade entre essas atividades e as implicações no domínio das telecomunicações.

3. A convite do Govêrno do Brasil realizou-se em Campinas, entre 12 e 30 de setembro de 1966, o *Seminário Regional de Instrumentos Hidrometeorológicos e Métodos de Observação e Estabelecimento de Rêdes Hidrometeorológicas* nas Regiões III e IV, organizado pela OMM com a participação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. 54 participantes freqüentaram o Seminário. Dêstes, 19 pertencentes a 14 países latino-americanos e 32 ao Brasil.

4. Na *Reunião Técnica de Planejamento dos Sistemas de Telecomunicações e Processamento de Dados para a Vigília Meteorológica Mundial* (Genebra, novembro de 1966), foram estudados os Sistemas Mundiais de Telecomunicações e de Processamento de Dados, tendo sido apresentada uma série de estudos técnicos. Foi aprovada a recomendação para o estabelecimento de um circuito em forma de cinturão em tôrno da Terra, passando pelos Centros Meteorológicos Mundiais de Washington, Moscou e Melbourne. Êsse circuito deverá operar em alta velocidade, devendo ser usados sistemas automáticos para a construção de cartas e previsão por meio de computadores.

Brasília ficará ligada a Washington por meio de um circuito-rádio de ondas curtas, com dois canais telefônicos, para cujo estabelecimento o Brasil deverá receber auxílio internacional em equipamento e assistência técnica.

5. Na *quarta Sessão da Comissão de Meteorologia Sinótica* (Wiesbaden, março de 1966), foram debatidas e aprovadas as recomendações dos Grupos de Trabalho de Telecomunicações e de Códigos. O planejamento de um nôvo sistema mundial de intercâmbio e processamento de dados, denominado Vigília Meteorológica Mundial, foi apresentado ao plenário da reunião pelo secretariado técnico da Organização Meteorológica Mundial.

Tendo em vista a sua posição de país responsável pelo Centro Meteorológico e de Telecomunicações da América do Sul, o Brasil foi indicado como um dos países de representação obrigatória no Grupo de Trabalho de Telecomunicações que foi restabelecido.

A posição do Brasil ficou reforçada com a apresentação do relatório ao Secretariado-Geral da OMM, sôbre o plano da Rêde Integrada para a melhoria das telecomunicações meteorológicas no território brasileiro.

6. Na *quinta Reunião da Associação Regional III da Organização Meteorológica Mundial* (Quito, novembro de 1966), foram estudadas as recomendações dos Grupos de Trabalho e planejamento dos sistemas de telecomunicações e de processamento de dados na América do Sul para a Vigília Meteorológica Mundial. Foi também estudada a rêde de estações observadoras de superfície e altitude obedecendo a um critério de espaçamento máximo entre as estações.

Foram estabelecidos programas de colaboração, pesquisa, ensino e assistência técnica.

Visita do Secretário-Geral da OMM ao Brasil

Na primeira quinzena de novembro estêve no Brasil o Secretário-Geral da OMM, Senhor D. A. Davies. Embora a visita do Representante da OMM não se revestisse de caráter oficial, deu ela ensejo a contactos com altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, ocasião em que foram passados em revista os principais interêsses brasileiros na Organização e a possibilidade de se ampliar ainda mais a colaboração técnica prestada ao Brasil.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA FINANCEIRA

Bitributação Internacional

A bitributação internacional resulta, de maneira geral, da imputação de um impôsto comparável, em dois ou diversos Estados, a um mesmo contribuinte, sôbre uma mesma matéria imputável e por um mesmo período de tempo.

Os acôrdos para evitar a dupla tributação revestem especial relevância ante a tendência contemporânea de fortalecimento das correntes de investimentos e do intercâmbio comercial entre países diversos, visando solucionar um dos maiores entraves à consecução daquele desiderato que é, em síntese, a incidência integral da tributação tanto no país onde a renda é gerada como no país de que é originário o capital.

Em consonância com as medidas que a atual administração vem adotando no sentido de criar no Brasil condições mais favoráveis à atração de investimentos estrangeiros e disciplinar a tributação de rendimentos provenientes de inversões estrangeiras, o Brasil assinou em 1965 com a Suécia o primeiro acôrdo para evitar a bitributação da renda e do capital, referendado e promulgado em 1966, e iniciou negociações, neste ano, com o Reino Unido, Noruega, Suíça, França, Bélgica, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Áustria, Itália, Estados Unidos da América, Japão, Espanha e Portugal com vistas a, como todos os países interessados em atrair investimentos estrangeiros, prover-se de uma rêde de acôrdos do tipo. Com a Noruega, Japão e Estados Unidos já se chegou à rubrica final do acôrdo, es-

perando-se apenas a formalização necessária para que os atos internacionais sejam encaminhados ao Congresso Nacional.

Garantia de Investimentos

1. Acôrdo de Garantia de Investimentos com os Estados Unidos da América.

O ano de 1966 marcou o início da implementação do Acôrdo de Garantia e Investimentos, celebrado com os Estados Unidos da América a 6 de fevereiro de 1965, promulgado pelo Congresso Nacional a 15 de julho de 1965 e vigente a partir de 17 de setembro de 1965.

Em que pese o tempo gasto em esclarecer o público investidor quanto ao alcance e à processualística do acôrdo, pode-se dizer que no decorrer de 1966 o mecanismo de seguro de investimentos funcinou satisfatòriamente, canalizando para o Brasil maior volume de capital privado norte-americano necessário aos programas de desenvolvimento econômico do país.

Assim é que, até 12 de dezembro de 1966, a Agência Para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos já submetera à aprovação do Govêrno brasileiro, através do Banco Central da República do Brasil — órgão federal incumbido da aplicação do acôrdo — 91 pedidos de seguro, num total de US$ 422.092.508, dos quais 18 — somando US$ 87.724.986 — referentes a investimentos diretos, financiamentos, empréstimos, assistência técnica e reinvestimentos, mereceram a concordância das autoridades brasileiras.

Foram indeferidos 12 pedidos, num total de US$ .... 50.470.511, por se tratar de garantias para investimentos efetuados antes da vigência do Acôrdo, achando-se, porém, no Banco Central, à espera de resposta o pedido de esclarecimentos já formulados pelas autoridades brasileiras às emprêsas nacionais interessadas, 61 solicitações de seguros correspondentes à cifra de US$ 183.897.011.

2. Acôrdo de Garantia de Investimentos com a República Federal da Alemanha.

Os entendimentos com o Govêrno da República Federal da Alemanha com vistas à conclusão de um acôrdo de garantia de investimentos, iniciados em 1964, pouco avançaram no decorrer de 1966. Releva assinalar, contudo, que a decisão do govêrno da República Federal da Alemanha, de dar início unilateralmente a um programa de garantias de investimentos alemães que se destinem ao Brasil, está abrindo melhores perspectivas para a retomada das negociações formais com aquêle país.

Conferência de Comércio e Desenvolvimento

Tiveram prosseguimento, no decorrer do ano de 1966, as reuniões e contatos preparatórios com vistas à realização da II Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. No setor do financiamento, as duas reuniões mais importantes realizadas foram o III Período de Sessões da Junta de Comércio e Desenvolvimento e a Reunião Sôbre Financiamento Suplementar.

O III Período de Sessões da Junta (Nova York, de 25 de janeiro a 17 de fevereiro) apreciou, entre inúmeros outros assuntos, a Parte II (Financiamento Relacionado com o Comércio) do Relatório da Comissão de Invisíveis e Financiamento da UNCTAD. Discutiram-se em especial os problemas relacionados com o aumento do fluxo de ajuda para o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos. Nesse contexto, tiveram especial relevância as discussões em tôrno da Proposta Horowitz, do Sistema de Crédito Compensatório (Fundo Monetário Internacional) e do Esquema de Financiamento Suplementar (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Foram igualmente debatidos os problemas relacionados com a reforma do sistema monetário internacional, a criação de novas reservas e o aumento da liquidez internacional.

A Junta debateu ainda um Projeto de Resolução, apresentado pela Índia e co-patrocinado por mais de 30 países em desenolvimento, entre os quais o Brasil, convidando os países desenvolvidos a, na formulação de suas políticas orçamentárias e fiscais, atender devidamente ao aumento adequado do fluxo líquido de assistência para o desenvolvimento. O exame dêsse projeto foi adiado, entretanto, para o IV Período de Sessões da Junta.

A I Sessão do Grupo de Peritos Governamentais sôbre Financiamento Suplementar realizou-se em Genebra, de 10 a 14 de outubro. A Reunião foi de caráter exploratório, na qual foram levantadas as principais questões de natureza técnica que necessitam ser resolvidas antes de se poder considerar a implementação de um Esquema de Financiamento Suplementar, tal como o elaborado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

A utilidade dessa Reunião, segundo salienta o relatório da Delegação brasileira, foi sobretudo a de estabelecer um contato inicial entre os diversos países, no qual ficaram conhecidas, com maior nitidez, suas respectivas posições quanto ao aspecto técnico do esquema do BIRD. Daí se depreende que existem sérias divergências de substância, não só entre os grupos de países como também entre os próprios países integrantes de cada grupo. Espera-se que essas posições se tornem mais definidas até a próxima sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento, a realizar-se em abril de 1967.

A Reforma do Sistema Monetário Internacional e a Liquidez Internacional

Os problemas relacionados com a reforma do sistema monetário internacional, com a criação de novas reservas e com o aumento da liquidez internacional foram debatidos com grande vigor no decorrer de 1966, tanto no âmbito nacional como no multilateral.

As discussões em tôrno do assunto, entretanto, não sedimentaram o suficiente, até agora, de modo a entrar no campo das negociações concretas, limitando-se a registrar pontos de vista nacionais. Os debates ocorridos em recentes reuniões internacionais demonstraram que ainda está longe de ser atingida uma composição de pontos de vista e a conseqüente adoção de posições definidas de cada grupo de países. Bastaria citar, nesse sentido, as grandes divergências de fundo entre as posições dos próprios países desenvolvidos, em cuja área a existência de planos conflitantes continua a ser a nota predominante.

No contexto dêste relatório a Reforma do Sistema Monetário Internacional e sua estreita vinculação com o problema da Liquidez Internacional é examinada nos capítulos referentes à Conferência de Comércio e Desenvolvimento, à XXI Reunião das Juntas de Governadores do FMI — BIRD e suas Agências e à VII Reunião de Bancos Centrais Americanos.

Agências do Banco do Brasil no Exterior

O Banco do Brasil já demonstrou interêsse, em princípio, em abrir novas agências nos países-membros da ALALC. Nesse sentido, vem realizando estudos sôbre os países em questão, sendo que algumas gestões foram efetuadas pelo próprio Banco, notadamente em Lima, cujos contatos preliminares datam de 1961. Ainda durante o corrente ano, a capital peruana foi visitada pelo Inspetor das Agências no Exterior do Banco do Brasil, que manteve conversações com as autoridades locais e com a Embaixada do Brasil.

Ademais das capitais dos países participantes da ALALC, o Banco do Brasil S.A. tem procurado informar-se sôbre as nações centro-americanas, a respeito das quais solicitou ao Itamaraty documentação referente, entre outras, à legislação bancária e trabalhista. Atendendo a êsse pedido, as Embaixadas localizadas naquela área já remeteram os textos em

aprêço, os quais foram encaminhados, para estudo, ao Banco do Brasil.

VII Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento

De 25 a 29 de abril de 1966, realizou-se na cidade do México a VII Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os principais assuntos tratados na reunião relacionaram-se com a proposta do Brasil para aumento de recursos do BID, com a proposta argentina para a criação de um Fundo para estudo de pré-investimentos e com uma mesa-redonda sôbre o "Desenvolvimento Comunitário".

Dando continuidade à política de apoio decidido ao BID e ciente das dificuldades financeiras que se apresentarão à Instituição, a partir de 1968, para manter o ritmo de suas aplicações e para ampliá-las em consonância com o desenvolvimento regional, o Brasil, particularmente à vista da parcela substancial de empréstimos que obteve da Instituição, tomou a iniciativa de liderar movimento para o estudo de fórmulas tendentes a explorar tôda a gama possível de alternativas visando a aumentar os recursos do Banco. Nesse sentido, apresentou proposta, co-patrocinada pelos Estados Unidos, Honduras e Venezuela, que foi aprovada pela Assembléia. A proposta brasileira incorporou emenda do Governador pelo Peru, no sentido de recomendar também à Diretoria Executiva que, à luz de suas concluões sôbre o aumento de recursos, examinasse ainda a conveniência de modificar as disposições para a eleição de Diretores Executivos, estabelecidos pelo Conselho Constitutivo do Banco.

O Brasil deu amplo endôsso, igualmente, à proposta argentina para a constituição de um fundo para estudos de pré-investimentos, destinado a acelerar o processo de integração latino-americana, mencionando na oportunidade os esfor-

ços que já vem fazendo neste setor, inclusive no âmbito da ALALC.

No Seminário sôbre os problemas relativos ao desenvolvimento de comunidades, enfocaram-se, principalmente, questões referentes às comunidades rurais. Nas mesas-redondas programadas os participantes tiveram oportunidade de expor suas teses, as quais foram posteriormente submetidas à debate, abrangendo os diversos aspectos econômicos, financeiros, culturais e administrativos que devem ser levados em conta para a eloboração de um programa de desenvolvimento comunitário.

XXI Reunião Anual das Juntas de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) e Corporação Financeira Internacional (CFI).

O assunto dominante na XXI Reunião do FMI-BIRD e suas Agências, realizada em Washington de 26 a 30 de setembro de 1966, foi a reforma do sistema monetário internacional como solução para os problemas de maior ou menor Liquidez Internacional dos países membros das duas organizações financeiras internacionais, sobretudo no que concerne ao futuro sistema a ser adotado e suas implicações no incremento do intercâmbio comercial dos países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento. A fim de emprestar a êsse tópico tratamento mais pragmático, acertou-se na reunião conjunta realizar-se, também em Washington, uma reunião da Diretoria do Fundo Monetário Internacional com o Grupo dos Dez sôbre Liquidez Internacional.

A reunião, de caráter preliminar, consistiu, antes de tudo, numa sondagem de opinião e num encontro mais estreito entre o Grupo dos Dez e o Fundo Monetário Internacional, possibilitando assim aos países subdesenvolvidos o conhe-

cimento do pensamento dos países industrializados sôbre a reforma monetária internacional.

O encontro de Washington — de 28 a 30 de novembro de 1966 — concluiu-se com resultados considerados auspiciosos, principalmente no tocante a dois pontos básicos:

a) reconhecimento da necessidade de que qualquer sistema de reservas adicionais seja «universal», incluindo todos os 105 países membros do FMI;

b) bom entendimento entre o Grupo dos Dez e o FMI, quando alguns círculos temiam uma eventual confrontação entre os dois.

Novas reuniões serão realizadas em Londres, em janeiro de 1967, e no Rio de Janeiro, em setembro de 1967, esperando-se que nessa última ocasião se possam baixar instruções para que o Fundo Monetário Internacional elabore um plano específico de reforma monetária internacional.

VIII Reunião de Bancos Centrais Americanos

Realizou-se em Buenos Aires, no período de 14 a 21 de novembro do corrente ano, a VIII Reunião de Técnicos de Bancos Centrais do Continente Americano.

A agenda da Reunião abrangeu os seguintes tópicos: 1) metodologia estatística; 2) desenvolvimento e integração econômica; 3) reforma do sistema monetário internacional e 4) apresentação de resenhas dos principais acontecimentos monetários e cambiais. Os três primeiros itens foram examinados em Comissões específicas, enquanto o último foi diretamente submetido ao plenário, onde os Delegados expuseram, brevemente, as mais recentes medidas de natureza monetária ou cambial adotadas nos países americanos.

Metodologia estatística

Foram apresentados projetos de esquema, elaborados por técnicos da ONU, sôbre sistema de contas integradas,

nos aspectos reais e financeiros, assunto sôbre o qual a maioria dos países latino-americanos apresenta desenvolvimento ainda incipiente.

Desenvolvimento e integração econômica

Apreciou-se sobretudo o problema do financiamento das exportações de bens de capital, mencionando-se especialmente as facilidades concedidas pelo BID. Foi também examinado um documento do BID sôbre a necesidade de quantificar os recursos externos indispensáveis para alcançar determinadas metas de crescimento econômico. A Comissão analisou ainda a factibilidade de canalização de recursos bancários para operações a prazos superiores aos normais, mediante a adoção de medidas de incentivos pelos Bancos Centrais. Examinou-se, finalmente, o problema da relativa conveniência da adoção de métodos bruscos ou graduais no combate à inflação, assinalando-se que, na maioria dos casos, é impossível deter a espiral inflacionária a curto prazo.

Reforma do sistema monetário internacional

Examinaram-se várias propostas existentes de reforma do sistema monetário, bem como os aspectos relacionados com a conservação dos atuais ativos de reserva e criação de reservas adicionais. Especial atenção foi dedicada à exposição do Professor Robert Triffin, que apresentou trabalho historiando as discussões sôbre a matéria. O Professor Triffin demonstrou grande pessimismo quanto à possível correção do balanço de pagamentos norte-americanos, no que foi contraditado pelos Delegados da Reserva Federal,os quais esclareceram que a situação não era tão crítica como a apresentavam.

POLÍTICA COMERCIAL

Prosseguiram, durante o ano de 1966, as atividades destinadas a auxiliar a formulação e participar da execução da política de comércio exterior brasileira nos foros internacionais. O objetivo imediato dessa política tem sido o da reestruturação dos quadros institucionais que regem o comércio internacional com o fim de assegurar a expansão e diversificação das exportações brasileiras a preços estáveis, crescentes e remunerativos e promover a revisão em profundidade das políticas que disciplinam o intercâmbio mundial com o objetivo de estabelecer uma nova e mais equitativa divisão internacional do trabalho.

Essas atividades se desenvolvem principalmente através da atuação das Delegações brasileiras nos foros econômicos internacionais, em especial aquêles que tratam de matéria de política comercial e assuntos correlatos, no contexto nôvo que vincula comércio e desenvolvimento, principalmente no Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) e na Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

No âmbito do GATT, essas atividades se concentraram em 1966, principalmente, na Sexta Rodada de Negociações Comerciais — o «Kennedy Round» — na qual o Brasil se tem feito representar tanto nas etapas preparatórias quanto nas de negociações pròpriamente ditas, ativadas estas, no que respeita aos países menos desenvolvidos participantes, a partir do segundo trimestre de 1966. A atuação brasileira no «Kennedy Round» visa a obter dos países industrializados melhores condições tarifárias ou de outra índole para o setor externo da economia, no contexto da nova Parte IV do GATT, que contempla tratamento especial, mais favorável para os países em desenvolvimento, em base não recíproca, como reconhecimento *de jure* da debilidade da estrutura

econômica dêsses países. Ainda no contexto da Rodada «Kennedy», o Brasil participa ativamente das negociações entre os países menos desenvolvidos do GATT (LDC's), negociações estas que estão no momento caminhando para a sua fase decisiva.

É empenho da Delegação do Brasil em Genebra obter a derrogação das obrigações do Brasil *vis-à-vis* das outras Partes Contratantes do GATT, que possibilite a plena aplicação da nova Tarifa das Alfândegas a partir da sua entrada em vigor, a 1° de março do presente ano.

Ainda em 1966, e com respeito ao GATT, foram preparadas instruções para a Delegação do Brasil à XXIII Sessão das Partes Contratantes, bem como para as Delegações a reuniões dos diversos Comitês e grupos específicos do GATT. Para a Delegação do Brasil, a XXIII Sessão revestiu-se de especial signifcação, de vez que nela se apreciou, pela primeira vez após um ano completo de vigência, a implementação da nova filosofia de cooperação internacional unânimemente acordada com o advento da Parte IV. Afora os debates sôbre a complementação da Parte IV e dos tópicos habitualmente debatidos no GATT aos quais a Delegação dispensa tratamento rotineiro, assuntos de interêsse particular para o Brasil foram tratados na Reunião, como o pedido australiano de um «waiver» para efetivação do seu esquema de preferências, em bases não discriminatórias, em favor das importações dos países menos desenvolvidos membros ou não do GATT — aprovado, inclusive com o voto brasileiro — e a consulta periódica com o Brasil sôbre restrições à importação à luz do Artigo XVIII § 1 *b* do Acôrdo Geral. Nesta, foram fornecidos esclarecimentos sôbre as medidas em vigor destinadas a estabilizar a economia e as recentes providências adotadas pela Administração com vistas ao abrandamento dos contrôles à importação, tendo o Delegado brasileiro recebido

elogios da parte de quase todos os Delegados, inclusive do Representante do Fundo Monetário Internacional.

Elaboraram-se igualmente instruções para a Delegação brasileira à VIII Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, cuja agenda inclui os seguintes itens:

— Revisão da implementação da Parte IV;
— Expansão do comércio entre países em desenvolvimento;
— Preferências em favor de países em desenvolvimento;
— Relatórios do Grupo de Restrições Residuais e do Grupo de Emendas Legais;
— Promoção comercial e estados de mercado;
— Estudos sôbre comércio e ajuda econômica.

No âmbito do nôvo organismo das Nações Unidas — a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento — (UNCTAD) — o Brasil participou de tôdas as reuniões do mecanismo permanente — a Junta de Comércio e Desenvolvimento e das Comissões subsidiárias — colaborando decisivamente nas negociações relativas:

a) produtos de base, como a Conferência do Cacau,

b) na formulação de estudos e esquemas visando à expansão das exportações de manufaturas dos países em desenvolvimento, como o esquema de preferências gerais e não-discriminatórias,

c) exame de formulações relativas ao incremento e melhoria das condições de financiamento internacional, como o estudo da proposta de financiamento suplementar do Banco Mundial, e

d) no equacionamento das questões de transporte marítimo dos países em desenvolvimento.

Na IV Sessão da Junta, no que diz respeito aos dois principais assuntos tratados — implementação e preparação

da II Conferência — pode-se dizer que os resultados alcançados foram tão satisfatòrios quanto se poderia realìsticamente desejar.

Com efeito, se é verdade que o exame da implementação das recomendações da I-Conferência continuou a revelar a ausência de decisão política, por parte dos desenvolvidos, de tomarem medidas concretas que favoreçam o desenvolvimento econômico dos países mais pobres, não é menos certo que o trabalho realizado permitiu aos países em desenvolvimento aquêle grau de pressão que poderá contribuir, na II-Conferência, para o êxito da negociação de medidas concretas.

Êste resultado era a rigor o único que se podia esperar e aquêle por que se bateu a Delegação brasileira à IV Sessão. Foi dentro desta ordem de idéias que a Delegação deu à sua intervenção no debate sôbre a matéria um cunho reivindicatório que cobria tôdas as áreas de competência da UNCTAD, em vez de entrar no exame pormenorizado de qualquer delas.

Quanto à preparação da II-Conferência, pode-se dizer que os resultados substantivos obtidos na IV Junta foram satisfatórios já que se consignaram o primeiro passo na preparação efetiva daquela reunião, com a aprovação de um projeto de Agenda provisória que servirá de base para a preparação, desde já, da documentação relevante pelo Secretariado e para o exame da substância dos itens respectivos pelos Comitês da Junta e pelas Comissões Econômicas Regionais.

No âmbito regional, o Ministério das Relações Exteriores participou decisivamente dos trabalhos de revisão dos capítulos econômico e social da Carta da Organização dos Estados Americanos, em reunião especial do CIES realizada em Washington em junho dêste ano. Fêz-se representar o Brasil na III Reunião, em nível técnico, da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), realizada no

México, em julho, na qual foi coordenada a posição latino-americana em função das atividades imediatas da UNCTAD, em matéria de comércio e desenvolvimento, (em especial a ação comum que seria defendida na IV Sessão da Junta, realizada em Genebra — agôsto-setembro de 1966). Ainda no âmbito regional, cumpre notar a colaboração dada à CEPAL, a pedido daquela Comissão regional das Nações Unidas, mediante a participação, como Consultor, do titular da Divisão de Política Comercial na elaboração de um estudo econômico encomendado pela CECLA à CEPAL para a segunda UNCTAD, no qual se deverá refletir a posição coordenada dos países da América Latina em matéria de política comercial e assuntos correlatos, naquele conclave.

Mereceram particular atenção os assuntos de índole multilateral da política de comércio exterior brasileira face à Comunidade Econômica Européia. Nesse sentido, houve um fluxo permanente de informações, instruções e estudos específicos para a Missão do Brasil junto às Comunidades Européias, tendo em vista, sobretudo, o Segundo Ciclo de Contatos entre as Missões latino-americanas acreditadas junto à Comunidade e a Comissão Executiva da CEE, que se encerrou em princípios do ano. Ao final dos referidos contatos, foi apresentado às autoridades comunitárias um *Memorandum* conjunto latino-americano contendo as reivindicações dêsses países no que diz respeito ao acesso de suas exportações no Mercado Comum e propondo, em bases concretas, a institucionalização de um organismo permanente que pudesse servir de fôro ao trato dos problemas que afetam o comércio entre as duas áreas.

Ademais, as questões relativas ao Acôrdo a Longo Prazo sôbre o Comércio Internacional de Têxteis de Algodão do GATT e a política seguida para garantir mercado para as exportações brasileiras de têxteis, especialmente no mercado americano, têm constituído objeto de preocupação permanente do Ministério das Relações Exteriores que tem logrado, com

êxito, participação crescente das exportações brasileiras de produtos têxteis naquele grande mercado consumidor, sem prejuízo da manutenção de posição princípio tradicionalmente defendida pelo Brasil, de combate ao referido Acôrdo de Têxteis do GATT — do qual o Brasil não é parte —, que se inspira na controvertida doutrina de «desorganização de mercado» que não mereceu aceitação das Autoridades brasileiras.

PRODUTOS DE BASE

Café

O Govêrno brasileiro tem desenvolvido intensos esforços para a consolidação do Convênio Internacional do Café, negociado em 1962, o que pressupõe objetivos de curto e longo prazo. No curto prazo, é essencial a garantia de estabilização dos preços, um perfeito ajustamento das quantidades exportadas à demanda efetiva e, portanto, a firmeza das receitas cambiais dos países produtores. No longo prazo, é indispensável a fixação das tendências da produção, com a indicação de metas para cujo cumprimento devem convergir as políticas nacionais.

Êsse esfôrço de consolidação produziu seus primeiros resultados em março de 1965, quando o Conselho da Organização Internacional do Café aprovou, por proposta do Brasil, a adoção de um mecanismo de ajuste semi-automático de quotas em função da variação a curto prazo em um preço indicativo representativo das principais variedades de cafés existentes.

O mecanismo em aprêço teve efeito duplo. Em primeiro lugar, dotou o Convênio de uma capacidade de resposta em face de mutações bruscas nas condições de mercado. Em segundo lugar, na medida em que o Convênio apareceu como fator relevante de mercado, o Brasil passou a ter o seu

contrôle sôbre o Convênio acrescido, e adquiriu a capacidade de induzir os demais produtores a operarem restrições da oferta ou esforços de sustentação de preços.

No decorrer do ano de 1966, o objetivo de consolidação do Convênio foi em grande parte alcançado com as resoluções adotadas em agôsto/setembro, na VII (3ª parte) e VIII reuniões do Conselho Internacional do Café, havidas em Londres.

Entre aquelas resoluções, sobressai a que aperfeiçoa o sistema de quota-preço, pela referência do mecanismo de ajuste a uma massa de oferta composta de quatro tipos selecionados de café: suaves colombianos, suaves em geral, arábicos não lavados (como os cafés do Brasil) e robustas. Êsse nôvo mecanismo será elemento eficaz para forçar os países exportadores daquelas variedades a ajustarem as suas respectivas políticas de produção às condições de demanda específica no mercado internacional do produto.

Outras resoluções importantes se referem à aplicação e/ou ao aperfeiçoamento da sistemática de contrôle da movimentação internacional de cafés. Nesse particular, ressaltam as resoluções sôbre a aplicação de dispositivos do Convênio relativos às restrições de importação de cafés provenientes de países não-membros e proibição de importação procedente de países não sujeitos a quota (classificados de *mercados novos* pelo Convênio) e a que institui, a partir de 1º de abril de 1967, a selagem obrigatória dos certificados de origem com selos emitidos pela Organização Internacional do Café.

Cabe, ainda, mencionar a resolução que vincula a concessão de parcelas adicionais de exportação, resultantes de exoneração de obrigações previstas no Convênio (*waiver*), ao cumprimento de certos encargos específicos: o país que se beneficia de tal situação deverá reservar 20% da receita de exportação proveniente da exportação da parcela adicional, à aplicação obrigatória em programas de diversificação

agrícola, ou reter quantidade de café idêntica à parcela exportada.

Finalmente, merecem referência especial as resoluções relativas à criação do Grupo de Trabalho sôbre Diversificação e Desenvolvimento do Café e do Grupo de Trabalho de Alto Nível, ambas resultantes de propostas apresentadas pelo Brasil no Conselho do Café.

O Grupo sôbre Diversificação reuniu-se pela primeira vez em Washington, na sede do Banco Mundial, de 7 a 11 de novembro e contou com a participação, entre os países exportadores, do Brasil, Colômbia, Costa Rica, da Organização Interafricana-Malgaxe de Café (OAMCAF) e, entre os importadores, dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Alemanha Ocidental e França. Fizeram-se igualmente representar o Banco Mundial, o Banco Interafricano de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a FAO e, através de observadores, Uganda, El Salvador e Guatemala.

A reunião do mencionado Grupo terminou com os seguintes principais resultados: apreciação preliminar de um Projeto de Resolução preparado pelo Diretor Executivo sôbre as Regras e Condições para a Concessão de Exonerações e de outro Projeto sôbre as cláusulas relativas ao Fundo de Diversificação e Desenvolvimento do Café. Êsses dois documentos deverão constituir, no correr de 1967, objeto de intensos debates no Conselho do café.

O Grupo de Trabalho de Alto Nível reuniu-se pela primeira vez em Londres, de 21 a 25 de novembro, e com a presença de representantes dos seguintes países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, OAMCAE, Trinidad e Tobago, Uganda, Bélgica, Itália, Reino Unidos e Estados Unidos. O Grupo aprovou um programa preliminar prioritário de levantamento de informações relevantes para a Conferência Revisora do Convênio do Café, prevista para meados de 1967.

O referido Programa divide-se em duas partes: estudos gerais e estudos por países. Os estudos por países contemplam os seguintes temas: (1) *Introdução*: (*a*) breve descrição estatística da situação econômica do país; (*b*) breve descrição da estrutura agrícola; (*c*) importância econômico-social da cafeicultura; (2) *Organização da economia cafeeira*: (*a*) organização e contrôle da comercialização; (*b*) planejamento e política agrícola; (*c*) receita proveniente do café e (3) Séries *estatísticas* (*a*) produção de café; (*b*) exportação de café; (*c*) estoques e (*d*) consumo interno; (4) *Informações básicas* sôbre o cumprimento de obrigações do país em relação à Organização Internacional do Café.

Os estudos gerais abrangem os seguintes itens: (*a*) procura mundial de café até 1971/73; (*b*) base das Negociações na Conferência das Nações Unidas, em 1962 e (*c*) quadros estatísticos agregados.

Algodão

Sobretudo é de assinalar a defesa das cotações internacionais do produto, quer no seio dos organismos internacionais interessados no assunto, quer através de sucessivas gestões junto ao Govêrno norte-americano, a fim de que não viessem a ser novamente reduzidos os preços do algodão oferecido à venda pela «Commodity Credit Corporation».

Trabalhando em estreito contato com a CACEX, Banco Central da República do Brasil, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento, Comissão de Financiamento da Produção e Confederações Nacionais da Agricultura, Comércio e Indústria, o Ministério das Relações Exteriores coordenou a participação brasileira na XXV Assembléia Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizada em Lima de 9 a 22 de junho de 1966, ocasião em que foram amplamente expostos pela Delegação do Brasil os reflexos negativos da nova legislação algodoeira norte-

-americana para a economia dos países em desenvolvimento, exportadores do produto.

Já em abril de 1966, a política de redução dos preços de algodão, como forma de incrementar as vendas norte--americanas em detrimento das exportações dos demais países, havia sido objeto de uma nota conjunta assinada por representantes de onze países latino-americanos, inclusive o Brasil.

Posteriormente, a Embaixada em Washington foi instruída a apresentar, juntamente com as representações dos demais países latino-americanos, nova nota-conjunta sôbre o assunto, da qual resultou recentemente comunicado do Govêrno norte-americano no sentido de que, embora venha a ocorrer uma redução no preço de sustentação do produto, os preços de exportação do algodão serão mantidos nos níveis atuais, no próximo ano comercial.

Com base nessa experiência bem sucedida, o Ministério das Relações Exteriores estuda, no momento, a possibilidade de, através das Missões diplomáticas do Brasil na América Latina, interessar os Governos que ainda não são membros da Federação Interamericana de Algodão a nela ingressarem, juntamente com o Brasil, com vistas a transformá-la em efetivo instrumento de defesa dos interêsses algodoeiros latino-americanos.

Açúcar

No decorrer de 1966, tiveram prosseguimento os entendimentos com vistas à eventual reconvocação da Conferência das Nações Unidas sôbre Açúcar.

Assim, o Ministério das Relações Exteriores, em estreita colaboração com o Instituto do Açúcar e do Álcool, coordenou a participação do Brasil nas sucessivas reuniões que se realizaram durante o ano, patrocinadas quer pelo Conselho Internacional do Açúcar, quer pelo Secretário-Geral da Con-

ferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

No correr da XXII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, realizada em Londres em janeiro de 1966, os principais países exportadores decidiram adotar um esquema de ação coletiva para a defesa, a curto prazo, dos preços do açúcar, o qual teve de ser abandonado no mês de junho por haver-se revelado totalmente incapaz de neutralizar a tendência baixista dos preços do mercado livre.

Quando já estava iminente a falência do chamado «Acôrdo dos Exportadores», o Secretário-Geral da CNUCD tomou a iniciativa de convocar uma reunião do Comitê Consultivo sôbre Açúcar, criado por decisão tomada na última sessão da malograda Conferência das Nações Unidas sôbre Açúcar (Genebra outubro-novembro de 1966).

Em reunião realizada em Genebra no mês de maio, o Comitê decidiu constituir um Grupo de Trabalho Preparatório com o objetivo de examinar os principais problemas relacionados com a negociação de um nôvo Acôrdo Internacional do Açúcar e sugerir ao Secretário-Geral da CNUCD medidas que possibilitassem a reconvocação, no menor prazo possível, da Conferência Negociadora.

Em sua primeira reunião, realizada em Londres no mês de junho, o Grupo de Trabalho examinou a proposta, formulada por algumas Delegações no correr da Conferência de 1965, no sentido de se celebrar um acôrdo provisório de alcance limitado, tendo concluído por sua inexiqüibilidade, uma vez que os problemas que afetam o mercado internacional do açúcar, caracterizado por um grande excesso da oferta sôbre a procura e altos níveis de estoques, só poderiam ser resolvidos por medidas de maior envergadura a serem tomadas no contexto de um Acôrdo a longo prazo.

Em sua segunda reunião, realizada ainda em Londres no mês de setembro, o Grupo de Trabalho, com base em estudo preparado pelo Secretariado do Conselho Internacional

do Açúcar, examinou os possíveis métodos de negociação de um Acôrdo Internacional a longo prazo, tendo o subgrupo dos exportadores apresentado documento de trabalho contendo as diretrizes fundamentais para a negociação de um nôvo Acôrdo, baseado em projeto elaborado pelo Delegado brasileiro.

Em sua terceira reunião, realizada em Genebra de 21 a 25 de novembro passado, em que pese o interêsse demonstrado pelo Brasil e alguns outros poucos exportadores, o Grupo de Trabalho não conseguiu avançar substancialmente suas negociações, razão pela qual decidiu-se que o Secretário-Geral da CNUCD procederia a consultas com os representantes dos principais países interessados antes de tornar a convocar o Grupo de Trabalho.

Afastada a possibilidade da conclusão do Acôrdo Internacional ainda em 1966, decidiu-se no correr da XXIII reunião do Conselho Internacional do Açúcar (novembro de 1966) estender por mais dois anos a vigência das cláusulas administrativas do Acôrdo de 1958.

Ao lado dêsses entendimentos de caráter multilateral, o MRE prosseguiu na política de maior participação no mercado açucareiro norte-americano. Além de se conseguir um tratamento preferencial na redistribuição dos deficit ocorridos nas quotas de outros exportadores, o que fêz com que as nossas exportações para os Estados Unidos alcançassem em 1966 o nível sem precedentes de 480.000 toneladas curtas, conseguiu o Govêrno brasileiro obter para o ano de 1967 uma quota inicial de 393.648 toneladas curtas, o que representa substancial avanço em relação às 355.518 toneladas curtas que nos foram alocadas no início de 1966.

Cacau

O acontecimento mais importante, no que diz respeito ao cacau, foi a realização da Conferência das Nações Unidas sôbre o Cacau, nos meses de maio e junho, em Nova York.

Como parte integrante da fase preparatória da Conferência em aprêço, foram efetuadas, em 1966, duas reuniões do Grupo de Trabalho sôbre Preços e Quotas, sendo uma em janeiro, em Nova York, e outra no mês de março, na cidade de Genebra.

Conforme se sabe, os trabalhos da Conferência pròpriamente dita não puderam chegar a bom têrmo, devido à posição inflexível assumida pela Delegação de um país consumidor. Em conseqüência, os países produtores e consumidores promoveram, por todo o segundo semestre de 1966, uma série de consultas bilaterais e multilaterais com o objetivo de retomar, tão pronto quanto possível, as negociações sôbre um eventual acôrdo internacional de cacau.

Assim, em setembro, foram realizadas, em Genebra consultas informais paralelamente à IV Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, bem como estêve reunido um Grupo de Trabalho sôbre Quotas e Mercados de Futuros. No mês seguinte, tiveram lugar duas reuniões: a Sétima Sessão da Assembléia Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, em Duala, nos Camarões, e a 19ª Sessão do Comitê de Estatísticas do Grupo de Estudos do Cacau da FAO, na qual foram discutidos, inclusive, certos aspectos da fixação de fatôres de conversão de amêndoas de cacau em produtos derivados. Em fins de novembro e início de dezembro, foram efetuadas novas consultas entre produtores e consumidores, em Nova York, sob a coordenação do Secretário-Geral da UNCTAD, sem que fôssem obtidos quaisquer resultados positivos.

No plano interno, o Itamaraty estêve representado na Comissão de Estudos da Política do Cacau, criada pelo Decreto nº 56.543, de 7 de julho de 1965, a qual concluiu seu relatório, contendo grande número de sugestões sôbre o assunto em fevereiro de 1966.

Ferro

Atenção crescente foi dada aos problemas da comercialização internacional do minério de ferro, produto que vem adquirindo importância cada vez maior na pauta brasileira de exportações. Além de estudos de mercado, foram realizadas inúmeras gestões específicas em apoio, principalmente, à Companhia Vale do Rio Doce.

Por ocasião da visita de cortesia que o Senhor Mauro Thibau, Ministro de Estado das Minas e Energia, fêz à Índia, o Itamaraty estêve representado na comitiva e tomou parte direta em conversações informais a respeito dos problemas gerais do mercado mundial, inclusive da tendência cadente dos preços.

Trigo

Foi prorrogado por mais um ano, até julho de 1967, o Acôrdo Internacional do Trigo, do qual o Brasil é parte contratante. O Acôrdo vem operando satisfatòriamente pois assegura a exportadores e importadores uma faixa de preços estável e equitativa.

A maior parte das importações brasileiras de trigo em 1966 provieram da Argentina, Estados Unidos da América e Uruguai, nossos fornecedores tradicionais.

Com a Argentina, as operações de compra tiveram seguimento normal dentro do quadro do Acôrdo trienal que mantemos com aquela República. Êsse Acôrdo, assinado em 11 de novembro de 1964, continuará a reger o comércio de trigo entre o Brasil e Argentina até o fim de 1967. As transações efetuadas no correr de 1966 foram satisfatórias para ambos os países e, além de uma programação regular do abastecimento de trigo ao mercado nacional, podem ser apontadas, entre os benefícios decorrentes do Acôrdo, a manutenção de elevados níveis de intercâmbio e a utilização maior das Marinhas mercantes brasileira e argentina.

Em 23 de abril de 1966, foi assinado com os Estados Unidos da América, o VI° Acôrdo de Produtos Agrícolas, nos têrmos da lei americana n° 480 (PL-480). Êsse Acôrdo previa o fornecimento ao Brasil durante o ano de 1966, de um milhão de toneladas de trigo, num valor de aproximadamente US$ 58.606.200.

O VI° Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas diferiu fundamentalmente dos cinco anteriores por ter sido assinado nos têrmos do Título IV da Lei n° 480, e não mais sob o Título I. Nessas condições, o pagamento do trigo adquirido será feito em dólares e não em cruzeiros, e o prazo de financiamento é de apenas 20 anos, e não de quarenta anos como nos acôrdos anteriores. A opção do Govêrno pelo Título IV, ao contrário do que poderia parecer, atendeu às conveniências do interêsse nacional de vez que dessa forma ficou disponível para o Brasil o valor total das aquisições de trigo não apenas um percentual dêsse valor, como acontecia nos acôrdos anteriores. Devido a dificuldades encontradas pelos Estados Unidos da América quanto a seus estoques de trigo, agravadas ainda por problemas de transporte do cereal, não se chegou ao cumprimento integral do VI° Acôrdo de Produtos Agríoclas, pois a quantidade inicialmente prevista de um milhão de toneladas teve de ser reduzida para pouco mais de quatrocentas mil.

Com o Uruguai, o Govêrno brasileiro, verificando o bom andamento das aquisições isoladas que se realizaram no princípio de 1966, resolveu concluir um acôrdo a médio prazo, nos moldes do que já mantemos com a Argentina e cujos bons resultados foram mencionados acima.

Dentro de uma política de diversificação de fontes de suprimento, com vistas a obviar eventuais dificuldades decorrentes de quedas de produção ou problemas de transporte marítimo com os nossos fornecedores habituais, foram iniciados entendimentos com os países da Europa Oriental para a venda de trigo ao Brasil com pagamento pelas Contas

Convênios que mantemos com países daquela área. No decorrer de 1966 foram efetuadas algumas aquisições isoladas e estuda-se agora a possibilidade também de expansão das exportações brasileiras para os países da área socialista.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA

Assistência Técnica Multilateral
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A — Setor Assistência Técnica

O Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, criado pela resolução 222 (IX) do ECOSOC, aprovada pela resolução 340 (IV) da Assembléia Geral de 1964, destinou ao Brasil, no biênio 1965/66, recursos no montante de US$ 1,251,167. Aproximadamente, a metade dêsses recursos foi utilizada em projetos iniciados em 1966, e de que se beneficiaram numerosas entidades brasileiras.

Em 29 de abril de 1966, o plenário da Comissão Nacional de Assistência Técnica reuniu-se, com a presença de todos os membros, em sessão extraordinária, para aprovação formal do pedido global do Govêrno brasileiro ao Setor Assistência Técnica, para 1967/68, atual denominação do Programa Ampliado de Assistência Técnica após sua fusão, na XXª Assembléia Geral da ONU, com o Fundo Especial, resultando no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Programa inicialmente aprovado enquadrava-se na dotação de US$ 1,300,000 (um milhão e trezentos mil dólares) concedidos ao Brasil pelas autoridades do PNUD. Posteriormente, por solicitação da Comissão Nacional de Assistência Técnica, a Missão do Brasil junto às Nações Unidas realizou gestões, conseguindo um aumento de

US$ 200,600 (duzentos mil e seiscentos dólares) naquela dotação.

No programa finalmente aprovado pelo Conselho de Administração do PNUD, em sua sessão extraordinária de 28 de novembro último, foi concedida ao Brasil uma dotação total de US$ 1,516,340 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e quarenta dólares). São variadíssimos os títulos dos projetos, então aprovados, a serem executados no Brasil, em 1967 e 1968, pelas diversas Agências Especializadas e pela assistência técnica das Nações Unidas, e grande a relação das entidades beneficiárias.

B — Setor Fundo Especial

Ao terminar o ano de 1966, o Setor Fundo Especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento havia aprovado, desde sua criação em 1960, o financiamento de quatorze projetos de pré-investimento para o Brasil, dos quais dez estão em plena execução, e os demais em fase de elaboração dos respctivos Planos de Operações e início de execução.

São os seguintes os projetos brasileiros em execução em 1966: Escola Nacional de Florestas, Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Centro-Sul, Centro de Pesquisas e Tecnologia Alimentar de Campinas, Instituto de Engenharia Sanitária da Guanabara, Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, Estudos da Bacia do Rio São Francisco, Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (Plano de Operação assinado em dezembro de 1966). A execução do projeto de levantamento dos Depósitos de Salgema em Alagoas e Paraíba foi suspensa em 1966.

A dotação global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para os referidos projetos monta a US$ 9,548,693 (nove milhões, quinhentos e quarenta e oito

mil e seiscentos e noventa e três dólares) enquanto a contrapartida brasileira em bens pode ser avaliada em .... US$ 16,611,627 (dezesseis milhões, seiscentos e onze mil e seiscentos e vinte e sete dólares) e em espécie em US$ 813,550 (oitocentos e treze mil, quinhentos e cinqüenta dólares).

São os seguintes os projetos já aprovados pelo Programa e cujos Planos de Operações estão sendo negociados e em via de serem assinados: Estudos da Bacia do Rio São Francisco (Fase II), Desenvolvimento dos Serviços Meteorológicos do Nordeste, Estudos Hidrológicos do Pantanal Matogrossense, Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Sul. A dotação global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para êsses projetos monta a ...... US$ 3.907,400 (três milhões, novecentos e sete mil e quatrocentos dólares) enquanto a contrapartida brasileira em bens pode ser avaliada em US$ 7,646,191 (sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, cento e noventa e um dólares) e em espécie em US$ 210,600 (duzentos e dez mil e seiscentos dólares).

Por outro lado, a Comissão Nacional de Assistência Técnica submeteu ao Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento solicitações de financiamento do Fundo Espeical para os seguintes novos projetos: Centro de Treinamento em Telecomunicaçõs (CONTEL), Centro de Higiene e Segurança do Trabalho, (Ministério do Trabalho) Laboratório Central de Pesticidas Agrícolas (Instituto de Biologia de São Paulo) Ensino Agrícola (Ministério da Agricultura — Universidade Rural) Centro de Hidrologia Aplicada (Instituto Hidrológico de Pôrto Alegre) Centro de Planejamento e Construção de Habitações (Banco Nacional de Habitação) Pesquisas de Carvão (Plano do Carvão Nacional) Centro de Pesquisas do Babaçu (Govêrno do Maranhão) Levantamento do Sistema de Transporte (GEIPOT) Engenharia Agrícola (Ministério da Agricultura) e Trigo (Ministério da Agricultura).

Numa estimativa preliminar, sujeita a reavaliação, o valor do financiamento acima monta aproximadamente a: US$ 16,655,168 (dezesseis milhões, seiscentos e cinqüenta e cinco mil, cento e sessenta e oito dólares).

Fundo das Nações Unidas para a Infância

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, criado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 11 de dezembro de 1946, destinou ao Brasil, de 1950 até 1965, recursos no montante de cêrca de 12 milhões de dólares. Na reunião da Junta Executiva realizada de 19 a 27 de maio de 1966 em Adis Abeba, na Etiópia, à qual a Comissão Nacional de Assistência Técnica enviou representante, foram aprovadas dotações no valor de US$ 1,089,000 para a continuação dos projetos de treinamento na Cátedra de Pediatria, da Faculdade de Medicina da Universidade de Recife, e de educação primária e normal.

Além de acompanhar o andamento dos projetos em curso, a CNAT, em 1966, entrou em entendimento com o Escritório do FISI, para obter sua cooperação no programa de combate à mortalidade infantil em 40 municípios da fronteira sudeste do Rio Grande do Sul, preparado pela Secretaria de Saúde do Estado, assunto que deverá ter andamento em 1967.

Atualmente, o FISI tem em execução no Brasil 13 projetos nos seguintes campos: saúde pública, bem-estar da família, contrôle de doenças, educação e nutrição:

1. *Programa Integrado de Saúde*

É executado através da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, do Ministério da Saúde e desde 1965 abrange 15 Estados. Segundo esclarecimento prestado pelo Conselho Técnico da Fundação SESP, procedeu-se, atualmente, a uma reavaliação dos projetos em todos os Estados, a fim de permitir que o programa que estivera interrompido em

1965, devido à falta de recursos do Ministério da Saúde, possa retomar o seu ritmo normal.

2. *Saneamento Básico em Comunidades Rurais*

Em 1964, o FISI aprovou uma dotação complementar de US$ 1,250,000 para o programa destinado aos Estados do Maranhão, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Dificuldades financeiras da Fundação SESP e dos Estados impediram, porém, o progresso normal dêste programa em 1966.

3. *Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem no Brasil*

Em 1965 o FISI aprovou a dotação de US$ 49,000 como contribuição a êsse projeto, que tem sido executado de acôrdo com o plano de operações e progrediu normalmente em 18 escolas, em 1966.

4. *Treinamento na Cátedra de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de Recife*

Segundo informações prestadas pelo Coordenador e Supervisor do Convênio, foram efetuados, até 1966, com sucesso, os cursos de pediatria geral para médicos e auxiliares de enfermagem, conferências especializadas e estágios. Em 1966 o FISI aprovou a dotação de US$ 13,000 para a continuação do projeto.

5. *Curso de Técnica Ortopédica na Associação de Assistência à Criança Defeituosa*

Em junho de 1964, o FISI aprovou a dotação de ...... US$ 8,000 num total de US$ 21,000 destinada a êste curso, e, em junho de 1965, mais US$ 6,500 para a continuação do projeto em 1966. A cooperação do FISI consiste no forne-

cimento de um veículo, suportes ortopédicos, e bôlsas para 8 participantes nos cursos. O primeiro curso foi iniciado em março de 1965 com resultados satisfatórios, e prosseguiu em 1966.

6. *Educação primária*

Até 1964, o FISI havia aprovado a dotação de ...... US$ 642,000 para auxiliar a educação primária em nosso país. Houve atraso na execução do programa em alguns Estados, em 1964, o que liberou recursos para programas semelhantes em outros, já sem haver necessidade de novas dotações. Em 1965 foram destinados pelo FISI mais US$ 99,000 para a continuação do projeto em 1966 e, no mesmo ano, foram aprovados mais US$ 1,076,000, para a continuação em 1967.

7. *Treinamento de Magistério — Faculdade de Educação da Universidade de Brasília*

Em 1964 foi aprovada pelo FISI a dotação de ...... US$ 206,000. O projeto, porém, só foi iniciado em 1966, em virtude da crise por que passou a Universidade de Brasília.

8. *Programa Integrado de Educação e Nutrição e Atividades Correlacionadas nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte*

Em 1966, êsse projeto desenvolveu-se normalmente no Rio Grande do Norte, havendo o FISI fornecido veículos e equipamentos. Por outro lado, um plano semelhante, destinado à Paraíba, foi submetido à CNAT e aprovado. O compromisso total do FISI, por três anos, para o Estado da Paraíba é de US$ 94,000.

9. *Fábrica de leite em pó em Pelotas*

Corrigida a situação que quase a levou à falência e modificado, por iniciativa da atual administração do Departa-

mento Nacional da Criança, o convênio que a ligava ao Govêrno Federal, encontra-se, desde 1965, em período de crescente prosperidade.

10. *Mistura Alimentar para Criança em Idade Pré-Escolar*

Em 1964, foi aprovada pelo FISI a dotação de ...... US$ 82,000, para o período de dois anos, para êste programa. Vários obstáculos atrasaram, porém, seu início em 1965 e 1966, presumindo-se, no entanto, que, no próximo ano, tenha início a execução com as modificações introduzidas no Plano de Operações.

11. *Programa de Assistência à Infância — Seção de Serviços Sociais para Menores do Departamento de Educação do Estado de Goiás*

Em abril de 1964, foi aprovada pelo FISI a dotação de US$ 11,000 para êste programa. Seu início, no entanto, foi retardado em 1966, em virtude de não ter sido assinado o respectivo Plano de Operações.

12. *Treinamento na Escola de Serviços Sociais de Pernambuco*

Em 1964, foi aprovada pelo FISI a dotação de ...... US$ 34,000 para êste curso de treinamento, que transcorreu normalmente em 1966.

Organização dos Estados Americanos

No setor da cooperação multilateral da Organização dos Estados Americanos destaca-se a negociação dos novos projetos integrados de assistência técnica, com a colaboração de países da Europa Ocidental, a saber: o projeto de desenvolvimento da pequena e média indústria no Nordeste, solicitado pela SUDENE, e que será executado pela OEA em co-

operação com o Govêrno dos Países Baixos; o projeto para o aparelhamento da Escola de Agronomia da Amazônia, em Belém do Pará, do Ministério da Agricultura, a ser executado com a cooperação do Govêrno da Bélgica; e o projeto para o Instituto de Física e Matemática da Universiadde de Pernambuco. Ainda em cooperação com os países extracontinentais, dentro do Programa Especial de Treinamento (ex-Programa Extracontinental) a OEA financiou um grande número de bôlsas-de-estudo na França, Dinamarca, Holanda e Israel, destacando-se os cursos de promoção de exportações. O Programa de Desenvolvimento de Universidades, da OEA (ex-Programa de Cátedra) também prestou assistência ao Brasil, notadamente ao Instituto Central de Psicologia, da Universidade de Brasília e ao Instituto .de Pesquisas Biofísicas da Universidade do Rio Grande do Sul.

A execução do projeto financiado pelo Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento (FEAD) para a SUDENE, objeto do acôrdo assinado em fins de 1965, teve início e transcorreu dentro dos planos traçados, havendo o Comitê de Alto Nível se reunido e apresentado relatório. Os projetos do Programa de Cooperação Técnica nº 77 (Centro Pan-americano de Febre Aftosa), nº 105 (Escola Interamericana de Administração de Emprêsas, da Fundação Getúlio Vargas) e nº 209 (Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional — CETREDE, da Universidade do Ceará) tiveram suas dotações orçamentárias votadas pelas IV Reuniões Anuais do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), realizadas em princípios de 1966 em Buenos Aires, a saber, US$ 690,590 para o Projeto nº 77, US$ 196,495 para o Projeto nº 105, e US$ 352,736 para o Projeto nº 209. Note-se, contudo, que, por falta de recursos suficientes do FEAD, o Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) propôs cortes no Projeto nº 77 e no Projeto nº 209, bem como a interrupção por alguma tempo do Projeto nº 105, que deverá, porém, recomeçar em julho de 1967, graças às gestões efetuadas pelos representantes brasileiros.

Assistência Técnica Bilateral

Os programas bilaterais de assistência econômica e técnica ao Brasil por parte dos Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha, França, Países Baixos, Japão e Israel, que são os principais países a fornecerem cooperação ao nosso país no campo do desenvolvimento sócio-econômico, foram executados de maneira satisfatória.

Com o Govêrno norte-americano, através da «Commodity Credit Corporation» dentro do Programa «Alimentos para a Paz» foram assinadas 9 autorizaçeõs de transferência, num total de US$ 4,179,200 de doações em produtos agrícolas (trigo, bulgor, aveia, leite em pó, óleos vegetais, milho), beneficiando o Paraná e os Estados do Nordeste, com projetos dos tipos — frente de trabalho, campanha habitacional e educação de adultos. Por outro lado, prosseguiram as doações de leite em pó para a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, sendo assinado nôvo contrato pelo qual o CNAE compromete-se a comprar 7 milhões de libras-pêso de leite em pó a 8 centavos a libra, em contrapartida das doações de leite em pó decorrentes da autorização de transferência assinada em 1965. Prosseguiu, igualmente, o programa dos «Voluntários para a Paz», que prestam serviços nos campos da saúde, desenvolvimento comunitário, agricultura, merenda escolar, construção de casas populares, etc., e cujo número vem crescendo progressivamente, alcançando, em 1966, um total de 607 voluntários na Amazônia, Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. A assistência técnica alemã, no quadro do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, expandiu-se bastante em 1966 e, além da execução dos projetos iniciados em anos anteriores (assistência técnica à Escola Técnica de São Bernardo dos Campos, em São Paulo, e a Cooperativa Colonizadora de Pindorama, em Alagoas) foram assinados três novos convênios complementares ao referido Acôrdo Bá-

sico, a saber: Terceiro Convênio Complementar para a promoção da pesquisa em medicina tropical, referente à doação de material científico para o Instituto de Medicina Tropical da Universidade do Recife, firmado em 15 de março; o Quarto Convênio Complementar sôbre o Serviço de Voluntários Alemães, firmado em 29 de novembro, nos têrmos do qual chegaram ao Brasil 35 voluntários da referida organização para prestarem serviços nos setores da agricultura, serviços sanitários, construção de habitações populares, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina e Paraná; o Quinto Convênio Complementar para a promoção de pesquisas geológicas no Nordeste, firmado em 29 de novembro, que veio ampliar e sistematizar a cooperação alemã à SUDENE, objeto de troca de notas de 30 de novembro de 1963; e o Sexto Convênio Complementar sôbre o fornecimento de batata-semente e de consumo, para o programa do Ministério da Agricultura, firmado em 14 de dezembro.

Além disso, prosseguiram as negociações para a assistência técnica alemã à Escola Técnica Tupy, de Joinville, Santa Catarina; para a Escola Agrícola e Profissional de Itapiranga; Santa Catarina; para o Colégio Agrícola «Visconde de Graça», de Pelotas, Rio Grande do Sul; para o Instituto Costa Sena e a Escola de Minas de Ouro Prêto, Minas Gerais; para a Escola Agrícola de Santa Rosa, Rio Grande do Sul; e para o desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, como resultado das recomendações feitas pela equipe de hidrólogos alemães que estêve naquela região em 1964; por iniciativa do Ministério da Agricultura, o Govêrno alemão concordou em fornecer um especialista em tecnologia alimentar e se iniciaram entendimentos para a cooperação técnica e financeira alemã aos Serviços de Expansão Rural no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo; e foram concluídos os entendimentos para a cooperação técnica e científica entre a Faculdade de Agronomia e Veterinária, da Universidade do Rio Grande do Sul, e a Escola Superior de Veterinária de Hanover, ampliando, assim, a co-

operação alemã ao Brasil no campo das pesquisas veterinárias e defesa da pecuária, iniciada em 1966 com a vinda de virólogos alemães de alto nível para trabalharem no Instituto de Pesquisas Biológicas «Desidério Finamor» de Guaíba, Rio Grande do Sul, com vistas à melhoria da produção de vacinas antiaftosas e à introdução de métodos modernos de exame virológico, atividades essas que se enquadram na Campanha Antiaftosa, de âmbito nacional, do Ministério da Agricultura; foi também acertada a vinda de um especialista em biologia marinha para realizar um estudo sôbre o fomento da economia pesqueira no Rio Grande do Sul; e, a convite do Govêrno alemão, um grupo de educadores brasileiros participou de Seminário sôbre Educação de Adultos, em Berlim.

A cooperação técnica e científica francesa desenvolveu-se satisfatòriamente, tendo prosseguimento o principal projeto realizado com a assistência de uma equipe francesa, a saber, o projeto do Vale do Jaguaribe, no Ceará, realizado em colaboração com a SUDENE, para cultivos irrigados na região. Além disso, missões francesas organizadas pela «Association pour l'Organisation des Missions de Cooperation Technique» (ASMIC) estiveram em 1966 no Brasil prestando colaboração nos campos da energia elétrica à ELETROBRÁS; das telecomunicações ao CONTEL, em colaboração com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, objeto de troca de notas entre os dois Governos em maio e julho de 1966; das pesquisas oceanográficas, ao Instituto Oceanográfico da Universidade do Recife; das pesquisas científicas, ao Conselho Nacional de Pesquisas. Prosseguiu, também, a colaboração entre o «Institute de Recherches des Huilles et Oléagineux» e o Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, objeto do acôrdo entre as duas entidades, firmado em 1961.

Por outro lado, iniciaram-se entendimentos para a vinda de uma missão de inspeção sanitária, para visitar os matadouros frigoríficos do Rio Grande do Sul, com vistas a obter a suspensão das restrições que as autoridades francesas fazem

atualmente à importação de carne proveniente do Brasil, bem como para a concessão de bôlsas-de-estudo para um estágio na França, em 1967, de uma equipe de veterinários do Ministério da Agricultura, que se especializarão no Centro de Alfort.

Prosseguiu, também, a concessão de bôlsas-de-estudo da «Association pour l'Organisation des Stages en France» (ASTEF), havendo o Itamaraty entrado em entendimentos com o Ministério do Planejamento a fim de acordar os setores prioritários e as entidades governamentais brasileiras que deverão merecer preferência na concessão das referidas bôlsas, assunto incluído na agenda das negociações da Comissão Mista, que se realizarão em Paris em princípios de 1967. Teve, ainda, andamento a negociação do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, com base na resposta do Quai d'Orsay ao anteprojeto brasileiro e, em vista do estágio já alcançado, é possível prever-se a assinatura do acôrdo na referida reunião da Comissão Mista.

A negociação do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com os Países Baixos não pôde ser concluída em 1966, por falta de um pronunciamneto definitivo das autoridades neerlandesas ao projeto brasileiro. Isso não impediu, porém, que a cooperação econômica e técnica do Govêrno holandês ao Brasil tomasse grande impulso no decorrer do ano, destacando-se a conclusão dos entendimentos para financiamento e assistência técnica à Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, de Castro, Paraná, para a criação de um centro agrário-social de nível secundário; e à Cooperativa de Imigração e Colonização Holambra, em Paranapanema, São Paulo; e para o financiamento parcial dos serviços a serem prestados pela emprêsa construtora holandesa NEDECO, para as obras de isolamento de um braço de mar na baía de Aratu, dentro do plano de criação do Centro Industrial de Aratu, Bahia. Além disso o Govêrno holandês financiou a vinda de enfermeiras e assistentes sociais para o Hospital de Angatuba, São Paulo, e para o hospital de Caravelas, Bahia,

sendo que para êsse último foi feita uma doação de material de construção de equipamento hospitalar; e deu prosseguimento à assistência à Associação Sanitária e Social do Nordeste e Fundação Assistencial da Paraíba, em Campina Grande, fornecendo pessoal e recursos financeiros, além de uma doação de equipamento hospitalar.

Iniciaram-se os entendimentos sôbre o auxílio financeiro do Govêrno holandês para a criação de uma escola de treinamento agrícola, da Sociedade Educacional e Agrícola Redentorista, em Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul; para financiamento das obras para a melhoria da Barra e do Pôrto de Aracaju, Sergipe, com base em relatório do técnico da NEDECO que visitou o local; e para o projeto da escola técnica e agrícola de São José da Coroa Grande, da Ação Social Nordestina, no Recife, Pernambuco; e foram concluídas as gestões para auxílio técnico e financeiro ao Instituto Brasileiro de Educação Social, de Brasília, inclusive para a doação, por parte do Govêrno holandês, do equipamento necessário à instalação da escola para eletricistas, mecânicos, carpinteiros, etc. A pedido do Ministério da Agricultura, o Govêrno holandês prontificou-se a financiar a continuação dos serviços de dois peritos florestais holandeses que se encontram no Brasil em missão da FAO, junto ao Serviço Florestal de Agricultura de São Paulo e junto ao Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária daquele Ministério, além do especialista em botânica que trabalha junto ao Instituto de Biologia e Pesquisas Técnicas do Paraná; e financiou a continuação da missão do engenheiro agrônomo holandês junto ao Serviço Florestal da Secretaria de Agricultura de São Paulo, bem como a missão de um técnico do Instituto de Delft, junto à Federação das Indústrias de São Paulo, para a organização de um curso de formação de dirigentes de pequenas e médias emprêsas.

A assistência técnica israelense, no quadro do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 2 de março de 1962, con-

tinuou a ser prestada à SUDENE e ao DNOCS na região do Nordeste, (pela Missão de Cooperação Técnica de Israel que se encontra na região desde agôsto de 1965, trabalhando especialmente no Vale do Moxotó, em Pernambuco e Alagoas, nos problemas de irrigação e perfuração de poços, e em experiências com culturas de milho híbrido), bem como ao Govêrno de Goiás. Foram também iniciados entendimentos para ajuda técnica ao plano de irrigação da Bacia Leiteira de Alagoas.

Além disso, prosseguiu o sistema de concessão de bôlsas-de-estudo, em cooperação com a OEA, para o aperfeiçoamento em Israel de técnicos brasileiros indicados pelos órgãos governamentais interessados.

O Govêrno japonês concedeu em 1966, como nos anos anteriores, um grande número de bôlsas-de-estudo para aperfeiçoamento de técnicos brasileiros no Japão; continuou a prestar assistência ao Centro de Treinamento Técnico para as Indústrias Têxteis, no Recife, mediante a prorrogação do acôrdo de 1962, tendo sido efetuada uma nova doação de equipamento para treinamento nas indústrias têxteis; a Missão japonêsa de investigação para o desenvolvimento da indústria de aproveitamento da madeira, que visitou o Brasil em fins de 1965, apresentou relatório do interêsse da SUDENE e da SUDAM e tiveram início entendimentos para a obtenção da cooperação japonêsa para a instalação de uma indústria de celulose, para aproveitamento dos recursos florestais do Maranhão. Estêve no Brasil, a pedido da SUDENE, uma equipe de especialistas em energia hidrelétrica, que visitou as instalações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao eventual fornecimento de assistência técnica e equipamento, e, a pedido do CONTEL, chegaram ao país dois peritos japonêses em telecomunicações.

A cooperação técnica da Dinamarca recebeu nôvo impulso com a assinatura e entrada em vigor do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, firmado a 25 de fevereiro de 1966

e aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 63. Com respeito à execução dêsse acôrdo destacam-se os entendimentos para concessão de bôlsas-de-estudo no campo da indústria de laticínios, que beneficiarão, de início, a Cooperativa Central de Laticínios da Região Sudeste, Rio Grande do Sul e, no campo da promoção de exportação, beneficiando sobretudo a CACEX e os serviços de promoção comercial do Itamaraty.

Tiveram prosseguimento os entendimentos com a Embaixada britânica sôbre o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, faltando apenas o pronunciamento final do Govêrno do Reino Unido sôbre a questão dos privilégios e imunidades dos peritos e dos professôres do «British Council» para a assinatura do ato. Concomitantemente realizaram-se os entendimentos para a formação de técnicos em laboratórios e a vinda de especialistas no setor do planejamento habitacional, cooperação com o Centro de Pesquisas do Cacau, Itabuna, Bahia, e com o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, Mato Grosso.

Durante a visita do Ministro das Relações Exteriores a Portugal, foi assinado em Lisboa, em 7 de setembro, o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, que deve inaugurar uma nova etapa das relações técnicas e científicas entre os dois países, e a vinda da Missão Econômica Portuguêsa, em novembro, ao Rio de Janeiro permitiu a realização dos primeiros entendimentos concretos com vistas ao incremento do intercâmbio nos campos da agricultura, engenharia civil, indústria, administração pública, etc.

A visita do Ministro das Relações Exteriores a Roma, em setembro, contribuiu para a ampliação do intercâmbio técnico e científico com a Itália, sendo obtida, então, a cooperação do Govêrno italiano para o desenvolvimento do Nordeste, mediante um plano de assistência técnica e educacional, cujo primeiro passo será o envio de uma equipe de técnicos italiaons à região, para o levantamento dos projetos aos quais

a Itália poderá fornecer ajuda técnica e financeira. Nessa mesma ocasião, o Govêrno italiano formalizou a doação de uma escola profissional a ser criada no Nordeste, havendo a SUDENE indicado o campo do treinamento de pessoal em telecomunicações como o mais adequado no momento. Além disso, já se encontra no Brasil a equipe da ITACONSULT que está procedendo ao estudo do desenvolvimento agropecuário da região de Campos, no Rio de Janeiro.

O Govêrno austríaco, através do Instituto Austríaco para a América Latina, fêz uma doação de equipamento para a execução do projeto de ampliação da Escola Agrária de Estrêla da Manhã, Rio Grande do Sul; e encaminhou um oferecimento de bôlsas-de-estudo para cursos de prospecção e indústria mineira, em 1967, sob os auspícios da Universidade de Minas e Metalurgia de Leoben.

Com a Espanha, prosseguiram os entendimentos para o fornecimento de assistência técnica espanhola relativa ao projeto de criação do Centro Latino-Americano para a Aplicação da Ciência ao Desenvolvimento. No setor de bôlsas-de-estudo, a Escola Nacional de Administração Pública da Espanha realizará, no próximo ano, o III Curso de Direção na Administração Pública, tendo o Itamaraty comunicado o oferecimento à Fundação Getúlio Vargas.

Foram iniciados entendimentos para a ampliação da cooperação técnica com a República da China. De acôrdo com os primeiros entendimentos, o Govêrno chinês estaria em condições de enviar ao Brasil equipes de peritos agrícolas, multiplicando o esfôrço já iniciado na estação experimental de Lorena, em São Paulo. Nêsse sentido, encontra-se em fase de estudos um projeto de assistência técnica, em colaboração com a Estação Experimental de Pedreiras, Maranhão, do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Ministério da Agricultura destinado ao desenvolvimento da cultura do arroz naquele Estado, mediante o melhoramento das variedades em cultivo e aumento da produtividade.

Os entendimentos iniciados, em 1965, com a Austrália, para a conclusão de um acôrdo de cooperação no campo da melhoria de pastagens e cultivos forrageiros, não puderam ser concluídos em 1966, por não disporem os órgãos australianos competentes de recursos para financiar parte dos estágios dos técnicos brasileiros. Resolveu, então, o Itamaraty, dentro da programação do Plano Itamaraty de desenvolvimento econômico das fronteiras Sul e Oeste do país, enviar, às suas custas, um grupo de engenheiros agrônomos do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, havendo as autoridades australianas organizado dois programas de estudo para os estagiários, que só viajarão, porém, em 1968.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 51/1966, o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com a Iugoslávia, assinado em 11 de maio de 1962, o que permitirá, em 1967, o início das atividades de cooperação no campo técnico e científico.

Foram reiniciados em 1966 os entendimentos com o Govêrno da Suíça para a conclusão de um acôrdo de cooperação técnica e científica e, embora o assunto não tenha ainda chegado a uma conclusão, por falta de um pronunciamento definitivo das autoridades daquele país, a assistência técnica suíça ao Brasil tomou algum impulso graças aos oferecimentos de bôlsas-de-estudo no campo da formação profissional e ensino agrícola, de que se beneficiou o Ministério da Agricultura, e de bôlsas-de-estudo na «Ecole des Hautes Etudes Economiques et Sociales» da Universidade de Saint Gall, estas, porém, para cursos em 1967 e 1968. Por outro lado, não foi possível ainda a ratificação do Acôrdo para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, assinado em 26 de maio de 1965, por não haver o Congresso Nacional dado a necessária aprovação.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Atividades no setor marítimo

No setor marítimo, além dos assuntos de rotina, as atividades do Ministério das Relações Exteriores se têm revelado nos seguintes órgãos e entidades:

1. Conselho Coordenador da Navegação Exterior (CCNE)

Nesse órgão, em que o Ministério das Relações Exteriores se faz representar, uma das iniciativas de maior relêvo foi a criação de um Grupo de Trabalho, incumbido de estudar o aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção e incentivo à frota brasileira de longo curso, como parte da política a ser recomendada pelo Conselho sôbre a matéria. Neste, como de resto em outros anos anteriores, o Ministério das Relações Exteriores tem insistido na necessidade de que o Conselho restabeleça essa política, para uma orientação coordenada nos setores dispersos do Govêrno que tratem do assunto.

Na qualidade de órgão formulador da política da navegação exterior, o Conselho Coordenador de Navegação Exterior debateu e apreciou a posição brasileira a ser adotada com relação ao estabelecimento de um Convênio de Transportes por Água, no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Com base nesses trabalhos e com alterações menores, durante a Reunião do Conselho de Transportes e Comunicações (CTC) da ALALC, realizada em Montevidéu, em maio do corrente ano, foi finalmente aprovado o Convênio, assinado em setembro, culminando, assim, um processo moroso que percorreu período de mais de cinco anos.

No âmbito bilateral, o Itamaraty levou ao Conselho Coordenador da Navegação Exterior o estudo de uma nova cláusula de transporte marítimo, a ser integrada no Tratado de Comércio, negociado entre os Governos brasileiro e por-

tuguês em julho-agôsto de 1966. Criado um Grupo de Trabalho presidido pelo representante do Itamaraty, nêle não pôde ser devidamente apreciada a matéria, em virtude da urgência do assunto, o qual foi solucionado com base em fórmula aprovada pelos dois Governos, mediante um Acôrdo por troca de notas, firmado, paralelamente ao Tratado de Comércio, em 7 de setembro. A referida cláusula objetivava aperfeiçoar o regime preferencial de carga, adotado no anterior Acôrdo de Comércio e Navegação, estabelecendo-se, assim, uma distribuição de cargas com critérios mais precisos, embora menos restritivos ao transporte das mercadorias de intercâmbio nos navios de bandeira dos dois países.

O transporte do café para as costas sul e leste da América do Norte tem ùltimamente sofrido perturbações, com os primeiros sintomas de uma guerra de fretes. Novamente êste ano, o Lóide Brasileiro, seguindo a orientação propugnada pelas autoridades governamentais sôbre a matéria, tentou, no âmbito da Conferência de Fretes Brasil-Estados Unidos-Canadá, reunir as companhias de navegação para o estabelecimento de nôvo «pool», a fim de regularizar de vez o transporte do nosso produto. A emprêsa brasileira vem procurando manter-se na competição, através de uma política de tônica mais comercial, tendo em vista alcançar a meta de uma cota de 40 % de participação no carregamento do café, estipulada na Resolução nº 2.640, de 1964, da Comissão de Marinha Mercante. No entanto, dada a inferioridade de sua organização e aparelhamento, em comparação com as emprêsas concorrentes, o Lóide Brasileiro não logrou ultrapassar uma percentagem que oscila entre 7 % e 11 % do volume total transportado pelas companhias conferenciadas.

Na rota da Europa, o Lóide Brasileiro seguiu política ativa, principalmente através dos «pools» criados no decorrer dêste ano, em que sua participação já alcança 40 %, graças ao poder de barganha de que goza, por fôrça do Decreto nº 47.225, de 1959, que lhe garante prioritàriamente o trans-

porte de mercadorias importadas com benefícios governamentais.

2. Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO)

O principal acontecimento do ano, no âmbito da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima, foi, sem dúvida, a assinatura da Convenção Internacional de Linhas de Carga, que estabelece limites para o carregamento dos navios, variáveis conforme a região, tendo em vista a maior segurança da navegação marítima. Com a finalidade de aperfeiçoar a proteção à vida humana no mar, foi ainda convocada uma Sessão Extraordinária da Assembléia da IMCO, incumbida de examinar emendas e recomendações sôbre a prevenção ao incêndio em navios de passageiros. Com a criação e gradual institucionalização, no período 1965-1966, da Comissão de Transportes Marítimos, órgão subsidiário da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, o tratamento e estudo técnico dos assuntos da competência da IMCO tem recaído, em grande parte, sôbre os peritos na matéria do Ministério da Marinha e da Comissão de Marinha Mercante.

3. Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Concentrando-se nos assuntos da Comissão de Transportes Marítimos, o setor competente do Itamaraty participou de Grupo de Trabalho relativo à Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvodvimento. No presente estágio da Comissão de Transportes Marítimos, em que as decisões políticas predominam para a orientação dos estudos de sua competência, foi esboçada a posição brasileira naquela Organização, a qual, coordenada no nível latino-americano por ocasião da Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, em julho, no México, traçou as diretrizes para a atuação da Delegação brasileira à Sessão Extraordinária da Comissão de Transporte Marítimo, realizada em Genebra, na segunda quinzena do mesmo mês. Nessa Sessão, o item único da agenda, «nível e estrutura de fretes,

prática das conferências de fretes e grau de adequação dos serviços de transporte marítimo», ocasionou acirrada polêmica, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em tôrno da realização de estudos sôbre aquêle tópico, que êstes julgavam imperiosos e aquêles recomendavam adiar para outra oportunidade ou mesmo contestavam a sua viabilidade.

Prevaleceu a tese dos países em desenvolvimento, pelo que o setor competente do Itamaraty já iniciou pesquisas mais aprofundadas para facilitar a representação brasileira nas próximas reuniões daquela Comissão.

Atividades no Setor Aeronáutico

No setor aeronáutico, uma das principais atividades consistiu na representação do Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, onde são traçadas as diretrizes que orientam a política aeronáutica brasileira.

No ano de 1966, conforme previsto, prevaleceu naquela Comissão o propósito de propiciar aos transportes brasileiros designados para as linhas internacionais as facilidades que lhes permitissem consolidar, no cenário internacional, as posições alcançadas no Hemisfério, mediante o saneamento das rotas do Atlântico Sul.

Assim, enquanto a «Cruzeiro do Sul», mediante a incorporação de nôvo equipamento (aeronaves Caravelle), explorou com resultados altamente satisfatórios os trajetos Rio-Montevidéu e Rio de Janeiro-Buenos Aires, além do trecho Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, e se prepara para operar igualmente na Colômbia e no Peru, a VARIG, que sofre ainda do agudo problema da padronização de seu equipamento, parece ter superado a fase de «sobrevivência» no mercado europeu, demonstrando capacidade para imprimir maior dinamismo às suas atividades no decorrer de 1967.

Em compensação a Consulta aeronáutica realizada com a República Federal da Alemanha, no mês de março, no Rio

de Janeiro, trouxe reais benefícios para os dois países. Além de se acertar o número de freqüências a serem operadas pelos respectivos transportadores, o Brasil que, na ocasião, acedeu ao prolongamento da rota da emprêsa alemã até Sydney e permitiu o sobrevôo de seu território, obteve vantagens significativas: a rota Francfort-Tóquio, via Roma, e a possibilidade de inverter as suas escalas européias. Êsse último ponto, que culminou numa série de entendimentos, realizados em 1964 e 1965 com a França e a Itália, respectivamente, permitirá à emprêsa brasileira uma movimentação ideal na Europa Ocidental e amplas possibilidades de aumentar o aproveitamento de suas aeronaves. Cabe ainda mencionar o início de vôos regulares da VARIG para Zurique e o prolongamento da rota de Roma até Beirute.

A evolução de certos problemas nas, até hoje sempre cordiais relações aeronáuticas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América levaram as autoridades competentes dos dois países a se reunirem para conversações informais, em Washington, no mês de julho. Embora tais conversações não tivessem aplainado o diferendo então surgido, propiciaram um debate preliminar altamente proveitoso para o confronto das teses a serem apresentadas em março do corrente ano, quando da realização da Consulta já soliictada pelo Govêrno brasileiro. O problema se prende, em grande parte, à manutenção de uma oferta disciplinada na rota Brasil-Estados Unidos da América, ameaçada por um crescente «dumping» das emprêsas americanas, mediante um derrame de novas freqüências e o estabelecimento de novas tarifas.

No campo aeronáutico, o fato de maior relêvo para o Brasil foi a feliz conclusão, após vários anos de infrutíferos esforços, de um Acôrdo sôbre Transportes Aéreos com o México no mês de setembro. Com êsse Acôrdo, que regulariza a questão dos direitos de quinta liberdade da VARIG entre Lima e México, tornando pacífica a exploração da rota até Los Ângeles, a companhia brasileira pode agora concre-

tizar um dos seus principais objetivos, isto é, a ligação Rio de Janeiro-Tóquio, via costa ocidental dos Estados Unidos da América, o que pensa realizar em agôsto de 1968.

Ainda no campo bilateral, foram realizadas Consultas aeronáuticas com a Bélgica (março), Panamá (agôsto) e a Colômbia (outubro), tôdas no Rio de Janeiro. Por ocasião dessas negociações, foram realizados alguns progressos para a conclusão de um Acôrdo Aéreo com o primeiro dêsses países, enquanto perdura a negativa da autoridades colombianas de levantar as restrições atualmente impostas ao transportador brasileiro nos trechos Lima-Bogotá e Bogotá-México.

PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL NO EXTERIOR

O ano de 1966 foi de organização, interna e externamente, das atividades de promoção comercial do Brasil no exterior, de acôrdo com as atribuições que competem ao Ministério das Relações Exteriores.

Internamente, procedeu-se a uma reestrutura da Divisão de Propaganda e Expansão Comercial em bases, procurando permitir-lhe desenvolver atividade racional e dinâmica, tendo sido estreitados os contatos já existentes, e estabelecidos novos com os demais órgãos governamentais (federais e estaduais), entidades de classe, emprêsas brasileiras de navegação marítima e aérea e firmas particulares, interessados na exportação.

O objetivo principal dêsses contatos, especialmente com o Conselho Nacional de Comércio Exterior, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A, a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Lóide Brasileiro e a VARIG, foi procurar estabelecer uma infra-estrutura local que permitisse o atendi-

mento imediato às consultas recebidas do exterior, verificar quais os produtos brasileiros em condições de serem exportados e estimular o interêsse dos empresários brasileiros pela exportação, fazendo-lhes ver as facilidades com que podem contar através da rêde de Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras.

No exterior, dando cumprimento às disposições legais sôbre a matéria, sem desconsiderar o fato de que tôdas as Representações do Brasil devem desempenhar atividades de promoção comercial, mas levando em conta as dificuldades existentes para orientá-las imediatamente, foram criados trinta e seis Setores de Promoção Comercial, como partes integrantes das respectivas Embaixadas e Consulados.

Os mencionados Setores apresentaram programas de trabalho para 1966 os quais, devidamente aprovados pelo Itamaraty, foram executados de maneira satisfatória, mas as suas atividades se dirigiram mais no sentido de sua instalação pròpriamente dita e de seu aparelhamento para o pleno desempenho de suas atribuições.

Foi frisada a necessidade de, antes de iniciar qualquer ação em maior escala, procedessem os Setores de Promoção Comercial a estudos preliminares visando ao levantamento dos produtos manufaturados brasileiros, que, em princípio, poderiam ser exportados.

Foi, ademais, adotado o critério de que a verba específica de Promoção Comercial no Exterior seja distribuída de acôrdo com as despesas previstas para cada iniciativa nos programas de trabalho para 1967, a serem aprovados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Procurando, ainda, melhor orientação para as atividades específicas das Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, realizaram-se Reuniões de Coordenação da Promoção Comercial do Brasil em Roma, Bonn e Washington, das quais participaram, respectivamente, as Embaixadas do Brasil naquelas cidades e os titulares dos Consulados brasi-

leiros na Itália, República Federal da Alemanha e Estados Unidos da América, com resultados os mais proveitosos, uma vez que permitirão traçar programa amplo e coordenado de promoção comercial em cada país, sob a orientação superior da respectiva Missão diplomática|

Também foi enviada uma missão técnica de observação e verificação das possibilidades de colocação de produtos brasileiros em países africanos e províncias portuguêsas, a saber, África do Sul, Moçambique, Angola, Gana e Costa do Marfim. Outra missão semelhante estêve no Oriente, colhendo informações comerciais em Singapura, Hong-Kong, Taipé, Manila e Tóquio. As conclusões dos grupos que efetuaram as viagens são objeto de estudo a fim de que, se as condições o justificarem, sejam traçados planos de ação para a penetração comercial naquelas áreas.

Foram estabelecidos contatos com a Organização dos Estados Americanos e o Centro de Comércio Interancional do GATT para o aproveitamento, pelo Brasil, das oportunidades existentes no campo de bôlsas-de-estudo para cursos sôbre promoção comercial, tendo sido indicados funcionários do Ministério das Relações Exteriores e de outros órgãos federais para realizarem cursos dêsse gênero em Paris; outro funcionário do Itamaraty efetuou curso semelhante na Dinamarca.

Por outro lado, o mencionado Centro de Comércio Internacional enviou ao Brasil o Professor Carl Wessely, perito em promoção comercial, a fim de verificar o esfôrço que estão realizando as autoridades brasileiras para incrementar as exportações.

No que se refere à participação oficial do Brasil em feiras e exposições internacionais, o programa aprovado para 1966 previu a presença do Brasil nos seguintes certames:

Feira do Ribatejo
Feira Internacional de Milão

Salão Internacional da Alimentação, em Bolonha
Feira do Levante, em Bari
Feira de Hannover
Feira do Comércio da Suécia, em Gotemburgo
Feira de Salônica
Feira «Parceiros para o Progresso», em Berlim
Exposição Internacional em Bogotá

Exposição Turística sôbre o Brasil, em Mar del Plata, com resultados em geral satisfatórios. Vale salientar que a participação do Brasil na Feira de Bogotá motivou negócios no montante de US$ 1.800.000 e, em Berlim, a criação do primeiro consórcio brasileiro para a exportação de móveis.

No ano de 1966 foram adotados novos critérios para a presença oficial do Brasil em feiras e exposições internacionais de modo a garantir um comparecimento que motive, na medida do possível, a captação de novos mercados para os nossos produtos.

Com a finalidade de permitir a coordenação da participação brasileira nos eventos, foi aprovado, ainda em 1966, o respectivo programa para 1967 e solicitadas às Missões diplomáticas e Repartições consulares suas sugestões para o de 1968, fundamentadas em estudos que revelem aquêles produtos com maiores possibilidades de venda, não só na cidade, província ou país onde se realiza o certame, como na área de sua influência comercial.

A rápida e eficaz divulgação dos editais estrangeiros de abertura de concorrências internacionais é fator essencial para que as emprêsas ou consórcios brasileiros estejam habilitados a apresentar suas propostas, e, com êsse objetivo, foram expedidas instruções específicas às Missões diplomáticas e Repartições consulares e adotado método de divulgação dessas iniciativas, que vêm despertando significativo interêsse entre as firmas nacionais.

Foi aprovada a criação de centro de distribuição de documentários cinematográficos sôbre a indústria nacional.

Esta medida visa a saber uma das principais deficiências com que se defrontam as Representações do Brasil para divulgação da imagem que dê noção real do progresso brasileiro.

As atividades de promoção turística no exterior foram desempenhadas de forma restrita, na expectativa da criação do Conselho Nacional de Turismo e da Emprêsa Brasileira de Turismo EMBRATUR, o que se verificou em novembro de 1966. Como quer que seja, o Brasil enviou uma Delegação oficial à II Assembléia Hispano-luso-filipina-americana de Turismo, realizada em Madrid, durante o mês de junho.

ANÁLISE E PLANEJAMENTO

ANÁLISE E PLANEJAMENTO

O Serviço Técnico de Análise e Planejamento realizou os seguintes trabalhos:

a) estudo, produto por produto, da capacidade de oferta de 256 produtos da pauta brasileira de exportação, com vistas a determinar as perspectivas brasileiras nos próximos cinco anos (1965-70), além de manter as Missões diplomáticas e Repartições consulares informadas, através de monografias, especialmente preparadas, das condições de produção, consumo interno, exportação, usos e aplicações industriais dos produtos, época habitual de exportação, condições de pagamento, preços FOB em portos brasileiros, países concorrentes, posição do Brasil no mercado internacional, embalagem e acondicionamento do produto brasileiro;

b) estudo, país por país, da demanda por produtos tradicionais da exportação brasileira em que o STAP procurou localizar os principais entraves, de natureza interna e externa, ao desenvolvimento da capacidade de exportar. Foram registradas para cada produto as taxas internas, as tarifas, a margem de proteção a produtos concorrentes dos brasileiros, as restrições cambiais, quantitativas, sanitárias e administrativas que gravam os nossos produtos no exterior. Foram ainda estudadas as dificuldades de natureza interna tais como taxas e encargos que são aplicados no Brasil aos produtos exportáveis, dificuldades portuárias, contingenciamento, de navegação direta aos mercados importadores.

A inovação na confecção dêsses trabalhos foi a aplicação das modernas técnicas de computação eletrônica.

Outro trabalho importante do STAP foi a colaboração permanente que vem prestando à CACEX do Banco do Brasil, com vistas a fornecer elementos àquela carteira sôbre oportunidades comerciais abertas aos nossos exportadores.

No campo dos trabalhos de planejamento pròpriamente dito, o STAP efetuou em 1966 levantamentos sôbre alguns países com os quais o Brasil mantém relações mais intensas no campo econômico e político.

O STAP participou ainda na preparação de documentos básicos que serviram à Reunião dos Embaixadores brasileiros acreditados nos países amazônicos.

ASSUNTOS CULTURAIS E INFORMAÇÕES

DIFUSÃO CULTURAL

Na aplicação da política de difusão cultural no exterior, houve necessidade, em 1966, de se reformularem vários itens da programação dos anos anteriores, em atenção a um regime de contenção de despesas. Apesar disso, é digno de nota o catálogo de atividades no particular:

Artes plásticas :

Relação das Exposições realizadas:

Assunção :

— «Gravura e Artesanato Popular do Nordeste» na Galeria do SEPRO, em 25/7/66 a 20/8/66.
— Exportação «Arte de Hoje no Brasil» na Galeria do SEPRO, em 19/9/66 a 10/10/66.

Belgrado :

— «Pintura Brasileira Contemporânea» no Museu de Arte Moderna de Nova Belgrado, em 16/6/66 a 1/7/66.

Bonn :

— José Paulo Moreira da Fonseca (pintura) no Salão do «Íbero Clube», em 9/11/66 a 30/11/66.
— Arte Brasileira Contemporânea, no Salão do «Beethovenhalle», de 29/4/66 a 22/5/66.
— Arcangelo Ianelli (pintura) no Salão da «Stadthalle», em 12/12/66.

Bruxelas :

— «Arquitetura no País do Sol» (painéis fotográficos) no Centro Cultural da Cidade de Malines, em 28/10/66 a 6/11/66.
— «Arte Brasileira Contemporânea» no Palácio de Belas Artes, em 24/11/66 a 20/12/66.
— Cícero Dias (pintura) no Museu de Ixelles, em 17/5/66 a 28/5/66.

Buenos Aires :

— «Artistas Brasileiros Contemporâneos» no Museu de Arte Moderna, em 25/4/66 a 15/5/66.

Caracas :

— «Arquitetura Brasileira» na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Central da Venezuela, em 13/5/66 a 31/5/66.

Copenhague :

— «10 Gravadores Brasileiros» na Court Gallery, em 6/3/66 a 20/3/66.

Helsinki :

— «10 Gravadores Brasileiros» no Salão do Teneum, em 12/5/66 a 25/5/66.

Lima :

— José de Dome (pinturas) na Galeria Cândido Portinari, em 10/3/66 a 10/4/66.

Lisboa :

— «Arte do Índio Brasileiro» na Sociedade Nacional de Belas Artes, em 10/10/66 a 30/10/66.

— Sérvulo Esmeraldo (gravuras) na Sociedade de Gravadores, em 7/3/66 a 30/3/66.

Londres :

— Noêmia Guerra (pintura) e Ljuba (escultura) na «Alwin Gallery», em 5/7/66 a 20/7/66.
— Dora Basílio (gravuras) na «Zwemer Gallery», em 20/5/66 a 5/6/66.

Madrid :

— «Artistas da Bahia» no Ministério da Educação, em 10/5/66 a 30/5/66.
— Isabel Pons (gravura) na Galeria Nebli *(melhor exposição do ano)*, em 15/6/66 a 10/7/66.

México :

— «Arte Contemporânea Brasileira» no Museu de Arte Moderna, em 19/6/66 a 29/6/66.
— «Gravura Brasileira» na Universidade de Guanajuate, em 11/3/66 a 31/3/66.

Montevidéu :

— «Arte Brasileira Contemporânea» no Museu Nacional de Belas Artes, em 20/6/66 a 15/7/66.
— «Oito Gravadores Brasileiros», em 19/10/66 a 10/11/66.

Moscou :

— «Pintores Primitivos Brasileiros» no Museu de Arte Oriental, em 1/5/66 a 16/6/66.

Oslo :

— «Exposição Alberto Santos Dumont» no «Norsk Teknisk Museum», em 31/10/66 a 20/11/66.

Paris :

— «Artistas Brasileiros» na Galeria Debret, em 30/6/66 a 30/7/66.

— Exposição «Brésil Imprévu» na Maison Jansen, em 29/11/66 a 20/12/66.

Panamá :

— «Arte Brasileira Contemporânea», no Museu de Belas Artes, em 7/9/66 a 7/10/66.

Roma :

— Freda Jardim (mosaicos) na Galeria da Casa do Brasil, em 1/7/66 a 15/7/66.

— Maria Polo e Pedro Correia de Araújo (pintura e jóias) na Galeria da Casa do Brasil, em 20/6/66 a 30/6/66.

— Enrico Bianco (pintura) na Galeria da Casa do Brasil, em 15/11/66 a 30/11/66.

— Domenico Clabrone (jóias) na Galeria da Casa do Brasil, em 1/12/66 a 20/12/66.

São José da Costa Rica :

— «Arte Contemporânea Brasileira» no Salão do Ministério da Educação, em 9/8/66 a 30/8/66.

Salvador :

— «Painéis Fotográficos de Arquitetura» Afonso Eduardo Reidy na Associação de Arquitetos de Salvador, em 7/11/66 a 12/11/66.

— Arte Brasileira Contemporânea» no Salão da Biblioteca Nacional, em 1/4/66 a 21/4/66.

Santiago :

— Duchez e Nicola (tapêtes) na Galeria da Missão, em 26/12/65 a 20/1/66.

— «Quatro Gravadores Brasileiros» na Galeria da Missão, em 20/11/66 a 15/12/66.

Tóquio :

— «Gravuras do Rio Grande do Sul» na Chancelaria da Embaixada, em 2/4/66 a 30/4/66.

— «Gravuras do Rio Grande do Sul» na Galeria Nakamiya de Osaka, em 9/5/66 a 15/5/66.

— «Gravuras do Rio Grande do Sul» na Galeria do Museu de Arte Homma de Sakata, em 21/6/66 a 30/6/66.

— «Gravadores Brasileiros» no Ministério da Educação, em 7/9/66 a 30/9/66.

— Sanson Flexor e Raul Porto (pintura) na Galeria Isogaya, em 4/11/66 a 12/11/66.

Varsóvia :

— «Pintores Primitivos Brasileiros» no Ministério da Educação», em 6/6/66 a 10/7/66.

Viena :

— «José Paulo Moreira da Fonseca» na Galeria Peithnerlichtenfels de Viena, de 18/4/66 a 7/5/66.

Washington :

— «Seoane» (pintura) na Universidade de Indiana, em 12/66.

— Maria Cecília Gismondi (pintura) na BACI, de 14/10/66 a 10/11/66.

— «Rachel Strosberg» (gravuras) na Universidade de Wisconsin, de 1/4/66 a 20/5/66.
— «Ludos de Guignard», na Universidade Estadual de Kansas, de 22/4/66 a 22/5/66.
— «Artistas Mineiros» (desenho e gravura) na Universidade de Fairleigh Dickinson de Rutherfolk.
— «Pintores Baianos» no Banco Nacional de Filadélfia, de 28/2/66 a 5/3/66.
— «Seoane» (pintura) no BACI, em 15/3/66 a 30/3/66.
— «Aristas Mineiros» no BACI, em 15/2/66 a 30/2/66.
— «Gravadores Brasileiros» no BACI, em 13/1/66 a 28/1/66.
— «Anésia Pacheco Chaves» (pintura) no BACI, em 10/66 a 11/66.
— «Rachel Strosberg» (gravura) no Talladega College (Alabama), de 9/66 a 10/66.

Düsseldorf :

— «Abraham Palatnik» na Galeria Hella Nebelung, de 27/10/66 a 20/11/66.

Houston :

— «Artistas Brasileiros» na Kiko Galleries, de 15/10/66 a 30/10/66.

Milão :

— «Isabel Pons» (gravura) na Galeria do Centro Cultural.
— «Ana Letícia» (gravura) na Galeria do Centro Cultural.
— «Ianelli» (desenho) na Galeria do Centro Cultural.
— «Dora Basílio» (gravura) na Galeria do Centro Cultural.

— Bernik (pintura) na Galeria do Centro Cultural.
— Sérvulo Esmeraldo (gravura) na Galeria do Centro Cultural.
— Edival Ramosa (desenho) na Galeria do Centro Cultural.

Munique :

— «José Paulo Moreira da Fonseca», de 6/10/66 a 7/10/66.
— «Arcangelo Ianelli», de 24/5/66 a 20/6/66, ambos na Galeria da Missão.

Nova York :

— «Gravadores Brasileiros Contemporâneos» na Mallot Hall, Cornell University, de 5/5/66 a 15/6/66.
— «Artistas Brasileiros» na Amel Gallery, em 18/5/66 a 10/6/66.

Florença :

— Danilo di Prete (pintura), de 7/5/66 a 2/6/66.

Trieste :

— Roberto De Lamonica (gravura) na Galeria Feltrineli, de 23/5/66 a 9/6/66.

Relação da participação de artistas brasileiros em Exposições Internacionais :

Atenas :

— I Exposição Internacional de Desenho Infantil, em 4/6/66 a 4/11/66.

Berna :

— II Salão Internacional de Galerias Pilôto (participação da Galeria Bonino), de 6/66 a 9/66.

Dacar :

— I Festival Mundial de Artes Negras *(1º Prêmio ao escultor Agnaldo dos Santos)*, em 1/4/66 a 1/5/66.

Madrid :

— II Bienal Internacional de Arte Universitária, participação de Suzana Mentz (desenho) — *Medalha de Bronze*, em 10/66.

Paris :

— «Salão de Maio» (participação de Antonio Dias), de 2/5/66 a 20/5/66.

Praga :

— XVIII Congresso INSEA (participação da Escolinha de Arte do Brasil), em 3/8/66.

Roma :

— XXXIII Bienal de Veneza (*prêmio de gravura para Artur Luiz Piza* — gravura — e *prêmio especial para Agostinho de Freitas* — pintor ingênuo.

Santiago :

— II Bienal Americana de Gravura *(prêmio internacional a Roberto De Lamonica e melhor representação ao Brasil)*, em 25/1/66.

Tóquio :

— «Exposição Internacional de Desenhos Infantis» participação da Escolinha de Arte do Brasil na «Shirokiya Department Store», em 3/6/66 a 18/8/66.

— V Bienal de Gravura de Tóquio — Ana Letícia, Gilvan Samico e Fayga Ostrower, em 4/12/66 a 30/12/66.

Varsóvia :

— I Bienal de Gravuras (Cracóvia) — *3º prêmio a Isabel Pons,* de 10/6/66 a 10/7/66.

— I Bienal Internacional de Cartazes — *prêmio a Almir Mavignier,* em 6/66.

Viena :

— «V Bienal de Arte Cristã» no Palácio de Salzburgo, participação do Brasil (Emeric Marcier), de 24/7/66 a 30/8/66.

Washington :

— «Art in Latin America Since Independence» em Austin (Texas), de 17/4/66 a 30/5/66.

Florença :

— XVII Mostra Internacional de Arte (participação do Brasil).

Milão :

— «Bienal de Gravuras de Lugano» Walter Marques, Marcelo Grassman e Darel Valença.

Paris :

— «Prêmio Internacional Marinetti para Pesquisas Plásticas de Expressão Cinética» no Museu de Arte Moderna de Paris. *1º Prêmio à escultora Mary Vieira.*

Literatura :

Além de farta distribuição de material de interêsse cultural às Missões no exterior, notadamente da publicação «Quem é Quem nas Artes e nas Letras Brasileiras», que se destinou igualmente a centros de cultura e universidades, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores financiou a tradução de poemas de Manuel Bandeira e preparou uma monografia sôbre a influência do negro na cultura brasileira, monografia essa traduzida em francês e inglês e largamente difundida no «I Festival de Artes Negras», realizado em Dacar, em abril de 1966.

Música :

As atividades, no particular, exerceram-se através de:

a) organização de «tournées» de artistas brasileiros ao exterior;

b) auxílios a candidatos brasileiros a concursos internacionais;

c) representação brasileira em festivais internacionais de música;

d) distribuição de discos de música popular e erudita e partituras musicais.

«*Tournées*»

Paris e Londres: Arthur Moreira Lima, pianista; Europa Ocidental: Ana Stella Schic, pianista; Carmella Saghy, violonista e Miguel Proença, pianista; Alemanha, Áustria, França, Suécia e Dinamarca: «Conjunto Bossa Nova» — artistas: Silvinha Teles, Edu Lobo, Rosinha de Valença e outros; Bruxelas: Isaac Karabtchevsky, regente; Europa: João Carlos de Assis Brasil, pianista; Portugal: Moacyr Liserra, flautista; Miami, Nova Orleans: Natan Schwartzmann, violonista e

Gerardo Parente, pianista; América do Sul: Nelson Freire, pianista; Wanda Espósito, cantora.

Concursos Internacionais

Bruges, Bélgica: Amim Ferres, cantor; Vianna da Motta, Portugal: Bluette Bukowitz, pianista; Dimitri Nutropoulos: E.U.A.: Carlos Eduardo Prates, regente; Paris: Darcy Villa Verde, guitarrista; Inglaterra: Eduardo Hazan, pianista; Vianna da Motta: Joel Belo Soares, pianista; Bruxelas: Maria Riva Mar, cantora.

Festivais Internacionais

Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro; Concurso Internacional Quarteto de Villa-Lobos; Festival de Artes Negras (Dacar); Congresso de Compositores Jovens de Praga: Marlos Nobre; Concurso Vianna da Motta: compositor Camargo Guarnieri (Juiz do Concurso); Concurso Internacional de Piano de Paris: pianista Magdalena Tagliaferro: Prêmio Brasil.

Teatro

O Itamaraty foi a entidade que primeiro apoiou a ida do TUCA (Teatro da Universidade Católica de São Paulo) à Europa, para concorrer ao Festival do Teatro Universitário de Nancy, onde obteve o 1º Prêmio e o honroso convite de Jean Louis Barrault para apresentar-se no «Théâtre des Nations», de Paris.

Cinema

Desenvolvidos em 1966 três tipos de atividades ligadas ao setor de cinema: participação em festivais internacionais, retrospectivas de cinema e compra de documentários para distribuição às Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior.

Festivais Internacionais :

Oficialmente participou o Brasil de quatro Festivais, participação que incluiu subtitulagem da cópia, remessa do filme e custeio de uma delegação: Cannes, em maio com «A hora e a vez de Augusto Matraga», baseado em conto de Guimarães Rosa; em Berlim, «O Padre e a Moça»; em Karlovi Vary, com «Menino de Engenho»; e Veneza, com «A Grande Cidade».

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Muito se cuidou da projeção da cultura brasileira no exterior, em tôdas as suas formas e de acôrdo com as normas de convivência internacional, e, no caso mais particular, do fomento do estudo e do conhecimento da vida e dos valôres culturais do povo brasileiro e da captação dos novos conhecimentos e modernas técnicas no campo da educação, ciência e cultura, em benefício do desenvolvimento da nação.

O expressivo desenvolvimento alcançado pelo Brasil nos campos científico, artístico e cultural concorreu favoràvelmente para a intensificação do intercâmbio encetado em anos anteriores, estimulando a demanda de estudantes estrangeiros pelas Universidades brasileiras, a realização de conferências, cursos e visitas de intelectuais brasileiros ao exteiror, assim como de personalidades estrangeiras ao nosso país.

Atividades Científicas

Dentre as prioridades fixadas pelo Govêrno brasileiro para a execução dos programas de trabalho dos órgãos educacionais e culturais, a prioridade nº 1 cabe à execução dos programas de ciência e tecnologia. Assim sendo, o Itamaraty segue as linhas de trabalho da CAPES, do Conselho Nacional de Pesquisas, da Academia de Ciências e nesse sen-

tido colabora com êsses órgãos em seus programas científicos. Por isso, financiou viagens a cientistas estrangeiros que vieram dar cursos em numerosas instituições brasileiras de ensino.

Bôlsas-de-estudo a estudantes estrangeiros

Dentre os múltiplos aspectos positivos da política cultural brasileira em 1966 um dos mais importantes diz respeito à concessão de bôlsas-de-estudo estipendiadas a pós-graduados profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, de diversos países e continentes.

Diversos fatôres foram levados em conta para a concessão dessas bôlsas, sendo que os cursos de caráter técnico ou científico mereceram prioridade no critério de seleção para os candidatos da América Latina e África, enquanto, no que se refere aos países europeus, preferentemente escolhidos os candidatos a cursos de língua portuguêsa, literatura brasileira e estudos brasileiros em geral. O critério de seleção adotado estêve atento, outrossim, às circunstâncias do ensino técnico, científico e artístico ministrado pelos estabelecimentos de ensino superior do país.

Durante 1966 realizaram estágio em curso de aperfeiçoamento em estabelecimentos brasileiros estudantes pós-graduados dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bolívia, Bélgica, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Gana, Haiti, Índia, Israel, Itália, Japão, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, República Dominicana, Senegal, Suécia, Uruguai e Venezuela.

Encarregados de Assuntos Culturais

A fim de permitir às Missões diplomáticas uma participação mais ampla e constante das atividades culturais nos

países em que estão sediadas, tem-se procurado auxiliá-las mediante o aproveitamento de professôres e intelectuais para exercerem as funções de Encarregados de Assuntos Culturais junto às respectivas Missões. Assim, têm sido mantidos Encarregados de Assuntos Culturais em Lisboa, Paris, Roma, Lima, Montevidéu, Santiago, Dacar, Madrid, Londres, México, La Paz e Quito.

Nas cidades onde funcionam Centros de Estudos brasileiros, aos Encarregados compete exercerem a função de Diretores de tais centros.

Encarregados de Assuntos Científicos

Dado o relêvo que a ciência passou a ter na vida de todos os países, muitos dêles criaram funções de adidos científicos, pois o volume de problemas nesse campo assumiu tais proporções que os Adidos Culturais, já de há muito existentes, não podiam mais dar cumprimento satisfatório a tais cometimentos, não só por serem vultosos, mas sobretudo pelo seu caráter especializado. Acentua-se também que as funções de Adidos Culturais são exercidas por intelectuais que, por mais cultos que sejam, não estão geralmente identificados com os problemas científicos, por possuírem uma formação orientada em outros sentidos. Daí essas novas funções de adidos científicos serem exercidas por cientistas de alto gabarito, com grande autoridade no campo de sua especialidade, bem como com uma visão ampla do universo da problemática científica. Em nosso país, pelo menos duas Representações diplomáticas possuem adidos científicos: os Estados Unidos e a França, sendo que, no caso da Inglaterra, há no «staff» do «British Council» membros que são cientistas.

Há que assinalar a criação da função de Encarregado de Assuntos Científicos junto à Embaixada do Brasil em Washington, cujo primeiro ocupante é o Professor Paulo de Góes.

Das atividades do Encarregado de Assuntos Científicos resultaram articulações com as seguintes instituições:

a) *entidades brasileiras:* Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Agricultura (MA), Ministério para o Planejamento e Coordenação Econômica (MPCE), Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP), Ministérios Militares, Universidades Brasileiras e Entidades científicas diversas:

b) *entidades americanas:* Executive Office of the President — Office of Licence and Technology; Department of State — International Scientific and Technological Affairs, National Science Foundation (NSF), Smithsonian Institution Science Information Exchange, US Atomic Energy Commission (USAEC), National Aeronautic and Space Administration (NASA), National Institute of Health (NIH) — Department of Health Education and Welfare — Public Health Service Geological Survey — US Department of the Interior, The Office of Naval Research — Department of the Navy, Office of the Chief of Research and Development — Department of the Army, National Academy of Sciences — National Research Council, International Study Center Inc. e Universidades americanas;

c) *agências interamericanas:* Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) e Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID).

Institutos Culturais e Centros de Estudos

1. *Centro de Estudos Brasileiros em Rosário*

Para o ano letivo de 1966, matricularam-se 265 alunos, sendo 48 rapazes e 217 moças.

Na escola «Estados Unidos do Brasil», em cujas 6ªs séries o Centro de Estudos desenvolve um curso elementar de estudos brasileiros, estão matriculados 107 alunos, sendo 65 rapazes e 42 moças.

2. *Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires*

O esquema de funcionamento do setor didático do Centro está escalonado em três níveis: *cursos de idioma*, com três anos de duração, sendo que no terceiro ano se introduz uma cadeira de «Conhecimentos Gerais do Brasil»; *curso de cultura brasileira* (2º ciclo), constando de um conjunto de matérias obrigatórias e optativas e pode ser completado em um ano letivo; *cursos de estudos brasileiros*, constando de temas especializados tratados intensivamente através de pesquisas bibliográficas. Em 1966, foram inscritos no Centro 642 alunos, sendo 462 nos cursos de idioma, 31 em Cultura Brasileira, 36 em Estudos Brasileiros e 113 nos Cursos Especiais.

3. *Centro Cultural Brasil-Bolívia, de La Paz, e Centro Boliviano-Brasileiro de Cultura em Santa Cruz de la Sierra*

Criados com o objetivo de estreitar os vínculos de amizade e confraternização entre os povos brasileiros e bolivianos, os dois Centros realizam profícua tarefa no sentido de promover e aprimorar as relações culturais entre o Brasil e a Bolívia.

4. *Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro*

O Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, a mais antiga instituição brasileira de ensino no exterior, teve durante o presente ano seu quadro de professôres revitalizado e sofreu algumas reformas, quer no setor administrativo, quer no didático, com os melhores resultados.

Manteve, além do Curso Básico de três anos com Língua Portuguêsa e Literatura Brasileira, cursos especiais de Geografia do Brasil e História do Brasil.

A matrícula foi limitada a 700 alunos, capacidade máxima de suas instalações.

5. *Centro de Estudos Brasileiros em Santiago do Chile*

Desenvolve paralelamente ao setor didático extensa campanha de difusão cultural, abrangendo exposições, cursos, conferências, sessões de cinema sôbre assuntos relacionados a aspectos da vida e da civilização do Brasil. Possui um corpo docente de quatro professôres.

6. *Centro de Estudos Brasileiros em Quito*

Além de ministrar cursos regulares de cultura brasileira, publica boletins bibliográficos onde são catalogadas obras de autores nacionais versando sôbre relações internacionais, romance brasileiro, poesia brasileira, educação, geografia, sociologia e História do Brasil.

7. *Missão Cultural em Assunção*

Cumprindo o estabelecido no Convênio de 31 de março de 1952, a Missão Cultural Brasileira no Paraguai continuou realizando com eficiência a difusão da cultura brasileira na Escola Brasil, no Instituto Cultural Paraguai-Brasil e na Faculdade de Filosofia, contribuindo, nesta última, para a formação de Professôres de ensino secundário. A Missão manteve no Paraguai professôres de Psicologia, Didática Geral, Língua Portuguêsa e Literatura Luso-Brasileira.

8. *Colégio Experimental Brasil-Paraguai*

Inaugurado em maio de 1964, sua construção deriva das notas assinadas em 21 e 26 de novembro de 1952. O prédio

construído pelo Govêrno brasileiro, localizado nos terrenos da futura Cidade Universitária, de Assunção, e doado à Univeridade Nacional de Assunção, serve para que nêle funcionem, exclusivamente, o Colégio Experimental e a Faculdade de Filosofia. O Colégio Experimental é um estabelecimento de nível médio que, além dos objetivos gerais de ensino secundário, tem por finalidade possibilitar aos estudantes da Faculdade de Filosofia a necessária prática de ensino. A Direção do Colégio Experimental é exercida por um Professor, preferentemente licenciado por Faculdade de Filosofia. A Missão Cultural Brasileira designa um de seus membros para as funções de Orientador técnico-pedagógico do Colégio Experimental. O Colégio Experimental obedece ao «curriculum» oficial previsto pela legislação paraguaia, gozando entretanto de flexibilidade pedagógica, indispensável à implementação de novos métodos de aprendizagem e sua respectiva aferição. Os professôres do Colégio Experimental são admitidos mediante concursos de títulos e de provas, sendo condição para a inscrição a apresentação de diplomas expedidos por Faculdade de Filosofia. Os alunos são admitidos mediante exame psicológico e de escolaridade.

9. *Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos em Washington*

Criado em setembro de 1964, o Instituto vem mantendo vigorosa linha de difusão da cultura brasileira, desenvolvendo atividades nos seguintes campos: ensino, conferências e seminários, exposições, música, publicações, material de ilustração e intercâmbio de professôres, artistas e estudantes. No campo do ensino são mantidos cursos de língua portuguêsa e de literatura brasileira nos seguintes níveis: principiantes, intermediários e avançados. O número de alunos matriculados superou a cifra de 300. O campo de exposições é dos que mais oportunidades oferece à ação do Instituto, que para isso conta com uma sala própria, que rivaliza com vantagem com a maioria das galerias comerciais de Washington.

A publicação de um boletim do Instituto é prevista pelos estatutos e tem a grande conveniência de possibilitar ao Instituto uma audiência nacional nos Estados Unidos, contribuindo assim para a maior difusão de notícias culturais brasileiras e, ao mesmo tempo, a expansão do quadro social do Instituto, a cujos membros se destina bàsicamente a publicação.

10. *Centro de Estudos Brasileiros em Lima*

Tem por objetivo absorver, coordenar e desenvolver o contrôle das atividades culturais de interêsse para os dois países, de maneira a dar maior objetividade ao emprêgo dos meios que o Govêrno brasileiro vem utilizando para êsse fim. Dêste modo, vem mantendo profícua atividade na divulgação da cultura brasileira no Peru, por meio de realização de cursos, conferências e exposições artísticas. Possui uma galeria, Sala Cândido Portinari, onde, periòdicamente, são feitas demonstrações artísticas culturais de intelectuais brasileiros.

Leitorados brasileiros

Com o objetivo primordial de contribuir para a difusão da cultura brasileira e o ensino da língua portuguêsa, através de um contato direto entre o meio universitário brasileiro e o de outros países, o Ministério das Relações Exteriores vem colaborando na manutenção de câtedras de cultura brasileira, a que se convencionou chamar leitorados, junto a Universidades estrangeiras.

Presentemente, o Brasil mantém leitorados na França, Áustria, Alemanha, Itália, Japão, Suíça e Estados Unidos da América.

Na França existem leitorados brasileiros junto às seguintes Universidades: Aix-en-Provence, Besançon, Bordeaux, Caen, Grenoble, Lille, Lyon, Nantes, Nice, Paris, Poitiers, Rouen e Toulouse.

Na Itália funciona o leitorado conjunto de Pádua e Veneza e, na Áustria, o de Viena. Na Suíça funciona o leitorado de Zurique, criado recentemente.

Na Alemanha funcionam leitorados brasileiros em Berlim (Universidade Livre), Colônia, Heidelberg, Munique e Sarre.

No Japão, há dois leitores lecionando nas Universidades de Sófia, Takushoku e Rikkyo e nas Universidades Educacional e de Línguas Estrangeiras de Tóquio.

Nos Estados Unidos da América funcionam leitorados junto às seguintes Universidades: Indiana, Texas, Tulane, Washington, bem como no St. Joseph's College, em Filadélfia.

No momento, a fim de dotar o trabalho do leitor de uma efetiva penetração ao meio universitário onde se processa, o Itamaraty está promovendo, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, a realização de um plano que prevê a criação, junto aos principais leitorados, de bibliotecas básicas de cultura brasileira.

Cátedras

Paralelamente ao programa de leitorados, o Itamaraty colabora na manutenção de cátedras de estudos brasileiros junto a determinadas universidades estrangeiras.

Essas cátedras distinguem-se dos leitorados por objetivarem uma visão em maior profundidade da cultura brasileira. Estão, conseqüentemente, localizadas em centros universitários onde tal visão se faz, não sòmente possível, mas ainda necessária de um ponto-de-vista de penetração cultural.

Atualmente há cátedras de estudos brasileiros nas seguintes universidades estrangeiras: Universidade de Colúmbia (Estados Unidos da América), Universidades de Coimbra e Lisboa, Universidades de Roma e Pisa e Universidade de São Marcos, em Lima. Esta última foi oficializada em junho de 1965.

Acôrdos Culturais

Conscientes da importância das relações culturais para a aproximação entre os povos, o Brasil vem procurando, por assim dizer, institucionalizar tais relações por meio da assinatura de convênios culturais.

Os fatos observados em 1966 relativos a acôrdos culturais foram os seguintes:

Aprovação, pelo Decreto Legislativo nº 3, de março, do Acôrdo de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e Costa Rica;

Assinatura, a 7 de fevereiro, do Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Coréia;

Assinatura, a 5 de julho, do Convênio de Cooperação Intelectual entre o Brasil e o Haiti;

Assinatura, a 7 de setembro, do Acôrdo Cultural entre o Brasil e Portugal;

Assinatura, a 12 de outubro, do Acôrdo Cultural entre o Brasil e os Países Baixos;

Assinatura, a 20 de outubro, do Acôrdo de Intercâmbio Educacional entre o Brasil e os Estados Unidos da América;

Estudo e apresentação de Anteprojeto de Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Índia, já aprovado pelas autoridades brasileiras;

Estudo e apresentação de Anteprojeto de Acôrdo Cultural entre o Brasil e Gana, já aprovado pelas autoridades brasileiras;

Estudo e apresentação de Anteprojeto de Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Nigéria, já aprovado pelas autoridades brasileiras;

Estudo e apresentação de Anteprojeto de Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Alemanha, já aprovado pelas autoridades brasileiras.

Auxílio a Bolsistas Brasileiros no Exterior

Visando a proporcionar melhores condições aos estudantes brasileiros agraciados com bôlsas-de-estudo de pós-graduação no exterior, o Ministério das Relações Exteriores vem mantendo o programa de auxílio financeiro a bolsistas, iniciado em 1953, quando o Banco do Brasil resolveu cancelar as remessas em dólar, pelo Câmbio oficial, a que, até então, tinham direito os estudantes.

O auxílio de cinqüenta dólares mensais é concedido, mediante julgamento, aos estudantes pós-graduados contemplados com bôlsas-de-estudo, cujo montante seja inferior a 200 dólares mensais.

Em 1966, a Comissão Educacional, constituída de representantes do Itamaraty e do Diretor Executivo da CAPES, após os trabalhos de seleção de candidatos, concedeu o referido auxílio a 1.421 bolsistas.

Estudante-Convênio

O setor de estudante-convênio tem a seu cargo a execução dos acôrdos culturais no que se refere à entrada de estudantes estrangeiros nos estabelecimentos de ensino superior do Brasil.

Os convênios culturais, mormente com países latino-americanos, facilitam a entrada de estudantes nos cursos de graduação dos estabelecimentos de ensino superior do país, sem exigência de exames vestibulares e com isenção dos pagamentos das taxas. Dentro, pois, da estrutura dêsses convênios, o Ministério das Relações Exteriores vem desenvolvendo uma intensa atividade cultural e educacional entre o Brasil e os países signatários, sobretudo em matéria de ensino universitário. Presentemente, encontram-se 2.034 estudantes latino-americanos em universidades brasileiras.

Comissão Fulbright

Aos 5 de novembro de 1957 foi criada a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre o Brasil e os Estados Unidos da América (Fulbright Commission) através de uma troca de notas constitutiva de um entendimento entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, com vista a favorecer um maior entrosamento entre os povos brasileiro e norte-americano por meio de um intercâmbio mais amplo de conhecimentos profissionais e de ordem geral, através de atividades educacionais. Êste ano foi assinado, em 20 de outubro, um nôvo acôrdo regulando as atividades da Comissão, ficando estabelecido que a Comissão é o órgão destinado a facilitar a administração de um programa educacional a ser financiado por verbas reservadas para tal fim pelo Govêrno norte-americano.

A Comissão fornece bôlsas-de-estudo de três categorias: 1) a professôres universitários e pesquisadores; 2) a professôres primários e secundários de ensino da língua inglêsa, pedagogia e metodologia do ensino; 3) a estudantes portadores de diplomas universitários.

Até julho de 1966, a Comissão tinha trazido 150 bolsistas americanos ao Brasil. No segundo semestre do ano em curso, encontram-se 10 estudantes estadunidenses realizando cursos de pós-graduação em universidades brasileiras.

Cooperação Intelectual Luso-Brasileira

Em prosseguimento ao programa de dinamização do intercâmbio cultural com Portugal, foram incentivados os contatos entre instituições e intelectuais luso-brasileiros, destacando-se precìpuamente as visitas ao Brasil do Doutor José de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, e o Doutor Adriano Moreira, Presidente do Instituto Ultramarino, patrocinadas pelo Itamaraty.

Unesco

No que concerne aos assuntos relativos à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), existe um contrato permanente entre o Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC).

A Comissão Nacional para o Decênio Hidrológico Internacional, órgão criado por recomendação da UNESCO, funciona vinculada ao Minitério das Relações Exteriores e é a responsável pelos projetos de hidrologia aprovados pela UNESCO, com financiamento do Fundo Especial das Nações Unidas.

Comemorou-se, êste ano, o vigésimo aniversário da UNESCO com uma Sessão Solene no salão da Biblioteca do Itamaraty.

Em março do corrente ano visitou o Brasil a convite do Itamaraty, o Senhor Malcolm Adiseshiah, Diretor-Geral-Adjunto da UNESCO. O objetivo principal da visita do Diretor-Geral-Adjunto da UNESCO relaciona-se com as conversações sôbre a implantação do Centro Latino-Americano para a Aplicação das Ciências ao Desenvolvimento (CECTAL), já aprovado pela última Conferência-Geral, e que será instalado na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

A XIV Conferência-Geral da UNESCO realizou-se em Paris, de 25 de outubro a 30 de novembro do corrente ano. O setor competente do Itamaraty coordenou os diversos grupos de trabalho que estudaram a agenda dos trabalhos e preparou os expedientes relativos à participação do Brasil à XIV Conferência-Geral.

A Delegação brasileira, presidida pelo Professor Raymundo Muniz de Aragão, Ministro da Educação, obteve reais vantagens para os programas brasileiros de educação, ciência e cultura, e nos planos de obtenção de assistência téc-

nica. Teve a Delegação do Brasil a oportunidade de fazer passar todos os seus projetos de resolução, além de obter a Vice-Presidência da Conferência-Geral e um lugar no Conselho Coordenador do Decênio Hidrológico Internacional. O Brasil foi o país que apresentou, até agora, o melhor projeto de hidrologia, o qual será executado na bacia do alto Paraguai com financiamento do Fundo Especial. Êsse projeto está avaliado em 2 milhões e 400 mil dólares e será executado no Brasil pelo DNOS e UNESCO.

Com a participação ativa da Delegação brasileira, coordenada pelo Professor Carlos Chagas, Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, foram aprovados pela Conferência vários projetos propostos pelo Brasil ou a êle relacionados, que virão contribuir grandemente para o incentivo da aplicação da ciência e para o incremento do ensino científico em várias regiões do país.

Entre êsses projetos, destaca-se em primeiro lugar aquêle que criou o Centro Latino-Americano para a Aplicação das Ciências ao Desenvolvimento, a ser instalado na Cidade Universitária de São Paulo e que terá um auxílio financeiro no próximo biênio, da UNESCO, de 100 mil dólares, além da contribuição do Brasil (50 mil dólares), de outros países e de agências financeiras internacionais.

OCECTAL recebeu aprovação unânime dos países latino-americanos e suas atividades terão início em 1967.

Das várias reuniões havidas entre o Secretário e a Delegação do Brasil, foram discutidos os seguintes projetos, já incluídos no orçamento-programa da UNESCO, e que interessam particularmente ao Brasi;:

— Centro de Preparação e Renovação do Ensino Científico em nível secundário;
— Centro de Alfabetização Profissional no Nordeste;
— Centro de Formação de Professôres de ensino médio e técnico no Nordeste;
— Centro de Ensino Programado em Minas Gerais;

— Centro de Formação de Professôres de Escolas Normais em quatro pontos do país;
— Centro de Formação de Professôres de Escolas de Engenharia a ser sediado na Universidade do Paraná.

Visitas de cientistas e intelectuais estrangeiros

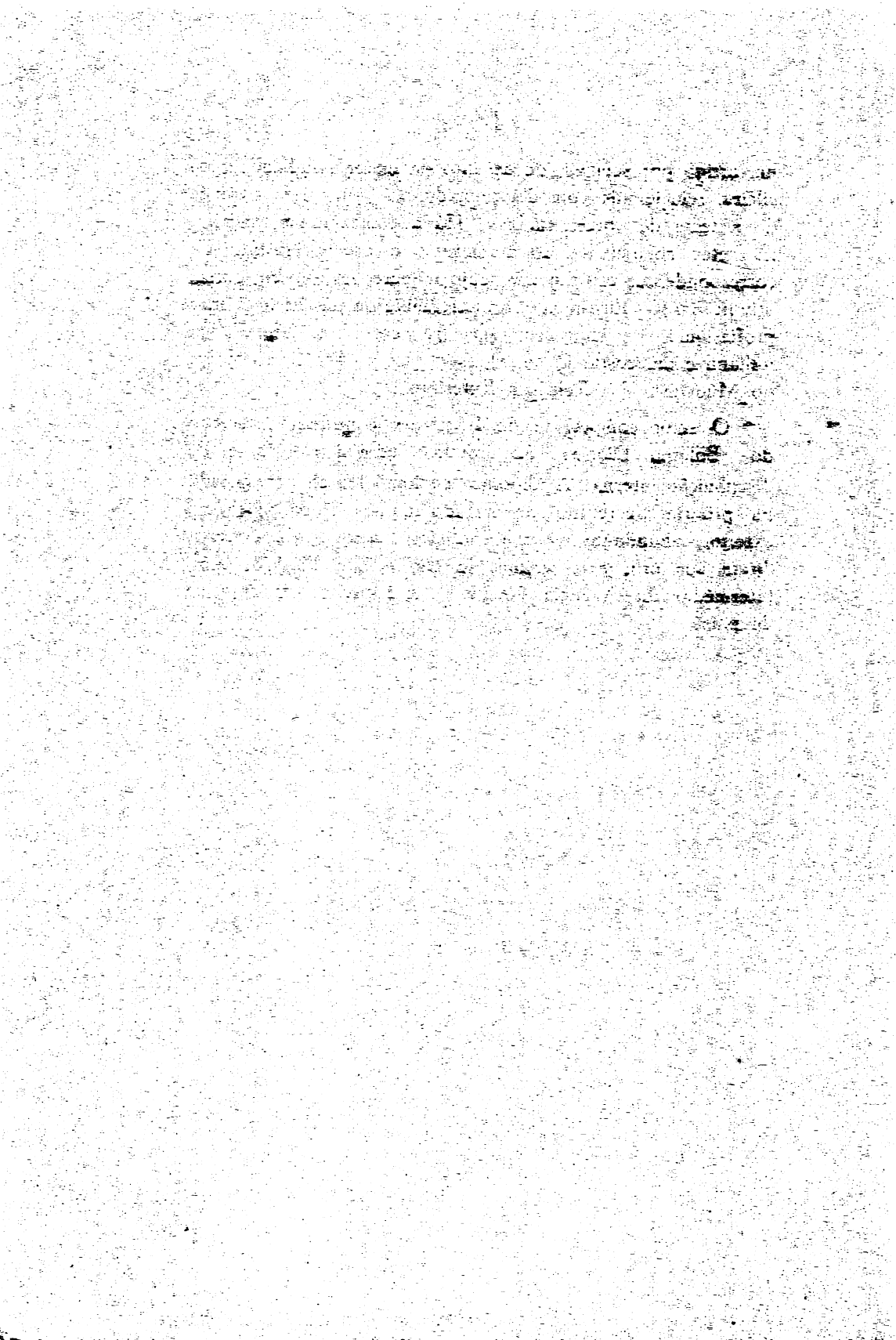
No ano de 1966, foram recebidas mais de uma centena de personalidades do mundo científico, educacional e cultural, que vieram ao Brasil, a convite do Ministério das Relações Exteriores ou de outra instituição brasileira.

INFORMAÇÕES

A tarefa de manter as Repartições no exterior informadas da realidade brasileira leva o setor competente do Ministério das Relações Exteriores a editar oito boletins diários, hebdomadários ou mensais: o «Radiotelegráfico», o «Boletim Informativo», o «Resumo de Imprensa», o «Panorama Econômico», a «Situação Política», «Flagrantes», «Letras e Artes», iniciativa dos anos anteriores, e, de junho em diante, «Vida Cultural». São expedidos por telex, telégrafo, ondas de rádio e mala diplomática. Compõem na sua totalidade o diário da vida do país, e contribuem para a orientação e atualização dos funcionários no exterior. Nêles se veicularam, no ano findo, na íntegra, 35 discursos e pronunciamentos do Senhor Presidente da República, 83 do Senhor Ministro das Relações Exteriores e 132 de outras altas personalidades brasileiras. Dêles se serviram as Repartições no exterior para a confecção de «press releases» e a redação de boletins informativos, em uma dezena de línguas estrangeiras.

Não termina aqui, porém, a tarefa de informação para o exterior: desde julho funciona um serviço de divulgação internacional, pelo qual se distribui à imprensa estrangeira

um artigo por semana, de assunto da maior atualidade brasileira, relacionado com determinado país ou países, através do sistema de «press cables». Há que mencionar também, no setor competente do Itamaraty, o credenciamento de correspondentes estrangeiros, cujo número, no ano em curso, atingiu a 140. Finalmente, o intercâmbio de jornalistas: onze profissionais da imprensa (seis franceses, três belgas, um italiano e um costarriquenho) estiveram no Brasil, a convite do Ministério das Relações Exteriores.

O setor competente do Itamaraty continuou a edição do «Boletim Diário», de assuntos administrativos e de distribuição interna. À imprensa nacional fêz chegar, gerado na própria Secretaria de Estado e nas Repartições no exterior, abundante material noticioso, através da remessa direta aos principais jornais do Rio e São Paulo e, por intermédio da Agência Nacional, à imprensa do interior do país.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

Os minuciosos estudos que vinham sendo efetuados para possibilitar ao Ministério das Relações Exteriores proceder a um levantamento de suas necessidades de pessoal, bem como uma atualização das normas que regem as carreiras especializadas do Itamaraty, permitiram fôsse feita acurada análise administrativa que apontou as principais deficiências da legislação sôbre a matéria.

Com base nesta análise, pôde o Ministério das Relações Exteriores elevar à consideração da Presidência da República projeto de lei que se transformou no Decreto-Lei n.º 69, de 21 de novembro de 1966.

Neste Decreto-lei, cuidou a Administração Federal de consubstanciar medida de há muito reclamada pelo Itamaraty, isto é, a institucionalização do Serviço Exterior Brasileiro. Não se trata de peculiaridade da Chancelaria brasileira, mas de característica comum a todos os Ministérios das Relações Exteriores. Com efeito, a especificidade de determinadas carreiras e correspondentes funções inerentes às tarefas de formulação e execução das política exterior obrigam a que, na organização do Serviço Público, tenham os funcionários que as integram lugar próprio. Impunha-se, pois, a adoção de dispositivo nesse sentido. Com o artigo 2.º do mencionado Decreto-lei, foi a lacuna preenchida: «Os cargos das carreiras específicas do Ministério das Relações Exteriores, que integram seu Quadro de Pessoal, compõem o Serviço Exterior Brasileiro — SEB».

Outrossim, passou a vigorar, para os Diplomatas, o instituto de agregação, há longos anos adotado nas Fôrças Armadas, com os melhores resultados administrativos. Desta forma, o Diplomata, que se encontrar em licença por mais de seis meses; desempenhar cargo, função ou encargo em outro órgão da Administração federal, estadual ou municipal; exercer cargo ou comissão de organismo internacional e desempenhar mandato eletivo, será agregado.

O Itamaraty teve bem presente a necessidade de dar solução ao problema do Diplomata cujo cônjuge fôr funcionário da mesma carreira, já que, não apenas de acôrdo com a praxe internacional, mas principalmente para a preservação de indispensável decôro da representação diplomática do Brasil, torna-se inadmissível permitir que ambos os cônjuges sirvam no mesmo pôsto. Êste o motivo pelo qual é decretada a agregação daquele que se afastar do exercício do cargo para acompanhar o cônjuge, removido para o exterior. Desnecessário é assinalar que, conforme dispõe o artigo 10 do Decreto-lei em aprêço, não terá o Diplomata agregado nessas condições direito a qualquer remuneração, a contagem de tempo de serviço ou a promoção por merecimento ou antigüidade.

Pelos mesmos motivos antes apontados, o artigo 13 e seu parágrafo único criaram o instituto da licença extraordinária, a fim de contemplar a situação do funcionário público que se afasta de suas funções para acompanhar o cônjuge, ocupante de cargo da carreira de Diplomata, removido para pôsto no exterior. Neste caso, também, a referida licença interrompe a percepção de remuneração, a contagem de tempo de serviço, bem como impede a promoção por merecimento ou antiguidade.

Em relação, ainda, às características especiais da carreira de Diplomata, e no sentido de tornar mais rígida a sistemática para as promoções por merecimento — de par com a necessidade de dotar os Diplomatas brasileiros de maior e

mais diversificada experiência profissional — o Decreto-Lei n.º 69, de 21 de novembro de 1966, estabeleceu que, além das demais disposições legais e regulamentares que regem tal matéria, os Diplomatas brasileiros terão, doravante, de servir pelo prazo mínimo de dois anos num pôsto da América Latina, ou da África, ou da Ásia ou da Oceânia para concorrer às promoções, por merecimento, à classe de Primeiro Secretário e de servir pelo prazo mínimo de dois anos suplementares, numa dessas mesmas áreas geográficas, para as promoções a Ministro de Segunda Classe.

Sempre no que se refere à peculiaridade dos cargos que compõem o Serviço Exterior Brasileiro, o referido Decreto-Lei, ao dispor sôbre a regulamentação da matéria, determinou que as atribuições dos funcionários da carreira de Oficial de Chancelaria devem ser tão amplas e diversificadas quanto necessárias ao desempenho integrado dêsse serviço exterior, inclusive no que tange a tarefas de caráter especial.

Outrossim, o mesmo Decreto-Lei concede aos funcionários do Itamaraty lotados em postos de condições locais peculiares permissão, anual ou bienal, para vir ao Brasil. Êste sistema, em uso há longos anos nas Chancelarias melhor organizadas e em todos os organismos internacionais, corresponde a uma necessidade de ordem funcional.

Finalmente, o Decreto-Lei altera a organização estrutural da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao determinar que a Chefia da Seção de Segurança Nacional será ocupada por Ministros de Primeira ou de Segunda Classe. Confere-se àquela Seção a posição hierárquico-funcional que a importância de suas atribuições está a exigir.

Do ponto de vista das necessidades de pessoal, estão os resultados dos estudos acima mencionados consubstanciados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69, de 21 de novembro de 1966. Conforme consta dêsses Anexos, foram ampliadas as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, a saber, a de

Diplomata e a de Oficial de Chancelaria — 94 e 350 novos cargos, respectivamente — bem como as séries de classes cujos cargos já não atendem ao mínimo indispensável para o adequado funcionamento da Chancelaria brasileira.

No que se refere às atividades próprias e permanentes do setor de pessoal do Ministério das Relações Exteriores, cumpre salientar que foram processados todos os expedientes de sua competência relativos aos funcionários lotados tanto na Secretaria de Estado quanto em postos no exterior.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

No que toca a Material e Patrimônio, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores cumpriu rigorosamente à sua tarefa. Concedeu, outrossim, recursos para completar a instalação das seguintes Embaixadas e Legações: África do Sul; Argel; Âncara; Bangkok; Belgrado; Bucareste; Beirute; Buenos Aires; Bonn; Bruxelas; Bogotá; Camberra; Cairo; Dacar; Estocolmo; Haia; Karachi; La Paz; Lisboa; México; Nova Delhi; Oslo; Ottawa; Panamá; Paris; Port of Spain; Santa Fé; São Salvador; Sófia; Teerã; Viena e Washington. Consulados: Cape Town; Chuy (Privativo); Liverpool; Londres; Pôrto (Consulado-Geral) e Luanda. Delegações: ALALC; Genebra; ONU e UNESCO.

Foram também providenciadas no decurso do ano de 1966, para a Secretaria de Estado:

Aquisições no Brasil

2 máquinas de escrever elétricas; 8 máquinas copiadoras «Thermo-fax»; 3 fotocopiadoras a sêco; 18 máquinas de escrever manuais; 6 máquinas de calcular elétricas, impressoras; 12 circuladores de ar; 1 máquina gravadora de Stencil eletrônico; 1 aparêlho duplicador a tinta; 6 aparelhos de ar

condicionado; 1 máquina impressora elétrica A. B. Dick; 140 extintores de incêndio; todo o equipamento para montar o laboratório de análises clínicas e para reaparelhamento do Serviço Médico e Garage; 6 camionetas «Ford»; e 6 «Aero-Willys».

Aquisições no exterior

6 máquinas trituradoras; 2 gravadores; 1 projetor de «slides»; 18 máquinas de escrever elétricas; 5 grampeadores elétricos; 1 aparelho ultra violeta; 8 máquinas de calcular e 1 câmara fotográfica.

Adquiridos, em 1966, para o exterior: 18 fotocopiadoras; 83 máquinas de escrever e aparelhos diversos para residências e Chancelarias.

Organizado e iniciado o Plano Patrimonial de 1966, programa racional destinado a dar solução definitiva para a instalação do Serviço Exterior Brasileiro. Prosseguiram as obras da construção da residência da Embaixada em Beirute e, em ritmo acelerado, as do Palácio do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO

No ano de 1966, a Seção de Telegramas expediu um total de 31.247, assim discriminados:

Oficiais numerados às Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais	31.247	
Particulares	3.598	
Ao Gabinete-Brasília	258	
TOTAL PARCIAL	31.247	31.247

No decorrer do aludido ano recebeu telegramas, assim discriminados:

Recebidos das Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais	24.958	
Particulares	2.599	
Do Gabinete-Brasília	1.154	
TOTAL PARCIAL	28.711	28.711
TOTAL GERAL		59.958

Nos anos anteriores o movimento total foi o seguinte, o que evidencia o crescimento gigantesco do tráfego de telegramas:

	Expedidos	*Recebidos*	*Total*
1960	12.543	12.441	24.984
1961	15.635	15.800	31.435
1962	16.198	15.191	31.389
1963	15.396	15.138	30.534
1964	23.343	20.804	44.147
1965	27.686	24.432	52.118

No trabalho que fêz em 2 de janeiro de 1962, sôbre a «Análise estatística das comunicações telegráficas da Secretaria de Estado», o Professor Teodoro Oniga, Assessor do Serviço Técnico de Análise e Planejamento, disse o seguinte:

«Ainda que relativamente incompletos e com faixas de aproximação bastante largas, os resultados obtidos têm pelo menos o mérito de colocar o problema das comunicações telegráficas do Itamaraty nas suas verdadeiras e impressionantes perspectivas durante os próximos anos. Atualmente recebe e envia a Secretaria de Estado cêrca de 31.000 telegramas anualmente (sendo metade recebidos e metade expedidos). Em 5 anos êsse número triplicará e em 20 anos poderá ser multiplicado por 100 ou 200. Se não forem tomadas providências em tempo, a máquina itamaratiana poderá sofrer graves prejuízos pelo empêrro do sistema de comunicações».

E mais adiante:

«É pouco provável que as tendências encontradas se prolonguem por muitos anos, pois em 1980 o número de telegramas recebidos oscilaria entre 300.000 e um milhão, o que ocuparia, só para sua leitura e interpretação, centenas de funcionários de carreira».

Seção de Cartas-Telegramas

No ano que acaba de findar, a Seção de Cartas-Telegramas expediu 9.674 CTs, assim discriminadas:

CTs Expedidas	
Às Missões diplomáticas	5.074
Aos Consulados	3.340
Às Delegações	367
À Delegacia do Tesouro	824
CTs-Circulares	66
Particulares	3
TOTAL PARCIAL	9.674

No mesmo ano recebeu 12.248 CTs, assim discriminadas:

CTs Recebidas	
Das Missões diplomáticas	8.674
Dos Consulados	2.956
De Delegações	600
Do Gabinete-Brasília	1
De Particulares	17
TOTAL PARCIAL	12.248
TOTAL GERAL	21.922

Seção de Malas diplomáticas

O movimento da Seção de Malas diplomáticas foi o seguinte em 1966:

Malas aéreas expedidas	3.527
Sobrecartas aéreas expedidas	3.534
Malas marítimas expedidas	234
TOTAL EXPEDIDO	7.295

Malas aéreas recebidas	2.875
Sobrecartas aéreas recebidas	1.891
Malas marítimas recebidas	311
Sobrecartas marítimas recebidas	105
TOTAL RECEBIDO	5.182
Sobrecartas contendo ofícios aéreos recebidos	3.876
Sobrecartas contendo 1as. vias de CTs recebidas	4.505

Seção de Malas de Brasília

O movimento dessa Seção no ano de 1966 foi o seguinte:

	Expedidos	*Recebidos*
Malas de couro	68	32
Malas aéreas	257	244
Exposição de Motivos	341	120
Decretos	479	613
Portarias	585	555
Ofícios	2.581	992
Avisos	951	221
Telegramas	19	55
Cartas	1.389	1.244
Sobrecartas	2.632	1.723
Cópias de CTs	19.743	—
Notas	—	14
Cópias de telegramas	29.936	—
Processos	—	46
Circulares	2.482	—
Diários Oficiais	—	12.750
Memoranda	56	116
Pacotes diversos	332	114
Material para expediente	354	—
Exp. Pres. República	—	311
Texto de Serviço	1.553	—
Ao Arquivo	—	1.183
Impressos	418	—
À Classificação	—	1.711
Confidenciais	7.858	293
Diversos	4.232	680
Insrtuções de Serviço	192	—
Materiais diversos	16.373	78
Remédios	322	—
Caixotes	31	—
Máquina franquia postal	1	—
Máquina de calcular	2	—
Máquina de escrever	2	—
Máquina trituradora	1	—
Bandeiras	14	—

Carteira de entrada

Foi o seguinte o movimento dessa Carteira no ano de 1966:

Corespondência protocolada e encaminhada à Classificação	27.343
Corerspondência encaminhada às Divisões	10.535
Correspondência encaminhada à distribuição da DCA ...	3.099
Correspondência encaminhada à Expedição	156
Correspondência encaminhada às Malas diplomáticas	91
Corespondência encaminhada à Mala de Brasília	29
Convites dirigidos aos funcionários do MRE, protocolados e levados em mãos aos respectivos destinatários	4.468
Correspondência particular, protocolada e lavada em mãos, pelo mensageiro que serve à Carteira de Entrada	7.020
Informações pelo telefone a funcionários da Secretaria de Estado e a diversas repartições	1.664
Partes atendidas	3.003
Documentos entregues em mãos	1.338
Cópias de notas	4.669
Volumes	2.303
Guias remetidas à Classificação	1.034

Carteira de Saída

O movimento da Carteira de Saída em 1966 foi o seguinte:

Encaminhados à Expedição	27.488
Encaminhados à Seção de Malas diplomáticas	9.726
Encaminhados à Seção de Malas de Brasília	3.302
Expedientes levados em mãos	4.198
Numerados por telefone	3.560
TOTAL	48.274

Expedição

O movimento da Expedição foi o seguinte em 1966:

Cartas e Ofícios	*Quantidade*	*Despesas* Cr$
Via aérea	10.861	2.956.889
Via de superfície	4.733	428.013
Franquia Pan-Americana	71	——
Em mão	30.047	——
Volumes entregues em mão	3.291	——
Volumes recolhidos	383	——
Malas diplomáticas entregues	3.408	——
Malas diplomáticas recolhidas	2.592	——
Vistos em passaportes	124	——
TOTAL	55.510	3.384.902

Impressos	*Quantidade*	*Despesas* Cr$
Via aérea	2.401	1.629.676
Via de superfície	15.661	——
Franquia Pan-Americana	5.055	——
Brasil, via de superfície	27.837	——
Em mão	——	——
TOTAL	50.954	10.547.289

Seção de Multiplicação e Mimeografia

De acôrdo com o que se vê pelos quadros abaixo, foi o seguinte o movimento da Seção de Multiplicação e Mimeografia no ano que acaba de findar:

	Nº Trabalhos	Páginas	Tiragem
Circulares	407	1.504	377.862
Textos de Serviço	206	566	280.190
Instruções de Serviço	33	88	60.530
Diversos	2.173	20.164	2.268.501
TOTAL	2.819	22.322	2.987.083

Multilith

	Nº Trabalhos	Páginas	Tiragem
Diversos	235	2.400	1.435.370

TOTAL GERAL:

Número de trabalhos: 3.054
Numero de páginas: 24.722

Serviço de Arquivo

Seção de Clasificação,

— Distribuição e Encaminhamento:

Foi a seguinte, em dados aproximados, a movimentação dessa Seção em 1966:

Recebidos da Carteira de Entrada	27.000
Recebidos por Malas diplomáticas	50.000
Vias aéreas	6.000
Cartas-telegramas	17.000
Minutas	37000
Recolhidos ao Gabinete em Brasília	5.000
Diversos	76.000
Ordens de Serviço	85
Protocolo	8.000

Seção de Antecedentes

Assim se apresentou em 1966, em números aproximados, o movimento dessa Seção:

Maços transferidos	7.908
Maços mudados para Anexo	19.770
Maços consultados nas Divisões	12.495
Maços consultados em «guichets»	13.831
Documentos datilografados	7.200
Documentos arquivados	800.0C0

Seção de Originais

O movimento dessa Seção foi em 1966 o seguinte:

Consultas	8.000
Volumes encadernados	1.856
Volumes revistos	1.315
Documentos arquivados	250.000

Seção de Datilografia e Cópia

Não obstante seu número excessivamente reduzido de funcionários, essa Seção datilografou cêrca de 70.000 expedientes no ano que acaba de encerrar-se.

Seção de Correspondência Especial

Apresentou o ACE o seguinte movimento em 1966:

Maços consultados nas Divisões	1.800
Maços consultados no balcão	500
Originais consultados no balcão	200
Protocolo de entrada	3.500
Protocolo de saída	1.7C0
Circulares (sobrecartas)	2.931
Cartas telegramas e CT-Circulares (sobrecartas)	3.242
Originais arquivados	24.000
Substitutos datilografados	24.000
Maços transferidos	272
Maços revistos	15
Expedientes datilografados	2.000

Seção de Microfilmagem e Fotografia

Até a interrupção de seus trabalhos, devido às obras realizadas no edifício onde se acha instalada, essa Seção apresentou o seguinte movimento:

Documentos microfilmados	3.335
Fotografias	2.223
Cópias fotostáticas	736

DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

Em 1966, a Biblioteca iniciou a reprodução de seu catálago de autores para a futura biblioteca de Brasília. Essa medida visa a facilitar o intercâmbio entre os dois setores além de permitir um programa de aquisição planificada evitando a compra desnecessária de duplicatas. Com êsse instrumento, a Biblioteca de Brasília tem, por autores, o conhecimento exato do acervo da coleção do Rio. Assim, desenvolveu-se consideràvelmente o serviço de catalogação, pois, além da catalogação de obras para a Biblioteca da Secretaria de Estado, foi necessário enviar para as bibliotecas básicas no exterior as obras acompanhadas das respectivas fichas, bem como fazer uma ficha principal para o futuro catálogo de autores da Biblioteca de Brasília.

A lista alfabética relacionando, por título, todos os periódicos existentes na Biblioteca do Itamaraty está em fase de conclusão, devendo ser distribuída em março de 1967. Essa lista divulgará pela primeira vez o acervo de periódicos do Itamaraty e servirá de base para reorganização da referida coleção.

Apesar de a Biblioteca vir encadernando anualmente grande número de folhetos e volumes, ainda existe quantidade considerável de obras necessitando restauração e encadernação. Entre as que se encontravam em pior estado de

conservação, a Biblioteca selecionou e mandou encadernar cêrca de 785 volumes.

Foi dado proseguimento, dentro de seu «Plano de Sistematização das Bibliotecas no Exterior», à organização de novas coleções, completando e atualizando as já existentes.

MAPOTECA

Aquisições

Desde que a Mapoteca teve origem, por volta de 1942, foi o ano de 1966 aquêle em que mais cresceu o seu acervo cartográficos, mediante a incorporação de 1.742 peças, compreendendo mapas, plantas e atlas, livros e folhetos especializados, reproduções fotográficas e microfilmes.

Microfilmagem e fotocópias

Tendo em vista a preservação dos espécimes antigos raros e de valor documental, que constituem parte importante das suas coleções, a Mapoteca deu início ao programa de microfilmagem do acervo cartográfico manuscrito, e à reprodução em fotocópias dos mapas manuscritos e gravados de mais valor, com objetivo de pôr em consulta apenas, as suas reproduções, preservando assim os originais de qualquer manuseio.

Acervo

Em 31 de dezembro de 1966 a Mapoteca possuía o seguinte número de peças:

acervo cartográfico (mapas, atlas, livros, etc)) ..	20.592
acervo iconográfico (fotografias, retratos, etc.) ..	12.152
TOTAL	32.744

Acervo iconográfico

Além da coleção cartográfica e de algumas centenas de livros e folhetos, a Mapoteca possui também, desde longa data, uma coleção iconográfica constituída principalmente de fotografias e retratos, num total de 12.152 peças, assim distribuídas:

Fotografias, estampas, etc.	6.772
Retratos	5.230
Álbuns (retratos, vistas, etc.)	150
TOTAL	12.152

Coleta de Material

A fim de cumprir o programa de remessa de mapas do Brasil às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, bem como atender aos pedidos dos diversos setores do Itamaraty, a Mapoteca conseguiu reunir, por compra ou doação, um acervo de 122 diferentes mapas e atlas do Brasil, num total de *6.140* exemplares.

Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro, 1966

Dando cumprimento ao programa de divulgação do seu acervo, a Mapoteca publicou em 1966 o catálogo da documentação cartográfica antiga e moderna referente à cidade do Rio de Janeiro, que relaciona e descreve 208 peças.

«Bibliografia Cartográfica»

Publicada mensalmente, ela registra as aquisições que vão sendo efetuadas pela Mapoteca. Sua distribuição destina-se aos diversos setores da Secretaria de Estado, bem como a inúmeras instituições culturais brasileiras e estrangeiras (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, etc.). Total de aquisições registradas: 1.381.

ARQUIVO HISTÓRICO

Catalogação

Terminou-se a revisão e complementação das lacunas existentes no Arquivo Particular do Barão do Rio Branco assim como no de Silva Pontes.

Continuou-se a organização dos Arquivos Particulares do Visconde de Cabo Frio e do Barão de Penedo.

Foram catalogados com seus respectivos locais de guarda os documentos de 1930 a 1940, que foram transferidos do Arquivo Vivo para o Arquivo Histórico recentemente.

Foi organizado um fichário de endereços de consulentes do Arquivo Histórico e da Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil.

Informações Históricas

Prestou o Arquivo Histórico as seguintes informações: Relativa à reclamação de mercadorias embarcadas no navio «Nôvo Mello» aprisionado pelos inglêses (1851-1964) do Dr. Blumenau; Sôbre documentação no Arquivo Histórico relativa ao século XVII; Sôbre Consulados; Sôbre organização do Arquivo Histórico; Sôbre documentos referentes ao Brasil e à Suíça no período de 1819-1914; Informações prestadas pelo Ministério de Relaciones Exteriores y Culto Argentino referentes a um Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Buenos Aires.

Sôbre a mediação da Argentina, Brasil e Chile no conflito entre os Estados Unidos e o México e da Conferência de Niagara Falls; Sôbre o Senhor Rodrigo Navarro de Andrade com quem se correspondeu a Senhora Dona Leopoldina entre 1818 a 1820; referente ao Tratado de Aliança entre o Império e a Confederação Argentina (Catálogo edição 1952 e 1957); Consulado em Nápoles (Ca-

tálogo edição 1952); Diversos, edição 1960; para a história diplomática entre o Brasil e Duas Sicilias.

Exposição

Contribuição de documentos do século XVIII para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a fim de serem expostos em Buenos Aires (Catálogo edição 1957).

Preparação para a Exposição realizada em Brasília à 15/3/1967 comemorativa da Posse do Presidente sôbre evolução histórica nos limites do Brasil.

Pesquisadores Estrangeiros

Realizaram pesquisas no Arquivo Histórico os seguintes Consulentes:

— E. Bradford Burns (Universidade da Califórnia)

— Robert Conrad (Universidade de Buffalo St. Beaver, U.S.A.)

— Barry W. Munn (Department of Somance Studies, University of British Columbia — Vancouver-Canadá)

— Irmã Maria Crescentia (Faculdade Santa Ursula-Chicago — U.S.A.)

— Arthur S. Link (Princeton University — N.Y.)

— R. Frank Colson (Princeton University — N.Y.)

— Paolo Scarano (Instituto Universitário Orientalo-Itália-Napoles)

— Peter Flynn (University Glasgow — Grã-Bretanha)

— John H. Hann (Universidade do Texas)

— Joseph S. Tulchin (Yale University)

— Alan K. Manchester (Duke University)

Pesquisadores Nacionais Estranhos à Casa

Pesquisas sôbre Estados do Brasil — Limites (Catálogo do Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, edição 1965); Pesquisas do Barão de Caçapava (Catálogo do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco (Catálogo edição 1960), Limites do Brasil e Catálogo do Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, edição 1965); Pesquisas (dos Catálogos, edição 1952 e 1967); Pesquisas do Catálogo edição de 1965 do Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro); Pesquisas do Catálogo, edição 1952.

Pesquisadores da Casa

Foram consultados diversos *Atos Internacionais* tais como: Argentina, Bolívia, Buenos Aires, Coreia, E.E.U.U., Espanha, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Países Baixos, Paraguai, Peru, Romênia, Rússia, Suécia, etc..

Várias Correspondências sôbre: Limites, Escravidão e Abolição no Brasil, Legação em Washington, Representação Estrangeira, e Missões Diplomáticas Brasileiras, Plano de Trabalho do Acôrdo Cultural Brasil/Hungria; Ministério da Justiça, História do Rio Grande do Sul, Duas Sicilias.

Pedidos pelas Secções: Coleste, Demarcadora de Fronteiras, Departamento Jurídico, DCINt, SDF, AEAS, Encadernação, Consultoria Jurídica.

Visitas

Pesquisas para organização do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados; Pesquisas de organização.

Certidões

Sôbre Tempo de Serviço, Nascimento e Montepio.

Estatística do Movimento da Documentação Consultada

	Volumes
Armazém de Guarda	3.753
Casa Forte (Arq. das Emb. e Consulados) ..	979
Total	4.732

	Latas
Armazém de Guarda (docs. avulsos aproximadamente 180 mil fls.)	4.017

	Unidades
Atos Internacionais (Acôrdos, Tratados, Unidades, Convenções, etc.	1.111

Foram incorporados ao Arquivo Histórico, no ano de 1966, 40 Atos Internacionais.

PUBLICAÇÕES

O Ministério das Relações Exteriores editou, em 1966, 31 obras num total de 40.200 exemplares:

Atos Internacionais

Nº		Ex.
490.	Brasil — Diversos Países Acôrdo para facilitar a circulação do material visual e auditivo de caráter científico, educativo e cultural	1.000
491.	Brasil — Argentina Convênio de Intercâmbio Cultural	1.000
492.	Brasil — Diversos Países Convenção sôbre os Direitos Políticos da Mulher	1.000
493.	Brasil — Argentina Acôrdo pelo qual se cria a Comissão Especial de Coordenação	1.000

494. Brasil — Países Baixos
Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita 1.000

495. Brasil — Diversos Países
Convenção sôbre a Organização Marítima Consultiva Internacional 1.000

496. Brasil — Diversos Países
Convenção sôbre os danos causados a terceiros na superfície, por aeronaves estrangeiras 1.000

497. Brasil — Diversos Países
Convenção para repressão do tráfego de pessoas e do lenocínio 1.000

498. Brasil — Espanha
Acôrdo Cultural 1.000

499. Brasil — Itália
Acôrdo de migração 1.000

502. Brasil — Itália
Acôrdo sôbre Serviço Militar 1.000

503. Brasil — Irã
Acôrdo Cultural 1.000

504. Brasil — Bélgica
Acôrdo Cultural 1.000

Reedições

21. Brasil — Diversos Países
Convenção de Direito Internacional Público 1.000

276. Brasil — Diversos Países
Convenção sôbre privilégios e imunidades das Nações Unidas 1.000

373. Carta da Organização dos Estados Americanos 1.200

Obras Periódicas

— Anuário do Ministério das Relações Exteriores 1964 a 1966 .... 1.200

— Anuário do Instituto Rio-Branco, 1964-1965 1.000

— Bibliografia da História do Brasil, 1º e 2º Semestres, 1955-1956 .... 1.500

Lista Diplomática

Janeiro a março 2.500
abril a agôsto 2.500
setembro a dezembro 2.500

Obras sôbre assuntos diversos

— A Missão Pimenta Bueno

Volume 2º — Documentos Expedidos pela Secretaria de Estado 1.200

— O Arquivo das Índias e o Brasil

Catálogo de Documentos para a História do Brasil, existentes nos arquivos de Sevilha 1.200

— A Política Exterior da Revolução Brasileira

Discursos do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco; do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Juracy Magalhães e do Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Manoel Pio Corrêa Júnior 1.200

— A Fronteira Brasil-Paraguai.

Nota nº 92, de 25/3/1966, da Embaixada do Brasil em Assunção 3.700

— O Concílio Ecumênico visto por um observador Diplomático junto à Santa Sé. Conferência do Embaixador Henrique de Souza Gomes	1.800
— Catálogo de Mapas e Plantas da Cidade do Rio de Janeiro. Isa Adonias — Mapoteca	500
— Organização do Ministério das Relações Exteriores: Lições de uma experiência. Conferência do Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira	1.000
— A Missão Bellegarde ao Paraguai Dr. José Antônio Soares de Sousa ...	1.200
— Centenário de Rodrigo Octavio Discurso do Ministro de Estado interino, Embaixador Manoel Pio Corrêa Júnior; Conferência do Professor Haroldo Valladão e Agradecimento do Acadêmico Rodrigo Octavio Filho	1.000
TOTAL	40.200

ORGANIZAÇÃO

São de registrar, neste capítulo, os inúmeros estudos realizados e pesquisas tendentes a dinamizar a estrutura orgânico-funcional do Itamaraty. Outras atividades: elaboração de Projetos de Leis, Decretos e Portarias destinados a atender aos interêses de ordem político-administrativa do Itamaraty, tais como os referentes a alteração no Regulamento Orgânico e no Regulamento de Pessoal; reestruturação

de setores e serviços da Secretaria de Estado; reforma de Quadros de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores; remuneração de servidores em exercício no exterior e aplicação de tempo integral e dedicação exclusiva; estudos de lotação ideal nos postos, ajuda de custo para funcionários diplomáticos e administrativos, funções gratificadas e consolidação do Manual de Serviço; preparo de Instruções de Serviço e Circulares, principalmente sôbre as seguintes matérias administrativas: normas de aplicação de verbas e prestação de contas, admissão de auxiliares locais, contagem de tempo de serviço, servidores técnicos especializados, atividades de representação no exterior, estágio de Diplomatas na Secretaria de Estado, admissão e treinamento de assistentes técnicos, etc.

O setor incumbido da organização emitiu, ainda, pareceres a respeito de refôrço de verbas, criação de setores destinados às atividades de promoção comercial no exterior, criação de setores internos em Missões diplomáticas e Repartições consulares, assistência social a funcionários do Itamaraty e transformação de Repartições consulares. Preparou e remeteu às Repartições no exterior, durante o exercício, 195 Textos-de-Serviço, contendo transcrição literal de dispositivos legais concernentes ao Ministério das Relações Exteriores ou indiretamente relacionados com a ação do Itamaraty.

ASSUNTOS CONSULARES
E DE IMIGRAÇÃO

ASSUNTOS CONSULARES

Importantes tarefas, algumas que vieram transformar de maneira radical o serviço consular brasileiro no exterior: (supressão do despacho consular de embarcações, supressão do despacho consular de aeronaves e reestruturação do serviço consular) foram realizadas em 1966.

Convênio de transportes terrestres entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai

Delegações do Brasil, Argentina e Uruguai, levando em conta as necessidades de ampliação e regulamentação dos meios de transportes terrestres entre os três países, a necessidade de expandir o intercâmbio comercial, o turismo e a integração dos objetivos da ALALC elaboraram um Convênio que contém os princípios gerais reguladores do transporte internacional rodoviário de carga e de passageiros entre os três países. Assim, de 23 de maio a 6 de junho realizou-se em Buenos Aires a conferência tripartite brasileiro-argentina-uruguaia, que elaborou os anexos ao Projeto de Convênio de Transportes Terrestres aprovado pela ATA FINAL, de 16 de dezembro de 1965. Êsses anexos comportavam aspectos de transporte internacional por rodovias; aspectos aduaneiros, aspectos migratórios e ATA FINAL das negociações. O Convênio foi firmado em seu texto definitivo, em recente visita do Senhor Ministro Juracy Magalhães aos países do Prata.

Despacho consular de embarcações

Considerando as vantagens para o comércio e o transporte marítimo, foi suprimido o despacho consular dos navios mercantes nacionais e estrangeiros que demandam portos brasileiros, mantida, porém, a arrecadação dos respectivos emolumentos, a qual passou a ser feita por intermédio das Alfândegas brasileiras.

Embarque e desembarque de passageiros de ônibus internacionais

No intuito de facilitar a entrada de turistas, por via rodoviária, procedentes da Argentina e do Uruguai, decreto firmado pelo Senhor Presidente da República dispensou de despacho consular os ônibus de emprêsas autorizadas pelos respectivos Governos a fazer o tráfego internacioanl.

Vigilância e contrôle da fronteira Brasil-Peru

Criado Grupo de Trabalho para estudar o problema do contrabando de armas e munições feito por embarcações peruanas e brasileiras no Rio Javari e outros da região. Com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Marinha, Guerra e Aeronáutica, bem como do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e Diretoria de Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda, êsse Grupo de Trabalho tem procurado conjuntamente com as autoridades peruanas coibir os abusos verificados e o contrabando de armas na referida região fronteiriça do Brasil com o Peru.

Isenção de emolumentos consulares em faturas comerciais

A Lei nº 5.025 concedeu isenção de pagamento de emolumentos consulares para as faturas comerciais procedentes

de países que, a título de reciprocidade, não cobrassem também êsse tributo. Até o presente momento são os seguintes os países que dispensam ao Brasil essa facilidade e, portanto, as faturas comerciais que dêles procedem gozam da referida isenção: África do Sul, Alemanha Federal, Argélia, Áustria, Austrália, Bélgica, Canadá, Ceilão, Cingapura, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Estados Unidos da América, Equador, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Hungria, Indonésia, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Senegal, Suécia, Suíça, Tcheco-Eslováquia, Turquia e União Soviética.

Exequatur e Cartas Patentes

Durante o ano de 1966 o Govêrno brasileiro concedeu a diversos Cônsules estrangeiros 65 «exequatur». No mesmo período foram expedidas a funcionários consulares brasileiros no exterior 85 Cartas-Patentes.

PASSAPORTES

No desempenho de sua principal atribuição, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores expediu, prorrogou e renovou, em 1966, 5.070 cadernetas de passaportes diplomáticos e especiais, assim discriminadas:

	Passaportes diplomáticos	*Passaportes especiais*
Concedidos	556	3.314
Prorrogados	160	1.040

Além dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, receberam durante o ano de 1966 passaportes diplomá-

ticos e especiais membros do Congresso Nacional, das Fôrças Armadas, de Delegações a congressos e conferências internacionais (UNESCO, Assembléia Geral das Nações Unidas, reuniões da ALALC, etc.), encarregados de missões do Banco Central da República do Brasil, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional, do Conselho Nacional de Telecomunicações, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Trabalho, do Ministério do Planejamento, da Fundação Getúlio Vargas e de outros órgãos da administração federal e estadual, além de grande número de beneficiários de bôlsas-de-estudo concedidas por Governos estrangeiros.

Em conseqüência do elevado número de passaportes expedidos e prorrogados, foram feitos pelo setor competente cêrca de 1.670 pedidos de vistos diplomáticos e oficiais às Missões diplomáticas estrangeiras acreditadas no Brasil. Observe-se, a propósito, que os acôrdos atualmente em vigor entre o Brasil e a quase totalidade dos países da Europa ocidental estabelece a isenção de vistos para os portadores de passaportes diplomáticos e especiais.

Distribuição de cadernetas de passaportes comuns

Verificou-se, em 1966, sensível elevação no consumo de caderneta de passaportes comuns cujo fornecimento às autoridades policiais dos Estados é feita mediante requisição. Foram, assim, distribuídas durante o ano 46.245 cadernetas verdes de passaportes comuns, dentro do território nacional.

A realização do Campeonato Mundial de Futebol, em Londres, provocou nos meses de junho e julho, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Pôrto Alegre, verdadeira corrida aos passaportes.

Vistos em passaportes estrangeiros diplomáticos e especiais

Foi considerável o movimento de concessão, renovação e transferência de vistos oficiais e diplomáticos, cujo número elevou-se em 1966 a 1.200. Estão incluídas nesse número reclassificação de vistos, concessão de vistos de múltiplas entradas em passaportes oficiais e diplomáticos norte-americanos, transcrição de vistos e de registros de desembarque em passaportes novos, etc.

Atividades de caráter internacional

No terreno dos Acôrdos bilaterais e internacionais sôbre vistos e trânsito de pessoas, cumpre assinalar especialmente as negociações já adiantadas para conclusão de isenção de vistos com a Áustria e para adoção de vistos de múltiplas entradas com a Coréia do Sul. No âmbito da ALALC, o Brasil deu seu apoio ao Acôrdo sôbre Livre Trânsito de Pessoas.

IMIGRAÇÃO

A principal preocupação do Ministério das Relações Exteriores, no campo imigratório, foi a de consolidar, de forma definitiva, as diretrizes traçadas pelo Govêrno em 1964 no sentido de buscar a qualidade, o aprimoramento técnico-profissional e a integração do imigrante em nossa nacionalidade.

Graças ao desempenho da Delegação brasileira no Conselho do CIME, foi aprovado o projeto para a criação do Centro de Treinamento e Adaptação Profissional de Blumenau. Em princípios de 1967 serão acertados com o SENAI e a Missão do CIME no Brasil os últimos pormenores para a concretização do aludido projeto.

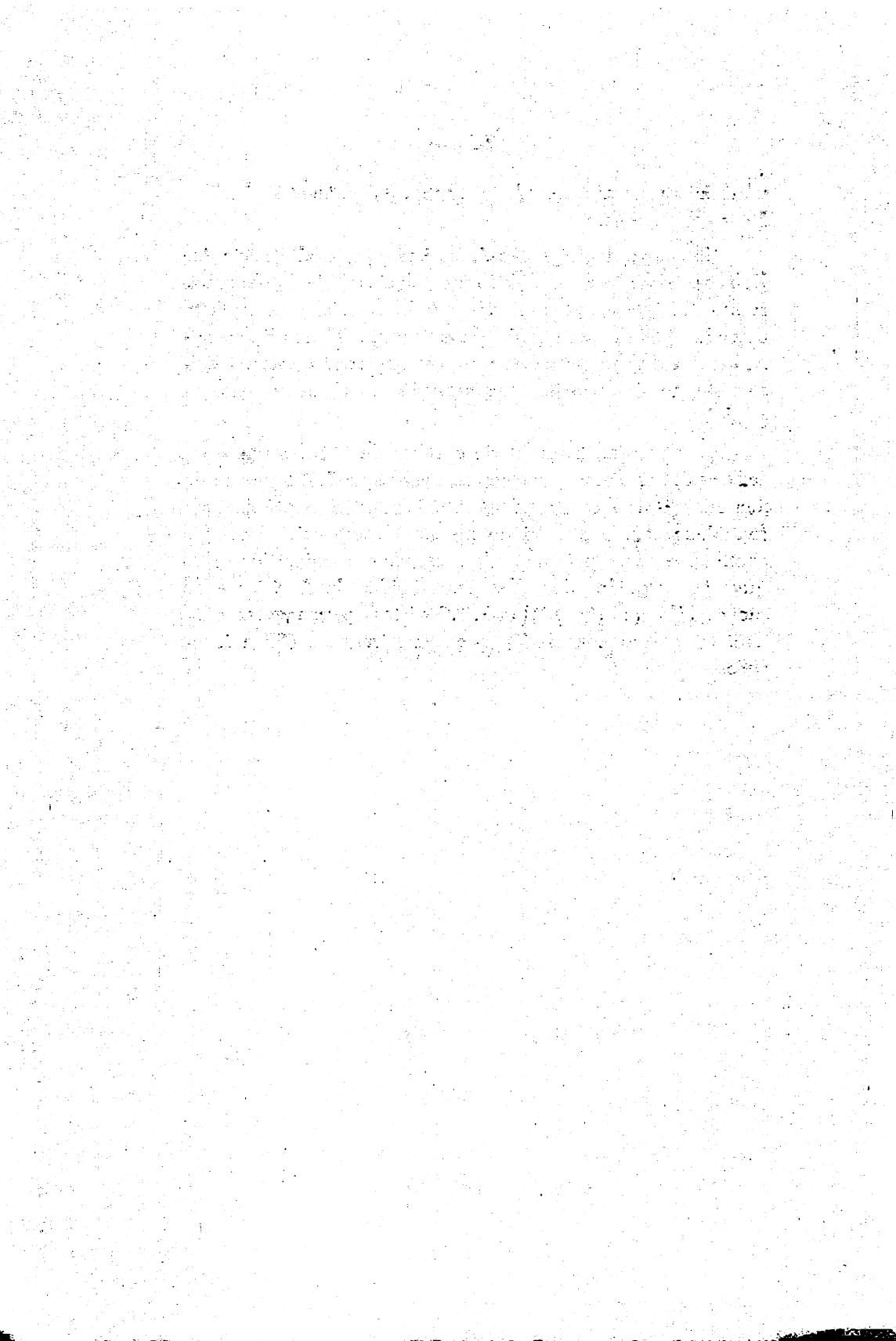
Foram inauguradas, em 1966, as novas instalações da Hospedaria de Curitiba, dispondo agora os imigrantes, que se dirigem ao Paraná, de localidades condizentes com o seu padrão profissional e cultural, via de regra elevado. Em Castrolândia, também no Paraná, foi inaugurado o Centro de Treinamento para Pecuaristas, fruto de projeto apresentado pelos Países-Baixos e apoiado pelo Brasil no seio do CIME. No referido estabelecimento, jovens pecuaristas brasileiros se familiarizarão com padrões técnicos da criação de gado bovino imperantes nas colônias agrárias holandesas situadas naquele Estado.

Na XXVI Sessão do Conselho do CIME, realizada em novembro último o Brasil foi eleito membro do Comitê Executivo da Organização. A presença simultânea do Brasil nos dois órgãos subsidiários do Conselho — o Comitê Executivo e o Subcomitê de Finanças — o que sòmente ocorre, igualmente, com a Austrália e os Estados Unidos da América, representa a oportunidade de o nosso país poder participar ativamente dos trabalhos e debates em que se discutirá o futuro da Organização, quando o Comitê Executivo vier a examinar, no decorrer de 1967, as sugestões dos países-membros. Vale acrescentar que nos debates em tôrno de atividades do CIME, o seu problema foi colocado em suas verdadeiras dimensões, isto é, chegou-se a um consenso de que as atividades daquela Organização deverão ser reformuladas, sem transcender, porém, os seus fundamentos constitucionais.

Pelo Decreto nº 59.168, de 1º de setembro de 1966, as funções exercidas pelos Serviços de Seleção de Imigrantes, sem sofrerem alterações, foram atribuídas, no que diz respeito à responsabiliadde perante o Ministério das Relações Exteriores, à Delegação em Genebra e à Embaixada em Tóquio. Tal medida, além de não afetar a estrutura funcional e as atividades de seleção de imigrantes, cujos trabalhos, tanto na Europa como no Extremo-Oriente, se desenvolveram normalmente no decorrer de 1966, contribui para

uniformizar a estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores.

No campo de imigração de agricultores, o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário continuam trabalhando em clima de perfeito entendimento na verificação da existência de condições mínimas que assegurem o sucesso dos empreendimentos, inclusive no que diz respeito à aculturação dos elementos estrangeiros.

De 1º de janeiro a 31 de outubro de 1966, foram concedidos 6.272 vistos permanentes, sendo que 5.785 de acôrdo com o art 9º do Decreto-Lei nº 7.967, de 1945, e 487 de conformidade com o art. 10 do mesmo Decreto-lei. Portugal continua sendo o país de onde recebemos o maior fluxo imigratório, seguido dos Estados Unidos da América e do Japão. Foram concedidos 1.803 vistos permanentes a cidadãos portuguêses, 714 a norte-americanos e 685 a japoneses.

ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS INTERNACIONAIS

ASSUNTOS JURÍDICOS

O setor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores não se esgotou na tarefa de emitir pareceres: deu andamento a 23 casos de asilo diplomático e expediu 17 salvo-condutos; desenvolveu, igualmente, estreita colaboração com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Conselho de Segurança Nacional e a Justiça Militar, principalmente no trato de questões referentes ao direito de asilo; colaborou com as Representações diplomáticas estrangeiras e Organismos Internacionais, sempre que por êles consultado sôbre a legislação brasileira, as normas de processo e a prática internacional seguidas pelo Brasil, prestando-lhes, outrossim, a necessária assistência para que, em suas relações com as autoridades locais, lhes fôsse garantido tratamento adequado, conforme as disposições da Convenção de Viena, de abril de 1961.

Cartas Rogatórias

Recebidas e transmitidas ao Supremo Tribunal Federal para o competente «exequatur» 65 Cartas rogatórias, sendo devolvidos aos Tribunais de origem 47 dêsses documentos.

Às Missões diplomáticas brasileiras foram encaminhadas 97 Cartas rogatórias expedidas pelas Justiças do Brasil. Ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores foram devolvidas 72 Cartas rogatórias.

Extradição

Recebidos 6 pedidos de extradição de Governos estrangeiros e formulado pelo Govêrno brasileiro um pedido de prisão para fins de extradição.

O Supremo Tribunal Federal denegou 2 pedidos de extradição.

Concluídos e aprovados os projetos de tratados de extradição a serem firmados com a Itália e os Países-Baixos a cujos Governos foram submetidos, estando em exame projetos de tratados com Israel, Líbano e Síria.

A República de Gana, interessada em firmar com o Brasil um instrumento regulador da extradição, encaminhou, para consideração do Govêrno brasileiro, uma proposta nesse sentido, que está sendo examinada.

Nacionalidade

Transmitidas 27 Circulares às Missões diplomáticas e Repartições consulares sôbre perda de nacionalidade brasileira.

ATOS INTERNACIONAIS

Atos promulgados em 1966

Decreto nº 57.596 — de 7/1/1966 — Convênio de Intercâmbio Cultural com o México — de 20/1/1960.
D.O de 13/1/1966.

Decreto nº 57.595 — de 7/1/1966 — Convenção para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques — de 19/3/1931.
D.O. de 17/1/1966.

Decreto nº 57.663 — de 24/1/1966 — Convenção para adoção de uma Lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias — de 7/6/1930.
D.O. de 31/1/1966.

Decreto nº 57.759 — de 8/2/1966 — Acôrdo de Migração com a Itália — de 9/12/1960.
D.O. de 11/2/1966.

Decreto nº 57.785 — de 11/2/1966 — Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá) — de 30/4/1948.

D.O. de 15/2/1966.

Decreto nº 57.943 — de 10/3/1966 — Acôrdo de Garantia de Investimentos com os Estados Unidos da América — de 6/2/1965.

D.O. de 16/3/1966.

Decreto nº 57.942 — de 10/3/1966 — Acôrdos sôbre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos — de 15/5/1949.

D.O. de 16/3/1966.

Decreto nº 58.054 — de 23/3/1966 — Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América — de 12/10/1940.

D.O. de 30/3/1966.

Decreto nº 58.134 — de 31/3/1966 — Acôrdo sôbre Privilégios Aduaneiros de Consulados de Carreira e seus funcionários com a Alemanha — de 30/11/1963.

D.O. de 5/4/1966.

Decreto nº 58.255 — de 26/4/1966 — Convênio de Cooperação Social — de 11/8/1964.

D.O. de 29/4/1966.

Decreto nº 58.256 — de 26/4/1966 — Tratado de proscrição das Experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água — de 5/8/1963.

D.O. de 29/4/1966.

Decreto nº 58.563 — de 1/6/1966 — Convenção sôbre escravatura de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sôbre Abolição da Escravatura de 1956.

D.O. de 3/6/1966.

Decreto nº 58.733 — de 27/6/1966 — Acôrdo para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil com os Estados Unidos da América — de 2/6/1952.

D.O. de 1/7/1966.

Decreto nº 58.819 — de 14/7/1966 — Convenção nº 97 sôbre Trabalhadores Migrantes — de 1/7/1949.

D.O. de 19/7/1966.

Decreto nº 58.818 — de 14/7/1966 — Convenção nº 94 sôbre as cláusulas de Trabalho nos contratos firmados por Autoridades Públicas, de 29/6/1949.

D.O. de 19/7/1966.

Decreto nº 58.817 — de 14/7/1966 — Convenção nº 22 concernente ao contrato de engajamento de marinheiros — de 24/6/1926.

D.O. de 19/7/1966.

Decreto nº 58.816 — de 14/7/1966 — Convenção nº 21 concernente à simplificação de inspeção dos emigrantes a bordo dos navios — de 5/6/1926.

D.O. de 19/7/1966.

Decreto nº 58.827 — de 14/7/1966 — Convenção nº 113 relativa ao exame médico dos pescadores — de 19/6/1959.

D.O. de 20/7/1966.

Decreto nº 58.826 — de 14/7/1966 — Convenção nº 110 concernente às condições de emprêgo dos trabalhadores em fazendas — de 24/6/1957.

D.O. de 20/7/1966.

Decreto nº 58.824 — de 14/7/1966 — Convenção nº 107 sôbre as populações indígenas e tribais — de 26/6/1957.

D.O. de 20/7/1966.

Decreto nº 58.823 — de 14/7/1966 — Convenção relativa ao repouso semanal no Comércio e nos Escritórios — de 26/6/1957.

D.O. de 20/7/1966.

Decreto nº 58.822 — de 14/7/1966 — Convenção nº 105 concernente à Abolição do Trabalho forçado — de 25/6/1957.

D.O. de 20/7/1966.

Decreto nº 58.821 — de 14/7/1966 — Convenção nº 104 concernente à Abolição das Sanções Penais — de 21/6/1955.

D.O. de 20/7/1966.

Decreto nº 58.820 — de 14/7/1966 — Convenção nº 103 sôbre Proteção à Maternidade — de 28/6/1952.

D.O. de 26/7/1966.

Decreto nº 59.059 — de 11/8/1966 — Convênio de Intercâmbio Cultural com Israel — de 24/6/1959.

D.O. de 17/8/1966.

Decreto nº 59.251 — de 20/9/1966 — Acôrdo de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica com a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) — de 9/6/1961.

Decreto nº 59.308 — de 23/9/1966 — Acôrdo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica — de 29/12/1964.

D.O. de 30/9/1966.

Decreto nº 59.309 — de 23/9/1966 — Acôrdo sôbre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional da Energia Atômica — de 1/7/1959.

D.O. de 4/10/1966.

Decreto nº 59.273 — de 23/9/1966 — Acôrdo de Intercâmbio Cultural com Costa Rica — de 19/11/1964.

D.O. de 6/10/1966.

Decreto nº 59.596 — de 28/11/1966 — Acôrdo Sanitário com o Peru — de 16/7/1965.
D.O. de 1/12/1966.

Atos Internacionais assinados em 1966 — Bilaterais

Alemanha

1. Terceiro Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao envio de de Janeiro, a 15/3/1966.

2. Quarto Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao envio de Voluntários Alemães ao Brasil. Concluído no Rio de Janeiro, a 29/11/1966.

3. Quinto Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, para a Promoção de Pesquisas Geológicas, Hidrológicas e Cartográficas. Concluído no Rio de Janeiro, a 29/11/1966.

4. Sexto Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao desenvolvimento da produção brasileira de batata-semente e de consumo. Concluído no Rio de Janeiro, a 14/12/1966.

Bolívia

1. Acôrdo sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica. Concluído em La Paz, a 11/1/1966.

2. Comunicado Conjunto. Assinado em La Paz, a 14/10/1966.

3. Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis de 17/11/1903. Concluído no Rio de Janeiro, a 27/10/1966.

4. Notas Reversais sôbre Tramitação Aduaneira nas Estradas de Ferro. Assinadas no Rio de Janeiro, a 27/10/1966.

5. Declaração Conjunta — Assinada no Rio de Janeiro a 27/10/1966.

Chile

1. Acôrdo de Co-produção Cinematográfica. Concluído em Santiago, por troca de notas de 1º de janeiro e 18 de março de 1966.

2. Acôrdo para a Criação de uma Comissão Especial Coordenadora Chileno-Brasileira. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 8/6/1966.

3. Ata Final da I Reunião da Comissão Especial de Coordenação. Assinada no Rio de Janeiro, a 27/7/1966.

4. Declaração Conjunta. Santiago do Chile, a 12/10/1966.

Dinamarca

1. Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Concluído no Rio de Janeiro, a 25/2/1966.

2. Acôrdo de Empréstimo. Concluído no Rio de Janeiro, a 8/7/1966.

Estados Unidos da América

1. Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas nos Têrmos do Título IV da Lei de Fomento e Assistência ao Comércio de Produtos Agrícolas e suas Emendas. Concluído no Rio de Janeiro, a 23/4/1966.

2. Acôrdo para Financiamento de Atividades Educacionais. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 5 e 19 de outubro de 1966.

França

1. Acôrdo para um Programa de Desenvolvimento e Modernização das Telecomunicações no Brasil. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 6 de maio e 25 de julho de 1966.

Haiti

1. Convênio de Intercâmbio Cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 5/7/1966.

Israel

1. Convênio sôbre Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos. Primeiro Convênio Suplementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Concluído no Rio de Janeiro, a 11/5/1966.

Itália

1. Comunicado Conjunto. Assinado em Roma, a 10/9/1966.

México

1. Convênio sôbre Transportes Terrestres. Assinado na Cidade de México, a 17/10/1966.

Paraguai

1. Ata Final (Ata das Cataratas). Assinada na Foz do Iguaçu, a 22/6/1966.

Peru

1. Acôrdo sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica. Concluído em Lima, a 30/11/1966.

Portugal

1. Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Concluído em Lisboa, a 7/9/1966.

2. Acôrdo de Comércio. Concluído em Lisboa, a 7/9/1966.

3. Acôrdo Cultural. Concluído em Lisboa, a 7/9/66.

4. Comunicado Final. Assinado em Lisboa, a 7/9/1966.

5. Declaração sôbre Cooperação Econômica. Concluído em Lisboa, a 7/9/1966.

6. Revogação dos Acôrdos Comerciais anteriores à aplicação das disposições, provisórias, do nôvo Acôrdo de Comércio. Concluído em Lisboa, por troca de notas de 7/9/1966.

União Soviética

1. Protocolo de Financiamento de Equipamentos e Máquinas. Concluído no Rio de Janeiro, a 9/8/1966.

Uruguai

1. Acôrdo sôbre Distribuição e Exploração de Canais de Televisão. Concluído entre a Direção de Telecomunições do Uruguai e o Conselho Nacional de Telecomunicações, em Montevidéu, a 20/4/1966.

2. Convênio sôbre o Combate à Febre Aftosa. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 7/6/1966.

Programa Mundial de Alimentos

1. Convênio sôbre um Programa de Alimentação Escolar, no Vale do Médio São Francisco. Concluído no Rio de Janeiro, a 29/8/1966.

2. Acôrdo para o Desenvolvimento da Pesca. Concluído no Rio de Janeiro, a 9/12/1966.

FISI

1. Acôrdo Básico entre o Brasil e o Fundo Especial das Nações Unidas. Assinado em Nova York, a 28/3/1966.

Multilaterais

1. Convenção sôbre a Eliminação de Tôdas as Formas de Discriminação Racial. Assinada pelo Brasil, a 7/3/1966.

2. Convenção sôbre Linhas de Limite de Carga. Assinada pelo Brasil, a 4/4/1966.

3. Convenção nº 125 da Organização Internacional do Trabalho, sôbre Certificados de Capacidade de Pescadores, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, a 21/6/1966.

4. Convenção nº 126 da Organização Internacional do Trabalho, sôbre Alojamento dos Barcos de Pesca, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, a 21/6/1966.

5. Convenção da União Postal das Américas e Espanha. Adotada na Cidade do México, a 16/7/1966.

6. Acôrdo sôbre Encomendas Postais. Firmado na Cidade do México, a 16/7/1966.

7. Convenção sôbre a Nacionalidade da Mulher Casada. Assinada pelo Brasil, a 26/8/1966.

8. Convênio sôbre Transporte por Água da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Assinado a 30/9/1966.

9. Convênio sôbre Transportes Terrestres. Assinado pelo Brasil, Argentina e Uruguai, a 19/10/1966.

Acôrdos Aprovados pelo Legislativo — Bilaterais

Bolívia

— Acôrdo sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica. Concluído em La Paz, a 11/1/1966.

Camarões

— Acôrdo Comercial. Concluído em Iaunde, a 5/5/1965.

Coréia

— Acôrdo Cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 7/2/1966.

Costa Rica

— Convênio de Intercâmbio Cultural. Concluído em São José, a 19/11/1964.

Dinamarca

— Acôrdo de Cooperação Técnica. Concluído no Rio de Janeiro, a 25/2/1966.

El Salvador

— Convênio de Intercâmbio Cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 30/11/1965.

Estados Unidos da América

— Acôrdo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Atômica. Concluído em Washington, a 8/7/1965.
— Emenda ao Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais de 26/6/1953. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 31 de dezembro de 1964 e 5 de abril de 1965.

França

— Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares. Concluído em Paris, a 29/10/1965.

Iugoslávia

— Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Concluído no Rio de Janeiro, a 11/5/1962.

Libéria

— Acôrdo Comercial. Concluído em Monróvia, a 13/5/1965.

Luxemburgo

— Convenção sôbre Seguros Sociais. Concluída no Rio de Janeiro, a 16/9/1965.

Peru

— Acôrdo Sanitário. Concluído em Lima, a 16/7/1965.

Suécia

— Acôrdo para Evitar a Bitributação sôbre a Renda e o Capital. Concluído no Rio de Janeiro, a 17/9/1965.

Multilaterais

ONU

— Acôrdo Básico de Assistência Técnica. Concluído no Rio de Janeiro, a 29/12/1964.

Diversos

— Convênio Internacional para a Constituição do Instituto Ítalo-Latino-Americano. Concluído em Roma, a 1/6/1966.

OIT

— Convenção nº 117 sôbre objetivos e normas básicas de política social. Concluída em Genebra, a 22/6/1962.

— Convenção nº 122 sôbre Política de Emprêgo. Concluída em Genebra, a 9/7/1964.

Diversos

— Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e as Regras para evitar abalroamento. Concluída em Londres, a 17/6/1960.

Acôrdos Submetidos ao Congresso Nacional — Bilaterais

Bolívia

— Acôrdo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica. Concluída em La Paz, a 11/1/1966.

Coréia

— Acôrdo Cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 7/2/1966.

Dinamarca

— Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Concluído no Rio de Janeiro, a 25/2/1966.

El Salvador

— Acôrdo Cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 30/11/1965.

França

— Acôrdo de Transportes Aéreos. Concluído em Paris, a 29/10/1965.

Haiti

— Convênio de Intercâmbio Cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 5/7/1966.

Países Baixos

— Acôrdo Cultural. Concluído na Haia, a 12/10 1966.

Portugal

— Anexo ao Acôrdo de Comércio. Concluído em Lisboa, a 7/9/1966.

— Acôrdo de Cooperação Técnica. Concluído em Lisboa, a 7/9/1966.

União Pan-Americana

— Acôrdo sôbre Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Concluído no Rio de Janeiro, a 30/11/1965.

Multilaterais

Organização Internacional do Trabalho

— Convenção nº 117 sôbre Objetivos e Normas Básicas de Política Social — 1962.

— Convenção nº 118 sôbre Igualdade de Tratamento dos Nacionais e Não-Nacionais em Matéria de Previdência Social — 1962.

— Convenção nº 119 sôbre Proteção das Máquinas — 1963.

— Convenção nº 120 sôbre Higiene no Comércio e nos Escritórios — 1964.

— Convenção nº 121 sôbre Prestações nos Casos de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais — 1964.

— Convenção nº 122 sôbre Política de Emprêgo — 1964.

— Convenção nº 124 relativa ao Exame Médico de aptidão de Adolescentes ao Emprêgo nos Trabalhos Subterrâneos das Minas — 1965.

Diversos

— Convenção Internacional sôbre Eliminação de Tôdas as Formas de Discriminação Racial. Adotada pela Resolução nº 2.106 da 20ª Assembléia Geral das Nações Unidas, a 21/12/1965.

— Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal. Concluído no Rio de Janeiro, a 16/9/1965.

— Convenção sôbre Nacionalidade da Mulher Casada. Concluída em Nova York, a 20/2/1957.

— Convenção sôbre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento. Concluída em Nova York, a 10/12/1962.

— Convênio Internacional para Constituição do Instituto Ítalo-Latino-Americano. Concluído em Roma, a 1/6/1966.
— Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino. Concluída em Paris, a 14/12/1960.
— Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, e Regras para Evitar Abalroamento no Mar. Concluída em Londres, a 17/7/1960.
— Convenção de Viena sôbre Relações Consulares. Concluída em Viena, a 24/4/1963.

SERVIÇO DE DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

As atividades do Serviço de Demarcação de Fronteiras foram proveitosas, dentro dos quantitativos orçamentários que lhe foram atribuídos e das possibilidades de comparecimento, no campo, das Comissões estrangeiras de países limítrofes, para os trabalhos em conjunto, com as suas congêneres brasileiras.

Venezuela

De acôrdo com o estabelecido na 38ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, realizada em Caracas ao findar o ano de 1965, prosseguiram os encargos de demarcação previstos para os trabalhos no campo. Logo nos primeiros dias do ano de 1966, partiu de Belém do Pará a expedição demarcadora que, subindo o rio Negro e seu afluente Cauaburi, alcançou a região de fronteira no setor que compreende as serranias extremas das ramificações ocidentais da Cordilheira Parima, onde se encontram os picos da «Neblina» e «31 de Março». A penetração expedicionária veio até à serra Imeri, na mesma Cordilheira Parima, no ponto em que chegara, vindo do Oriente, a demarcação anterior realizada pela Comissão.

No percurso assim delineado sumàriamente, foram executados todos os misteres topográficos que a exploração permitiu, com o intuito de reconhecer exatamente o traçado seguido pela linha divisória, no trecho que, poucos anos passados, tanta celeuma suscitou acêrca da posição exata do pico da Nebilna.

Quando as condições climáticas se apresentaram desfavoráveis, tôda a locação e construção de marcos internacionais daquele traçado já tinha sido efetuada. Passou-se, então, para a zona do canal Maturacá, a fim de proceder-se ao reerguimento dos marcos definidores do alinhamento Huá-Cupi, caracterizando-o convenientemente.

Retirando-se a Comissão para a sede, foram desenvolvidos os labôres técnicos relativos à campanha demarcatória realizada, apresentando o seguinte resultado:

— erguimento de cinco (5) marcos internacionais;
— levantamento topográfico de mais de cento e cinqüenta quilômetros (150 km), dos quais aproximadamente trinta e cinco quilômetros (35 km) relativos ao traçado da linha de limites e cêrca de cento e vinte quilômetros (120 km) ao longo dos rios brasileiros e venezuelanos que constituem vertentes e contravertentes do divisor de águas.

Ao mesmo tempo que ocorriam os trabalhos da campanha demarcatória, o escritório dedicou-se aos serviços referentes à representação cartográfica da região fronteiriça demarcada e ao cálculo de todos os elementos técnico-geográficos resultantes de observações colhidas no serviço de campo, fundamentando a demarcação efetuada.

Múltiplos foram os aspectos e atividades de ordem administrativa, visando a manutenção correspondente aos setores em que a Comissão se encontrou. Cabe referir que, ao finalizar o ano de 1966, promoveu-se a organização da expedição demarcatória de 1967; o deslocamento, previsto para o mês de janeiro, visa a prosseguir os trabalhos, interrompidos no ano anterior, por fôrça de desvantajosas condições meteorológicas.

Bolivia

Em junho de 1966, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, realizou-se a 17ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-boliviana Demarcadora de Limites.

Foram tratados os seguintes assuntos:

a) exame e aprovação dos documentos relativos aos trabalhos executados em 1963, 1964 e 1965;

b) exame e aprovação das fôlhas de fronteiras já desenhadas;

c) programa dos trabalhos futuros, sendo prevista a realização de uma campanha técnica de gabinete, na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de executar cálculos, triangulações, restituições e desenho de fôlhas da linha lagoa Mandioré-Rio Paraguai.

Sem fazer menção a alguns serviços de urgência secundária, a tarefa demarcatória ainda por executar compreende a demarcação e caracterização da fronteira entre «Quatro Irmãos» e a «nascente principal do Rio Verde».

Paraguai

Foram executados alguns serviços de inspeção na região da fronteira próxima ao Salto das Sete Quedas.

Argentina e Uruguai

A situação financeira, no ano findo, não aconselhou a retomada de atividades que redundariam em dispêndios adiáveis, quais seriam a inspeção geral das linhas de fronteira. Por tal motivo não se entabularam entendimentos com as Comissões Demarcatórias dêsses dois países, com o fim de vistoriar e reparar cuidadosamente os marcos divisórios, já de há muito construídos.

Com relação à República do Uruguai, seria mais premente a retomada de contacto com a respectiva Comissão Demarcadora, visando o estudo conjunto do problema das alterações no final do álveo do Arroio Chuí, bem como a inspeção e possível reparação das suas margens desbarrancadas, causa das mutações no curso da barra do Arroio.

CERIMONIAL

ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

LISTA DOS AGRACIADOS EM 1966

Ao Senhor *Mc Gregor Mamattah*, Primeiro Secretário da Embaixada de Gana.
Grau — Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Knut Thommessen*, Embaixador da Noruega.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Abdol Hossein Hamzavi*, Embaixador do Irã.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Roberto Pacheco Hertzog*, Diretor-Adjunto do Protocolo do Ministério das Relações Exteirores da Bolívia.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Ernest Adam*, Ministro de Estado da Cooperação para o Desenvolvimento e do Comércio Exterior.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Calude Valkneer*, Conselheiro do Gabinete do Rei dos Belgas.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Coronel-Aviador *Bem Albert Debèche*, Ajudante-de-Ordens do Rei dos Belgas.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Michel Didisheim*, Chefe do Gabinete do Ministro, Secretário de Estado da Cooperação para o Desenvolvimento e do Comércio Exterior.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Jean François Trine*, Cônsul Geral da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Puc Putman,* Adido do Departamento do Grande Marechal da Côrte.
Grau — Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Jean Marie Poswick,* Adido de Emigração da Bélgica.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 11/1/66.

A Sua *Majestade Baudouin,* Rei dos Belgas.
Grau — Grande Colar — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Fernão Manoel Homem de Gouveia Favila Vieira,* 2º Secretário da Embaixada de Portugal.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 3/3/66.

Ao Senhor *Paul Bihin,* Embaixador da Bélgica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/3/66.

Ao Senhor *Francisco Netto de Carvalho,* Ministro da Saúde Pública de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/3/66.

Ao Doutor *Glenn Donan,* Diretor dos Institutos para Desenvolvimento do Potencial Humano dos Estados Unidos da América.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 22/3/66.

Ao Senhor *Malcolm S. Adiseshiah,* Diretor-Geral Adjunto da UNESCO.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 22/3/66.

Ao Senhor *Rachid Karamé,* Presidente do Conselho de Ministros do Líbano.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

A Sua *Revendíssima Dom Antoine Abed,* Arcebispo maronita de Trípoli.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *G. E. Van Walgum,* Burgomestre de Rotterdam.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor Embaixador *Egidio Ortona.*
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor Conselheiro Comercial *Erberto Casagrandi.*
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor Conselheiro *Guidobaldo Stampa*.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Manuel Antonio Egreja Arez*, Vice-Cônsul de Portugal em Hamburgo.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Mario Moya Palencia*, Diretor-Geral de Cinematografia do Ministério do Interior do México.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Arturo Osorno*, Assistente do Cerimonial.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor Embaixador *Ismael Moreno Pino*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Carlos Péon del Valle*, Diretor-Chefe do Ministério das Relações Exteriores.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Julian Rodriguez Adame*, Professor da Universidade Nacional Autônoma do México.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

À Senhora *Emilia T. Benoit*, Ministro Plenipotenciário.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Francisco Borja Martinez*, Chefe do Gabinete do Primeiro Secretário de Indústria e Comércio.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Mário Espinoza de los Réyes*, Subdiretor de Assuntos Tarifários da Zona de Livre Comércio do Ministério da Fazenda do México.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Alexandre de Mol*, Diretor dos «Etablissements G. de Mol».
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Marcel François Bertouille*, Adido à Direção das Relações Culturais Internacionais do Ministério de Educação Nacional de Cultura.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Georges Armand Bollack,* Diretor da «Agence Economique et Financière.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *René Adolphe Marie Charles Laloux,* Presidente Administrador Delegado da «Fabrique Nationale D'Armes de Guerre» de Herstal, em Liège.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Gaston Derkinderen,* Secretário-Geral do «Departamento de Cooperação ao Desenvolvimento» do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Gaspar Giller François,* Diretor de Administração das Relações Culturais Internacionais do Ministério da Educação Nacional e Cultura.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *André Theard,* Embaixador do Haiti em Washington.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

A Sua *Eminência Reverendíssima Cardeal Luis Concha Cordoba,* Arcebispo de Bogotá e Primado da Colômbia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Embaixador Luis Humberto Salamanca,* Ministro de Estado Interino.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Doutor *Alexander Oldenburg Christian,* Presidente da firma «Christiani & Nielsen».
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Lauritz Lachman,* Agente da Companhia de Navegação «Lauritzen».
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *David Rockefeller,* Presidente do Chase Manhattan Bank de Nova York.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Leonard Wolf*, ex-diretor do Programa «Alimentos para a Paz».
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Doutor *Frederick L. Hovde*, Presidente da Universidade de Purdue, Lafayette, Indiana.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Kenneth Cole*, do «National Institute of Health».
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Andy Williams*, Artista.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Lawrence Meredit Clemson Smith*, Presidente da Estação de Rádio WFLM.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Samuel William Yorth*, Prefeito da Cidade de Los Ângeles, Califórnia.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Richard E. Barret*, Presidente da BARSA Company, Los Angeles, Califórnia.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Syvan M. Marshall*, Advogado junto à Organização dos Estados Americanos.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Claude Demarigny*, Diretor da Aliança Francesa em Copenhague.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Professor *Jean Roche*, Doutor em Medicina e Ciências.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Robert Henri Aubreton*, Catedrático da Universidade de Rouen e de Bordéus.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Georges Portmann*, Professor da Universidade de Medicina e Farmácia de Bordéus.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Professor *Roger Raymond Bernadet*, Membro e Presidente Honorário da «Associação de Estudos Clássicos do Brasil».
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Afonso Ortega Urbina*, Ministro das Relações Exteriores.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *José Sanson Teran*, Ministro da Educação Pública.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Eduardo Arantes d'Oliveira*, Ministro de Obras Públicas de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Carlos Ribeiro*, Ministro de Comunicações de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Manuel de Sá e Mello*, Consultor Técnico do Ministério de Obras Públicas de Portugal.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Dom Francisco Carlos de Azevedo Leme*, do Secretariado Nacional de Informações, Cultura Popular e Turismo de Portugal.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Thomaz Maria da Câmara*, fundador do Ginásio Padre Antônio Vieira.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Ledo Arroyo Torres*, Interventor do Banco da República Oriental do Uruguai.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Miguel Páez Villaró*, Presidente da principal organização publicitária e de Relações Públicas do Uruguai.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Jean Roche*, de nacionalidade francesa.
Grau — Comendador — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Arne Lundgren,* Professor Universitário.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Hermann Sundstrom,* Presidente do Nordfinans Bank.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Berndt Larssom Wistedt,* Gerente do Svenska Handelsbanken, de Estocolmo.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Gustavo Silva Aranda,* 1º Secretário da Embaixada do Peru.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Yukichi Sugihara,* ex-Diretor Administrativo da USIMINAS.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Ahmed Jaffer,* antigo parlamentar e industrial.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Julio Gomes Ferreira,* Diretor da Seção de Estudos Brasileiros da Sociedade de Estudos em Moçambique.
Grau — Oficial — Decreto — 10/5/66.

o Senhor *Olavi J. Mattila,* Presidente da Valmet Oy da Finlândia.
Grau — Comendador — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Cornelis Verolme,* Presidente dos Estaleiros Verolme.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 18/5/66.

Ao Senhor *Helmuth Möller,* Embaixador da Dinamarca.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 18/5/66.

Ao Senhor *John A. Hutchins,* de nacionalidade norte-americana.
Grau — Oficial — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Syed Maqbul Murshed,* Embaixador do Paquistão.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 20/5/66.

Ao Senhor *Andrelino Pinto de Montenegro Carneiro,* Médico e Jornalista português.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 20/5/66.

Ao Senhor *Frederick Heldring,* Vice-Presidente do «The Philadelphia National Bank».
Grau — Oficial — Decreto — 1/6/66.

À Senhora *Mildred Devereux Sage,* Presidente da Associação Universitária Interamericana, Nova York.
Grau — Oficial — Decreto — 1/6/66.

Ao Senhor *Philip Klein,* editor do «Philadelphia Jewish Times». Presidente da «International House», de nacionalidade norte-americana.
Grau — Oficial — Decreto — 1/6/66.

Ao Senhor *Friser Frederiksen,* Diretor-Presidente da Sociedade «Burmeister & Wain», de nacionalidade dinamarquesa.
Grau — Comendador — Decreto — 1/6/66.

A Sua *Reverendíssima Alejandro Gonzales y Robledo,* Arcebispo de Manágua.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 3/6/66.

Ao Senhor *Ignacio Ospina Andrade,* Secretário da Embaixada da Colômbia.
Grau — Oficial — Decreto — 15/6/66.

Ao Senhor *José Pablo Quirós Quirós,* Embaixador de Costa Rica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 15/6/66.

Ao Senhor *L. E. Charles Letts,* Cônsul Honorário do Brasil em Singapura.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 15/6/66.

Ao Senhor *René Silva Espejo,* Jornalista Diretor do «El Mercurio», de Santiago do Chile.
Grau — Comendador — Decreto — 21/6/66.

Ao Senhor *Domingo Rosado Victoria Pires,* Secretário de Estado da Agricultura de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 21/6/66.

Ao Senhor *Eduardo Schlesinger B.*, Conselheiro da Embaixada da Colômbia.
Grau — Comendador — Decreto — 7/7/66.

Ao Senhor *Trevor O'Moore Farrel*, Vice-cônsul Honorário do Brasil em Colombo.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/7/66.

Ao Professor *Sydney George Davis*, Chefe do Departamento de Geografia e Geologia da Universidade de Hong Kong.
Grau — Oficial — Decreto — 7/7/66.

À Sua *Alteza Frá Angelo de Mojana di Cologna*, Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.
Grau — Grande Colar — Decreto — 7/7/66.

Ao Senhor *Carlo Lovera di Castiglione*, Marquês de Maria, Grande Chanceler.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 14/7/66.

Ao Venerável *Bailio Frá Ottone Grisogono*, Grande Comandante.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 14/7/66.

Ao Barão *Carlo Malfatti di Montetretto*, Secretário para Assuntos Estrangeiros.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 14/7/66.

Ao Conde *Carlo Nasalli Rocca di Corneliano*, Ministro Plenipotenciário.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Andrew Charles Duncan*, Ministro Plenipotenciário.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Frá Enrico Montalto di Fragnito*, Vice-Chanceler.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Conde *Carl Wolfang Ballestrem*, Hospitaleiro.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Venerável *Bailio, Frá Alfonso Maria de Vesque-Puttlingen*, Conselheiro do Soberano Conselho.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Frá Vicenzo Morelli di Popolo di Ticineto*, Conselheiro do Soberano Conselho.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Conde *Johans Jakob Zu Eltz*, Conselheiro do Soberano Conselho.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Frá Hubert Pallavicini*, Mestre de Cerimônias.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Filippo Spada*, Secretário-Geral para Assuntos Interiores.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Conde *Hans Ulrich Schaffgotsch*, Conselheiro da Legação da Ordem Soberana e Militar de Malta.
Grau — Comendador — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Pedro Rodrigues Benito Garcia*, 2º Secretário da Embaixada de Portugal no Brasil.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Marc Blancpain*, Secretário-Geral da Aliança Francesa.
Grau — Oficial — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Karl Carstens*, Secretário-Geral de Política Exterior da República Federal da Alemanha.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 28/7/66.

Ao Senhor *Hans Henrich Waitz*, Presidente da «Ibero-America-Verein» em Hamburgo.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 28/7/66.

Ao Senhor *Edner Brutus*, Embaixador do Haiti.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 28/7/66.

Ao Professor *Adriano José Alves Moreira*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Embaixador Thomas C. Mann*, ex-Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos dos Estados Unidos da América.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Professor *Charles G. Fenwick,* Jurisconsulto e Presidente do Instituto de Cultura Brasil-Estados Unidos de Washington.
Grau — Comendador — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Inocêncio Galvão,* Ministro da Educação Nacional de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *João Hall Temido,* Diretor-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *José Tomas Calvet de Magalhães,* Diretor-Geral dos Negócios Econômicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Orlando Vilela,* Chefe da Repartição de Relações Culturais Externas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Comendador — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Mario João Gomeiro Lagoa,* do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 21/9/66.

Ao Senhor *Antonio Syder Santiago,* do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 21/9/66.

Ao Senhor *Gabriel Valdés Subercaseaux,* Ministro das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Oscar Pinochet de Labarra,* Subsecretário de Estado das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Alvaro Droguett del Fierro,* Diretor-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Eduardo Cisternas,* Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Patricio Silva,* Assessor Econômico do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Luiz Mello Lecaro,* do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Ministro Carlos Besa,* Diretor-Econômico do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Ministro-Conselheiro Juan José Fernandez,* do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao *Conselheiro Mariano Fontecilla Concha,* Subchefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Comendador — Decreto — 7/10/66.

Ao *Conselheiro Tobias Barros Alfonso,* Chefe da Seção do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Comendador — Decreto — 7/10/66.

À Senhorita *Edwiges Donoso,* do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Alberto Zabbe,* do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Victor Hugo Olguin,* do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Juan Enrique Aguirre,* do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Eduardo Rodrigues*, do Ministério das Relações Exteriores do Chile.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Nicanor Costa Mendez*, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Jorge Adolfo Mazzingmi*, Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Embaixador Fereico del Solar Dorrego*, Diretor Nacional do Cerimonial do Estado Argentino.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Ministro Guillermo de la Plaza*, Diretor do Departamento da América do Sul do Ministério das Relações e Culto da Argentina.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Norberto de Elizalde*, Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.
Grau — Comendador — Decreto — 7/10/66.

Ao *Conselheiro Andres Gabriel Crusterman*, Subdiretor Nacional do Cerimonial do Estado Argentino.
Grau — Comendador — Decreto — 7/10/66.

Ao 1º Secretário *Horacio S. Ballestrin*, Chefe do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.
Grau — Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao 1º Secretário *Hector Sainz Ballesteros*, Chefe da Secretaria do Chanceler Argentino.
Grau — Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao 1º Secretário *Carlos Hugo Lagorio*, do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.
Grau — Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao 2º Secretário *Guillermo Mc Gouch*, do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Alberto Crespo Gutierrez*, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/10/66.

Ao Senhor General *Hugo Suarez Gusman*, Ministro da Defesa da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *José Romero Loza*, Ministro da Fazenda da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Fadrique Muñoz Reyes*, Ministro das Minas e Petróleo da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Embaixador Moisés Fuentes Ibañes*, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor Deputado *Aurelio Aureyu Tarioré*, da Bolívia.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor Engenheiro *Roberto Arce*, da Bolívia.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Ministro Edgard Camacho Omiste*, Secretário Particular do Presidente Constitucional da Bolívia.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Horacio Ugarteche*, Contra-Almirante, Comandante da Fôrça Naval Boliviana.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Sergio Palacios*, Diretor do Departamento da América Latina do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Bolívia.
Grau — Comendador — Decreto — 8/11/66.

Ao Doutor *Alfredo Galindo Quiroga*, da Bolívia.
Grau — Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Capitão *Carlos Rodrigo Lea Plaza*, da Bolívia.
Grau — Oficial — Decreto — 8/11/66.

À Senhora *Maria Elena de Pacheco*, da Bolívia.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 8/11/66.

Ao Tenente *Antonio Menacho*, da Bolívia.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 8/11/66.

Ao Tenente *Leovigildo Orellana*, da Bolívia.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *René Barrientos Ortuño*, Presidente Constitucional da Bolívia.
Grau — Grande Colar — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Auguste de Winter*, Ministro do Comércio Exterior da Bélgica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Jean Verwilghen*, Ministro Plenipotenciário da Bélgica.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Paul J. J. Rigo*, Chefe do Gabinete Adjunto do Ministro do Comércio Exterior da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 8/11/66.

À Senhora *Anne Hislaire-Guislain*, Conselheiro do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros para a Cooperação ao Desenvolivmento, da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Louis Baeck*, Conselheiro do Gabinete da Cooperação do Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Exteriores, da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Paul Van Den Boeynants*, Primeiro Ministro da Bélgica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Raden Bambang Soegeng*, antigo Embaixador da Indonésia no Brasil.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 17/11/66.

Ao Senhor *João de Deus Ramos*, antigo Embaixador de Portugal no Brasil.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 17/11/66.

Ao Senhor *M. R. Thuaithep Devakul,* antigo Embaixador da Tailândia no Brasil.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 17/11/66.

Ao Senhor *Charles Theodore Mattmann,* Vice-Presidente Executivo da «Moore McCormack Lines».
Grau — Comendador — Decreto — 22/11/66.

Ao Senhor *Rafel Garcia Velasco,* do Equador.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Visconde Charles de Laguiche,* Pioneiro do Reflorestamento paranaense.
Grau — Comendador — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Takashi Ishii,* Embaixador do Japão no Paraguai.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Manuel Rodrigues de Almeida Coutinho,* Embaixador de Portugal no Equador.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Armand Coesens,* Embaixador da Bélgica no Peru.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Antonio Rodrigues,* Ministro-Conselheiro da Embaixada do Chile junto à Santa Sé.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *John Millard Tawes,* ex-Governador do Estado de Maryland — USA.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *John L. Wolf,* ex-Diretor de Programa para os Serviços Católicos em Recife.
Grau — Comendador — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Jacinto do Prado Coelho,* Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa.
Grau — Comendador — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Joaquim Veríssimo Serrão,* Professor de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Grau — Comendador — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Seiichi Nozaki*, Presidente da «Howa Machinery Ltd.», de Nagoya, Japão.
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Philip E. Blackerby Jr.*, Diretor da «W. K. Kellog Foundation».
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/65.

Ao Senhor *Manuel Gonzalo Graña Etcheverry*, Advogado e homem de letras, argentino.
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Doutor *Manuel Santos Estevens*, Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa.
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *José Pereira da Costa*, Diretor do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo em Lisboa.
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Raul Santiago Acosta y Lara*, Cônsul Honorário da República Dominicana em Montevidéu.
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Richard V. Thomas*, Presidente da «Goodyear International Corporation».
Grau — Oficial — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Jacques Oudiette*, Diretor-Central do «Banque Nationale pour le Commerce e L'Industrie», da França.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *François Gavoty*, Diretor da Tesouraria e Relações com o Exterior do «Banque Nationale pour le Commerce e l'Industrie», da França.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Ernest Arthur Boas*, ex-Vice-Presidente da Aliança Francesa de São Paulo.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Hugo de Macedo*, Engenheiro-Chefe na «Sociètè des Usines Chimiques Rhône Poulenc Paris».
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Harold Dillon*, Gerente do Tráfego do Lóide Brasileiro, em Nova York.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Antonio Rodrigues Miranda*, Provedor do Hospital de Santa Isabel e do Asilo dos Velhos, em Taubaté.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Ruben Andresen Leitão*, Conservador do Instituto de Cultura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Luiz de Magalhães e Menezes*, Chefe da Seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do Secretariado Nacional de Informação, de Portugal.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

À Senhora *Maria Clara de Sá Cruz Pereira da Costa*, Conservadora do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, em Lisboa.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Fermin Prieto Castro y Roumier*, antigo Cônsul-Adjunto, do Consulado Geral da Espanha em São Paulo.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Ernesto de Magalhães Feu*, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *François Joseph Louis Ferdinand Brière*, Embaixador da França na Austrália.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 20/12/66.

Ao Senhor *James Scott Kemper*, ex-Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 20/12/66.

Ao Senhor *Rodrigo Gómez*, Diretor-Geral do Banco do México.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 22/12/66.

ORDEM DE RIO BRANCO

LISTA DOS AGRACIADOS EM 1966

Ao Senhor *André Scholler,* Grande Marechal da Côrte.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Paul Bihin,* Embaixador da Bélgica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Raymond Dinjeart,* Chefe da Casa Militar do Rei dos Belgas.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/1/66.

À Princesa *Fréderic de Merode,* Dama de Honra da Rainha dos Belgas.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Jean Verwilghen,* Conselheiro da Embaixada da Bélgica.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Jan Van Lerberghe,* Diretor- Geral das Artes e Letras do Ministério da Educação da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Tenente-Coronel *Raymond de Heusch,* Ajudante-de-Ordens do Rei dos Belgas.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Jan Frans Maes,* Conselheiro-Chefe do Serviço de Informações e Propaganda Belga nos Estados Unidos.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor Conde *Serge de Robiano,* 1º Secretário da Embaixada da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Pierre Van Rossum.*
Grau — Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Emile Colinet.*
Grau — Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Christian Faingnaert,* Funcionário da Embaixada da Bélgica.
Grau — Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Comandante *Marc Baijot*, Chefe dos Serviços Especiais da Guarda do Palácio.
Grau — Oficial — Decreto — 11/1/66.

Ao Senhor *Antonio Borges Leal Castello Branco Filho*, Embaixador.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 2/2/66.

Ao Doutor *Kurt Weil*.
Grau — Oficial — Decreto — 10/3/66.

Ao Senhor *Emilio Closs*, *Cônsul* Honorário do Brasil em Encarnación.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/3/66.

À Senhora *Anna de Lima Guerreiro de Castro*.
Grau — Oficial — Decreto — 10/3/66.

Ao Senhor *Charles Doherty Freligh*.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 5/4/66.

À Senhora *Rachel Fowler Wahl*.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 15/4/66.

Ao Professor *E. Bradford Burns*, da Universidade da Califórnia.
Grau — Oficial — Decreto — 26/4/66.

Ao Coronel da Arma da Artilharia, *Milton Câmara Senna*.
Grau — Oficial — Decreto — 6/5/66.

Ao Tenente-Coronel-Aviador *Aloísio Gonzaga Carneiro da Cunha Nóbrega*.
Grau — Oficial — Decreto — 6/5/66.

Ao Senhor Brigadeiro-do-Ar *Doorgal Borges*.
Grau — Comendador — Decreto — 6/5/66.

Ao Senhor *Mehdi Rad*, Auxiliar junto à Embaixada do Brasil em Teerã.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

À Senhora *Emma Sarkissian*, Auxiliar junto à Embaixada do Brasil em Teerã.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor *Celestino Graça*, Diretor da Feira de Ribatejo
Grau — Cavaleiro — Decreto — 10/5/66.

Ao Senhor General-de-Divisão *Ernesto Geisel*, Chefe do Gebinete Militar da Presidência da República do Brasil.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 1/6/66.

Ao Senhor Embaixador *Manoel Pio Corrêa Júnior*, Secretário-Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 1/6/66.

Ao Senhor Ministro *Luiz Vianna Filho*, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 1/6/66.

Ao Senhor *Marcel Mouillot*, Artesão de Artes Gráficas, de nacionalidade francesa.
Grau — Oficial — Decreto — 21/6/66.

Ao Senhor *Zeuxix Ferreira Neves*, Oficial de Chancelaria junto à Embaixada do Brasil em Washington.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 21/6/66.

À Senhora *Margarette Scheehan Andrade*, Auxiliar junto à Embaixada do Brasil em Washington.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 21/6/66.

Ao Senhor *Louis Joxe*, Ministro Extraordinário para Reforma Administrativa da França.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 1/7/66.

Ao Conde *Charles de Chambrun*, Secretário de Estado de Comércio Exterior da França.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 1/7/66.

Ao Príncipe *Olgierd Czartoryski*, ex-Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Ordem Soberana e Militar de Malta.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 14/7/66.

Ao Senhor *Edson Arantes do Nascimento*, Desportista.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 22/7/66.

À Senhora *Maria Ester Bueno*, Desportista.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 22/7/66.

Ao Senhor *Nelson Pessoa Filho*, Desportista.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 22/7/66.

Ao Senhor *José de Azeredo Perdigão,* Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 11/8/66.

À Senhora *Maria Madalena de Azeredo Perdigão,* Diretora do Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian.
Grau — Comendador — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Artur Nobre de Gusmão,* Diretor do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian.
Grau — Comendador — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Antonio José Branquinho da Fonseca,* Responsável pelo Serviço de Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian.
Grau — Comendador — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Robert Pierre William Gulbenkian,* Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.
Grau — Comendador — Decreto — 11/8/66.

Ao Senhor *Alberto Francis Box,* Auxiliar, Vice-Cônsul Interino do Consulado Geral do Brasil em Liverpool.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 30/8/66.

Ao Professor Doutor *Laureano López Rodó,* Ministro de Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Espanha.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 30/8/66.

Ao Doutor *Vicente Mortes Alfonso,* Vice-Ministro de Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Espanha.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 30/8/66.

Ao Senhor *Manuel Azpilcueta,* Chefe do Gabinete de Estudos do Ministro de Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Espanha.
Grau — Comendador — Decreto — 30/8/66.

Ao Senhor Marechal *Juarez do Nascimento Fernandes Távora,* Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Marechal *Eurico Gaspar Dutra*, ex-Presidente da República.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Ministro *Luiz Navarro de Britto*, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Embaixador *Roberto de Oliveira Campos*, Ministro Extraordinário para o Planeajmento e Coordenação Econômica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Francisco D'Alamo Lousada*, Embaixador do Brasil na Itália.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Carlos Sylvestre de Ouro Preto*, Embaixador do Brasil em Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Henrique de Souza Gomes*, Embaixador do Brasil junto à Santa Sé.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Ilmar Penna Marinho*, Embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *José Sette Câmara Filho*, Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *João Guimarães Rosa*, Ministro de Primeira Classe.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Marechal *Adhermar de Queiroz*, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Marechal *Nelson de Mello*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Marechal *Arthur da Costa e Silva*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor General-de-Exército *Décio Palmeiro Escobar*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor General-de-Divisão R/1 *Ernesto Bandeira Coelho*.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor General-de-Divisão R/1 *Francisco Fontoura Azambuja*.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor General-de-Divisão R/1 *João Batista Tubino*.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Coronel *João Batista de Oliveira Figueiredo*.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Coronel *Octavio Tosta e Silva*.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Luis Simões Lopes*, Presidente da Fundação Getúlio Vargas.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Antigono Donati*, Presidente do Instituto Italiano para o Comércio com o Exterior.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Sonhor General *Mario José Pereira da Silva*, ex-Ministro do Exército de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *João Pereira Bastos*, Embaixador de Portugal na Turquia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *D. José Finat y Escriva de Romani*, Conde de Mayalde, Presidente da Prefeitura de Madrid e Procurador em Cortes.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Luiz da Câmara Cascudo*, Professor e Escritor.
Grau — Comendador — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Luciano Villas-Boas Machado*, Secretário Particular do Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Samuel Malamud*, Advogado, Secretário-Geral da Confederação Israelita do Brasil.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Doutor *Epaminondas Moreira do Valle*, Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Antonio de Souza Lemos*, Industrial.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

À Senhora *Maria José Fenwick*, Delegada Suplente do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

À Senhora *Simone Cox*, ex-Professôra da Aliança Francesa do Rio de Janeiro.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Affonso Alberto Salgado*, Industrial.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 31/8/66.

À Senhora *Liese-Lote Tinoco de Matos*, Oficial de Chancelaria junto à Embaixada do Brasil em Bonn.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Manuel Ferreira Pinto*, Oficial de Chancelaria junto ao Consulado Geral do Brasil em Nova York.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Olmio Barros Vidal*, Oficial de Administração do Ministério das Relações Exteriores.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 31/8/66.

À Senhora *Elizabeth Burrows Butler*, da Embaixada do Brasil em Washington.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Marechal-do-Ar *Eduardo Gomes*, Ministro de Estado da Aeronáutica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar *Nelson Freire Lavanère Wanderley*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar *Clovis Monteiro Travassos*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Major-Brigadeiro-do-Ar *Gabriel Grum Moss*.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Coronel-Aviador *Alfredo Gonçalves Corrêa*.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Almirante *Zilmar Campos de Araripe Macedo*, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Contra-Almirante-de-Esquadra *Sylvio Monteiro Moutinho*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra *Paulo de Castro Moreira da Silva*.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Embaixador *Jaime Lopez Mosquera*, Chefe da Comissão.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Coronel Engenheiro *Luis Laverd Coubert*, Chefe Técnico da Comissão.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Engenheiro *Arturo Matiz Reyes*, Astrônomo da Comissão.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Engenheiro *Gabriel Soler Segura*, Topógrafo da Comissão.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Alfred Jurzykowski*, ex-Presidente do Conselho Administrativo da «Mercedes Benz do Brasil S/A».
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Senador *Giorgio Oliva*, Subsecretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Carlo Marchiori*, Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe e Chefe de Gabinete do Chanceler italiano.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *José Gonçalo da Cunha Sotto Mayor Correia de Oliveira*, Ministro da Economia de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Embaixador *José Luiz Archer*, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor Embaixador *Emílio Patrício*, Chefe do Protocolo do Estado, de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Gonçalo Caldeira Coelho*, Ministro de Primeira Classe, Diretor do Serviço de Informações do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Ministro de Segunda Classe *João Marçal d'Almeida*, Adjunto do Diretor-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Ministro *Antonio Fortunato de Almeida*, Diretor dos Serviços Políticos do Ultramar do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Ministro de Segunda Classe *Fernando de Magalhães Cruz*, Adjunto do Diretor-Geral dos Negócios Econômicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Abel Repolho Corrêa*, do Ministério das Finanças de Portugal.
Grau — Comendador — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *José Silva Lopes*, do Ministério da Economia de Portugal.
Grau — Comendador — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Guilherme Manuel de Souza Girão*, Segundo Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Antônio Augusto de Almeida*, Técnico da Direção Geral de Economia do Ministério do Ultramar de Portugal.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Manuel Farrajota Ramos*, do Ministério da Economia de Portugal.
Grau — Oficial — Decreto — 31/8/66.

Ao Senhor *Luiz Quartin Bastos*, Segundo Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Grau — Oficial — Decreto — 21/9/66.

Ao Senhor *Armindo Corrêa da Costa*, ex-Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, Membro da Comissão de Facilitação de Aeronaves.
Grau — Oficial — Decreto — 28/9/66.

Ao Estandarte do Regimento de Escola de Infantaria.
Grau — Comendador — Decreto — 29/9/66.

Ao Estandarte do 2º Batalhão de Infantaria do Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais (Batalhão Humaitá).
Grau — Comendador — Decreto — 29/9/66.

Ao Senhor Marechal *Hugo Panasco Alvim*.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 29/9/66.

Ao Senhor General-de-Exército *Álvaro Alves da Silva Braga*.
Grau — Grã-Cruz.

Ao Senhor General-de-Brigada *Reynaldo Mello de Almeida*.
Grau — Comendador — Decreto — 29/9/66.

Ao Coronel *Carlos de Meira Mattos*.
Grau — Oficial — Decreto — 29/9/66.

Ao Senhor *Carlos Alberto Fernandes*, ex-Embaixador da República Argentina no Brasil.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 4/10/66.

Ao Senhor *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*, Ministro das Finanças de Portugal.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 7/10/66.

Ao Coronel Reformado *Eugênio Francisco Schettini*, Intendente de Buenos Aires.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor General-de-Brigada Reformado *Mario A. Fonseca*, Chefe de Polícia de Buenso Aires.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Jorge A. Consentino*, Chefe do Departamento de Parques da Municipalidade de Buenos Aires.
Grau — Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Virgilio Thedim Uriburu*, Diretor da Rádio Nacional de Buenos Aires.
Grau — Oficial — Decreto — 7/10/66.

Ao Terceiro Secretário *Alina Ferreira*.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *Alberto Gourdy Allende*.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 7/10/66.

Ao Senhor *José Teodoro dos Santos*, Industrial.
Grau — Oficial — Decreto — 4/11/66.

À Senhora *Mariana Grondona*, Jornalista argentina.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 4/11/66.

Ao Senhor *Auguste Lonnoy*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bélgica.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Georges Algoet*, Chefe do Gabinete Adjunto do Primeiro Ministro.
Grau — Grande Oficial.

Ao Senhor *Jean Somerhausen*, Conselheiro da Embaixada da Bélgica.
Grau — Comendador — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Christian Fellens*, 1º Secretário da Embaixada da Bélgica.
Grau — Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Alberto Saavedra Nogales*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Juan José Vidaurre*, Assessor do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Roberto Pacheco Hertzog*, Chefe do Cerimonial da Presidência da República da Bolívia.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Herman Muñoz Reyes*, Ministro-Conselheiro da Embaixada da Bolívia.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/65.

Ao Senhor *Décio Honorato de Moura*, Embaixador do Brasil na República Argentina.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Antonio Mendes Viana*, Embaixador do Brasil no Cihle.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Sérgio Armando Frazão*, Embaixador do Brasil no Uruguai.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Lauro Escorel Rodrigues de Morais*, Embaixador do Brasil na Bolívia.
Grau — Grande Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Marcel Dezon Costa Hasslocher*, Primeiro-Secretário.
Grau — Oficial — Decreto — 8/11/66.

Ao Senhor *Mario Mejia Jaranillo*, Membro da Comissão Colombiana de Inspeção e Restauração de Marcos com o Brasil.
Grau — Oficial — Decreto — 17/11/66.

Ao Senhor Embaixador *Afrânio de Mello Franco Filho*, Ministro de Primeira Classe aposentado.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 17/11/66.

Ao Senhor Marechal *Carlos Flôres de Paiva Chaves*, ex-Comandante da UNEF (Suez).
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 12/12/66.

Ao Senhor *Eduard Felix Eugeen Van Reeth de Boom*, Conselheiro da Confederação Nacional da Indústria de Construção da Bélgica.
Grau — Oficial — Decreto — 13/12/66.

Ao Senhor *Jacques Martin*, Diretor-Geral da «Air France» no Brasil.
Grau — Oficial — Decreto — 26/12/66.

Ao Senhor Embaixador *Moacir Ribeiro Briggs*, Ministro de Primeira Classe aposentado.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 26/12/66.

Ao Senhor Embaixador *Carlos Alves de Souza Filho*, Ministro de Primeira Classe aposentado.
Grau — Grã-Cruz — Decreto — 26/12/66.

Ao Senhor *Renato Zolezi*, Mordomo e Chefe dos Empregados da Embaixada do Brasil em Copenhague.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 26/12/66.

Ao Senhor *Viggo Holck*, Oficial de Administração aposentado.
Grau — Cavaleiro — Decreto — 26/12/66.

Ao Senhor *Thomas Sonne*, Industrial.
Grau — Oficial — Decreto — 26/12/66.

CONSULTORIA JURÍDICA

À Consultoria Jurídica do Itamaraty continua desempenhando, normalmente, suas funções.

Além de respostas diretas a consultas que lhe são feitas, emitiu pareceres dados pelos Consultores Jurídicos, Professor Haroldo Valladão, Professor Amilcar de Araújo Falcão e Professor Augusto de Rezende Rocha, os dois últimos também para o DAJ.

RELAÇÃO DOS PARECERES DO CONSULTOR JURÍDICO, PROFESSOR HAROLDO VALLADÃO

Requisição judicial para concessão de passaporte de brasileiro nato a filho de estrangeiro, nascido no estrangeiro, domiciliado no Rio de Janeiro, que, fraudando o art. 129, II da Constituição Federal, e o art. 4º da Lei nº 818 de 1949, alegando naturalização (posterior ao seu nascimento), do pai — foi obter em São Paulo opção que os juízes do Rio de Janeiro denegavam — Atendimento de requisição, sem prejuízo de medidas para alteração do julgado e futura cassação do passaporte.

Solicitação do Procurador Geral da República para o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de representação, Constituição Federal, art. 101, I, letra *k* (Emenda Constitucioanl 16), para ser *decretada a inconstitucionalidade da Lei nº 4.404,* de 14 de setembro de 1964, que, alterando o art. 129, II da Constituição Federal, *criando novos casos de brasileiros natos, ali incluiu,* numa verdadeira emenda

constitucional, o *caso de filhos menores de pais estrangeiros, de pais que não eram brasileiros ao tempo do nascimento dêsses filohs,* tendo aqui se naturalizado posteriormente àquele nascimento — Parecer CJ/1.816, e Parecer 236-H da Consultoria Geral da República, aprovado pela Presidência da República em 13 de agôsto de 1965, (*Diário Oficial,* de 23 de agôsto de 1965, pág. 8.805) determinando o não cumprimento da Lei nº 4.404, *por manifestamente inconstitucional* — Projeto nº 1.720-64, orundo de Mensagem provocada por êste Ministério, com substitutivo do Deputado Rondon Pacheco, aprovado unânimemente pela Comissão de Justiça e pelo Plenário da Câmara, revogando a Lei número 4.404/1964 por manifestamente inconstitucional; parecer do Relator na Comissão de Justiça do Senado reconhecendo a referida inconstitucionalidade — Parecer do antigo Procurador Geral da República, Dr. Carlos Medeiros Silva, e acórdão unânime da Egrégia Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, relator e Ministro Victor Nunes Leal no Recurso Extraordinário nº 46.305, de 11 de julho de 1961 (*Diário da Justiça,* de 12 de setembro de 1961, pág. 1.902 e Revista Forense, 204/131), julgando inconstitucional opções, naquelas condições, por violarem o art. 129, II, da Constituição Federal.

Concessão de passaporte a brasileiro de dupla nacionalidade. Aplicação do art. 68 do Decreto nº 3.345, de 10 de novembro de 1938 e do art. 140, *c,* do Decreto-lei nº 9.500, de 23 de julho de 1946.

Imunidade da Missão do CIME no Brasil à Justiça do Trabalho. Necessidade de aprovação (pelo) ou acôrdo (com o) Govêrno do Brasil.

Isenção de emolumentos consulares. «Agency for International Development.» Sociedades de Economia Mista.

Mar territorial e direito de pesca. Trabalhos da Divisão Jurídica e da Comissão do Direito do Mar. Antiga posição doutrinária brasileira pelo alargamento do mar terri-

torial. Posição diplomática, regulamentar e legal acêrca do mar territorial e de pesca. Movimento interno, interamericano e internacional para a extensão do mar territorial. Primeiro passo: o destacamento da plataforma continental. O alargamento do mar territorial no direito internacional americano. A evolução no direito internacioanl geral. Na Comissão de Direito Internacional da ONU e nas Conferências sôbre o Direito do Mar de Genebra, 1958 e 1960. Últimas manifestações em prol da extensão das águas territoriais. Posição a assumir pelo Brasil.

Unidroit. Posição do representante brasileiro à XVI Sessão Extraordinária da Assembléia Geral.

Anteprojeto de Estatuto do estrangeiro enviado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Inconveniência de sua adoção.

Aprovação pelo Congresso e ratificação pelo Executivo de Convenção da Organização Internacional do Trabalho.

Lista de especialistas em Direito Internacional. Solicitação do Secretariado da ONU.

Imunidade da Missão do CIME no Brasil à Justiça do Trabalho. Necessidade de aprovação (pelo) ou acôrdo (com o) Govêrno do Brasil.

Unidroit. Projeto de Convenção de Lei Uniforme sôbre Representação em Matéria de Direito Privado.

Modificações constitucionais de interêsse do Ministério das Relações Exteriores.

Modificações constitucionais de interêsse do Ministério das Relações Exteriores. Aditamento.

Modificações em Projeto-de-Lei e respectiva Exposição de Motivos, organizado por um grupo de trabalho interministerial, aos têrmos de anterior Parecer CJ/1.842.

Pedido de Embaixador de solicitação à mesa do Senado Federal de sessão pública para defender-se de acusações feitas por um Senador,

Emendas ao Projeto da futura Constituição, urgentes, de interêsse do Ministério das Relações Exteriores.

RELAÇÃO DOS PARECERES DO CONSULTOR JURÍDICO, PROFESSOR AMILCAR DE ARAUJO FALCÃO

Isenção de emolumentos consulares. Companhia Empório Industrial do Norte.

Compra do prédio da Embaixada na Haia.

Navegação no Rio Paraná.

Compra do prédio para a Embaixada do Brasil na Haia.

Dispensa de nôvo estágio probatório para funcionário com estabilidade em cargo anterior. Secretário Wilma Villela Guerra.

Dispensa de nôvo estágio probatório para funcionário com estabilidade em cargo anterior. Secretário Paulo Dionísio de Vasconcellos.

Direito à gratificação de função. Requerimento feito por servidor que exerceu função gratificada por mais de dez anos e que foi dela dispensado após o decênio. Izela Danielewicz da Silva.

Cobrança de impôsto extraordinário progressivo sôbre bens localizados no Brasil — Rodolfo Crespi.

RELAÇÃO DOS PARECERES DO CONSULTOR JURÍDICO, PROFESSOR AUGUSTO DE REZENDE ROCHA

Importação de automóveis. Peter Anthony Collinscona Jr. (menor).

Importação de automóvel. Archibald William Watson.

Memorandum ao Senhor Ministro de Estado sôbre o Parecer DAJ/169, de 3/5/1965.

Requerimento de particular à DP solicitando «informações» sôbre legislação. Leticia Bello de Oliveira Castro.

Importação de automóvel. Ellen Deil.

Importação de automóvel. Charles James Allen Jr.

Vigência de Acôrdos bilaterais de Comércio com a cláusula da nação mais favorecida (c.n.m.f.).

Outros pareceres sôbre questões de caráter confidencial e secreto foram emitidos no ano de 1965, em número de 13, sendo 11 do Professor Haroldo Valladão e 2 do Professor Amilcar de Araújo Falcão.